**MANOEL DONATO DE ALMEIDA**

# NEOLIBERALISMO, PRIVATIZAÇÃO E DESEMPREGO NO BRASIL (1980-1998)

Campinas (SP), Setembro de 2009

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

**AL64c**

**Almeida, Manoel Donato de**
**Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-199**
**Manoel Donato de Almeida**
**Campinas, SP: [s. n.], 2009.**

**Orientador: Márcio Pochmann.**
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Companhia Vale do Rio Doce - História. 2. Usina Siderúrgica de Minas Gerais. 3. Neoliberalismo. 4. Privatização. 5. Finanças públicas – Brasil, 1980-1998. I. Pochmann, Márcio, 1962- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.**

**mfbm/ifch**

Título em inglês: Neoliberalism, privatization and unemployment in Brazil (1980-1998)

Palavras chaves em inglês (keywords):

**Companhia Vale do Rio Doce – History**
**Usina Siderúrgica de Minas Gerais**
**Neoliberalism**
**Privatization**
**Public finance – Brazil, 1980-1998.**
**Commercial crises**
**Government business enterprises**
**Government business enterprises**

**Área de Concentração: Ciências Sociais**

**Titulação: Doutor em Ciências Sociais**

**Banca examinadora:**

**Doutor Márcio Pochmann (orientador)**
**Doutor Roberto Veras de Oliveira**
**Doutora Ângela Maria Carneiro Araujo**
**Doutor Nilson Araújo de Souza**
**Doutor Jose Darí Krein**
**Doutor Marcelo Proni**
**Doutor Iram Jácome Rodrigues**
**Doutora Eliana Monteiro Moreira**

**Data da defesa: 18 de Setembro de 2009**

**MANOEL DONATO DE ALMEIDA**

# NEOLIBERALISMO, PRIVATIZAÇÃO E DESEMPREGO NO BRASIL (1980-1998)

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Pochmann, para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 18 de setembro de 2009.

BANCA

Prof. Dr. Márcio Pochmann (orientador)

Prof. Dr. Roberto Veras de Oliveira

Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni

Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza

Prof. Dr. José Dari Krein

Campinas (SP), Setembro de 2009

Para minha filha ANA KARENINA e minha mãe Maurília Francelina de Almeida, que sofreram com a minha ausência durante este trabalho.

# AGRADECIMENTOS

O próprio método em que se centra este trabalho (o método dialético) tem como pressuposto básico o coletivismo. Consequentemente, uma tese de doutorado é sempre um trabalho social e nunca um trabalho individual. Mesmo assim, não se pode fugir à tentação de agradecer aos que contribuíram mais diretamente na sua feitura, principalmente naqueles momentos mais difíceis da escalada.

A todos os dedicados servidores do IFCH-UNICAMP e aos laboriosos funcionários do Centro de Pesquisas Vergueiro, cujo acervo sobre privatizações no Brasil muito contribuiu para o ardoroso trabalho do levantamento de dados, na fase da pesquisa.

Ao Professor Doutor Marcio Porchmann, pela gentil e valiosa contribuição teórica sobre o emprego e desemprego no Brasil, nesta tese.

Ao Professor Doutor Nilson Araújo de Souza, cuja contribuição foi fundamental para realizar trabalho, e à minha colega Marta Zorzal da Silva, doutoranda em Ciência Política na USP, a qual também trabalhou com o mesmo tema, as suas valorosas sugestões; ao meu colega da UFPB Severino José de Lima, o verdadeiro irmão, desde a fase de realização da pesquisa no BNDES, na cidade do Rio de Janeiro.

Ao Doutor Rômulo Navarro, pelas importantes sugestões ortográfico-sintáticas.

Ao Doutor Roberto Véras, pela metódica, indispensável e paciente orientação.

Ao amigo Edivan Júnior, pela relevante ajuda na formatação.

Aos componentes do Centro de Estudos Marxistas – CEMARX - que me proporcionaram a oportunidade de participar de calorosos debates sobre a ideologia do proletariado, iluminando os tortuosos caminhos desta pesquisa que, por natureza, ousa enfrentar o chamado pensamento único e a fúria do interesse privado.

# RESUMO

O objetivo deste trabalho, como sugere o próprio título, é o de fazer uma análise política e econômica da ofensiva da ideologia neoliberal, das privatizações e do desemprego no Brasil, entre 1980 e 1998. O universo de estudo será - numa ordem cronológica - a resistência da ideologia do desenvolvimentismo, nos anos 80, contra as privatizações das empresas estatais com o conseqüente agravamento do arrocho salarial, ocorrido ao longo da década de 1980. Assim, um relativo destaque deve ser dado também à análise da expressão política que tomou a defesa do Estado desenvolvimentista e a resistência do novo sindicalismo surgido no Brasil neste período. Este fato se caracterizou pelo elevado número de greves, com expressiva quantidade de trabalhadores mobilizados contra as políticas de arrocho salarial. Isso contribuiu, ontologicamente, para a defesa do Estado desenvolvimentista, representado pelas empresas estatais e para a consolidação do processo democrático. Para concretizar tal tarefa, foi necessário eleger um método (o método dialético), pressupondo-se que o mesmo, uma vez utilizado de forma ampla, viesse a dar conta da correlação existente entre os três fenômenos, político, econômico e social, de que se compõe o objeto de estudo em sua totalidade. No Brasil, na tentativa de administrar a crise do capitalismo na década de 1980, adotaram-se as receitas impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial para políticas públicas e de arrocho salarial. Na década de 1990, predominaram as receitas do Consenso de Washington, cujas orientações, além de agravarem a crise do setor público, acentuaram a concentração de renda e pioraram as condições de vida dos trabalhadores. Além de os governos brasileiros promoverem as políticas de abertura comercial e financeira, adotaram as propostas do "Estado mínimo" como retórica neoliberal contra o Estado desenvolvimentista. Assim, contando com o apoio dos partidos de direita, historicamente as mais reacionárias e conservadoras representações políticas do país, os governos concretizam a hegemonia neoliberal: além de privatizarem as empresas do Setor Produtivo do Estado (SPE), adotaram políticas macroeconômicas, que só atendiam aos interesses do capital financeiro. Paradoxalmente, o BNDES – que nos anos 50 fora criado para consolidar a ideologia desenvolvimentista - na década de 1990, os governos o transformaram em órgão gestor das políticas econômicas da ideologia neoliberal. A concretude dos referidos fatos é possível de ser apreendida analisando-se os processos de privatização e os interesses neles envolvidos, em especial o caso da privatização da USIMINAS, pelo governo Collor, e da Cia. Vale do Rio Doce, pelo governo FHC. Os governos neoliberais privatizaram empresas que foram construídas a partir de necessidades intrínsecas da própria consolidação do desenvolvimento no Brasil e que também serviam para proporcionar lucro ao setor privado. Assim, tais governos privatizaram as empresas estatais, que passaram a ser dominadas pelo capital estrangeiro, acentuando-se a desnacionalização da economia e a sujeição política dos governos em condições de segurança e de soberania. Além da liberalização comercial e financeira, os governos neoliberais estimularam a dinâmica do capital especulativo, contribuindo para aumentar a concentração de rendas e o desemprego no Brasil.

# ABSTRACT

The objective of this work is to study the neoliberal ideology offensive related to the privatizations and the unemployment in Brazil between 1980 and 1998. In a chronological order it was first analyzed the resistance of the developmental ideology of in the 80s, against the privatizations of the state companies and the consequent aggravation related to the salary difficult throughout the decade of 1980. Thus, a relative emphasis should also be given to the analysis of the political expression which made de defense of the developmental State and the resistance of the new unionism that emerged in Brazil in this period. This fact was characterized by the high number of strikes, with an expressive number of workers mobilized against the salary policy. This, contribute, ontologically, to the defense of the developmental State, represented by state companies and to the consolidation of the democratic process. To achieve this task, it was necessary to choose a method (the dialectical method), estimating that itself, once used in a wide form, would help the correlation between the three phenomena, political, economic and social, that composes the object of study. In the attempt to manage the crisis of the capitalism in the 80s, Brazil adopted the rules imposed by IMF and World Bank for public policy and salary difficult. In the 90s, all the orientations came from the Washington Consensus, which increase the crisis in the public sector, with high concentration of income and getting worse the condition of live of the workers. In addition to the Brazilian government to promote the policies of open trade and finance, it adopted the proposals of the "State minimum" as neoliberal rhetoric against the developmental State. Thus, with the support of right political parties, historically the most conservative and reactionary ones, the governments implement the neoliberal hegemony: besides to privatize the companies of the State Productive Sector (SPS), it was adopted macroeconomic policies, which only helped the interests of the financial capital. Paradoxically, the BNDES - which was created in the 50s to consolidate the developmental ideology - in the 90s, the governments transformed it into the national manager of economic policies of the neoliberal ideology. The related facts can be consolidates analyzing the privatization process of the USIMINAS, during Collor government and the Vale do Rio Doce company during FHC government Neoliberal governments that privatized companies that were built according to the consolidation of the industrial development in Brazil and that also provide profit to the private sector. Thus, such governments privatized State companies, which, since that time, have become controlled by foreign capital, increasing the denationalization of the economy and the submission of the government in relation to security and sovereignty. Besides the trade and financial liberalization, the neoliberal governments have stimulated the dynamics of speculative capital, and contributed to the concentration of income and unemployment in Brazil.

# LISTA DE FIGURAS

**FIGURA 1** - VALE DO RIO DOCE E SUAS COLIGADAS..... 202

**FIGURA 2** - MAPA DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS-CVRD. ..... 206

**FIGURA 3** - MAPA DA ESTRADA DE FERRO VITÓRIA-MINAS. ..... 209

# LISTA DE GRÁFICOS

**GRÁFICO 1** - PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL (1980 – 1998) Receitas anuais (em US$ bilhões). ..... 115

**GRÁFICO 2** - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO BNDESPAR PERÍODO 82/89. ..... 125

**GRÁFICO 3** - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO AÇO, FERRO E DERIVADOS (1979-1984). ..... 134

**GRÁFICO 4** - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE 1979-1984 ..... 136

**GRÁFICO 5** - EVOLUÇÃO DAS TARIFAS TELEFÔNICAS E NTRE 1979-1984. ..... 137

**GRÁFICO 6** - AMOSTRA POR DISTRIBUIÇÃO DE COMPRADORES. ..... 171

**GRÁFICO 7** - VALORES INGRESSADOS NO PND.... ..... 175

**GRÁFICO 8** - PARTICIPAÇÃO DE CADA SETOR NA PRIVATIZAÇÃO..... 179

**GRÁFICO 9** - RESULTADO DE VENDA POR EMPRESA: SETOR SIDERÚRGICO (1991-1995). ..... 180

**GRÁFICO 10** - CRESCIMENTO DAS VENDAS DE MINÉRIO DE FERRO DA CVRD .... 196

**GRÁFICO 11** - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE KC1 PELA CVRD. ..... 208

**GRÁFICO 12** - PROJEÇÃO DA PRODUÇÃO DE OURO REFINADO NA CVRD. ..... 210

**GRÁFICO 13** - PND – RESULTADO DE VENDAS POR SETOR 1997. ..... 219

**GRÁFICO 14** - RESULTADO DE VENDA – COMPRADORES ..... 221

**GRÁFICO 15** - NOVOS PROPRIETÁRIOS DA VALE DO RIO DOCE. ..... 230

**GRÁFICO 16** - DIFERENÇAS ENTRE A METODOLOGIA DO IBGE E SEADE/DIEESE. 250

**GRÁFICO 17** - NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA BRASIL – SÉCULO XX. ..... 252

**GRÁFICO 18** - EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E DO PIB PER CAPITA, BRASIL 1940-1999. ..... 254

**GRÁFICO 19** - NÚMERO DE GREVES SEGUNDO GRANDES SETORES (BRASIL, REGIÃO, URBANA, 1978-87). ..... 260

**GRÁFICO 20** - JORNADAS PERDIDAS POR GRANDES SETORES (BRASIL, REGIÃO URBANA, 1978-87)..... 260

**GRÁFICO 21** - EVOLUÇÃO DO VALOR REAL DO SALÁRIO MÍNIMO, BRASIL, 1940-2000 (em R$ DE FEVEREIRO DE 2000). ..... 264

**GRÁFICO 22** - BRASIL: NÚMERO ESTIMADO DE GREVES (1978-1999)..... 269

**GRÁFICO 23** - BRASIL: EVOLUÇÃO DA TAXA DE SINDICALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES URBANOS. ..... 269

**GRÁFICO 24** - BRASIL: ÍNDICE DO PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA, FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO, EMPREGO ASSALARIADO REGULAR E DESEMPREGO (1980 = 100)..... 273

**GRÁFICO 25** - BRASIL: EVOLUÇÃO DO VOLUME DE EMPREGO DIRETO ASSALARIADO COM CONTRATO FORMAL NAS ATIVIDADES ESTATIZADAS, E APÓS A PRIVATIZAÇÃO, 1979-1999 (EM MIL). ..... 275

# LISTA DE QUADROS

**QUADRO 1** - TRANSFERÊNCIA DE RECURSO PÚBLICO NO PERÍODO: 1982-1989.126

**QUADRO 2** - EMPRESAS SELECIONADAS A PARTIR DAS LISTAS ENCAMINHADAS PELO PROG. FED. DE DESESTATIZAÇÃO (1988-1989). ..... 154

**QUADRO 3** - CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS PASSÍVEIS DE PRIVATIZAÇÃO..... 163

**QUADRO 4** - DIFERENÇAS ENTRE A METODOLOGIA DO IBGE E A DO SEADE/DIEESE ..... 248

# LISTA DE TABELAS

**TABELA 1** - DESPESAS ESTATAIS COMO PERCENTAGEM DO PNB NORTE-AMERICANO. ..... 42

**TABELA 2** - GASTOS TOTAIS (INCLUINDO O SEGURO NACIONAL) COMO PERCENTAGEM DO PIB, ALEMANHA (DEPOIS DE 1948, APENAS A REPÚBLICA FEDERAL). ..... 43

**TABELA 3** - EMPRESAS ABSORVIDAS PELO BNDES ENTRE O ANO DE 1970 E O ANO 1980 ..... 108

**TABELA 4** - PRIVATIZAÇÕES (venda: controle acionário/ativo) CONCLUIDAS: 1981-1984. ..... 111

**TABELA 5 -** O PAPEL DAS EMPRESAS PRIVADAS NACIONAIS, MULTINACIONAIS E DAS ESTATAIS NOS DIFERENTES SETORES DA ECONOMICA BRASILEIRA, EM 1978 ..... 131

**TABELA 6** - PRIVATIZAÇÕES (Venda: Controle Acionário/Ativo) CONCLUÍDAS: 1985-1989. ..... 146

**TABELA 7** - RESULTADO LÍQUIDO DOS DESEMBOLSOS DA BNDESPAR EM RELAÇÃO À RECEITA DA VENDA DE EMPRESAS BENEFICIÁRIAS, NO PERÍODO 1982-1989 ..... 151

**TABELA 8** - MOEDAS POR EMPRESA DESESTATIZADA. ..... 173

**TABELA 9** - DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DA USIMINAS QUE DÃO DIREITOS A VOTO ..... 177

**TABELA 10** - DURAÇÃO E OBSTÁCULO À PRIVATIZAÇÃO DAS SIDERÚRGICAS BRASILEIRAS. ..... 182

**TABELA 11** - DIVISAS GERADAS PELA CVRD (incluindo controladas e coligadas 1985-1990 - em milhões de dólares). ..... 200

**TABELA 12** - TRANSPORTES ATRAVÉS DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS ..... 207

**TABELA 13** - PARTICIPAÇÃO DOS FUNDOS DE PENSÃO SUPERIORES A 5% NAS EMPRESAS PRIVATIZADAS. PERÍODO: 1991 – 1997. ..... 223

**TABELA 14** - BRASIL: EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS E DO AJUSTE DO EMPREGO NO SETOR ESTATAL ENTRE 1979 E 1999. ..... 276

## SUMÁRIO

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMPi**

**AGRADECIMENTOS** ..... **v**

**RESUMO** ..... **vi**

**ABSTRACT** ..... **vii**

**LISTA DE FIGURAS** ..... **viii**

**LISTA DE GRÁFICOS** ..... **ix**

**LISTA DE QUADROS** ..... **xi**

**LISTA DE TABELAS** ..... **xii**

**SUMÁRIO** ..... **xiii**

**INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA** ..... **1**

# PARTE I

**UMA ANÁLISE CRÍTICA ÀS BASES TEÓRICAS DO NEOLIBERALISMO** ..... **16**

**INTRODUÇÃO** ..... **17**

## CAPÍTULO I

**O LIBERALISMO ECONÔMICO: Base Teórica do Pensamento Neoliberal.** ..... **25**

1.1 O ESTADO EM SMITH: A BASE POLITICA E ECONÔMICA DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL.. ..... 26

1.2 A LONGA VIDA DO "LASSEZ-FAIRE", O LIBERALISMO E O DESEMPREGO ..... 35

## CAPÍTULO II

**O FIM DO "LAISSEZ-FAIRE"** ..... **40**

2.1 AS DERROTAS DO "LAISSEZ-FAIRE": (1914-1918); (1929). ..... 41

2.2 O CONSERVADORISMO ..... 45

2.3 NEOLIBERALISMO E CONSERTVADORISMO. ..... 49

2.4 O PENSAMENTO NEOLIBERAL: A LEGITIMAÇÃO DO DESEMPREGO ..... 52

2.4.1 NEOLIBERALISMO, SINDICATO E DESEMPREGO (A ESCOLA AUSTRÍACA) ..... 54

2.4.2 NEOLIBERALISMO, SINDICATO E DESEMPREGO (A ESCOLA DE CHICAGO) ..... 61

## CAPÍTULO III

**NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA: A Nova Manifestação do Imperialismo do Final do Século XX. ..... 72**

3.1 NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E PRIVATIZAÇÃO ..... 74

3.2 FINANCEIRIZAÇÃO E DESEMPREGO (1980-2000) ..... 90

# PARTE II

**AS ETAPAS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO E RESPECTIVOS INTERESSES ENVOLVIDOS ..... 100**

## CAPÍTULO IV

**A CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E A OFENSIVA NEOLIBERAL NO BRASIL (1980-1990) ..... 101**

4.1 AS PRIMEIRAS (RE) PRIVATIZAÇÕES NA DÉCADA DE 1980. ..... 105

4.2 LINHA DE RESISTÊNCIA À "DESESTATIZAÇÃO" NA DÉCADA DE 1980 ..... 113

4.3 RESTRIÇÃO AO CAPITAL ESTRANGEIRO ..... 121

4.4 EMPRESAS ESTATAIS E ENRIQUECIMENTO PRIVADO ..... 129

4.5 AS (RE)PRIVATIZAÇÕES NA NOVA REPÚBLICA ..... 138

## CAPÍTULO V

**NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÕES (1990-1994) ..... 157**

5.1 PLANO COLLOR: NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÕES ..... 160

5.2 PRIVATIZAÇÃO E MOEDAS PODRES ..... 167

## CAPÍTULO VI

**NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÕES NO GOVERNO DE FHC (1994-1998) ..... 183**

6.1 REFORMA CONSTITUCIONAL E PRIVATIZAÇÕES ..... 187

6.2 CRESCIMENTO DA CVRD NA ADVERSIDADE, NA DÉCADA DE 1980 ..... 192

6.3 O CRESCIMENTO DA CVRD NA DÉCADA DE 1980: Prova da Eficiência da Administração Estatal ..... 198

6.4 AS REFORMAS DOS ANOS 90: Maturidade e Venda (ou Entrega) da CVRD ao Setor Privado ... 203

6.5 OS CONFLITOS DE INTERESSES NO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA CVRD ..... 212

6.6 PRIVATIZAÇÃO E FUNDOS DE PENSÃO ..... 221

## CAPÍTULO VII

**NEOLIBERALISMO E DESEMPREGO NO BRASIL 1980-1998. ..... 236**

7.1 INTRODUÇÃO. ..... 236
7.2 O DESEMPREGO CRÔNICO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO ..... 242
7.3 METODOLOGIA PODE OCULTAR DESEMPREGO NO BRASIL ..... 246
7.4 CRISE ECONÔMICA E ARROCHO SALARIAL NO BRASIL (1980-1990) ..... 252
7.5 1980-1990: UMA DÉCADA PERDIDA? ..... 257
7.6 DESEMPREGO E CRISE SINDICAL NO BRASIL 1990-2000 ..... 266

**CONCLUSÃO ..... 277**

**BIBLIOGRAFIA ..... 285**

# INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA

Neste trabalho, pretende-se analisar a relação existente entre o neoliberalismo, as privatizações das empresas estatais e o desemprego, nas décadas de 1980 e 1998, no Brasil. Estes três fatos político-ideológicos, econômicos e sociais, estão dialeticamente relacionados entre si. Perderia o sentido, portanto, analisá-los separadamente. Tratar-se-á, ainda, das lutas dos trabalhadores contra o arrocho salarial imposto pelos governos subalternos ao FMI e ao Banco Mundial. Outro fator político-econômico é a resistência dos defensores do Estado desenvolvimentista ao neoliberalismo, em especial, do Setor Produtivo (aqui representado pelas empresas estatais), durante a crise do capitalismo agravada nas condições específicas da década de 1980. Na seqüência cronológica tratar-se-á da ofensiva neoliberal, das privatizações e do desemprego no Brasil na década de 1990. A principal hipótese que se levanta é que, nesta última década, o desmonte de grande parte do Estado desenvolvimentista ocorreu em prol do modelo macroeconômico que tem no mercado e na lógica do capital financeiro a sua orientação principal. Os teóricos do neoliberalismo, nas duas últimas décadas do século XX, levantaram acirradas campanhas contra o Estado desenvolvimentista o setor produtivo estatal (SPE) face ao aprofundamento das crises do capitalismo. As empresas estatais, que eram o principal componente do aparelho econômico do Estado e suporte do modelo de desenvolvimento construído no Brasil a partir da década de 1930, passaram a ocupar o centro deste embate histórico. Os mitos criados na retórica neoliberal assumiram diversas manifestações.

Da mesma forma que os teóricos da fisiocracia, assim como aqueles do liberalismo econômico, construíram uma teoria do Estado moderno (capitalista coletivo ideal) contra o seu antepassado mercantilista - que servia aos objetivos do capital mercantil -, hoje os teóricos do neoliberalismo, retomando aquelas idéias do século XVIII, colocam-nas contra o Estado desenvolvimentista (keynesiano), em especial no que diz respeito ao compromisso com o pleno emprego. Este construto teórico é contra os direitos dos trabalhadores e o Estado desenvolvimentista. Pois, apesar de sujas distorções, demonstradas na enorme (e histórica) concentração de rendas o modelo proposto pelos governos neoliberais são piores para os trabalhadores do que o nacional-desenvolvimentista. Exemplo desta hipótese que se levanta pode-se citar o fato de que desde o lançamento do II Plano Nacional de desenvolvimento (II PND), em 1974, e em especial a partir do final da década de 1970 e início dos anos 80, quando

este debate fez renascer as antigas discussões pelos liberais históricos, dos quais podem ser citados Eugênio Gudin e Roberto Campos.

Segundo Velasco e Cruz (1995), uma destas campanhas se acentuou no período compreendido entre 1974, no inicio do Governo Geisel, e 1977. Este foi um dos períodos considerados de melhor expressão do Estado desenvolvimentista, da forma como historicamente ele se desenvolveu no Brasil. Demonstrar-se-á neste trabalho que, no período do chamado "milagre brasileiro", entre 1968 e 1973, estabeleceu-se um contraste entre o crescimento do PIB *per capta*, que atingiu 11%, e a queda dos salários dos trabalhadores, os quais tiveram o seu valor real reduzido a um terço do seu poder aquisitivo. Neste período, favorecidos pela crise política que o regime militar sofrera nas eleições de 1974, os mesmos empresários que antes se beneficiaram dos elementos componentes do capital constante (fixo e circulante) das empresas estatais para reverter a tendência ao descenso da taxa de lucro, uniram-se em torno da campanha de antiestatização e economistas liberais mais se movimentaram contra a intervenção do Estado na Economia.

Por outro lado, os nacional-desenvolvimentistas-keynesiano, aqueles economistas que defendiam a importância do papel do Estado como forma de alavancar o processo econômico e garantir a soberania nacional diante da ofensiva do capital monopolista, em especial do capital estrangeiro, defendiam as iniciativas que caracterizaram o Governo Geisel diante da crise, a exemplo do II PND.

Este estudo tem como objetivo geral o de resgatar a importância do papel do Estado desenvolvimentista como elemento capaz de reverter os efeitos catastróficos provocados no Brasil a partir das políticas neoliberais, com acentuada concentração de renda e desemprego, miséria e exclusão social. O objetivo específico é o de resgatar o papel das empresas estatais, não só como instrumento decisivo para a implementação do desenvolvimento com emprego e renda para os trabalhadores. Além disto, ele cumpre o papel de restituir ao Estado o patrimônio público que lhe foi retirado devido a uma conjuntura em que predominava na sociedade política a hegemonia dos partidos de reconhecida representação política mais conservadora do país, principalmente: o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A principal relevância deste trabalho é, ainda, desmistificar o discurso dos teóricos neoliberais, que afirmam ser o Estado sempre mau administrador, ou ainda que existe uma

tendência do setor produtivo estatal a ocupar o espaço das empresas privadas, quando, conforme será demonstrado (principalmente no capítulo IV), a realidade dos fatos desmente tais afirmações, uma vez que as empresas privadas é que se beneficiam dos produtos oriundos das empresas estatais.

Será utilizado o método dialético como instrumento de trabalho, por ser o mais indicado para se efetuar uma análise critica das contradições das políticas de governo, abrangendo a sua relação com o imperialismo, e por se tratar de objeto de estudo que necessita de uma análise multidisciplinar, exigindo que se levem em consideração diferentes áreas do conhecimento, tais como Economia Política, Filosofia e Sociologia, entre outras.

Ainda sobre o método, faz-se necessária uma análise das "aproximações sucessivas" (Sweezy (1985, p. 23), exigindo-se, portanto, uma cuidadosa revisão bibliográfica, a partir de autores com reconhecido domínio teórico acerca da hegemonia do neoliberalismo e do capital financeiro no Brasil, além de jornais e revistas sobre o assunto, publicados no período delimitado. Neste caso, a idéia central é fazer um estudo comparativo entre as particularidades na maneira como foram aplicadas as políticas neoliberais nas condições histórico-concretas. Primeiro, na conjuntura apresentada na década de 1980; em seguida, no cenário apresentado na década de 1990 (capítulos V e VI), período em que se tornaram hegemônicas as políticas neoliberais, na "Segunda Década Perdida" no Brasil.

Para analisar as questões relativas ao mundo do trabalho nesta proposta, compreende-se ser também indispensável a busca dos dados disponíveis em fontes oficiais sobre desemprego aberto, do IBGE, e outras formas de estudos sobre a precarização ocorrida no mundo do trabalho, constantes nos dados do DIEESE e do IPEA. Acontece que, na "Primeira Década Perdida", primeiro momento conjuntural de que trata este estudo, o desempenho da economia brasileira foi reduzido a 1,8% em média, contra 7% da década anterior.

Se a comparação dos dados médios do desempenho da economia entre as duas décadas já se revela tão expressiva, mais gritantes ainda são os dados que expressam o ponto de virada da crise, logo após o segundo choque do petróleo.

Velasco e Cruz (1997) afirma:

> Entre 1978 e 1983 o comportamento do produto interno bruto brasileiro apresenta duas fases distintas. No primeiro triênio – 78-80 – o PIB acusa um crescimento real de 14 %; nos anos seguintes, declina marcadamente,

> alcançando, em 1983, um crescimento negativo de 3%. Em relação à indústria, o contraste é ainda mais flagrante: crescimento de 14% no primeiro e queda de 6% no último subperíodo (Velasco e Cruz, 1997, p. 229).

Do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, na década de 1990, devido às políticas de caráter neoliberal, esta situação foi ainda mais agravada pelos processos de privatização, já que, além de persistirem as perdas salariais, os trabalhadores tiveram de enfrentar as taxas de desemprego decorrentes da implementação da chamada nova economia, segundo Pochmann (2001, p. 51-78).

Soma-se à relevância deste estudo, ainda, a necessidade de buscar as causas que levaram respectivamente à estagnação da economia e ao arrocho salarial, na década de 1980, e ao aumento do desemprego, na década de 1990, provocando perdas irrecuperáveis no salário mínimo real e agravando o problema da concentração de rendas no país.

Por fim, outro aspecto importante a acentuar neste trabalho é mostrar que é possível ainda recuperar e sanear o Estado desenvolvimentista, com a desprivatização, no sentido de torná-lo mais público e sob a responsabilidade do controle político-social.

Apesar de se separar o período delimitado (década de 1980 e década de 1990) para efeito de análise, os resultados passaram a ser cumulativos, depois que os trabalhadores tiveram que enfrentar uma década de prejuízos, devido ao aumento da perda do excedente econômico oriundo do arrocho salarial, seguidos de longo período de precarização e desemprego. Na medida em que avançou a ideologia neoliberal, ao longo das duas últimas décadas do século XX, aceleraram-se também os processos de privatização, principalmente na década de 1990, e, por sua vez, aumentaram de forma exponencial as taxas de desemprego.

Os fatos políticos ocorridos durante o tempo delimitado apontam outras causas igualmente importantes para o estudo proposto, porque, apesar da semelhança no avanço das teses neoliberais contra o Estado desenvolvimentista em outros países da América Latina, no Brasil mantêm particularidades que devem ser consideradas. Durante a década de 1980, no Brasil, estavam processando-se as jornadas de luta em prol da transição do fim do ciclo do regime militar. Apesar das práticas clientelistas tão presentes no nosso país, o Estado continuava nacional-desenvolvimentista, até o início de um longo período democrático-burguês em que passaram a predominar as teses neoliberais. Este período de transitoriedade foi marcado por vários acontecimentos históricos, cheios de importantes episódios, pois, no processo de lutas

contra as leis remanescentes do regime militar, cresceram, de forma extraordinária, as lutas dos trabalhadores, formando-se grandes e combativas organizações operárias, camponesas, estudantis, entre outras. Na luta pela liberdade, suprimida durante o período de exceção, surgiram também as centrais sindicais, contribuindo assim para o fortalecimento da ideologia do proletariado e para suas conseqüentes conquistas políticas.

Alguns dos elementos que caracterizaram este processo foram as marchas pelas *Diretas Já*, ocorridas até 1985. Depois, foi a memorável luta em prol da Assembléia Nacional Constituinte, que culminou com a **Constituição Cidadã** de 1988, cujo conteúdo reflete o resultado do movimento de diversos setores da sociedade nesta conjuntura política e econômica, na busca do Estado de direito.

Os trabalhadores, quando tinham chegado ao auge das lutas contra o arrocho salarial imposto desde o período de repressão, sofreram a grande derrota política nas eleições de 1989. Nesta ocasião, foi eleito o presidente da família de usineiros do Estado de Alagoas, representante das oligarquias econômico-financeiras e de sua corrente política. A conjuntura do final da década de 1980 apontava então uma encruzilhada histórica em que havia duas possibilidades: ou se entraria num caminho marcado pelo progresso, resgatando-se o caráter público que deveria assumir o Estado desenvolvimentista, com políticas de emprego e renda para os trabalhadores, ou se caminharia na direção oposta, já seguida por muitos outros países da América Latina. Isso porque todos estavam pressionados pelos mesmos credores da enorme dívida externa, sujeitos à lógica do capital financeiro e ao caminho das reformas neoliberais, cuja definição, no Brasil, se daria nas eleições para presidente da República.

Infelizmente, o resultado foi a entrada do país em um ciclo neoliberal, que teve como ponto de partida a derrota do governo representativo da *Frente Brasil Popular*, em 1989, cuja proposta de programa de governo era também, entre outras, a da manutenção e saneamento das empresas estatais, de forma que se reciclasse parte dos seus funcionários, desprivatizando o Estado e preparando-as para enfrentar as suas concorrentes do setor privado nacional, como também e principalmente as internacionais.

Ocorreu, assim, a vitória do candidato Fernando Collor de Mello, cujo programa era nitidamente conservador, não manifestando qualquer preocupação com o emprego da força de trabalho. Começava então a grande ofensiva da ideologia neoliberal, no mesmo momento histórico em que também o capital financeiro exercia com muita força a *destruição não-criadora*

desta fração do capital (Chesnais, 1990), fatos que repercutiam financeiramente contra o setor produtivo estatal no Brasil, setor este que tinha sua expressão maior nas empresas do Estado.

Ainda no cenário internacional, outro fato econômico de grande relevância que está historicamente relacionado com a crise da década de 1980 é que, no ano de 1979, ocorrera o segundo choque ou segunda crise do petróleo, a qual obrigou os países atingidos pala crise energética a redefinir as relações entre os países credores e os devedores.

As mudanças políticas que caracterizavam a conjuntura internacional tiveram como ponto de partida a eleição de Margareth Tatcher (a chamada "dama de ferro") para Primeira Ministra da Inglaterra. Esta era, assim, a representante do Partido Tory, historicamente, a mais conservadora representação política daquele país. Logo depois de eleita, implementou, entre outras medidas neoliberais, o programa de privatizações, o qual, em termos gerais, serviria de exemplo a ser seguido por significativa parte do mundo ocidental, onde os países da OCDE exerciam o seu poderio econômico e financeiro. Principalmente aqueles que estavam (e ainda estão) subordinados à lógica do imperialismo pela enorme crise latino-americana da dívida externa, como a do Brasil, a do México, a da Argentina, a da Colômbia, por exemplo.

O que mais caracterizou as medidas conservadoras deste cenário apresentado foi a elevação das taxas de juros pelos países credores e a desvalorização do dólar (Pochmann, 1999, p. 13). Isto, naquele momento, acentuou a situação de baixa liquidez internacional que, por sua vez, colocou o Brasil na situação oposta àquela do início da década de 1970, a qual, entre outros fatores, teria sido determinante para proporcionar os cinco anos de expansão econômica, depois conhecidos como os anos do "milagre", período em que a economia teria crescido a uma média de 11% ao ano.

Estes são os fatores econômicos e políticos que provocaram a crise fiscal do Estado desenvolvimentista.

Não foi por acaso ter sido este também o momento em que oficialmente se deu o ponto de partida nas discussões sobre as privatizações das empresas estatais no Brasil ou, pelo menos, foi quando se deram as primeiras tentativas oficiais do governo neste sentido. Isto já é uma boa referência para se relacionar o fenômeno da privatização com este último tipo de crise do capitalismo, e não apenas com o mito da ineficiência administrativa do Estado, como afirmam os teóricos do neoliberalismo.

Na conjuntura econômica da enorme crise política e social que então se abateu sobre o país, foi criado o Programa Nacional de Desburocratização, por meio do Decreto 33.740, de 18, de julho de 1979 (Boschi, 1991-13; Amaral Filho, 1996;111). Apesar da sua tradição predominantemente nacional-desenvolvimentisra, era, ainda, a manifestação inconteste do que foi o II PND lançado no Governo Geisel, o penúltimo governo do regime militar. Pressionado pelos credores externos, o governo foi obrigado a tomar posição decisiva no sentido de dar início às discussões sobre as privatizações das empresas estatais, apesar das restrições que existiam para estas não serem controladas pelo capital estrangeiro. Esta última postura de um dos derradeiros presidentes militares mostra a capitulação do governo diante dos interesses do capital financeiro.

Naquele momento histórico estava ocorrendo no Chile a primeira experiência de políticas neoliberais na América Latina, cujo programa de "reforma" do Estado se iniciara já em 1973, sob a batuta da ditadura do governo do general Pinochet. Este teria permitido que o povo do seu país servisse de cobaia para as experiências neoliberais, seguidas depois por outros países do mundo capitalista ocidental (Boron, 1998, 63-18). Pela repercussão que provocaram os métodos de torturas e assassinatos ocorridos no Chile durante o período da ditadura militar naquele país, já se pode ter uma idéia do preço político que o povo chileno pagou pela implementação de um programa político-econômico que jamais escolheu. Este poderia servir de exemplo do modelo da "democracia" neoliberal.

Numa análise comparativa entre os "avanços" dos processos de privatização de toda a década de 1980, período em que o Brasil sofreu o mesmo impacto da dívida externa dos demais países da América Latina. Pois  no seu final dos amos 80 a taxa de desemprego no Brasil era de 2,9%; portanto, próxima do pleno emprego.

Graças à capacidade de mobilização dos trabalhadores contra o arrocho salarial imposto pelo governo subalterno às políticas impostas pelo FMI, o Programa Nacional de Desburocratização anunciado em 1979 (a mesma data que tal processo teve início na Inglaterra), no Brasil não se observaram os mesmos resultados de outros países, mesmo que todos estivessem igualmente submetidos às pressões políticas e macroeconômicas dos mesmos credores internacionais. Esses igualmente impõem a lógica do capital financeiro, por meio dos seus órgãos representativos (FMI, Banco Mundial etc.). Tal diferença nos resultados dos programas de privatizações se constata inclusive em relação a outros países da América Latina, tenham eles

concluído ou não a chamada transição democrática, tenham eles saído ou não do "ciclo" das ditaduras militares que assolavam quase todos os países deste continente.

O governo brasileiro iniciou oficialmente as discussões sobre o que chamava de desburocratização do Estado, da mesma forma que os demais devedores da imensa dívida externa em quase toda a América Latina, no mesmo período, já tinham privatizado suas empresas estatais. Tais medidas foram impedidas de ser implementadas, podendo ter sido antecipados os escandalosos processos de privatização que viriam a ocorrer com dez anos de atraso em média, em relação aos demais países devedores, podendo também no Brasil repetirem-se as alarmantes taxas de desemprego que se registravam nos paises da OCDE, onde a ideologia neoliberal já se tornara hegemônica. Isto porque também esse país tanto quanto qualquer outro deste continente já se encontrava subordinado à lógica do imperialismo e do capital financeiro, considerando-se, ainda, que a ideologia neoliberal já era dominante em quase todo o mundo ocidental.

Sabe-se que, depois do êxito eleitoral dos governos mais conservadores nos países do centro do capitalismo mundial, os processos de privatização, que são parte integrante das "reformas" do Estado quase no mundo inteiro, expandiram-se de forma muito rápida, atingindo negativamente as políticas públicas (assim como grande parte das conquistas das classes que vivem do próprio trabalho), por conta do retrocesso econômico, político e social, em especial o agravamento do desemprego. Isso, se for considerado que, em meio a tal tendência às "reformas" conservadoras, serão perdidas as conquistas dos trabalhadores via *Welfare State* (Estado de Bem-estar Social) nos países do centro do imperialismo e do Estado desenvolvimentista, nos países presos à dívida externa em praticamente toda a América Latina. Mesmo se respeitando as especificidades históricas das instituições a serem "reformadas", tais influências foram palpáveis nas décadas de 1980 e (em especial no caso do Brasil) de 1990. A Inglaterra, portanto, foi o país de influência do capital financeiro mundial que serviu de "carro chefe" nesse processo. Naquele país, entre 1980 e 1988, mais de quarenta por cento das empresas do Estado britânico foi transformado em empresa privada (Naisbitt & Aburdene, 1991, p. 157).

Cabe registrar que o programa dos Tories foi reformulado após a sua chegada ao poder, inclusive enfrentando muita resistência dos trabalhadores e setores mais progressistas da sociedade civil organizada. Ficou demarcado na história das lutas de classes da Inglaterra o prolongado confronto dos mineiros do carvão contra as privatizações daquele setor, os quais, inclusive, eram signatários de um dos mais fortes e clássicos sindicatos de trabalhadores da

Inglaterra e cujo poder político era o símbolo das lutas trabalhistas naquele país. Ao investir contra aquele setor estatal, a "dama de ferro" não só estava dando ao mundo uma demonstração do peso do braço direito da classe dominante inglesa; estava, simultaneamente, "quebrando a coluna dorsal do socialismo", como ela costumava prometer nos seus discursos de campanha. É com este mesmo espírito que Madsen Pirie (1988) o responsável pelos primeiros encaminhamentos dos programas de privatização na Inglaterra e propagandista do neoliberalismo, afirmou em seminário na bolsa de valores do Rio de Janeiro que a privatização traz despolitização seu rastro. Em outros termos: os processos de privatização visavam a despolitização da economia e sua orientação rumo à economia de mercado (Market-oriented Reforms).

Em meados de 1989, trinta e seis por cento dos serviços públicos passaram à iniciativa privada na Inglaterra, seguindo-se as mesmas políticas conservadoras em outros países que exercem enorme influência econômica e política nessa fase do capitalismo mundializado. Tal governo teve uma postura extremamente autoritária e lutou veementemente contra os direitos sociais conquistados no pós-guerra, naquele país, enfrentando a resistência dos trabalhadores e de outros setores da sociedade. Dentre os países da América Latina, podem-se destacar alguns cujos governos aderiram ao neoliberalismo, dilapidando os bens públicos, na década de 1980, como na década de 1990 viria a fazê-lo os governos Collor e FHC no Brasil.

O México também foi um dos primeiros países deste continente onde foram feitas amplas "reformas" do aparelho estatal, cujo programa de privatizações seguiu os rumos dos países citados acima. Resumindo, em 1996, trinta e cinco por cento dos 69 bilhões de ativos privatizados em todo o mundo foram vendidos por governos latino-americanos. Todo um continente dá uma guinada para a direita, seguindo as mesmas orientações do *Consenso de Washington* (Williamsom, 1994).

Como se pode observar, apesar do citado exemplo chileno, na maioria destes países os governos tinham sido eleitos pelo voto direto. Isto não os impediu de tomar medidas "reformistas" autoritárias e de caráter impopular, de que são revestidas todas as reformas neoliberais, já que suprimem direitos e conquistas sociais que foram consolidadas há séculos pelos trabalhadores. Tanto na Inglaterra de Thatcher como no Chile de Pinochet ou nos Estados Unidos de Reagan, as "reformas" do Estado, no que diz respeito aos processos de privatização, foram implantadas em ritmo relativamente acelerado, quase todas a partir da década de 1980,

enquanto no Brasil persistia a resistência a estes programas. Tal aceleração das idéias neoliberais iria acontecer na década de 1990, de forma impressionante.

Tamanha foi a velocidade de desmonte do Estado desenvolvimentista após a vitória do primeiro governo neoliberal, que de repente até parece que todos os "príncipes" passaram a obedecer cegamente ao cientista político Maquiavel em sua fórmula de "quando fizer o mal, fazê-lo rápido e de uma só vez". No caso do Brasil, entretanto, o processo seguiu caminhos tortuosos, com o que ficou conhecido como o "caçador de marajás" Fernando Collor, em 1990, seguido de FHC, principalmente entre 1994 e 1998. Foi preciso que ocorresse o desgaste da ideologia do desenvolvimento, combinado com o desastre financeiro, provocado pelos próprios governos anteriores durante a "Primeira Década Perdida", a década de 1980. Mesmo assim, o neoliberalismo só foi se consolidar no Brasil com dez anos de atraso em média, comparado-se com a velocidade em que se deu o seu processo nos demais países da América Latina (Fiori, 1997; 215-239).

Foi preciso que os arautos do neoliberalismo no Brasil criassem e recriassem vários mitos durante uma década para convencer a sociedade de que "o Estado é mau administrador", "perdulário", de que seria necessário "quebrar o monopólio estatal" e de que, "privatizando-se as empresas estatais, se ficaria livre da dívida pública, da dívida externa e da dívida interna", para que os governos transferissem, entre 1990 e 1998, quase todo o patrimônio do Setor Produtivo Estatal para as grandes empresas privadas, conseguindo destruir em oito anos tudo o que se necessitou mais de meio século para construir.

Utilizando-se dos argumentos mais inconsistentes, mesmo do ponto de vista da racionalidade econômica (neoclássica) tão cara aos argumentos economicistas, nos processos de privatização, enormes quantidades de trabalho acumulado sob a forma de capital constante em poder do Estado brasileiro passam para o poder do grande capital. Tanto o capital privado estrangeiro como o nacional, a esse associado, incorporaram ao seu capital fixo fortunas imensas por preços simbólicos, provocando ao mesmo tempo uma onda de desnacionalização da economia nunca vista na história deste país. Para tanto, foram inventados uma série de argumentos econômicos e políticos de cunho neoliberal, cuidadosamente divulgados nos meios de comunicação. Por esta razão, a segunda década perdida, ou *Década Neoliberal* (Moreira Cardoso, 2003) foi também chamada de *A Década dos Mitos* (Pochmann, 2001).

Confirmando-se o fenômeno que Marx já descrevera na segunda metade do século XIX sobre a *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, a centralização do capital se manifestou de maneira mais acelerada na década de 1990. No Brasil, as fusões e incorporações de grandes empresas privadas são exemplos do que se afirma. Este processo acentua-se com a privatização de empresas públicas a partir da adoção das políticas neoliberais. Para tanto, concorreu a associação do capital bancário e do industrial, que se constituem na forma de capital financeiro, representado pelos grandes bancos nacionais e estrangeiros, que, por sua vez, se apropriam de grande quantidade de riqueza pública acumulada por mais de meio século, no caso do Brasil. Tal processo já se encontrava em franca aceleração nos países industriais (Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e outros países da OCDE).

Vale ressaltar o fato econômico de que, apesar de suas diferentes identidades políticas, em sua essência, também outros países da América Latina (Chile, México Argentina etc.), todos submetidos ao jugo do capital financeiro, conseguiram quebrar a resistência política dos defensores do Estado desenvolvimentista, conseguindo que as privatizações transferissem, durante as duas "Décadas Perdidas" ou "Décadas de crises" (Hobsbawm, 2006, cap. 14) mais da metade das empresas do Estado para se incorporarem ao capital constante das empresas privadas.

Esse processo assemelhou-se às expropriações que deram origem ao capital, já constatado por Marx (1985, capítulo XXIV) acerca da *Acumulação Primitiva* na Inglaterra. É que as imensas massas de mais-valia acumuladas e cristalizadas nas empresas estatais no Brasil são repassadas para a propriedade do grande capital privado. Mas, além da separação feita pelo tempo histórico, uma das grandes diferenças entre as expropriações das propriedades camponesas, as terras da Coroa e os bens da Igreja usando-se da violência extra-econômica na Inglaterra, é que no Brasil o fato ocorreu dentro da lógica do capital financeiro, ainda no final do século XX. Neste momento histórico, o processo é legitimado por um discurso modernizante combinado com o conservadorismo característico das teses neoliberais que se tornam senso comum de forma espantosa.

Uma outra expressão desta forma indireta de os governos neoliberais retirarem os parcos direitos dos trabalhadores, principalmente nestes países de maior dependência, são os ajustes fiscais. Isto porque, deste ultimo mecanismo, os referidos governos sofrem intervenções do FMI, que os obriga a cortar gastos sociais, adotar políticas salariais que reduzem o valor dos

rendimentos dos trabalhadores e/ou acelerar as “reformas” e “flexibilizar” os direitos trabalhistas neste sentido.

Na sua retórica, os agentes desta fração mais desumana do capital, apesar de serem legitimamente eleitos nos marcos da democracia burguesa para, em tese, defenderem direitos iguais, munidos dos manuais produzidos nas instituições dos grandes credores do capital financeiro e apoiados numa mídia poderosíssima por este sustentada, transformaram as políticas formuladas no *Washington Consensus* em discurso dos seus governos, que se constituem na abertura comercial e financeira, na “reforma” do Estado e nas privatizações das empresas estatais.

No Brasil, foram combinadas as políticas de estabilização da moeda, dando um novo caráter às reformas estruturais que passaram a ser sinônimos de sucessos dos programas do governo, cujas vitórias de curtíssimo prazo serviriam para a eleição e reeleição de FHC, respectivamente em 1994 e 1998 (Fiori, 1997: 12-21). A partir daí, jogou-se nas costas dos trabalhadores, principalmente, o ônus da crise de superprodução, na qual se encontra mergulhado o capitalismo desde meados da década de 1970. As políticas de pleno emprego baseadas nas orientações keynesianas, que antes se constituíam em relativa preocupação dos governos nas suas propostas de políticas macroeconômicas, são duramente criticadas, colocando-se em seu lugar outras de caráter oposto. A partir da década de 1980 a preocupação para a ser o “enxugamento” do Estado, mesmo que, em decorrência de tais políticas, aumentassem assustadoramente as taxas de desemprego e outras formas de exclusão social. Todo um conjunto de ações do Estado, cuja implementação, de um modo geral, contribui para reverter a histórica tendência ao descenso da taxa de lucro. Tal fenômeno teve um avanço diferenciado para os países da América Latina, o que criou um verdadeiro entrave para os elaboradores das políticas recomendadas no evento, que tomou o nome de *Washington Consensus* (Williamsom, 1994, 11-43).

Diante do exposto, torna-se necessário elaborar uma pesquisa que adote uma metodologia que articule a correlação dos fatos econômicos e políticos, colocando-os na sua contextualização histórica em que estava situado o período compreendido entre os anos de 1980 e 1998. Uma pesquisa que considere as especificidades dos processos de privatização das empresas estatais no Brasil, leve em conta a relação entre as empresas estrangeiras ante a crise de superprodução que atingiu o capitalismo no Brasil, desde a metade da década de 1970, e que leva o Estado Brasileiro a uma grave crise nos anos 80, abrindo espaço para o avanço das propostas neoliberais contra o Estado desenvolvimentista. As propostas neoliberais conseguiram avançar no Brasil,

principalmente na década de 1990, portanto, com um enorme atraso em relação aos demais países deste continente (Fiori, 1997, 215-227).

Outra questão que deve ser demarcada aqui é que várias formas de privatização do patrimônio público têm sido criadas ou definidas, desde a abertura do capital social da empresa, sua simples liquidação, pulverização das ações ou a transferência do imenso patrimônio público de que se compõe a grande massa de mais-valia acumulada, que forma o valor objetivo cristalizado nas empresas estatais para se incorporar à propriedade privada, fonte de lucro de empresários capitalistas. É desta última forma de privatização que este trabalho deve ocupar-se.

Este trabalho está dividido em duas grandes partes: a primeira é constituída de três capítulos e a segunda, de quatro. A parte I contém o espaço onde se elabora a revisão bibliográfica centrada mais nos aspectos teóricos, tendo como objetivo o de construir os elementos representativos da ideologia dominante no período delimitado neste trabalho. Na introdução geral se faz uma breve análise do significado histórico do neoliberalismo, situando-o no processo das lutas da classe operária enquanto sujeito histórico, principalmente no que diz respeito ao seu papel na desconstrução do sujeito coletivo. Tais foram as mudanças que este construto teórico exerceu contra a ideologia do proletariado, desde o lançamento da obra denominada *O Caminho da Servidão*, por F. A.. Von Hayek, no inicio da década de1940, até metade da década de 1990, quando o neoliberalismo começou a dar sinais do seu colapso, demonstrado com a crise do México.

No capítulo I, dando-se seqüência ao conteúdo da seção anterior, pretende-se resgatar as bases teóricas do conservadorismo e do liberalismo, que são a parte do conhecimento que serve de ponto de partida na construção das idéias neoliberais.

No capítulo II, mostra-se a história e o fim do "laissez-faire", cujos princípios foram historicamente decisivos para os teóricos do liberalismo econômico, na defesa da auto-regulação do mercado, eximindo o poder público da responsabilidade com a questão das políticas de emprego e renda. Além de serem instrumentalisadas pela economia, os referidos argumentos influíam também em outras áreas do conhecimento humano, ao naturalizar fatos que eram puramente sociais, à semelhança da "mão invisível" do mercado.

No capitulo III, mostrar-se-á a emergência do modelo de acumulação que se tornou hegemônico no final do século XX ou, mais precisamente, a partir da década de 1980, cujos

interesses vão ao encontro das idéias neoliberais, formando um conjunto inseparável, que se complementa, nesta *nova fase* em que se apresenta o imperialismo.

A parte II está constituída dos capítulos IV, V, VI e VII. Seu objetivo é o de aproximar o leitor do objeto de estudo, complementando a compreensão do que foi teorizado nos três capítulos da primeira parte.

No capítulo IV, mostrar-se-á a luta dos defensores do Estado desenvolvimentista em prol das empresas estatais, assim como a relação destas com as empresas privadas enquanto elemento que se beneficia diretamente de sua infra-estrutura, cujo papel histórico sempre foi criar as condições necessárias para se desenvolver no Brasil um dos maiores parques industriais da América Latina, usando-se para isto os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Neste capítulo analisar-se-ão, ainda, as reprivatizações ocorridas ao longo da década de 1980, as quais na essência, significam a devolução das empresas estatizadas no âmbito do II PND entregues à responsabilidade do banco estatal para saneá-las e depois tornar a devolvê-las à mesma classe empresarial que as tinham levado à falência.

O capítulo V, iniciando por uma empresa antes considerada estratégica do ponto de vista do seu significado político e caracterizando o retrocesso nas políticas publicas no Brasil, apresenta uma mudança de qualidade na história das privatizações, uma vez que somente a venda da siderúrgica USIMINAS, ocorrida no início do governo Collor, representa em valor monetário o dobro da soma de todas as privatizações ocorridas durante todos os dez anos anteriores no período em que predominavam as idéias que davam sustentação e defesa do Estado desenvolvimentista. Neste mesmo sentido, no capítulo se trata ainda da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

No capítulo VI tratar-se-á da privatização da Cia. Vale do Rio Doce, empresa esta escolhida para demonstrar as contradições do modelo neoliberal no Brasil, principalmente no final do governo FHC. Só para serem citados alguns aspectos do que se afirma, pode-se garantir que nesta empresa estatal não havia nenhum dos elementos de base econômica que caracterizasse as acusações que os teóricos da ideologia neoliberal fazem às empresas estatais, mostrando ainda que, além do jogo de interesses do capital (principalmente o financeiro) em se apropriar deste imenso patrimônio publico, serviu para o governo neoliberal sinalizar para os capitalistas personagens representativos do mercado mundial que ele seria capaz de os agradar.

Finalmente, no capítulo VII tratar-se-á especificamente das lutas do proletariado no Brasil, no período das duas décadas delimitadas por este trabalho. Assim, além de serem mostradas as disparidades entre o crescimento da economia brasileira (seguindo-se a lógica do Estado desenvolvimentista) e o achatamento dos salários, mostrar-se-ão ainda o resultado da ofensiva neoliberal na década de 1990, a crise do movimento sindical, as crescentes desfiliações e a elevação das taxas de desemprego. Sob muitos aspectos, este capítulo complementará a parte teórica dos capítulos I e II, pois nele se mostrará os resultados catastróficos da aplicação das orientações das políticas adotadas pelos governos neoliberais seguidores daquelas teorias.

# PARTE I

# UMA ANÁLISE CRÍTICA ÀS BASES TEÓRICAS DO NEOLIBERALISMO

# INTRODUÇÃO

## DO LIBERALISMO CLÁSSICO AO NEOLIBERALISMO: *Um Retrocesso Histórico.*

Conforme já foi dito na introdução deste trabalho, decidiu-se por adotar o método dialético como instrumento de análise. Ao fazer-se isto, tem-se perfeita consciência das diversas dificuldades a serem enfrentadas ao analisar um tema tão rico em contradições em um cenário onde reina a tirania do mercado financeiro e sua correspondente hegemonia: a ideologia neoliberal, como forma de pensamento único. Não há, portanto, nenhuma pretensão de escrever uma tese (como outras já existentes no mundo acadêmico) cujo conteúdo se constitua em uma (até tentadora) apologia ao neoliberalismo, ou o seu núcleo duro: a economia monetarista, ou ainda algum outro construto teórico que se tenha comprovadamente constituído em legitimação das derrotas (mesmo que momentâneas) que a classe dominante tem imposto historicamente contra o trabalho em favor do capital.

Esta postura aqui assumida parece estar historicamente respaldada, tanto pelos marxistas desde o final do século XIX, como por aqueles que têm lutado pela sua atualização no final deste século. Engels (1991, p. 4) já afirmava naquela época (1894) que: só do lado da reação se encontram teóricos puros na esfera dos interesses públicos; justamente por isso esses senhores não são mesmo teóricos verdadeiros, mas simples apologistas dessa reação.

Michel Lowy (1974,p.24), comentando acerca desta questão, confirma essa necessidade entre ciência e ideologia revolucionária, ao afirmar:

> Ao rechaçar explicitamente toda separação entre ciência e ideologia revolucionária, "juízo de fato" e juízo de valor, objetividade e ponto de vista de classe, Lenin capta o marxismo, em sua unidade dialética, como "ciência revolucionária do proletariado", como doutrina que "associa o espírito revolucionário a um caráter altamente científico (sendo a última palavra das ciências sociais) e de nenhuma maneira realiza esta associação ao acaso, nem unicamente o próprio fundador desta doutrina reunia as qualidades do sábio e do revolucionário: os associa íntima e indissoluvelmente na teoria mesma (Lowy, 1974, p. 24)

A compreensão que se tem como pressuposto é que o que contribui para consolidar a ideologia do proletariado, de sua formação política, que é o sujeito coletivo, está na direção e

sentido positivo da história da consciência de classe; tudo aquilo que contribui para a desconstrução da ideologia, e que a fortalece e mantém unida, conduzindo-a na direção e sentido das condições sociais em que os trabalhadores viviam no passado (remoto, até) entende-se como **retrocesso histórico**.

Ao analisar a questão da causalidade, tempo e formas de mediação, o Filósofo István Mészáros (2002, p. 183) afirma:

> A história, ainda que muitas vezes tendenciosamente ignorada, não merece o seu nome a não ser quando como aberta tanto na direção ao passado como na direção ao futuro. Significativamente, os que desejam fechar na direção, a irrefreável dinâmica do desenvolvimento histórico são obrigados a fazer o mesmo na direção do passado – ou não conseguiriam fechar o círculo ideológico necessário.

Mészáros (2002, p. 206-207) compara ainda o tempo histórico às camadas "geológicas" ou "arqueológicas", que se constituem de três determinações que permanecem incorporadas à constituição estrutural do sistema do capital. Tal sistema de "camadas geológicas" estaria disposto, segundo ele, na seguinte seqüência:

> Cronológicamente, a mais recente (camada) pertence à **fase capitalista** do desenvolvimento, que se estendeu apenas pelos últimos quatrocentos anos. Em compensação, a camada intermediária abrange uma escala de tempo bem maior, cobrindo muitos séculos em que emergem e se consolidam algumas mediações particulares de segunda ordem do capital, como acontece, por exemplo, com o primitivo capital monetário e comercial.

Se observarmos a relação que existia entre a referida forma de capital e o colonialismo, inclusive a reintrodução do chamado escravismo colonial com todos os requintes de atrocidades nos navios negreiros e nos engenhos do Brasil, tão bem colocados nos versos de Castro Alves, poderemos dizer que, para os negros, aquele **sonho dantesco** se constituía em um retrocesso histórico. Sair daquela "fatalidade atroz que a mente esmaga" para um regime onde predomina o regime de exploração do assalariado corresponde a um avanço (aceleração) histórico, pois do ponto de vista do processo histórico, a escravidão da Antiguidade clássica esta situada há séculos de História do modo de produção capitalista, que por sua vez pressupõe a hegemonia do trabalho assalariado.

Assim, temos a *fase* atual, correspondente ao capitalismo contemporâneo, com a qual estamos em contato, como a primeira "camada geológica", que por sua vez apresenta a *subsubsunção real* do trabalho ao capital; portanto, o predomínio do assalariamento como forma de exploração da força de trabalho. De outra parte, a *fase* intermediária está relacionada com o capital mercantil, que se caracteriza como o longo período histórico em que predominou o colonialismo, em que ocorreu o processo de acumulação primitiva, segundo Bresser Pereira (1982, p. 25-28), e ocorria, predominantemente, a *subsunção formal* do trabalho ao capital. É importante observar para acompanhar este raciocínio, que ocorria, naquele momento histórico, a total ausência de regulamentação das relações de trabalho.

Esta periodização se reveste de grande importância, porquanto, consensualmente, pode-se dizer que a maioria da literatura econômica e histórica marxista compreende que a referida forma de exploração do trabalho pelo capital (este é o tema que mais interessa nesta tese) até os anos de 1930 era, predominantemente, determinada pela lógica do capital mercantil que, por sua vez, antecede históricamente, o capital industrial.

O rompimento com a *fase* do capital mercantil no Brasil, assim como em toda a América Latina, deu-se pela via do Estado desenvolvimentista. Desta forma, apesar de suas distorções, romper com este Estado também é romper com os poucos benefícios que o referido desenvolvimento proporcionou às classes subalternas no Brasil, em especial os trabalhadores, em uma conjuntura em que predominava o capitalismo monopolista, desregulamentando os parcos direitos conquistados pelos trabalhadores. Tal como ocorreu na conjuntura econômica e política do final do século XX onde predominava (e predomina) o capitalismo monopolista, desregulamentar os direitos dos trabalhadores conforme recomendam os teóricos do neoliberalismo é mover a história para a situação em que nem este Estado desenvolvimentista existia como proteção daqueles parcos direitos.

Por essa razão é que se afirma e se pretende mostrar neste trabalho (principalmente no capitulo VII) que, do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, o neoliberalismo representa um **retrocesso** na história da humanidade. Dizer o contrário seria fazer o mesmo que tentavam fazer na Filosofia, na Economia clássica e noutras áreas do conhecimento faziam os teóricos da apologética da economia vulgar ainda no início do século XIX, conforme Marx (1982), os quais estudavam o mundo para sua contemplação, diante da contradição principal de uma sociedade onde reina a opressão de classe sobre aqueles que nada têm para vender a não ser a sua força de

trabalho, e não para transformá-lo. Seria tentar conciliar o inconciliável ou omitir suas contradições dialéticas.

Se por um lado, ao nível das aparências, este trabalho parecer "panfletário", por outro, este correria o risco de omitir a dura realidade dos trabalhadores sob a hegemonia da ideologia neoliberal, que corresponde ao período das formas de gestão da acumulação flexível, da terceirização e de outras variantes da precarização do trabalho. Enquanto subjetividade, a eqüidistância em relação às classes corresponde à legitimação do capital financeiro, o qual por sua vez representa a fração do capital em que esta é a parte da **totalidade** do capital pior do que aquela que retira dos trabalhadores a mais-valia no chão da fábrica. Isto, porque essa forma de pensamento, apesar de retomar as idéias do liberalismo econômico clássico, consolidadas ao longo do século XVIII contra os resquícios do obscurantismo feudal, retoma as idéias conservadoras e reacionárias, criadas ao longo do século XIX, para serem adotadas no final do século XX. Este processo deve ser visto de forma dialética, pois, as mesmas idéias que por si sós podem representar progressos para a humanidade em determinados momentos históricos, podem ser vistas como expressões de retrocessos em outros. Com efeito, a ideologia que predomina (conjunto das idéias da classe que domina) durante a Revolução Industrial deve ser diferente daquela que passa a dominar no final do século XX, pois são as mudanças na base material que determinam as revoluções no campo das idéias (Marx, 1982, 13-17).

Enquanto na segunda metade do século XVIII o liberalismo econômico defendia os princípios do capitalismo moderno, produto da Revolução Industrial, o neoliberalismo do final do século XX tem seus interesses ligados ao capital financeiro que reduz o investimento e, conseqüentemente, aumenta o desemprego, além de produzir verdadeiros "fetiches", transformando virtualidades técnicas em fatos econômicos, e em sua hegemonia reina a discriminação, miséria e a violência (Miglioli, 1998, 35-50; Chesnais, 1999, p. 12-13).

A partir do período em que se consolidou o liberalismo econômico, aceleraram-se as condições de desenvolvimento da consciência de classe, a qual contribuiu para a erradicação de regimes de expropriação escravista, de servidão, e outras formas de extração do excedente econômico, historicamente anteriores à exploração do trabalho assalariado. O neoliberalismo hoje luta contra as organizações dos trabalhadores, consolidadas a partir daquele processo histórico; o liberalismo econômico lutava contra as idéias obscurantistas do passado; o neoliberalismo, nos dias atuais, luta contra o presente e o futuro.

Como será visto neste trabalho, no "Século das Luzes", o liberalismo clássico direcionava suas lutas contra as intervenções do Estado mercantilista na economia, entre outras expressões do obscurantismo da Idade Média, em favor dos valores objetivos e dos subjetivos necessários para a construção do capitalismo moderno. A teoria do Estado liberal de Adam Smith (1776) e de David Ricardo (1817) referia-se a um modo de produção capitalista em que as empresas que compunham a sociedade civil eram menores do que aquelas existentes dois séculos depois. No imperialismo atual, em que triunfam as idéias neoliberais, que se propõem a usar a teoria do "Estado mínimo", a situação é outra. Mesmo assim, paradoxalmente, os teóricos do neoliberalismo usam os mesmos argumentos liberais contra os sindicatos dos trabalhadores, combatendo as políticas do pleno emprego, e da saúde pública, as empresas estatais, não se importando com o destino dos seus desempregados nem com a perda de outras conquistas do proletariado. Isto é o que será visto a seguir.

No processo histórico, no movimento do capital, durante dois (ou mais) séculos de luta contra a classe proletária, o próprio liberalismo econômico resgatou o que existia de mais conservador nas idéias que o formataram originalmente. Os seus defensores retomam, assim, princípios consolidados nas lutas contra o antigo Regime Feudal, em uma época em que na economia predominavam as pequenas e médias empresas, onde o capital especulativo era relativamente inexpressivo, para legitimar políticas econômicas e sociais conservadoras dos grandes conglomerados empresariais sob a hegemonia desta forma de capital, no final do século XX.

Nestes últimos duzentos anos, desenvolveu-se um mundo em que além da sociedade civil se encontrar formada de grandes conglomerados econômicos, o capital financeiro conquistou sua hegemonia sobre o capital produtivo (Chesnais, 1999; Souza, p. 79-96). No imperialismo clássico, característica que o capitalismo assumiu a partir do final do século XIX (Lenin, 1982, cap. 10), as pequenas e médias empresas são a exceção. Aqueles Estados que se formaram no cenário das idéias liberais tinham, por sua vez, estruturas diferentes destes que passaram por processos históricos e econômicos nos quais envolveram mais de dois séculos de lutas de classes com muitas conseqüências políticas, ora conservadoras, ora progressistas. Além destas diferenças, conforme serão mostrados, os Estados, contra os quais os seguidores das idéias neoliberais dirigem seus ataques, contam com setores produtivos (SPE) constituídos das empresas estatais tão amplamente produtivos quanto (ou mais do que) muitas empresas do setor

privado. Estas se apropriam do *surplus* que é produzido como forma de garantir lucros fabulosos (O'Connor, 1977, p.181-202).

Os trabalhadores que existiam no período liberal não tinham conquistado, por sua vez, o poder de classe que passaram a ter na sociedade contemporânea (pelo menos, até o retorno do neoliberalismo conservador e a atual crise do mundo do trabalho). O proletariado, além de adquirir uma sólida consciência de classe, desenvolveu inumeráveis métodos de luta em sua defesa contra a classe que historicamente o oprime, desde a busca das conquistas econômicas nos sindicatos, em prol da reposição das necessidades básicas de sua reprodução, até às disputas mais avançadas no campo da política pela conquista do Estado, com o objetivo de superar o próprio regime de opressão e acumulação do capital.

A burguesia, por sua vez, com o poderio da riqueza retirada da degradação da natureza e do excedente econômico extraído na exploração do trabalho alienado, do desenvolvimento das forças produtivas, e dos baixos salários decorrentes do desemprego da própria classe proletária, também desenvolveu novas formas de dominação e opressão. Em outros termos: a classe dominante desenvolveu ou se apropriou de tudo: desde o aparelho do Estado (capitalista coletivo ideal) até os métodos de cooptação dos próprios intelectuais orgânicos da classe média ou da classe subalterna, para servir aos seus objetivos econômicos e sociais.

O liberalismo econômico clássico, na sua origem, teve seus princípios consolidados em outras áreas do conhecimento humano. Combatia os regulamentos estatais, as corporações de ofício e outras manifestações da imensa superestrutura reinante no obscurantismo feudal e/ou na escravidão colonial. Com efeito, o mesmo representava a luta dos interesses do capital industrial contra as idéias hegemônicas na sociedade, quando predominavam os antigos interesses do capital mercantil. Com a intensificação do comércio marítimo, a indústria moderna estabeleceu o mercado mundial, para o qual a descoberta da América deu grande contribuição. A extensão do mercado deu um grande impulso para o desenvolvimento do comércio, para a navegação, e para as estradas de ferro, facilitando a extensão da comunicação por terra, contribuindo para os interesses tanto do proletariado como da burguesia, a qual, por sua vez, consolidava o seu poder econômico em relação aos resquícios dos interesses dos grandes proprietários de terra, e da Igreja (principalmente a Igreja católica) em franca decadência.

Numa tal conjuntura, o proletariado, além de não ter nem contar com um grau de organização elevado, era o aliado tático da burguesia contra o feudalismo. Do ponto de vista da

sua formação especificamente econômica, a burguesia, pelo fato de ser detentora dos meios de produção, conseguiu passo a passo acompanhar-se de um progresso político correspondente, desempenhando um papel revolucionário (Marx, 1982:96-97). Mas, além de se apropriar de enormes somas de capital, por meio de crescentes taxas e massas de mais-valia e idênticas taxas de lucro ao longo de sua história de acumulação, a burguesia conta com a legitimidade da violência do Estado capitalista, com a revolução contínua dos processos de produção e com os desequilíbrios constantes das relações sociais, saindo cada vez mais politicamente fortalecida e economicamente poderosa (Salama, 1979, p.224-261).

As raízes do pensamento liberal, por sua vez, fazem parte do conjunto de ideologias que consagraram as revoluções burguesas, principalmente a partir do século XVIII, quando o capital mercantil perdeu a sua hegemonia para o capital industrial, enquanto, no final do século XX, este é que perdeu a sua hegemonia para o capital financeiro. Naquele contexto, em relação ao passado, o liberalismo representava um relativo avanço na história da humanidade, já que em suas lutas pela conquista de novos mercados foi obrigada a romper com regimes de trabalho e padrões de acumulação mais atrasados em várias partes do globo, onde tais relações serviam de entraves à venda (realização) de suas mercadorias, como foi o caso da escravidão colonial. Mas o modo de produção de mercadorias, mesmo visando o seu valor de troca, adquiriu no capitalismo uma expansão nunca vista em outro momento da história da humanidade.

Entre a publicação de uma das obras que mais representam o liberalismo econômico inglês, *A Riqueza das Nações* (Adam Smith, 1776), e o final do século XIX, ocorreram grandes mudanças tanto nos mercados internos devido à destruição das economias camponesas e o crescimento das cidades, como na extensão dos mercados estrangeiros que comercializavam com Inglaterra, país tomado como referencia dos estudiosos cujas obras formaram a economia clássica. Da mesma forma, o que dizer da diferença entre a sociedade civil dos tempos do liberalismo e a que existe no final do século XX, em que reinam o capital monopolista e a oligarquia financeira?

Entre 1700 e 1770, os mercados estrangeiros disponíveis para os produtos fabricados na Inglaterra cresceram muito mais rapidamente do que o seu mercado doméstico. Entre 1700 e 1750, as indústrias que atendiam ao mercado doméstico cresceram 7% enquanto as indústrias de exportação cresceram 76%. À medida que cresciam esses mercados, também aumentavam, proporcionalmente, a indústria destinada ao mercado doméstico e ao mercado estrangeiro.

Este foi o cenário que serviu de base para Adam Smith escrever a monumental obra, que é pedra angular da economia moderna. Como o objeto de estudo da economia política, o capitalismo, é mais dinâmico do que todos os modos de produção que o antecederam (Marx, 1987: 107), seu método de estudo deveria expressar esta dinâmica do capital e da sociedade subordinada à sua ideologia. Em vez de refletir o movimento da acumulação do capital em uma incessante busca do lucro e a luta do proletariado que cresce, em quantidade e qualidade, a economia política clássica houve por bem tratar o seu objeto de estudo como se este tivesse parado no tempo para nunca chegar ao mesmo destino aonde chegaram os modos de produção que o antecederam – a decadência e a morte.

# CAPÍTULO I

## O LIBERALISMO ECONÔMICO: *Base Teórica do Pensamento Neoliberal.*

Ao contrário dos países de capitalismo originário, nas nações de capitalismo tardio (Late Camers) os (parcos) benefícios da industrialização só viriam chegar quase dois séculos depois, não como uma "dádiva" da "mão invisível" do mercado, mas pela iniciativa do Estado desenvolvimentista. O país em que o desenvolvimento das forças produtivas serviu de base para a construção da teoria do liberalismo econômico foi a Inglaterra, na situação histórico-econômica em que ela se encontrava no século XVIII. O Brasil veio a constituir a infra-estrutura do Departamento I no final da década de 1950.

Enquanto isto, quase duzentos anos antes, a Inglaterra já representava o país que melhor expressava as características da Revolução Industrial, constituindo-se a nação que seria seguido por todo o grupo daqueles de capitalismo tardio (*De te fabula narratur*). Foi o universo principal ou o grande laboratório onde se desenvolveram as idéias econômicas do liberalismo clássico, embora para isso não estivesse isolada de outros países de capitalismo tardio, onde ainda reinava a hegemonia do capital mercantil, forma de capital que era hegemônica no período colonial. Foi o país onde se processou o maior desenvolvimento das forças produtivas no século XVIII. Também na Inglaterra encontravam-se as instituições mais avançadas que formavam o Estado moderno em relação às demais nações do mundo ocidental. O país mais industrializado do mundo no século XVIII contava com um parlamento que legitimava as ações políticas do Estado capitalista. Tinha uma força militar imbatível entre os demais países da Europa. Sua indústria bélica e os navios de sua marinha de guerra e de sua marinha mercante dominavam os mares, levando e trazendo mercadorias, reunindo a capacidade de derrotar a maior parte dos seus concorrentes, não só pela elevada produtividade do trabalho na sua indústria, como também pela garantia de um Estado forte de que se constituía o Império Inglês.

O centro das preocupações de A. Smith era a economia que gerava o conjunto destas riquezas no capitalismo moderno, embora o referido autor não estivesse alheio ao poderio político, econômico e militar que ele definia como "nação civilizada e rica", em face de outras

nações “bárbaras e pobres”, como ele definia o poder do império colonial inglês em relação aos países economicamente mais atrasados (ou colonizados) de sua época.

Ao se avaliarem as idéias econômicas smithianas da concorrência nacional e internacional, devem-se levar em conta o fato de que as relações políticas e comerciais reinantes desde então não se processavam em nenhuma “paz perpétua”, mas em um cenário onde predominavam os conflitos que marcaram o próprio modo de produção capitalista, desde os processos de acumulação primitiva.

Fica difícil acreditar que todas as nações do mundo capitalista em formação contavam com a mesma igualdade de condições de concorrência, ao se considerarem as evidências dos conflitos históricas, em grande parte conhecidos do autor de *A Riqueza das Nações,* como a independência dos Estados Unidos da América, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789.

## 1.1 O ESTADO EM SMITH: A BASE POLITICA E ECONÔMICA DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL

Costuma-se dizer que a economia, em especial o paradigma neoclássico, é o núcleo duro do neoliberalismo. As orientações dos representantes deste construto teórico conduzem ao aumento do desemprego. Exemplo ilustrativo disso é o caso da teoria monetária, que serve aos bancos centrais para justificar as altas taxas de juro nos momentos de crise do capitalismo, para atender e legitimar as exigências do capital financeiro, quando seus interesses entram em conflito com aqueles do capital industrial. Essa é uma das razões por que a partir do momento que o capital financeiro assume a hegemonia sobre o capital industrial, diminui o interesse pelas ações políticas do Estado desenvolvimentista, levando-o a entrar em crise. A luta dos defensores do neoliberalismo os leva a defender autonomia (ou despolitização) dos bancos centrais impedindo-os de tomar decisões políticas em relação às taxas de juro. Isto constitui outro exemplo do papel histórico da teoria monetária na defesa da redução do papel do Estado no processo econômico.

Nesta parte do trabalho, será mostrado como Adam Smith delimitou o papel do Estado correspondente à ordem econômica do capitalismo do seu tempo. O objetivo é o de mostrar mais uma vez que o Estado liberal já era cheio de contradições naquele momento histórico, considerando-se que a estrutura da sociedade civil e o grau de desenvolvimento da luta de classes no século XVIII foram ignorados pelo autor de *A Riqueza das Nações*. Muito mais absurda seria transplantar aquele mesmo modelo de Estado para a sociedade civil do final do século XX, em outro momento histórico em que passaram a predominar a estrutura monopólica de empresas multinacionais e a hegemonia do capital financeiro.

Smith (1980) tratou especificamente do papel do Estado na economia na última parte da sua monumental obra, que é a primeira expressão considerada científica da economia moderna, no Livro V: "Do Crédito do Soberano ou da Comunidade".

Uma das questões básicas nas obras dos adeptos do liberalismo econômico era o acirrado combate ao Estado absolutista, ou os seus resquícios institucionais ainda existentes na transição do modo de produção feudal para o capitalismo. O Estado liberal do "laissez-faire" correspondia às necessidades do desenvolvimento do capitalismo em um determinado momento histórico. Segundo Alonso de Oliveira (1985, p. 165), o capitalismo concorrencial data do período compreendido entre 1830 e 1890, período em que começou no capitalismo a dominância do

capitalismo monopolista, cujas marcas são o crescimento do capital financeiro e as oligarquias financeiras (Lenin, 1985, capítulo III).

Paul Mantoux (1957, p. 479), em sua obra *A Revolução Industrial no Século XVIII*, mostra as transformações do período concorrencial, destacando o papel que teve a votação da lei que regulamentou o preço e o tempo de trabalho para a recém-criada classe proletária, que ganhava força ao mesmo tempo que atendia aos interesses da burguesia. Pode-se dizer que nos países onde primeiro se desenvolveu o capitalismo moderno ao Estado já era atribuído o papel de regulamentar o mercado da força de trabalho naquele momento. Daí a grande importância de se considerar que a ideologia que ele expressa defende um Estado "mínimo", que seria aquele existente durante o período da chamada "livre concorrência" em pleno final do século XX, é retroceder na história das conquistas consolidadas no mundo do trabalho.

A lei que regulamentou o preço da força de trabalho no Brasil data de 1942, durante um período em que o país estava governado por uma das ditaduras mais ferrenhas de sua história. Estava, portanto longe de representar a livre iniciativa nem a hegemonia das leis de mercado. Esta não é a sociedade política espelhada por Smith nem esta é a situação da economia internacional das vantagens comparativas de D. Ricardo, nem tampouco aquele é o mesmo Estado de banqueiros defendido pelos ideólogos do neoliberalismo, mas um Estado que não atrapalhe a "ordem natural" das coisas. Estas são, resumidamente, as atribuições do Estado na obra de Smith: cuidar da segurança (interna e externa), garantir os contratos e fornecer os serviços essenciais de utilidade pública (educação, saúde etc.), infra-estrutura, para o bom funcionamento do sistema econômico capitalista.

São três as funções básicas do Estado apresentadas de maneira muito sucinta e esquemática, mas, no essencial, não alteram o pensamento de *A Riqueza das Nações*: gastos para a defesa, gastos para a administração da justiça, gastos para obras e instituições públicas.[1] O próprio Smith assim se refere no Livro V:

[1] NAPOLEONI, Carlos Smith, Ricardo, e Marx. Ed. Graal, 7ª edição, São Paulo, 1991, p. 79.

> Neste livro procurei mostrar: primeiro, quais são as despesas necessárias do soberano, ou do patrimônio público, quais dessas despesas devem ser custeadas por contribuição geral de toda a sociedade e quais pela contribuição de somente parte desta, ou de somente de alguns de seus membros. [2]

Smith detalha ainda, na apresentação desta parte de sua obra, os métodos que deveriam ser utilizados pelo soberano, para que a sociedade fosse compelida a contribuir para as despesas do Estado. Por fim, quais as razões que teriam induzido quase todos os governos modernos a empenhar uma parte das suas receitas ou a contrair dívidas e quais os efeitos dessas dívidas sobre a riqueza real, a produção anual da terra e o trabalho na sociedade.

No detalhamento, ao especificar cada uma das três funções básicas do Estado, Smith deixa bem claro que as despesas com a preparação da força militar em tempo de paz e com a utilização dela em tempo de guerra seriam muito diferentes.

Apesar de não defender de maneira explícita uma indústria da guerra como sustentáculo da economia moderna, à semelhança do que ocorre hoje entre as nações imperiais, Smith reconstrói a evolução histórica das atividades bélicas do Estado nos diferentes estágios de desenvolvimento das nações; mostra que seria muito remota a possibilidade de nações pobres arcarem com os custos e ganharem uma guerra contra as nações ricas. Ao concluir, não nega que está aludindo a um imenso império colonial, a Inglaterra do seu tempo, quando atribui a superioridade bélica a uma nação mais rica e "civilizada" sobre uma "pobre e bárbara". Pelo que Smith entende por nação civilizada, a impressão que se tem é a de que ela detinha em seu poder muito mais que uma "mão invisível" para guiar e garantir os seus passos no "livre mercado". "Antigamente, as nações ricas e civilizadas tinham dificuldade em se defender das nações pobres e bárbaras. Hoje em dia, estas têm dificuldade em se defender daquelas, segundo Smith ( 1980, p. 312-313).

Sua conclusão acerca desta "cruzada" das nações ricas e civilizadas contra as pobres e bárbaras é um verdadeiro elogio à força bruta, quando ele afirma: "a invenção das armas de fogo, uma invenção que, à primeira vista, parece ser tão nefasta, é certamente benéfica não só à manutenção como à extensão da civilização."[3] No conjunto da obra do autor, portanto, não se pode separar a "mão invisível" do mercado da mão muito visível do Estado, o qual compunha as

[2] SMITH, op. cit. Vol. 1, p. 73.b
[3] Smith op. cit. (LivroV, Capítulo I)

marinhas dos Estados das nações "ricas e civilizadas", especialmente a da Inglaterra, dentre outros países de capitalismo originário.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, além de uma indústria mais desenvolvida do seu tempo para derrotar as demais nações na concorrência, a Inglaterra tinha o poder do Estado e a ideologia liberal, isto é, na prática, a economia não estava separada da política.

No contexto econômico, político e social em que foram desenvolvidas as suas idéias, Smith considera o mercado o fator de maior importância para a economia, uma vez que os demais, para se desenvolverem, precisam de sua extensão. Não faz referência ao papel do Estado para incrementar tais fatores, como se não existisse um parlamento, fazendo as leis por encomenda da nova classe que se fortaleceu no século XVIII, além da já referida força militar do Estado inglês, para garantir a circulação das mercadorias referidas na metafórica mão invisível. O referido autor atribui à divisão do trabalho o acréscimo dos poderes produtivos, a destreza e o bom censo com que ele em qualquer parte é dirigido,[4] e ainda o aumento da produtividade da força de trabalho. Esta tem sua origem na propensão da natureza humana para a troca.[5] A extensão da troca, por sua vez, estaria limitada pela dimensão do mercado.[6]

Os elementos básicos da produção da riqueza, por exemplo: desenvolvimento das forças produtivas, expresso nas diversas habilidades humanas, e o crescimento da riqueza, oriundo do aumento destas habilidades, teriam como determinante fundamental o mercado, que, conforme o autor mostra, nas diferentes formações sociais, teria crescido com a capacidade dos seres humanos para a troca (uma característica inata deles), ao mesmo tempo nela influindo e condicionando-o em um processo dialético e interativo.

Coerente com suas afirmações anteriores, no que diz respeito à sua construção da economia burguesa, é na grande cidade que Smith vai buscar o espaço onde se processariam as atividades "dirigidas", "orientadas" para o mercado, mas não explica os fatores nem os processos em que os camponeses deixaram de ser produtores, livres, diretos, para se transformarem em assalariados no seu mercado "livre", orientado pela metáfora da mão invisível.

As Ilhas Britânicas, mais do que qualquer outro país da Europa, apresentavam, em 1776, os primeiros fenômenos conhecidos como Revolução Industrial. Esta, por sua vez, pode ser tomada como ponto de referência na transição para o capitalismo moderno, com todas as suas

[4] Smith, A. Op. Cit. Capítulo I
[5] Idem. Capítulo II
[6] Idem. Capítulo III

nuanças iniciais que, portanto, se expressavam naquele contexto histórico, político, econômico e social. Mas, não foi só no mercado doméstico que se processou a atividade econômica. Via de regra, ela ocorreu nas grandes cidades de cada país, onde haveria a troca entre os produtos do campo (agricultura) pelos da cidade (artesanato, indústria etc.). Muito mais do que este, o mercado externo cresceu com o advento da grande indústria, inicialmente nas grandes cidades; depois, entre os países das mais diferentes distâncias, segundo o referido autor.

Além do crescimento da cidade, deu-se o avanço poderoso da economia de exportação inglesa, a qual, por si só, já seria suficiente para inspirar um estudioso do perfil de Smith. Mas não foi só esse "laboratório" humano que deu ao autor o mérito de ter lançado o livro que serviu e serve de base, por séculos, para outras teses além do período da economia clássica.

Para aproximar as cidades, que potencializariam a dimensão, o peso ou a magnitude do mercado, Smith valorizou também o desenvolvimento das forças produtivas nas atividades de transporte como fator que aproximaria as cidades mais distantes, levando e trazendo as mercadorias. Daí a importância atribuída por ele ao desenvolvimento do transporte hidroviário, que, por sua vez, era o mais difundido e o mais avançado, até aquele momento, em toda a história da humanidade. Toma como exemplo a superioridade de tal transporte por meio da comparação entre o que era transportado por uma carroça e que era transportado por um navio. A carroça precisaria de dois homens para acompanhá-la e oito cavalos para puxá-la, carregando apenas quatro toneladas de mercadorias em aproximadamente seis semanas, entre Londres e Edimburgo. Um navio tripulado por seis ou oito homens, navegando entre os portos de Londres e Leith, conseguia transportar, nos dois sentidos, cargas de duzentas toneladas. Daquele modo, apresentando o transporte aquático tais vantagens, seria "natural" que o aperfeiçoamento das várias artes e indústrias surgissem onde esses benefícios abriam os mercados do mundo inteiro aos produtos de todos os tipos de trabalho e que levassem muito mais tempo para estender-se às regiões interiores do país. Isto é uma verdade histórica e econômica incontestável. Mas o que Smith não fala, ou não afirma, é que essas revoluções, também na indústria do transporte, provocaram grandes transformações no conjunto das sociedades.

Os fatores que contribuíram para facilitar a distribuição da riqueza seriam, entre outros, aqueles que facilitaram a aproximação também geográfica dos mercados que contribuíram para a sua expansão. Daí a importância que o mercado assume, desde o início da sua obra, na área do conhecimento que dá respaldo à ciência que caracteriza a ideologia do pensamento econômico

liberal cientificamente organizado, fabricado principalmente nas "oficinas" dos economistas ingleses e franceses, que criaram as nações hegemônicas no limiar do capitalismo moderno.

No Livro Terceiro de *A Riqueza das Nações*, Smith dá grande ênfase ao mercado interno, chegando a afirmar que o grande comércio de todo país civilizado é o efetuado entre os habitantes da cidade e os  do campo. O campo, assim, na busca do lucro, certamente, forneceria à cidade os meios de subsistência e os materiais a serem manufaturados; esta, por sua vez, fornecer-lhe-ia parte da produção manufaturada. Nesse processo de troca, os ganhos seriam recíprocos. Na troca "benéfica", para ambas as partes, "o curso natural das coisas" terminaria formando ou conformando a sociedade (em toda a sua história pesquisada e citada pelo autor até então). Os capitais inclusive o capital estrangeiro, seriam aplicados primeiro na agricultura, depois na manufatura , em terceiro lugar, pela ordem de importância, no comércio exterior. Para este último, pouco importa, que se trate de capital estrangeiro ou nacional. Esta seria a seqüência, do ponto de vista evolutivo da história econômica dos momentos e espaços onde o capital se acumularia. Entretanto, melhor seria que nas atividades de exportação, fosse usado capital estrangeiro para que o nacional fosse aplicado em fins mais úteis. Doutra parte, esta ordem observada pelo autor historicamente em todas as colônias, no entanto, era "subvertida" na Europa. Tal "subversão" da "ordem natural das coisas", segundo ele, seria provocada pelos governos que, por uma questão de hábito, não teria mudado. "Os hábitos e os costumes introduzidos pelo estilo de seus primeiros governos, hábitos e costumes esses que permaneceram mesmo depois de terem esses governos passado por profundas alterações que, necessariamente, lançaram esses países nessa ordem retrógrada e antinatural."[7] Em outros termos: qualquer iniciativa dos governos era tomada pelo autor de *A Riqueza das Nações* como uma ação nefasta, prejudicial.

É evidente que aqui, mais uma vez, Smith mostra o seu constrangimento com a intromissão do Estado na "ordem natural das coisas". Tal ordem seria guiada pela polêmica "mão invisível," mas a intromissão dos governos teria alterado o seu rumo. Por aqui se percebe que a realidade tinha que se encaixar nas idéias de Smith, mesmo que a história dos próprios países da Europa as desmentisse. Sabe-se hoje o papel que cumprem as políticas dos governos no desenvolvimento das nações.

[7] SMITH. A . A Riqueza das Nações. Abril Cultural. Volume II, Livro 1, Cap. I, p. 324, 1985, São Paulo

A metafórica "mão invisível" de Smith, a qual atravessou intocável por várias gerações de economistas, dá margem até a certas interpretações sobrenaturais, devido ao próprio espírito de religiosidade e de piedade deísta de Smith, que via na mão orientadora da Providência o Autor supremo de todas as capacidades e propensões da natureza humana, dirigindo os homens para a formação, aceitação e realização do ideal liberal. É evidente que interpretações desse tipo são mais extremas e raras, mas, de qualquer forma, veja-se como Smith percebe o egoísmo e a benevolência do açougueiro. Por meio desta "mão invisível", em face da concorrência natural, viria a graça salvadora do interesse público da sociedade. Ao se trabalhar os textos de Marx e dos marxistas, sobre a crítica da Economia Política, poderá deduzir-se que a relação entre o público e o privado, principalmente no período do imperialismo, não ocorria de maneira tão "natural" como pensava Smith.

De acordo com a doutrina liberal, o móvel fundamental da economia não é a coletividade ou o planejamento estatal ou qualquer outra forma de ação coletiva e/ou universal. Uma de suas bases lógicas é o individualismo: a busca do lucro individual, comprovada na história e na economia como aquela que afirma o interesse próprio. Assim, para o referido autor, não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que devemos esperar o nosso jantar, mas de sua atenção para com seus próprios interesses. Nesse caso, o "apelo" ao interesse individual e egoísta do açougueiro e do padeiro a que Smith se refere seria precisamente a troca de dinheiro (medida do valor) por bens. Apelar para a sua benevolência seria o mesmo que lhes pedir que distribuíssem os seus bens em troca de nada, numa sociedade em que, segundo Smith, até o cachorro, quando sacode o rabo em frente do seu dono, está esperando algo em troca.

Para Smith, os trabalhadores que servem ao soberano, que servem, portanto, ao governo, são todos improdutivos, mesmo admitindo-se que tal categoria de trabalhadores incluía pessoas decentes, honestas, necessárias à sociedade, representam um peso morto no sentido da criação da riqueza[8]. Tanto faz um trabalho doméstico como aquele do maior escalão do Estado, inclusive o do próprio soberano. São todos igualmente improdutivos; por isso, uma pessoa enriquece empregando muitos operários e empobrece mantendo muitos criados domésticos, uma vez que aqueles são produtivos e estes são improdutivos.

[8] O soberano, por exemplo, com todos os oficiais de justiça e de guerra que servem sob suas ordens, todo o Exercito e Marinha, são trabalhadores improdutivos. Servem ao Estado, sendo mantidos por uma parte da produção anual do trabalho de outros cidadãos. Seu serviço, por mais honroso e útil ou necessário que seja, não produz nada com o qual igual quantidade de trabalho possa ser posteriormente obtida".

O trabalho produtivo, para Smith, é o do manufator; portanto, o que transforma matérias-primas pode fixar-se em um objeto específico ou mercadoria vendável e realizar-se nele, perdurando por algum tempo depois de encerrado o trabalho. Pode, assim, ser estocado e/ou guardado por algum tempo para ser consumido, para ser empregado, se necessário em outra ocasião. Em outras palavras: é o trabalho que produz riqueza. Dito de outra forma: enquanto o trabalho produtivo pode ser objetivado, e materializado no processo de acumulação de capital, podendo comprar igual quantidade de trabalho depois, o trabalho improdutivo, pelo contrário, é executado no momento do seu uso e seus serviços normalmente desaparecem depois.

Nesta exposição, o autor certamente está usando seus dois conceitos de valor:

1. O valor de um bem é a quantidade de trabalho (produtivo) necessário para a sua produção;
2. O valor de um bem é a quantidade de trabalho que se pode comprar ou comandar, utilizando-se o seu valor (de troca), que tem sua origem no trabalho objetivado em uma mercadoria em face do uso anterior.

Maurice Dobb (1993) comenta esta caracterização do trabalho improdutivo de Smith, comparando-a com a descrição das "classes estéreis" dos fisiocratas, que Smith rejeita, apesar de reservar o seu lugar (o lugar do uso da categoria) para os servos domésticos e para os servidores do Estado e do soberano. Ao tempo acrescenta entre os estéreis ou improdutivos os artífices, os manufatureiros, os mercadores e os servos domésticos. Dobb comenta, entretanto, as imprecisões do autor de *A Riqueza das Nações* ao definir cada uma das "classes" que incluem as referidas categorias, afirmando que Smith, ao explicar em que consistia a diferença entre artífices, manufatureiros e mercadores, por um lado, e servos domésticos, por outro, está longe de ser claro.

## 1.2 A LONGA VIDA DO "LASSEZ-FAIRE", O LIBERALISMO E O DESEMPREGO

Uma das questões mais controvertidas, tanto no liberalismo clássico como no neoliberalismo, é a sua intransigente defesa da teoria da auto-regulação do mercado e sua relação com o desemprego. Segundo Keynes (1984), essa teoria já se constituía em um dogma sem consistência desde o seu nascedouro, no século XVIII e em quase todo o século XIX (Miglioli, 1986). Ela torna-se ainda mais insustentável na primeira e segunda década do século XX, respectivamente 1914 e 1929. Suas teses, como será visto, legitimam o desemprego, tanto de um modo geral no que diz respeito ao emprego de outros fatores de produção, como, de um modo especial, no que se refere à força de trabalho. Trata-se de uma das questões mais controvertidas da teoria neoclássica, pois, esta, tomando por base os pressupostos da "lei dos mercados", que defende a tese de que "a produção cria a demanda", não admite a possibilidade de desemprego na economia capitalista. Um dos mais eloqüentes brados da Inglaterra no século XIX contra a lei dos pobres, que mostra o panorama econômico e social que a economia política ignora, foi a obra de Charles Dickens, *Oliver Twist*, a qual, ao lado de outras manifestações do mundo das artes, muito sensibilizou a sociedade (Hirschman, 1991: 41).

A polêmica entre David Ricardo e Thomas Robert Malthus, no início do século XIX, foi tratada como dogma da teoria econômica clássica, até que, em 1929, a Grande Recessão e seus catastróficos resultados vieram mostrar de maneira mais explícita a sua inconsistência. Favorecido pela conjuntura e pelo cenário da crise econômica e financeira que abalava o mundo capitalista, o economista John Maynard Keynes também abalou os (frágeis) alicerces da economia neoclássica. Isso ocorreu quando ele mostrou que uma situação de equilíbrio entre a produção e a demanda só é aplicável em casos especiais, o da sociedade econômica presente no tempo de Adam Smith, e (principalmente) que, se fosse aplicada no contexto da primeira metade do século XX, tenderia a provocar efeitos desastrosos (Kaynes, 1936; Dillard, 1971; Prebisch, 1956). Isso, tanto no que diz respeito à demanda efetiva (realização do valor das mercadorias, ponto de partida para uma nova metamorfose na reprodução do capital), como também do conseqüente emprego do capital em novas mercadorias (entre elas a força de trabalho), como no que em relação ao emprego no sentido amplo (do trabalho morto). A vitória da referida "lei" deu-se no final do século XIX, com a revogação do estatuto dos pobres na Inglaterra. Mas, para tanto,

a burguesia teve que travar longa e intensiva luta. Em 1803, Jean-Batiste Say ao publicar a primeira edição de sua obra, Tratado de Economia Política, afirmava acerca do mercado:

> É bom observar que um produto acabado oferece, a partir desse instante, um mercado para outros produtos equivalentes a todo o montante do seu valor. Com efeito, quando o último produtor acabou um produto, seu maior desejo é vendê-lo para que o valor desse produto não fique ocioso em suas mãos. Ora, não é possível desfazer-se de seu dinheiro, senão procurando-se comprar um produto qualquer. Vê-se, portanto, que só o fato da criação de um produto abre, a partir desse instante, um mercado para outros produtos (Say, 1983: 139).

O conjunto de princípios que embasam esse pensamento ficou conhecido pelo nome de "lei de Say" ou "lei dos mercados". Isso implica dizer que, sob o modo de produção capitalista, não há possibilidade de ocorrer crise de superprodução (nem de subconsumo) e que a produção cria (automaticamente) a demanda etc. Isto porque, o simples fato de os empresários produzirem uma (enorme) quantidade e qualidade de mercadorias já significa que eles se encontram com dinheiro disponível para comprar outras. Como será visto neste trabalho, a Economia, principalmente em sua versão mais desumana, a teoria monetarista, constitui-se em núcleo duro da ideologia neoliberal. Assim como o papel do Estado, para os teóricos do neoliberalismo, resgata como base o papel do Soberano para Adam Smith, a questão do desemprego se justifica pela retórica da lei de mercado de Jean-Batiste Say.

Com toda a razão, ao anunciar o fim do "laissez-faire", em 1926, Keynes (1984) afirma que só os economistas, que começaram a se destacar no século XIX, segundo ele, no momento adequado, teriam sido capazes de conseguir essa harmonia entre os opostos, ao afirmar:

> À doutrina filosófica em que o governo não tem o direito de intervir, à doutrina divina em que ele não tem necessidade de interferir, acrescenta-se uma prova científica de que sua interferência é inconveniente. Esta é a terceira corrente de pensamento, que pode ser descoberta em Adam Smith e que, fundamentalmente, estava pronta a permitir que o bem comum repousasse no "natural esforço de cada indivíduo para melhorar sua condição", idéia que só se desenvolveria completa e conscientemente no início do século XIX. (Keynes, 1984, p. 108-109)

Se tal teoria legitimada pela economia neoclássica (núcleo duro do neoliberalismo) já era questionada por um defensor do seu próprio paradigma, um dos seus mais legítimos

representantes seria mais ainda no cenário de crise em que se encontrava o capitalismo na década de 1980, como se pode ver a seguir.

Deve-se considerar como ponto de partida que os fatos econômicos que se processam no modo de produção capitalista não ocorrem em uma sociedade estática, mas em um sistema que está em constante movimento e transformação; que o processo econômico na sociedade capitalista está sujeito a conjunturas muito específicas, em que as condições de realização das mercadorias não são sempre as mesmas, dependendo das condições objetivas oferecidas pelas condições de mercado e da luta de classe. Nesse sentido, deve-se considerar, ainda, que a conjuntura existente em uma fase de expansão da economia não é a mesma de uma fase de recessão e vice-versa.

Pouco depois de Jean-Batiste Say publicar a sua obra *Tratada de Economia Política*, foi publicada outra, intitulada *Princípios de Economia Política e Tributação*, de David Ricardo (l817), em um cenário econômico em que já se configurava a primeira crise geral do capitalismo, ocorrida em 1825, cuja ocorrência estava associada à fase 1B (a fase recessiva) da primeira onda longa de Nikolai Kondratiev, em meio a grandes transformações em sua base econômica, correspondente a mudanças em sua superestrutura, de tal magnitude que ficou conhecida pelo nome de *Era das Revoluções* (Hobsbawm, 1982).

Nesse contexto, já começava a ganhar força um novo sujeito coletivo na História, o proletariado, quando a luta de classes adquiria, prática e teoricamente, formas mais ameaçadoras para a classe dominante, fazendo soar (para sempre) o dobre de finados da ciência econômica burguesa "neutra".

Esses fatos iriam tirar da ciência econômica a sua pretensa objetividade cientifica (Marx, 1982: 11-12), pois seu arcabouço teórico, que servira à burguesia na luta contra as ideologias do passado, teria que a partir de determinado momento lutar contra o futuro, contra o avanço das lutas dos operários, com um sólido, novo e mais elevado grau de consciência, a consciência de classe. Além disso, no seio dos próprios representantes da ciência econômica clássica, começaram a surgir os primeiros questionamentos acerca dos seus princípios, tais como a polêmica sobre a referida "lei de Say" ou "lei dos mercados", que, entre outros dogmas, negava a possibilidade de desemprego involuntário no processo de acumulação do capital. Isso ocorria mesmo nos momentos de suas endêmicas crises periódicas, provocadas em grande parte pela anarquia da produção orientada estritamente pela auto-regulação do mercado. Quando a realidade

desmentia essa fantasia, mostrando as espantosas estatísticas de desempregados, os defensores do liberalismo econômico lançavam a culpa nos próprios trabalhadores, chamando a catástrofe de desemprego "voluntário".

O primeiro a questionar a consistência da "lei de Say" foi Sismond de Sismondi; o segundo foi Thomas Robert Malthus; ambos foram contra a lógica dos defensores das bases teóricas do modo de produção capitalista. Terminou saindo como vitoriosa aquela corrente de pensamento que estava mais de acordo com o liberalismo econômico, cujo fim só foi possível com a crise de 1929.

No que diz respeito às transformações ocorridas na esfera financeira, ao longo da história econômica, pode-se dizer que é nesse campo que mais surpresas o capitalismo tem apresentado. Isto porque, ao se aproximar o ano de 1848, no momento histórico em que chegava ao fim a fase B do segundo ciclo longo de Kondratiev, portanto, um período de profunda crise, na *Era das Revoluções* (Hobsbawm, 1980), o francês Aléxis de Tocqevile, intelectual orgânico da classe dominante, alertava aos políticos no Parlamento que estariam vivendo sobre um barril de pólvora. Realmente, ele tinha razão, pois, aquele tinha sido o mesmo momento histórico em que os revolucionários Marx e Engels lançaram *o Manifesto do Partido Comunista de 1848.*

A partir daquele momento de grande significado na história da luta de classes, começou a fase A da terceira onda longa de Kondratiev. Esta foi uma fase de acumulação sem precedentes em toda a história do capitalismo. Tão grande foi seu significado que um historiador de conhecida reputação denominou-a, em uma de suas obras, como a *A Era do Capital* (Eric Hobsbawm, 1982), demonstrando com dados estatísticos a diferença entre o crescimento do grau de desenvolvimento das forças produtivas, a sua respectiva apropriação pelo capital e correspondentes agravamentos das contradições entre a burguesia e o proletariado, citando, ainda, o fato de que fora naquele período no qual Marx escreveu a sua magistral obra, *O Capital,* que analisa criticamente a Economia Política do referido modo de produção, a qual será retomada oportunamente neste trabalho.

Em 1865, Marx publicou o primeiro volume d'*O Capital*. Trinta anos depois, em 1895, data da publicação do segundo e do terceiro volumes da referida obra, foi tão grande o crescimento do número de ações que circulavam nas bolsas de valores, que atividades financeiras já se mesclavam com os negócios nas atividades comerciais, industriais e agrícolas (Engels, In: *O Capital,* 1991: 1037-1039). Não obstante, a lei do mercado continuava imbatível, como prova a

consolidação do "laissez-faire", sob veementes protestos na Grã-Bretanha e nos estados Unidos. Considere-se que, naquele momento, na economia capitalista, iniciava-se um novo período de crise de ciclo longo. Portanto, a economia não se encontrava numa fase de tão grande harmonia, nem entre a produção e o consumo, nem num dos seus raros momentos de pleno emprego. Apesar disso, neste período, entre 1871 e 1873, como se fosse uma (rude) resposta ao mundo do significado político da publicação da obra prima do principal autor da teoria do valor-trabalho, três grandes intelectuais orgânicos da classe dominante construíram as bases da teoria do valor-utilidade. A teoria do valor-subjetivo, a partir da contribuição de Leon Valras, Stanley Jevons e Karl Menger, principalmente deste último, contribuiu para os argumentos da teoria neoliberal, que, entre outros mitos, prega a consistência dos princípios do laissez-faire. Isso mostra que a Economia sempre se preocupou em produzir conhecimentos que nada tinham a ver com a realidade por que passava o modo de produção capitalista, principalmente em relação ao desemprego.

Apesar do significativo crescimento das atividades na bolsa de valores, constatado por F. Engels em 1896, na data da primeira publicação do terceiro livro *d'O Capital,* obra prima de Marx, sua magnitude estava longe de alcançar a expressão atingida no final do século XX, quando o capital financeiro passou a assumir sua hegemonia, o que Braga (2000) denomina *financeirização* da riqueza**.**

Conforme pode ser visto nesta tese, a legitimação do desemprego da força de trabalho no capitalismo está relacionada com o dogma da auto-regulação do mercado.

# CAPÍTULO II

## O FIM DO "LAISSEZ-FAIRE".

Neste capítulo pretende-se mostrar a paradoxal relação existente entre a doutrina do "laissez-faire" e a legitimação dos interesses dos personagens do capitalismo moderno. O seu principal papel foi legitimação teórica da economia para negar a possibilidade de desemprego, mesmo naqueles momentos em que a realidade dos fatos apresentava historicamente o contrário.

## 2.1 AS DERROTAS DO "LAISSEZ-FAIRE": *(1914-1918); (1929).*

Ao longo do tempo, o objeto de estudo da economia política, o Capitalismo, sofreu mudanças contínuas em seu movimento. Isto, devido às constantes transformações no seu processo de acumulação e reprodução. Tais mudanças concorreram para as derrotas do liberalismo econômico. Contudo, este conseguiu atravessar séculos, até ser duramente golpeado, primeiro, pelo movimento econômico provocado a partir da Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918 (Brunhoff, 1991, p. 26); depois, pela crise de 1929. Nesse ano, o mundo inteiro (pelo menos o mundo ocidental) ficou perplexo diante das estratosféricas ondas de desemprego, as quais permitiram (ou obrigaram) Keynes refazer alguns dos conceitos até então dominantes, dogmaticamente, pela economia neoclássica (núcleo duro da teoria neoliberal), com a publicação da obra que o consagraria, por muito tempo, como o maior economista do século XX. Primeiro, com a publicação do artigo intitulado *O Fim do "laissez-faire."* (1926); depois com a publicação da obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936). Mas nem tudo isto ocorreu de forma linear. Como será visto, apesar da persistência ideológica do credo liberal, o Estado já se fazia cada vez mais necessário para o funcionamento do Capitalismo. Apesar do cenário da crise de 1929-32, consagrada como a maior da história do capitalismo até aquele momento, sabe-se que, desde o final do século XIX e o inicio do século XX, o Estado já era presa dos grandes monopólios e das oligarquias financeiras (Lenin, 1982), que impunham suas políticas no Estado, principalmente aos países de capitalismo tardio (Mandel, 1982, p. 342).

Temos, portanto, nesta transição do Estado Liberal para o Estado de Bem-Estar Social (*welfare State*), na Europa, o *New Deal* Norte-Americano, e/ou o Estado desenvolvimentista Brasileiro, um período em que, devido aos questionamentos levantados contra a doutrina do "laissez-faire," os gastos públicos já sofriam crescimentos exponenciais, com o objetivo de corrigir as falhas da "mão invisível" do mercado, ou atender às imposições dos grandes monopólios privados.

O que conferiu à crise do final da década de 1920 e início da década de 1930 a sua maior importância foi a magnitude do seu impacto não só na esfera econômica propriamente dita (que teve como epicentro a Bolsa de Nova Yorque), mas também na sua superestrutura institucional. Mas, independentemente destes acontecimentos histórico-econômicos, a intervenção do Estado como uma necessidade da própria sobrevivência do capital, no domínio Econômico, que era um

fato inegável e reconhecido, tanto pelas correntes de pensamento ligadas à economia neoclássica (pelo menos na sua versão keynesiana, como pós-keynesiana), mas também, e principalmente, no paradígma marxista.

O estudioso marxista Ernest Mandel, na sua obra *O Capitalismo Tardio*, mostra a tendência de crescimento do tamanho do Estado nos EUA a partir de 1913, no período em que se iniciou o conflito da Primeira Guerra Mundial.

**TABELA 1** - DESPESAS ESTATAIS COMO PERCENTAGEM DO PNB NORTE-AMERICANO.

| | |
|---|---|
| 1913 | 7,1% |
| 1929 | 8,1% |
| 1940 | 12,4% |
| 1950 | 24,6% |
| 1955 | 27,8% |
| 1960 | 28,1% |
| 1965 | 30,0% |
| 1970 | 33,2% |

**FONTE:** Mandel, Ernest *O Capitalismo Tardio.*

Pode-se observar, na tabela acima, que o crescimento das despesas estatais como porcentagem do PNB Norte-Americano começa logo no período anterior ao grande conflito bélico. Mas o seu maior salto se deu entre a década de 1940 e 1950. Nesse período, ocorreu a Segunda Guerra Mundial. Nas décadas seguintes, ao fim do segundo grande conflito, ocorreu a Guerra Fria, quando as despesas dos Estados dos países envolvidos continuam fazendo os chamados investimentos improdutivos, mas são formas (keynesianas) que terminam por garantir o desemprego público, como forma de amenizar os efeitos das crises do capitalismo. Disto se pode deduzir que, em condições de auto-regulação do mercado, as catastróficas crises do capitalismo seriam muito mais constantes e intensas. Isto porque, a partir do primeiro conflito

bélico mundial, quando o capital acelera o que o professor Lauro Campos (2001), em sua obra *A Crise Completa A Economia do Não* (2001), denominou de criação de mercadorias "não-mercadorias". Estas são os produtos geradores de emprego ao mesmo tempo que produzem artefatos de guerra em uma "indústria" que, além de se destinar a matar ou tirar vidas, faz parte da *destruição não criadora* das guerras, nas quais o capitalismo pode "corrigir as falhas do mercado" por meio da manutenção de constantes conflitos bélicos em diferentes regiões do mundo.

Apesar desta forma de "contornar" as contradições endêmicas do capitalismo, contradições essas as quais só podem ser resolvidas com a superação deste modo de produção, a História tem demonstrado que este sistema de acumulação, que tem sua essencialidade ancorada no valor de troca, não consegue (ou jamais conseguiu) resolver o problema das crises de ciclo curto nem tampouco as de ciclo longo. Como mostra Hobsbawm (2006), neste período, "Na maior e mais rica economia da época, os EUA, a taxa média de crescimento do PNB *per capta* da população entre 1913 e 1938 foi apenas a de um modesto 0,8 % ao ano". Em outros termos, mesmo em face das crises econômicas, o Capitalismo necessita de crescentes intervenções do Estado, as quais funcionam como fronteiras não-capitalistas de produção para diminuir os problemas das crises que o mercado jamais conseguiria superar por meio da "mão invisível", ou dentro dos princípios da "lei de Say".

Da mesma forma que aconteceu nos EUA, no caso da Alemanha, o Estado cresceu na Economia, como se pode observar na tabela abaixo (Mandel, 1982, p. 342).

**TABELA 2** - GASTOS TOTAIS (INCLUINDO O SEGURO NACIONAL) COMO PERCENTAGEM DO PIB, ALEMANHA (DEPOIS DE 1948, APENAS A REPÚBLICA FEDERAL).

| | |
|---|---|
| 1913 | 15,71% |
| 1928 | 27,6% |
| 1950 | 37,5% |
| 1959 | 39,5% |
| 1961 | 40,0% |
| 1969 | 42,5% |

**FONTE:** Mandel, Ernest *O capitalismo Tardio.*

Conforme a tabela acima, pode-se ver que, com o fim do "laissez-faire", a Economia burguesa passou a apresentar um crescimento do Estrado cada vez maior, no conjunto das economias destes países, aumentando o seu papel. Este fato, constatado na história do capitalismo, deve ser analisado considerando-se as características dialéticas de suas contradições, uma vez que este fenômeno tem sido visto por diferentes estudiosos sob os mais variados aspectos. Esta variação de formas de interpretação do papel do Estado na Economia, tanto pode ser devido ao ponto de vista do caráter de classe do pensamento hegemônico como também, e principalmente, ao paradigma ou instrumento de análise. Apesar do conhecido acontecimento histórico mais difundido pela sua magnitude, temos registros de outros acontecimentos (não menos importantes) que mostram este fato.

Ainda no campo de ação da direita reacionária, no cenário econômico demarcado pelo final da fase expansiva (fase 3B) do ciclo longo de Kondratiev, negando a democracia e o próprio liberalismo burguês, tanto na Alemanha como na Itália, o Nazi-fascismo elegeu o planejamento estatal como modelo econômico imposto, que deixa até o teórico do neoliberalismo, Hayek, instigado a lançar a sua obra *O Caminho da Servidão* (1944). Trata-se de uma ação do movimento que começou em Mont Pelerin, injustificada, uma vez que o papel do Estado é uma decorrência da necessidade presente no Capitalismo.

Em meio à conjuntura econômica deste ciclo caótico no mundo capitalista, a Economia, com base na orientação do mercado, defrontou-se com o crescimento do socialismo na URSS, que adotou o planejamento, somado-se à revolução Keynesiana no seio da própria teoria neoclássica, dando o toque de finados do liberalismo. É o (verdadeiro) fim do "laissez-faire"**,** título já referido em artigo de Keynes publicado em 1926, portanto, pouco antes da quebra da Bolsa de Nova York. O liberalismo clássico sofreu uma queda que o debilitou por mais de meio século, sendo depois ressuscitado, juntamente com o reacionarismo conservador, agora com o nome de Neoliberalismo.

## 2.2 O CONSERVADORISMO

Ver-se-á, nesta parte do trabalho, a relação existente entre o conservadorismo e o neoliberalismo. Este resgatou da teoria do conhecimento humano a parte mais conservadora e reacionária, surgida no século XIX. Tal resgate histórico contribuiu para que o liberalismo econômico fortalecesse as teses dos defensores do neoliberalismo pela retirar dos trabalhadores os seus direitos e abrir mais espaço para a forma mais desumana de capital, o capital financeiro. Por essa razão, com o avanço do neoliberalismo e com o conseqüente retrocesso das conquistas dos detentores da força de trabalho na história da humanidade, o conservadorismo continua sendo uma das ideologias políticas da classe dominante mais importantes dos últimos séculos, principalmente no mundo ocidental. As ideologias mais combatidas pelo neoliberalismo são o socialismo e o comunismo. Conseqüentemente, esta corrente de pensamento não pode ser considerada igual ao liberalismo[9].

A ideologia do conservadorismo conseguiu, por sua vez, atravessar séculos de história, ora renovando-se, ora sendo derrotada pelas correntes de pensamento progressistas formadas com o advento da Revolução Industrial. No final do século XIX e início do século XX, o conservadorismo também sofreu flagrantes derrotas em face do avanço das organizações do proletariado. Entretanto, a crise que atingiu o mundo do trabalho nos últimos trinta anos do século XX trouxe de volta manifestações ideológicas que pareciam estar esquecidas para sempre ou banidas da história da humanidade.

As organizações intermediadoras dos trabalhadores sofreram com seguidas perdas de direitos, os quais representavam conquistas históricas tendo como conseqüência o descenso da luta de classes. Neste contexto, o pensamento conservador encontrou espaço apropriado para se manifestar com força cada vez mais renovada e poderosa. Isto porque, na sua última forma, esta corrente de pensamento vem travestida da ideologia da modernidade. A Revolução Francesa de 1789 no seu início, pode ser considerada como um cenário histórico onde o pensamento

[9] Robert Nisbet tem uma compreensão diferente de Marx acerca do conceito de ideologia. Para Marx, trata-se da "consciência coletiva de uma classe social". Para Nisbert ideologia é um conjunto razoavelmente coerente de idéias morais, econômicas, sociais e culturais, que tem uma relação consistente e bem conhecida com a política e o poder político. (Nisbet, Robert. Conservadorismo, Madrid, Editorial Estampa, 1995.) Este último faz apenas uma apologia do conceito, enquanto aquele o define melhor, ao afirmar que em qualquer modo de produção as idéias que predominam são aquelas da classe que domina.

conservador viu-se abalado com o poder e com o prestígio do proletariado francês e de outras classes sociais que o apoiaram.

A Revolução Russa de 1917 constitui-se de outro momento histórico em que o pensamento conservador tornou a sofrer imenso abalo diante das vitórias do socialismo em um país que, até àquele momento, representava o baluarte do capitalismo na velha Europa. A contra-ofensiva que a Revolução de Outubro representa, em relação aos "bárbaros" euro-asiáticos, que tanto despertou o mundo colonizado contra a opressão imperialista, sofre um movimento histórico no sentido contrário com a queda do socialismo real (Losurdo, 1997, 55-80). Assim sendo, não é somente contra as conquistas do passado distante na História que se volta a ideologia neoliberal. Há muitas conquistas mais recentes que o neoliberalismo se propõe a varrer dos direitos das classes oprimidas.

A crise geral do capitalismo, provocada pela vitória do socialismo, fez avançar a ideologia do proletariado, não só pelas derrotas seguidas que sofreu o imperialismo, nos campos de batalha do território soviético contra o nazi-fascismo racista alemão, com amplas repercussões no mundo capitalista. Foi também pela repercussão econômica e política que as vitórias do proletariado conseguiram se concretizar no mundo ocidental, as quais apareciam como concessões do Estado de Bem-estar Social (*Welfare State*) dos países centrais do capitalismo ou do Estado desenvolvimentista dos países do terceiro mundo. O crescimento do movimento operário no mesmo momento que ocorria a crise de 1929 colocou a classe dominante na defensiva no campo da luta de classes, em relação às conquistas dos trabalhadores.

O avanço conseguido pelos proletários do mundo inteiro, após a Segunda Guerra Mundial, também pode ser considerado momento de vitória do pensamento progressista e conseqüente derrota do conservadorismo sob alguns aspectos. No que diz respeito ao mundo oriental, a Revolução Chinesa, ocorrida em 1949 e seguida da revolução cultural, igualmente representa uma grande derrota do pensamento conservador naquela parte do chamado Velho Mundo. Não obstante, com a crise da ideologia keynesiana e com a vitória do neoliberalismo a partir de meados da década de 1970, a crise do socialismo real e a desorganização que passa hoje a classe operária no mundo inteiro, criaram-se momentos de conquistas e avanços para o pensamento reacionário e conservador travestido de **idéia nova**.

O avanço do neoliberalismo é, sem dúvida, não apenas o triunfo da fração mais desumana do capital, destas velhas idéias, agora capitaneadas pelo capital financeiro, mas também a volta

da discriminação racial, quase sempre omitida pelos estudiosos do liberalismo (Losurdo, 1997, 64-65). Assim, vale a pena tomar algumas referências, mesmo pontuais, já existentes no campo das ciências sociais sobre o fenômeno.

Segundo Reginaldo Moraes, estudioso desta ideologia, Hayek, em sua análise do neoliberalismo, opõe dois valores: democracia e liberdade, apontando os perigos de as massas deserdadas terem acesso ao poder político e ao controle de algumas funções do Estado, via sufrágio universal e novas formas de organização social (Moraes, 1999:5-6)[10]. Também Robert Nisbet, em sua obra, *O Conservadorismo,* faz um estudo da ideologia do pensamento conservador, o qual pode ser muito útil para situar a sua posição no conjunto das demais formas de pensamento.

Entre o conjunto das ideologias, classificadas na "taxionomia" de Nisbet, destacam-se três grandes grupos que permitem colocar a opositividade entre o socialismo e o conservadorismo:

> O tratamento das três ideologias modernas de socialismo, liberalismo e conservadorismo se faz comumente em termos da relação entre o indivíduo e o Estado, de acordo com uma tradição do pensamento político que remonta ao Renascimento. (Nisbet, 1995, 9).

Continuando a tentativa de explicar contra o que luta o conservadorismo, afirma ainda Nisbet:

> Entre as três ideologias, o socialismo ao menos em seu caráter principal e ao fim de contas marxista é o que tem menor respeito pelos direitos tradicionais dos grupos intermediários (...) O socialismo se encontra assim, ideologicamente, no extremo oposto ao liberalismo.

As afirmações do autor acima não deixam de ter seu fundo de verdade. Por outro lado, não se pode negar que as críticas feitas por Friedman e Hayek às políticas econômicas de caráter keynesiano de intervenção do Estado na economia mostram que não há esta seletividade dos neoliberais só contra o socialismo (real) e o comunismo. Eles são contra qualquer forma de

[10] Estes aspectos do pensamento neoliberal serão retomados ainda nesta seção do presente trabalho, ao se analisar a obra de Robert Nisbet.,*O Conservadorismo*. Neste trabalho, autor faz uma retrospectiva acerca do pensamento conservador. Outro trabalho a ser analisado ao retomar-se este assunto, é o ensaio de Albert O. Hirchman. *Retórica de la Intransigência.* Fundo de Cultura Econômica/Economia Contemporânea. (1991).

pensamento que contribua para a luta dos trabalhadores contra a opressão do capitalismo. Há ainda outros trabalhos igualmente referenciais e valiosos que não podem ser esquecidos, quando se trata de mostrar a influencia do conservadorismo na luta da classe dominante contra os direitos dos trabalhadores, mesmo nos marcos da sociedade burguesa.

Vale a pena tomar para análise o ensaio de Albert O. Hirschman, *Retórica de la Intransigência*. Hirchman, nesta obra, faz um estudo que retrocede ao cenário da Revolução Francesa. Toma como exemplo de sua análise alguns dos autores também estudados por Robert Nisbet. Um dos autores mais representativos do pensamento reacionário e conservador é o pensador Edmond Burke. A obra em que Burke melhor expressa o seu pensamento reacionário e conservador é *Reflections on the France Revolution* (1790). Nela, Burke se coloca ao lado de outros conservadores contra muitos dos ideais por que se lutava na Revolução e contra outras expressões do pensamento revolucionário e progressista da época.

## 2.3 NEOLIBERALISMO E CONSERTVADORISMO.

Alberto Hirschman (1991), ao comentar sobre os duzentos anos de ideologia reacionária, em sua obra *Retórica de la Intransigência,* defende o ponto de vista de que o pensamento conservador atravessa três fases. A primeira é a resistência que teriam os conservadores em aceitar a igualdade dos direitos do cidadão; a segunda, é o reconhecimento do direito ao sufrágio universal; a terceira é a crítica contemporânea ao Estado de Bem-estar social e às tentativas de desfazer ou "reformar" algumas de suas medidas. Julga-se ser importante mostrar a relação da persistência de tais idéias e aquelas que são "ressuscitadas" pelos defensores do neoliberalismo nos dias atuais.

Por ocasião do triunfo do neoliberalismo em vários países da América Latina e, em especial, no Brasil, Hirschman (1991) já afirmava:

> Ainda que muitíssimos escritos existam criticando a esta altura cada um dos aspectos do Estado benfeitor do ponto de vista econômico e político, apesar dos decididos ataques aos programas e instituições de segurança social por parte de diversas e poderosas forças políticas, ainda é demasiado cedo para avaliarem os resultados da nova onda reacionária. [11]

Na Economia e em outras ciências sociais, os representantes do pensamento conservador e/ou reacionário utilizam a tese do "efeito perverso", uma espécie de idéia dogmática de um mercado auto-regulado. Esta tese central não poderia ser contrariada. Qualquer medida que contrariasse o princípio da "mão invisível", provocaria o resultante "efeito perverso"; quebraria o princípio do "equilíbrio do mercado", por exemplo, entre os preços e salários, o que seria "nocivo" ou, para os economistas favoráveis a algumas (tímidas) mudanças no sentido da distribuição de rendas, seriam consideradas medidas "populistas".

Assim, o "efeito perverso" dos reacionários e conservadores sempre foram sacados como arma ideológica contra qualquer medida que contrariasse a orientação do mercado.

O que é impressionante é a forma como o autor consegue relacionar as lutas que o pensamento conservador e reacionário trava durante séculos, sustentando argumentos tão dogmáticos que estas se tornam verdadeiros axiomas no campo das ciências econômicas e

[11] O autor compreende como atitude reacionária a "reação" que os arautos do conservadorismo apresentaram ante os avanços dos atos da Revolução Francesa de 1789.

políticas, entre outras áreas do conhecimento humano. Tais dogmas normalmente dispensavam ser demonstrados, pois são tomados como verdades absolutas. Tal é o caso, por exemplo, da relação que o autor faz entre os ascensos e descensos do pensamento conservador, nos Estados Unidos da América, e finalmente da sua vitória, expressa no início da década de 1980, com a eleição de Ronald Reagan para a Presidência da República.

Neste último caso, deve-se notar como a Economia neoclássica, construída a partir dos argumentos econômicos mais dogmáticos, formulados pelos clássicos desta área do conhecimento, serve ao "núcleo duro" da ideologia neoliberal. Não se trata de uma ideologia sem História ou sem intermediações, nem de um produto dos tempos "pós-modernos", expressos na "globalização", como querem os seus defensores.

Sobre a questão de ir buscar nas diferentes contextualizações o "espírito" das doutrinas do conservadorismo, Hirschman afirma:

> Retratar uma prolongada mudança ou transição ideológica como processo endógeno é, naturalmente, mais complexo do que descrevê-lo como ascensão de uma ideologia insurgente, concebida independentemente, a qual coincide com o declínio de uma ética até então dominante. [12]

Considera-se importante destacar o valor que têm as figuras carismáticas, os mitos e, sobretudo, a base concreta de poder para materializar o conjunto de idéias que os intelectuais orgânicos da classe dominante organizam no pensamento neoliberal. Apesar das dificuldades concretas de definição de uma doutrina neoliberal, devido às controvérsias existentes dentro das fileiras dos "apostolados" das Escolas: de Chicago, Austríaca e a de Virgínia, e da retórica que possuem ao perguntar se existe uma doutrina neoliberal, Reginaldo Moraes faz em seu trabalho, *Os Exterminadores* do *Futuro: A Lógica dos Neoliberais,* um esforço de síntese que abrange as principais Escolas desta corrente de pensamento.

Moraes (1994) explica em seu trabalho como surge historicamente a ação política liberal: *Combatendo regulamentos estatais ou corporativos, como os estatutos de aprendizes, normas sobre materiais, e preços e monopólio.* [13] No referido trabalho, Moraes considera, ainda, o fato de que, nos primórdios do capitalismo o "edifício do pensamento social" não tinha definido de

[12] HIRSCHMAN, Albert. *As Paixões e os Interesses - Argumentos Políticos para o Capitalismo antes de seu Triunfo.* Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979,14.
[13] MORAES, R. C. C., 1994, 7.

maneira nítida as áreas específicas do conhecimento humano. Isto permitia ou obrigava o Economista a considerar as múltiplas determinações componentes de um processo em movimento.

Todavia, ao definir as "leis econômicas", por exemplo, em *A Riqueza das Nações,* A. Smith abandonou a distinção entre interesses e paixões ao fazer sua defesa da busca desenfreada do ganho privado. Dito de outra forma: Smith omitiu a possibilidade de, na busca do interesse privado, o indivíduo ser levado pela paixão, pelas tentações do poder ou outras "fraquezas" subjetivas próprias da "natureza" humana. Agora só existia o interesse econômico, a busca da riqueza individual.

Como será visto a seguir, com a crise da ideologia keynesiana, entra em cena a ofensiva da ideologia neoliberal, quando os teóricos do livre mercado lançam suas mais veementes críticas contra toda forma de intervenção na Economia que venha a contrariar os dogmas da mão invisível de Smith, ou o "laissez-faire".

## 2.4 O PENSAMENTO NEOLIBERAL: *A LEGITIMAÇÃO DO DESEMPREGO*

Uma das características do neoliberalismo, que o situa como ideologia reacionária, é a sua luta contra qualquer correção às falhas do mercado, a presença do Estado no espaço econômico e, principalmente, o desprezo pelos direitos conquistados pelos detentores da força de trabalho. Daí a verdadeira essência da sua luta contra o Estado desenvolvimentista, em defesa das privatizações das empresas estatais, contra a teoria do pleno emprego, defendida por John Maynard Keynes. Por essa razão, como será mostrado nesta parte do trabalho, suas teses se projetam principalmente contra as conquistas dos trabalhadores, ora minimizando seus benefícios, ora tentando demonstrar os seus "efeitos perversos" sobre o conjunto da sociedade. Entre os seus defensores teóricos, foram selecionados dois dos seus representantes como referência do pensamento neoliberal, por se entender que isso é suficiente para as comparações e suas paradoxais teses econômicas neste final de século XX com relação ao pensamento do liberalismo clássico que eles tomam como base de seus argumentos na construção do seu "tipo ideal" de sociedade.

O pensamento neoliberal pode ser definido como uma ideologia, uma forma de ver o mundo social ou uma corrente de pensamento consolidado na década de 1970, principalmente com a destituição do governo democraticamente eleito no Chile. Aquele país serviu de laboratório dos governos dos países industrializados, em especial o da Inglaterra, visando praticarem suas experiências monetaristas.

A origem do neoliberalismo, como se vê, está ligada às formas mais reacionárias e conservadoras de pensamento. As três escolas da ideologia neoliberal são: a Escola Austríaca, representada por F. A Hayek, a qual discutir-se-á na próxima sessão; a Escola de Chicago, representada pelo monetarista Milton Friedman; e a Escola de Virgínia, a Escola da Escolha pública (Public Choice), representada por James Buchanan. As principais obras de Hayek são: *O Caminho da Servidão, (Road to Serfdom)* de 1944*, Os Fundamentos da Liberdade (The Constition of Liberty)* de 1960*, e Direito, Legislação e Liberdade (Law, legislation and Liberty),* de 1973-79. Sobre as obras produzidas por Milton Friedman, discutir-se-á na sessão 2.4.1 e 2.4.2, quando se fará a avaliação dos próprios autores e suas contribuições no construto teórico neoliberal.

Definido o pensamento neoliberal na Escola de Chicago, em outro capítulo discutir-se-á suas (desastrosas) conseqüências para o movimento operário nos países onde elas foram adotadas pelos governos conservadores, em especial no Brasil.

Para definir o instrumento de análise usado pelos governos neoliberais no Brasil nas décadas de 1980 e de 1990, mostrar-se-á, em seguida, como se construiu este pensamento. Depois analisar-se-á a relação do pensamento neoliberal com a economia brasileira, em especial, no que diz respeito às privatizações das empresas estatais e ao desemprego dos trabalhadores. Pretende-se estudar, ainda, o desdobramento de tais políticas dos diferentes governos sobre as condições de vida dos trabalhadores durante a década de 1990.

### 2.4.1 NEOLIBERALISMO, SINDICATO E DESEMPREGO (A ESCOLA AUSTRÍACA)

Em 1944 foram lançadas duas grandes obras que marcaram época. Uma delas, não só pelo seu pungente conteúdo, em que se comentavam as condições que permitiram a consolidação do capitalismo moderno, como também, e principalmente, a facilidade com que se fez uma avaliação, a partir de uma visão crítica, do capitalismo moderno como fenômeno político econômico e social historicamente contraditório.

Ao descrever a situação dos camponeses da Inglaterra, Karl Polanyi em sua obra *A Grande Transformação* (1980), chama de "moinhos satânicos" a situação em que foram jogados os trabalhadores nos primórdios do modo de produção capitalista. Assim ele comenta:

> A gente do campo se desumanizava em favelas; a família estava no caminho da perdição e grandes áreas do país desapareciam rapidamente sob montes de escória e refugos vomitados pelos "moinhos satânicos". Escritores de todas as opiniões e partidos, conservadores e liberais, capitalistas e socialistas, referiam-se às condições sociais da Revolução Industrial como um verdadeiro abismo da degradação humana (Polanyi, 1980, p.56).

Por outro lado, na segunda obra *O Caminho da Servidão* o seu autor F. A Hayek, ao mesmo tempo que ignora os horrores do capitalismo desde os primórdios de sua formação, faz duras críticas às políticas econômicas adotadas no sentido de corrigir as falhas do mercado, na defesa do desenvolvimento e contra o desemprego. Esta obra serve para se tecer algumas referências acerca do momento em que começaram a se organizar as idéias neoliberais; esta ideologia que passou a ser hegemônica a partir da década de 1970, na conjuntura provocada pela maior crise do capitalismo já no final do século XX. O principal objetivo de Hayek na época, era lutar contra as conquistas políticas e econômicas defendidas pelos sindicatos, partidos e governos trabalhistas, e os vários aspectos de todas as formas do planejamento centralizado, além de defender a recondução do liberalismo do século XX à sua origem, a forma clássica dos séculos XVIII e XIX. Este é o conteúdo da retórica, não só de Hayek, como também de outros defensores da ideologia neoliberal.

Poder-se-ia, igualmente, tomar a conjuntura econômica em que ocorreu a reunião de Hayek e outros defensores das idéias neoliberais em 1947, em Mont Pèlerin, na Suíça. A partir desta data, os organizadores das idéias neoliberais passaram a se reunir, sistematicamente, para

combater tudo o que eles entendiam que estaria desviando a sociedade dos princípios do liberalismo econômico. Juntamente com as teses dos teóricos do neoliberalismo, somavam-se as diferentes formas de pensamento conservador. As principais referências sobre o autor, para o trabalho que se pretende realizar, estão em *O Caminho da Servidão* e em *Os Fundamentos da Liberdade.* Na primeira destas duas obras, Hayek trata as questões de forma superficial, mais panfletária, numa fase que tanto ele como os seus parceiros teóricos assumiram uma postura defensiva, mas decidida, contra a centralização política e econômica, em defesa do liberalismo.

Na obra *O Caminho da Servidão* (1980), Hayek aponta detalhes acerca dos perigosos caminhos que os liberais do século XX vinham trilhando, ao adotar as políticas econômicas baseadas no planejamento central, em oposição ao que ele considerava a "sociedade livre".

Ao se referir aos direitos trabalhistas e ao emprego, título de um dos mais importantes capítulos da obra *Os Fundamentos da Liberdade* este autor deixa claro a que liberdade ele se refere, quando afirma:

> A política de governo, em relação aos sindicatos trabalhistas, foi, em pouco mais de um século, de um extremo a outro. Desde a época em que quase todas as suas atividades eram consideradas ilegais, aos poucos os sindicatos se foram tornando instituições singularmente privilegiadas, às quais não se aplicam as normas legais gerais (Hayek, 1983, p.323).

À semelhança de Smith, ao descrever sobre a relação do Estado e a economiana obra *O Caminho da Servidão* ele afirma:

> O Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações (Hayek, 1990, P. 88).

Quando se lêem as referências a "indivíduos" (Hayek mostra a essência de sua doutrina do individualismo defendido pelos mentores da ideologia neoliberal), a primeira impressão a que levam suas afirmações é a da defesa da igualdade de todos os cidadãos. No entanto, quando se observa, de maneira mais cuidadosa, a que "indivíduos" eles se referem, e que não podem absolutamente ser controlados pelo Estado, é que se nota tratar-se das empresas capitalistas explorando os trabalhadores indistintamente. A liberdade tão cara aos teóricos do neoliberalismo

é a ausência de qualquer controle social de tais componentes da sociedade civil pelos Estados, em especial aqueles relacionados com as conquistas dos trabalhadores, como fica claro, quando Hayek afirma:

> Não trataremos aqui dos abusos criminosos de poder dos sindicatos que recentemente atraíram muito a atenção dos Estados Unidos, conquanto tais abusos não estejam de todo desvinculados dos privilégios de que os sindicatos legalmente gozam. Trataremos apenas dos poderes que estas organizações em geral têm hoje, quer por permissão explícita da Lei, quer, pelo menos, como tolerância tácita das autoridades (Hayek, 1983, p. 326).

Como acabamos de ver, acima, Hayek, autor de *Os Fundamentos da Liberdade* (1983), deixa claro que um dos seus objetivos é o de destruir os direitos que os trabalhadores conquistaram em duras lutas durante séculos, não só diretamente nos Estados Unidos, como também na Inglaterra, assim como, indiretamente, por influência em outros países onde ocorriam conquistas dos trabalhadores a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, ou ainda a partir (principalmente) das experiências do socialismo.

Ao argumentar contra o monopólio do mercado por determinadas empresas estatais e/ou contra o planejamento das atividades econômicas, em defesa do monopólio das empresas privadas, Hayek acusa o socialismo de ter criado a idéia do planejamento, como se tais idéias fossem atributo único dos socialistas marxistas.

O autor de *O Caminho da Servidão* (1980) primeiro nega a existência de monopólios de empresas privadas em pleno século XX, quando já existiam varias formas de monopólio na maioria das economias ocidentais, penetrando em todos os países das áreas de influência das superpotências imperialistas, ao afirmar:

> Não constatamos naturalmente o fato histórico do crescimento dos monopólios durante os últimos cinqüenta anos e a restrição cada vez maior do campo em que reina a **concorrência.** Muitas vezes, porém, exagera-se bastante a amplitude do fenômeno (Hayek, 1990, p. 64).

Hayek acusa os marxistas de criarem a idéia do crescimento do monopólio durante mais de meio século, de criarem opiniões que são passadas para segundas, terceiras e quartas pessoas, como se tratasse de um fato subjetivo, inventado, ao bel prazer deste ou daquele estudioso

revolucionário. Acusa os intelectuais de esquerda pelo desenvolvimento das economias de planejamentos centralizados, e pela proteção dos mercados contra os monopólios privados. Por outro lado, nega, arbitrariamente, a maior eficiência e os ganhos de escala das grandes empresas monopolistas. Partindo destas idéias este teórico do neoliberalismo poderia negar a necessidade do Estado como protetor do mercado nos países de capitalismo tardio, única condição de desenvolvimento da indústria nacional, inclusive criando a infra-estrutura básica para apoiar o desenvolvimento, como foi o caso da criação das empresas estatais no Brasil, a partir da década de 1930.

Como o objetivo dos teóricos do neoliberalismo é o de combater as idéias que dizem respeito à centralização de qualquer economia, eles confundem duas coisas completamente diferentes: o socialismo marxista e o nacional-socialismo. No capítulo desta obra denominado "As Raízes socialistas do Nazismo", Hayek concentra este planetário de erros, talvez até propositalmente, uma vez que no mundo estava ocorrendo o fim da Segunda Guerra Mundial, em cujo campo de batalha se deu o confronto destas duas formas de pensamento. Para o infortúnio de Hayek e de outros seguidores das idéias neoliberais, do ponto de vista da Filosofia, da Política e da Economia internacional, o socialismo saiu fortalecido. Mas não parte ele do momento restrito ao cenário dos anos de 1930 e de 1940, como o faz quando ataca o Estado pós-keynesiano. Seus ataques aparentemente confusos vão-se tornando mais claros quando Hayek trata das ações do Estado em relação às lutas dos sindicatos no uso legalmente conquistado do direito de greve. Isto fica mais compreensível, ao se analisar as suas afirmações sobre as atitudes do Estado democrático, frente às lutas que normalmente fazem nas campanhas salariais:

> O Estado que controla pesos e medidas (ou impede de qualquer outro modo o estelionato e a fraude) é indubitavelmente ativo, ao passo que o Estado que permite o uso da violência – por piquete de grevistas, por exemplo – é inativo. Entretanto, é no primeiro caso que o Estado observa os princípios liberais, enquanto no segundo não o faz (Hayek, 1990, p.92).

No que diz respeito ao desemprego, o autor sugere a omissão do Estado, não só sob o aspecto das políticas trabalhistas, como no que diz respeito à distribuição de rendas, afirmando que as desigualdades sociais sempre existirão, deixando assim mais claro a sua revolta contra o

Estado keynesiano, contra as políticas que permitam distribuição de rendas e outros defensores das propostas da política do pleno emprego, ao afirmar:

> Haverá sempre desigualdades que parecerão injustas aos que sofrem decepções e infortúnios imerecidos. Mas, quando essas coisas acontecem numa sociedade conscientemente dirigida a maneira como as pessoas reagem é muito diferente daquela como o fazem quando tais desigualdades e infortúnios não resultam de escolha consciente. A desigualdade gerada por forças impessoais é, sem dúvida, melhor suportada, e afeta bem menos a dignidade do indivíduo do que quando é intencional. No regime de concorrência, não representa desconsideração ou ofensa à dignidade de uma pessoa ser avisado pela direção da firma que seus serviços já não são necessários, ou que não se lhe pode oferecer emprego melhor. (p.112).

Como se acaba de ver, nesta longa citação, não faltarão "remédios amargos" para aqueles desafortunados pela sorte, a queda dos níveis de emprego ou o preço da força de trabalho ser vendida da forma mais barata possível a quem se lamentar. Como em cada esquina deve haver uma igreja à disposição, mandando dar a Cesar o que é de Cesar, e a Deus o que é de Deus, a classe dominante pode dormir tranqüila. Pois, nem os governos liberais aumentarão os impostos, nem o proletariado se organizará para se defender dos reais responsáveis pela histórica concentração de rendas e das crescentes e alarmantes taxas de desemprego decorrentes das políticas neoliberais.

O resultado concreto da aplicação de tais idéias será visto no capitulo VII deste trabalho, quando se analisará os resultados das desastrosas políticas neoliberais adotadas na década de 1990, em prejuízo dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que os defensores do neoliberalismo combatem o Estado socialista, que pressupõe o caráter de classe social, o Estado proletário, confundem-no com o Estado nazi-fascista, indo buscar na origem hegeliana das duas formas diferentes de pensamento os fundamentos de suas (equivocadas) afirmações. Com certa razão, Hayek atribui a Marx e aos marxistas a idéia de planejamento, o sentido da organização conscientemente dirigida em oposição à anarquia do liberalismo econômico em relação ao mercado, que seria o reinado dos capitalistas. Se Hayek estivesse opondo a idéia de organização de classe à idéia de anarquismo, não estaria errado, uma vez que a sociedade está dividida em classes, e não foi Marx nem os marxistas que a criaram assim. A classe dominante, antes do capitalismo, também já estava

organizada como classe, além de já dispor de um Estado para proteger os seus interesses. O que o capitalismo realmente fez foi concentrar estas classes em dois pólos: um proletário, outro burguês. Este último sempre teve liberdade de se organizar. O proletariado é que veio a se organizar depois, para se defender da exploração e da opressão. Isto está bastante claro em todas as obras de Marx, em especial no *Manifesto do Partido Comunista de 1848*, e outras obras que tratam do socialismo cientifico, fundado por este e Engels.

De qualquer forma, na obra *O Caminho da Servidão*, como reconhece o seu autor, ele não é muito minucioso no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, como é o caso da outra publicada em 1960 pela Universidade de Chicago, intitulada *Os fundamentos da Liberdade.* Esta obra reflete a conjuntura econômica e política em que foi publicada.

Em uma conjuntura em que ainda subsistia o *Welfare State*, as políticas baseadas no planejamento centralizado eram práticas correntes em diversos países. O socialismo real, embora enfrentando muita dificuldade, continuava subsistindo na União Soviética. A China, apesar da crise da Revolução Cultural, também mantinha a grande marcha no rumo do socialismo. Os Estados Unidos ainda não tinha entrado no longo período de crise do qual ainda não conseguiu sair. Sob a forma fordista de gestão da força de trabalho, os trabalhadores ainda não amargavam as alarmantes taxas de desemprego que alcançariam neste mesmo país 20 anos depois sob as políticas neoliberais. Também Hayek trata de delimitar o papel do Estado na Economia. Admite a presença do Estado em determinados setores da atividade econômica, desde que estas não contrariem as ações dos interesses privados.

Outro aspecto que chama a atenção nesta obra é a dedicação minuciosa de seu autor ao trabalho de desconstruir as categorias básicas criadas pelos fundadores do socialismo científico, tentando criar outra forma de ver a sociedade de classes. Assim, a formação do proletariado, para Hayek, decorre de opções de cada indivíduo de ser livre. Por outro lado, eles são livres graças à suposta bondade dos capitalistas, que resolvem oferecer emprego a estes indivíduos. Nesse caso, o autor de *Os Fundamentos da Liberdade* coloca em dúvida a própria origem e crescimento dos assalariados sob o capitalismo moderno, ao afirmar:

> Antes de abordar o assunto principal, precisamos libertar-nos do mito do crescimento da classe assalariada, que, embora seja sustentado em sua feição mais primária somente pelos marxistas, passou a ter ampla aceitação, a ponto de confundir a opinião pública. Trata-se do mito segundo o qual o aparecimento de

> um proletariado resultou de um processo de expropriação, durante o qual as massas foram despojadas dos bens que lhes permitiam ganhar a vida de maneira independente. (Hayek, 1983, p.130)

Por outro lado, simultaneamente às multidões de “Sextas-Feiras”, que surgem do nada nas “robinsonadas” que habitam as obras de Hayek, surgem também os “crusoes” que, percebendo a vantagem de tê-los (ou, quem sabe, suportá-los como subalternos) resolvem socorrê-los bondosamente com os empregos. Resolvem, assim, usar seu capital, herdado dos seus antepassados (que, por sua vez, ninguém sabe de onde vem) para, neste clima de liberdade (ou talvez de “paz perpétua”), serem surpreendidos pelos incômodos marxistas, quebrando a harmonia existente na “sociedade livre”, considerando-se:

> O que mais tarde permitiu aos que não tinham herdado terra nem implementos dos pais para sobreviver e se multiplicar foi o fato de que para os ricos se tornou exeqüível e rendoso usar seu capital de modo a dar emprego a milhões de pessoas. Se o capitalismo criou o proletariado, ele o fez permitindo que multidões de pessoas sobrevivessem e procriassem. (Hayek, 1983, p. 130).

Portanto, quando se comparam as idéias acima com aquela do papel que o trabalho improdutivo cumpre na teoria de A. Smith, a conclusão acerca do tamanho do Estado na Economia dificilmente será outra. Será muito próxima do "Estado mínimo" neoliberal. Só que o autor de *A Riqueza das Nações* estava longe de imaginar um capitalismo extremamente monopolizado no final do século XIX, e a dimensão que tomaria o capital financeiro no final do século XX, desestimulando o investimento do capital no setor produtivo e, conseqüentemente, provocando o desemprego de milhões de trabalhadores.

Este é o instrumento teórico que foi utilizado a partir da década de 1980, por diversos países de influência econômica mundial, sendo logo em seguida imposto aos países atingidos pela crise do capitalismo. Serviu de justificativa para os interesses do capital financeiro nas décadas de 1980 e 1990.

### 2.4.2 NEOLIBERALISMO, SINDICATO E DESEMPREGO (A ESCOLA DE CHICAGO)

As principais obras de Milton Friedman são *Capitalismo e Liberdade* (1962), *A Monetary History of the United States* (1963) e *A Liberdade de Escolher* (1979). Destas três, a primeira e a última são as mais importantes para os objetivos da análise que se faz nesta tese.

Ao fazer o prefácio do livro *Capitalismo e Liberdade*, considerado síntese do seu pensamento, o autor afirma:

> Aqueles dentre nós (economistas) que se mostravam profundamente preocupados com a ameaça à liberdade e à prosperidade, representada pelo crescimento da ingerência governamental e pelo triunfo das idéias keynesianas e do Estado próspero, formavam uma pequena, mas aguerrida minoria, considerada excêntrica pela grande maioria de colegas intelectuais (Friedman, 1982, p. 5).

O período a que se refere Friedman, defensor das idéias neoliberais, correspond "anos dourados", quando mais cresceu o *Welfare State* desde o lançamento do livro de auto Hayek (*O Caminho da Servidão*), em 1947, até a crise da ideologia keynesiana no iníc década de 1970. Corresponde a toda a fase 4A, fase expansiva, do quarto ciclo long Kondratiev. Neste período foi quando, no pós-guerra ocorreu uma acentuada expansão do Es numa total indiferença à teoria do "Estado mínimo" do liberalismo econômico de Smith neoliberalismo de Hayek ou de Friedman. Não se pode discordar das afirmações aparente corretas, do autor de *A Liberdade de Escolher*. Pois, é justamente a partir da data da publi desta obra que o capitalismo iria entrar no período em que se acostumou denominar de "d dos mitos", ou nas "décadas de crise", já que as idéias monetaristas da Escola de Chicago iriam triunfar por outros trinta anos, ou mais, de crise, correspondentes à outra fase tão mitológica quanto a que antecedeu e que se tinha encerrado com o fim dos "anos dourados" do capitalismo. Isto porque, com o fim do período que alguns afoitos estudiosos do capitalismo contemporâneo pensavam que as crises do capitalismo eram "coisas do passado", os representantes do paradigma da macroeconomia neoclássica começaram a alardear o triunfo do conservadorismo da ortodoxia monetarista, na versão mais paradoxal, a qual tanto agradava a Milton Friedman e seus seguidores neoliberais.

Não se pode negar a capacidade de convencimento deste autor ao atacar a Teoria e a Filosofia progressistas ou mesmo revolucionárias, pois, como todo aquele que se torna presa das aparências ao estudar os fenômenos sociais, se poderia acreditar no que o representante da Escola de Chicago afirmava, em meio a mais uma profunda crise em que o capitalismo estava envolvido em um dos muitos cenários históricos provocados pelos efeitos de uma fase de ciclo longo de recessão (fase 4B de Kondratiev). Com esses efeitos sendo agravados com outra recessiva do ciclo de Parvus, com seus efeitos provocava desdobramentos políticos, econômicos e sociais, principalmente, para a América Latina. O caráter desta crise do capitalismo tinha muitas determinações. Mas a estreita visão economicista do autor de *Capitalismo e Liberdade* não conseguia ver o que se passava nem mesmo em sua volta. Pelo menos assim ele atesta em seu desprezo pelos intelectuais que se opunham às suas idéias neoliberais. Uma das múltiplas manifestações do fenômeno que se analisa é prova de sua miopia, porquanto, a aparentemente nova expressão da crise ficou conhecida como primeiro choque do petróleo. E o referido monetarista estava analisando os efeitos de uma segunda manifestação das muitas limitações que o capitalismo contemporâneo, em sua relação sóciometabólica, apresenta em relação à natureza.

Dispondo de dados em quantidades abundantes para embasar seus argumentos fenomenologistas, ele elogia a experiência, e combatendo "a Teoria e a Filosofia" ele parte para o ataque de tudo quanto ele e o grupo de Monte Pelerin sempre detestaram:

> A Rússia e a China, anteriormente os grandes símbolos da esperança das **classes intelectuais**, haviam claramente fracassado. A Grã-Bretanha, cujo socialismo Fabiano exerceu profunda influência sobre os **intelectuais americanos**, encontrava-se em grandes dificuldades Aqui em casa, os intelectuais, sempre favoráveis ao governo dominador e, na grande maioria, adeptos do Partido Democrático, haviam-se desiludido com a guerra do Vietnã e, particularmente, com o desempenho dos Presidentes Kennedy e Johnson. ( Friedman, 1982, p. 7)

É importante notar que, embora Friedman se refira aos intelectuais em seus virulentos ataques, estes vão mais longe, uma vez que os programas de reformas econômicas, visados por ele em seguida, não se restringiam a tais categorias sociais. A luta dos defensores do neoliberalismo tinha um alcance muito mais amplo e mais profundo. Isto fica claro quando ele afirma:

> Muitos dos ambiciosos programas de reformas – ideais do passado, tais como bem-estar, habitações populares, apoio aos sindicatos, integração das escolas, ajuda federal à educação, atividade produtiva – estavam tudo indo por água abaixo. (Friedman, 1982, p. 7)

Sabe-se que, da mesma forma que a Revolução Russa, pela extensão dos seus efeitos filosóficos, políticos e ideológicos a curto e médio prazos, em praticamente todo o mundo ocidental e oriental, beneficiaram não apenas uma meia dúzia de pensadores, os programas contra os quais Friedman lançou seus ataques, e também não atingiram apenas aos intelectuais. Assim como Friedman parece imaginar que os desdobramentos da primeira revolução proletária do mundo se restringiram a alguma casta de intelectuais idêntica àquela a que ele pertencia, também o papel da URSS na derrota ao Nazi-Fascismo na Segunda Guerra Mundial (aliada do próprio país do referido estudioso) ou é um fato histórico estranho ao referido intelectual orgânico da classe dominante ou para ele tanto faz o Socialismo marxista (bem ou mal) praticado na União Soviética como o Nacional Socialismo de Adolf Hitler.

No que diz respeito à China, não se pode negar que, assim como o chamado socialismo real era traído na URSS, no país de Mao Tzé Tung (Maozedong) cometeram-se grandes erros táticos durante a Revolução Cultural; isto, porém, não significa dizer que a Reforma Agrária feita em 1949, que beneficiou milhões de camponeses, também beneficiou apenas os "intelectuais" aos quais se refere o monetarista da Escola de Chicago. O reacionarismo do referido intelectual orgânico da classe dominante é tão exagerado que o torna cego perante os fatos históricos, uma vez que sem a referida reforma agrária nem a luta contra outras manifestações Feudais, empreendidas como forma de liberação das forças produtivas, a China jamais teria desenvolvido a própria modernização que experimenta nos dias atuais (Hinton, 1998, p. 149).

Friedman ficou mais conhecido, não só devido à contribuição à Escola monetarista, mas também pelo combate contra o uso do gasto público como forma de reverter as tendências de baixa do ciclo econômico, via estímulo da demanda efetiva, tal como sugere a teoria que ficou conhecida como "receituário keynesiano" ou "revolução keynesiana".

As principais críticas de Friedman são dirigidas contra as políticas de governo que passaram a ser utilizadas após a derrota do liberalismo, entre 1914 e o seu fim definitivo após a crise de 1929. Naquele cenário econômico, após ter publicado uma série de artigos questionando a consistência teórica do "laissez-faire" (entre 1919 e 1930), Keynes finalmente publicou a obra

*Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.* Esta obra passou a ser considerada uma espécie de manual daqueles que iriam adotar as políticas conhecidas como *Welfare State* na Europa, ao *New Deal* nos EUA e ao Estado desenvolvimentista em praticamente toda a América Latina.

Além das suas investidas, não só contra o socialismo marxista, mas também contra algumas formas de concessão social que viessem a universalizar os direitos dos trabalhadores; ao comparar o liberalismo com aquele que ele combatia nas décadas de 1950 e 1960 do século XX (momento em que publicou *Capitalismo e Liberdade*), percebe-se a indignação de Friedman contra qualquer idéia que não seja a "mão invisível" dos liberais clássicos dos séculos XVIII e XIX:

> A partir do fim do século XIX e, especialmente, depois de 1930, nos Estados Unidos, o termo liberalismo passou a ser associado a pontos de vista bem diferentes, especialmente em termos de política econômica (...). O liberal do século XIX considerava a extensão da liberdade como meio mais efetivo de promover o bem-estar da igualdade, o liberal do século XX acabou por favorecer o renascimento das mesmas políticas de intervenção estatal e paternalismo contra as quais tinha lutado o liberalismo clássico. No momento exato em que faz recuar o relógio para o mercantilismo do século XVII, acusa os verdadeiros liberais de serem reacionários. (Friedman, 1982, p.14).

Como se pode observar nas afirmações acima, Friedman está o tempo todo tentando reconduzir os rumos das políticas macroeconômicas aos tempos do liberalismo clássico, do fim do século XVIII e do século XIX. Não importa a diferença entre a estrutura de mercado no chamado capitalismo competitivo e no imperialismo, iniciado no fim do século XIX e início do século XX, quando o mercado é fortemente influenciado pelos monopólios. Isso, mesmo no fim do século XIX, quando nos países de capitalismo tardio alguns economistas passaram a defender a tese da "indústria infante", isto é, a necessidade da proteção da indústria privada pelo Estado, com o objetivo de permitir o desenvolvimento das empresas nacionais (Singer, 1983, p. 14-16). Para Friedman, isto seria levar a liberdade do capitalismo de volta para os tempos da Idade Média. Com efeito, qualquer medida tomada, nos marcos do Estado de direito do capitalismo contemporâneo, para regular ou regulamentar qualquer atividade no mercado de trabalho, contra a discriminação, o reconhecimento (ou legalização) dos sindicatos, teria o mesmo sentido para ele que aqueles praticados durante o regime de servidão.

Friedman comenta, ainda, em *Capitalismo e Liberdade* (1982): "a substituição dos acordos em termos de *status* pelos acordos em termos de contratos foi o primeiro passo para a libertação dos servos da Idade Média". Isto não deixa de ser verdade, não pelas mesmas razões alegadas por ele, ao afirmar que toda e qualquer ação do Estado inibe as ações do mercado, ou que o capitalismo libertou os servos da Idade Média.

Em um dos seus raros lampejos de consciência, ele afirma que a extensão do mercado e o desenvolvimento das habilidades (individuais) humanas levaram os capitalistas a adotar o trabalho livre em lugar das corporações de ofício, das normas das guildas, dos mestres de oficina. Isto constitui o ponto de partida do que o liberalismo econômico tinha de positivo no seu tempo. Todos estes exploravam o trabalho escravo de crianças. É verdade que a manufatura, e depois a indústria, sob o capitalismo, já no final do século XIX, conseguiram, por meio do trabalho social (e não individual) (Marx, 1987: 104) contribuir decisivamente para o desenvolvimento da consciência de classe do ser social e substituiu todas as formas de expropriação, inclusive a religiosa, do *Ancien Regime* pela exploração da mais-valia. Por outro lado, isto está longe de ter trazido, de forma automática, de presente, a liberdade para o proletariado industrial, uma vez que a introdução das máquinas substituindo a força de trabalho contribuiu para a formação do exército industrial de reserva, dado o brutal desemprego agravado pela expropriação dos camponeses que, expulsos de suas terras, formavam legiões de desempregados nas cidades. A liberdade conquistada pela classe proletária jamais foi uma dádiva dos capitalistas, mas sim conquistada em um prolongado processo de luta de classes, em que foram ceifadas milhões de vidas dos camponeses pobres.

É importante notar que os defensores do neoliberalismo não dispensam as ações dos governos, quando estas ações estiverem de acordo com os seus objetivos. Haja vista sua afirmação:

> Convém que usemos o governo para fornecer uma estrutura monetária estável à Economia livre – isto é parte da função de propiciar uma estrutura legal estável. É também conveniente que o governo forneça uma estrutura geral econômica e legal que permita aos indivíduos fazer a economia crescer, se isto estiver de acordo com seus valores. (Friedman, 1982, p.44).

As posições de Friedman contra as medidas de caráter keynesiano de controle do dinheiro, conhecidas como o *New Deal*, são exemplos lapidares do seu posicionamento em relação ao pleno emprego, não só no sentido amplo, mas também no sentido restrito, o do emprego dos trabalhadores. Ao delimitar as ações do governo nos momentos de crises cíclicas do capitalismo, em especial na Grande Depressão, ele afirma:

> Tarifas e outras restrições ao comércio internacional, taxação pesada e uma estrutura de taxação complexa e injusta, comissões reguladoras, fixação governamental de salários e preços e mais um número enorme de outras medidas fornecem aos indivíduos um incentivo para o uso inconveniente e inadequado dos recursos e distorcem o investimento das poupanças. Na verdade, precisamos urgentemente, para a estabilidade e o crescimento econômico, de uma redução na intervenção do governo – e não de sua extensão (Friedman, 1982, p. 43-44)

Nesta obra, escrita em um momento onde ocorriam inúmeras manifestações contra a discriminação racial nos EUA, no período conhecido como o modo de acumulação fordista, Friedman se coloca veementemente contra medidas de caráter compensatórios, que visavam integrar os negros no livre mercado de trabalho daquele "país da liberdade". Seus argumentos são os mesmos de sempre (a tese do efeito perverso):

> Os efeitos de tal ação será a redução do movimento de negócios e a imposição de prejuízo ao proprietário (...). Quando o proprietário de uma loja contrata empregados brancos ao invés de negros, no caso de não existir uma lei a respeito, ele pode não estar manifestando preferência ou preconceito ou gosto próprios. Pode estar simplesmente transmitindo os gostos da comunidade (racista MDA) a que serve. (Friedman, 1982, p. 103-104).

A outra obra de Friedman, a qual reflete a luta dos defensores do neoliberalismo, é *A Liberdade de Escolher*, publicada no início da década de 1980, portanto, em uma conjuntura muito mais inspiradora para o seu autor exercitar o seu reacionarismo e o seu conservadorismo do que a publicada logo no início da década de 1950, intitulada *Capitalismo e Liberdade.* Isto porque, enquanto na conjuntura em que foi lançada esta última obra, os trabalhadores ainda se encontravam vivenciando a fase de expansão correspondente ao período da fase 4A do quarto ciclo longo de Kondratiev, que ficou conhecida como os "anos dourados", a primeira foi publicada dentro da fase 4B, fase recessiva, do quarto ciclo de Kondratiev, que apesar de ainda

estar apenas em seu começo, tinha aproximadamente 10 anos que no capitalismo se registravam sinais da atual crise de ciclo longo. Na conjuntura apresentada na década de 1960, ainda se falava no pleno emprego defendido sob os efeitos da Segunda Guerra Mundial. O *New Deal*, tão odiosamente tratado por Friedman e seus correligionários em todas as suas obras, ainda servia para alimentar os mitos nos quais eles mesmos admitiam enquanto estudiosos das teorias neoclássicas ortodoxas, o mito de que as crises do capitalismo, tão bem estudadas por Marx na segunda metade do século XIX e aprofundada pelos marxistas ao longo do século XX, constituíam-se de coisas do passado.

Apesar do alarde feito pelo seu parceiro ideológico, Hayek, em *O Caminho da Servidão*, pode-se dizer que, comparativamente, este último não contava com a conjuntura econômica de que dispunha o casal Friedman para propagandear as idéias neoliberais. Pois, além de Friedman contar com um cenário econômico mais favorável, devido ao começo da crise da ideologia keynesiana, este segundo momento (1980) correspondia àquela situação em que as idéias que predominam, que são as idéias da classe que domina, ganham força material e passam a ter o poder de determinação sobre a intra-estrutura (Engels, 1890, In: Marx e Engels, 1987, p.39). O poder de difusão das idéias da classe que domina aquelas que os representantes da fração do capital portador de juro de juros era incomparavelmente maior naquele final do século XX do que vinte ou trinta anos antes, se considerarmos as afirmações dos próprios autores de *A Liberdade de Escolher* (Free to Choose) logo no prefácio da sua primeira edição:

> A imaginação, o trabalho árduo e o compromisso de Robert com a sociedade livre tornaram a série possível. Por sugestão sua, um dos autores (Milton) apresentou de julho de 1977 a maio de 1978, 15 conferencias públicas perante várias audiências, seguidas de sessões de perguntas e respostas, todas as quais foram gravadas (Friedman e Friedman, 1979, 10).

Este é um dos aspectos importantes do poder político que os autores alcançaram no final da década de 1970, o que demonstra, por sua vez, a euforia que as idéias neoliberais atingiram diante da crise do capitalismo, a qual se manifestava como crise fiscal do Estado desenvolvimentista, agravada pelos primeiro e segundo choques do petróleo. São vários fatos objetivos, tais como: primeiro e segundo choques do petróleo, fim da fase A do quarto ciclo longo de Kondratiev e a hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo ou industrial e

o fim da guerra do Vietnam, tudo atuando sobre uma mesma realidade: a crise do capitalismo. Todos estes fatores, com quase uma década de atuação, tinham como desdobramento esta subjetividade que favorecia os teóricos do neoliberalismo no inicio da década de 19880.

Além destes fortes elementos objetivos, que já contavam a seu favor, o grupo de Mont Pelerin tinha acumulado mais de quarenta anos de experiência, que se desdobraram a partir da década de 1970, no número deles que havia ganhado Prêmio Nobel. Daí a firmeza manifestada pelos autores ao lançarem esta obra com maior aprofundamento teórico e mais pedagogicamente preparada do que *Capitalismo e Liberdade*, lançada na década de 1960. Isto fica mais evidente, quando se analisa o que escrevem os autores de *A Liberdade de Escolher*, em 1980:

> A televisão é dramática. Apela às emoções. Prende a atenção. Ainda assim, continuamos a pensar que a página impressa constitui um instrumento mais eficaz para a educação e persuasão. Os autores de um livro podem investigar um assunto em profundidade – sem ser limitados pelo tique-taque do relógio. O leitor pode deter-se e pensar, virar páginas sem ser desviado pelo apelo emocional de cenas que se desenrolam, implacáveis, na pequena tela. (Friedman, 1980, p.11).

Uma outra manifestação da longa crise do capitalismo, que se configurava no início da década de 1980, foram os efeitos do desemprego, das novas formas de gestão da força de trabalho, tais como o toyotismo, que começava a penetrar nos EUA e na Europa em lugar do regime de acumulação fordista. Naquela conjuntura, as políticas públicas de emprego contavam com um dos elementos mais detestados pelos teóricos do neoliberalismo com significativos rebatimentos sobre o mundo do trabalho.

Diante desta situação, assim como de outros aspectos da crise, os adversários das políticas trabalhistas adotadas como produto das lutas dos trabalhadores durante o ciclo de expansão do capital investiram duramente, no sentido de reverter o quadro, antes favorável, no sentido de retirar destes suas conquistas, tanto as mais recentes como aquelas históricas consolidadas desde quando os trabalhadores avançaram em seu grau de consciência e de conseqüente luta de classes. E uma das formas retóricas do desastroso combate travado pelos intelectuais orgânicos do capitalismo, nesta fase de hegemonia do capital financeiro, é confundir as justas conquistas dos trabalhadores por meio de suas organizações historicamente construídas – os sindicatos - com

outras formas de instituições pré-capitalistas, que desapareceram a partir das lutas travadas desde a Revolução Industrial.

Nesse sentido, uma das muitas tentativas de destruir e tirar a legitimidade das fortes organizações de classes dos trabalhadores é tentar separá-las das conquistas historicamente conseguidas. Isto fica evidente quando se afirma:

> Durante a maior parte do período, os sindicatos foram de pequena importância nos estados Unidos. Ainda em 1900, apenas 3% de todos os trabalhadores eram sindicalizados. Mesmo hoje, menos de um em quatro é membro. Evidentemente, os sindicatos não constituíram um grande motivo do melhoramento da sorte do trabalhador nos Estados Unidos. (Friedman, 1980, p. 226).

Parece que, se fosse depender das estatísticas constantes nas afirmações dos autores de *A Liberdade de Escolher* sobre as quantidades de membros filiados aos sindicatos nos EUA, durante o longo período de quase um século de luta na construção do movimento sindical, tais organizações, ou não teriam quase expressão nenhuma e ele estaria falando de fantasmas, ou despertavam relevante papel na vida dos trabalhadores e eles estariam querendo minimizar. Poderiam ainda estar tentando destruir os seus efeitos objetivos e subjetivos, aproveitando o momento de fragilidade daquela conjuntura e a da que se aproximaria nos anos seguintes. Para isto, tinham a seu favor o aprofundamento da crise do capitalismo, o assombroso aumento do exército industrial de reserva e as taxas de desfiliação, a partir da década de 1980. De qualquer forma, os referidos autores investem contra os efeitos diretos, das lutas do movimento sindical e suas repercussões na imprensa. Tais efeitos eles demonstram conhecer bem quando eles aludem à propaganda que eles próprios fazem de suas idéias neoliberais, conforme expressam as suas afirmações citadas nas páginas anteriores desta obra.

Ao se referir às lutas dos trabalhadores da Inglaterra, parece que Milton e Rose conseguem enxergar melhor a força que negam aos sindicatos Norte-americanos. Mas, neste caso além de investir na tentativa de ridicularizar o poder dos sindicatos por meio das estatísticas dos números de filiados, buscam separar as conquistas dos trabalhadores das ações das suas lutas, atribuindo os seus resultados positivos aos efeitos do mercado, ou, na melhor das hipóteses, da superestimação feita pela imprensa. Isto é o que parece, se considerarmos a comparação que

fazem os referidos autores sobre os dois países onde eles mais estão interessados em atingir em sua luta nas seguintes afirmações.

> (...) Mais de três de cada quatro trabalhadores nos estados Unidos não são membros de sindicatos. Mesmo na Grã-Bretanha, onde os sindicatos há muito são mais fortes do que nos estados Unidos, a maioria dos trabalhadores não pertencem aos sindicatos (...) constitui um erro equiparar os interesses dos sindicatos de trabalhadores aos de seus membros ( Friedman, 1980, p. 227).

Ao propagandear suas idéias, os autores supracitados se sentem em pleno final do século XX dispondo de todos os recursos necessários para atingir o grande público do qual tanto precisam para fortalecer sua ideologia de classe. Ao passo que ao falarem dos trabalhadores dos países economicamente mais desenvolvidos do mundo, onde reina a tão propalada liberdade política, econômica, cultural etc., retrocedem na história a tempos imemoriais, se considerarmos a formação e transformação da classe e da consciência de classe atingidas desde a Revolução Industrial, num movimento dialético que apesar de derrotas onde aprendem novos caminhos de lutas, passa por constantes movimentos alternados de crescimento quantitativo que, por sua vez, atinge significativos saltos de qualidade na incessante luta pela própria sobrevivência. Mas, não é isto o que observam os referidos autores. Pelo menos, se considerarmos as suas afirmações de que:

> O mau emprego da linguagem contribui também para a crença de que os sindicatos são produtos do moderno desenvolvimento industrial. Não são nada disso. Pelo contrário, são reminiscências de um período pré-industrial, das guildas, que eram a forma característica de organização de mercadores e artesãos nas cidades e cidades-estado que nasceram do período feudal. Na verdade, o sindicato moderno pode retroagir a um período ainda mais antigo, há quase 2.500 anos, a um acordo a que chegaram os médicos na Grécia. (Friedman, 1980, p.227)

Como se pode observar, a luta dos defensores do neoliberalismo nutre o ódio mortal contra os sindicatos, enquanto armas de defesa dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que lhes negam todos os direitos adquiridos ao longo de sua história. Conseqüentemente, tanto Hayek como Friedman vão se dedicar, juntamente com outros dedicados correligionários, à construção

dos mesmos argumentos que os autores do liberalismo usaram contra as idéias remanescentes do Modo de Produção Feudal.

Na década de 1970, Hayek ganhou o Prêmio Nobel de economia. Dois anos depois, em 1976, chegou a vez de Friedman, que foi também premiado pelas teses descritas acima. Em face à crise do movimento sindical, os argumentos neoliberais, que se acaba de ver nestas vinte últimas paginas irão prejudicar os trabalhadores durante as décadas da crise, conforme E. Hobsbawm (2006).

# CAPÍTULO III

## NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA: *A Nova Manifestação do Imperialismo do Final do Século XX.*

Os governos que adotaram as políticas de caráter neoliberal conseguiram suas vitórias eleitorais na mesma conjuntura internacional que o capital financeiro consolidou sua hegemonia. Tal coincidência não ocorreu por acaso, pois, à medida que a atual crise de ciclo longo foi se agravando, os capitalistas necessitaram de taxas de juros mais elevadas, uma vez que o capital não encontrando expectativas na esfera produtiva foram fugindo para a esfera financeira. Aumentaram a quantidade de capital aplicado no mercado financeiro e, simultaneamente, os especuladores foram ganhando força no mercado, enquanto aumentavam as taxas de desemprego. Trata-se do resultado de um processo de desenvolvimento relativamente longo, que começou nos países de capitalismo mais desenvolvido na década de 1980. Depois, as políticas neoliberais adotadas nestes países foram impostas aos governos dos paises da periferia do imperialismo. Estes tinham sofrido outros efeitos da crise do petróleo e a escassez de crédito, como decorrência da crise da dívida. Estes fatos devem ser encarados de forma dialética, pois, no período que o capital era dirigido para a esfera produtiva, necessitava de políticas desenvolvimentistas; quando este entrou em crise, o capital necessitava das políticas neoliberais, que são a alma gêmea do capital financeiro. O crescimento do capital monopolista e o Estado desenvolvimentista nos países de capitalismo tardio fazem parte de uma mesma totalidade, isto é, o desenvolvimento do capitalismo necessitou de uma forma de Estado que lhe garantisse as condições tanto no desenvolvimento das forças produtivas como uma correspondente superestrutura institucional que, por sua vez, refletisse a ideologia da classe dominante. Apesar do crescimento relativamente rápido das forças produtivas, ocorrido após a Revolução de 1930, o Brasil se constituía em uma sociedade que ingressava paulatinamente no grupo dos paises "industrializados tardios", mas, que saíra há pouco tempo de um regime de exploração escravocrata.

O Estado desenvolvimentista no Brasil no início nasceu sob uma ditadura que durou quinze anos; depois, atravessou um período chamado liberal, entre 1945 e 1964; em seguida, foi transformado por uma ditadura do grande capital de mais de vinte anos (Ianni, 1981).

Como será visto neste capítulo, o movimento, principalmente o do grande capital, ou do capital monopolista, como de resto acontece com as demais composições do capital industrial, no seu processo de acumulação e reprodução, está sempre revolucionando as forças produtivas, com conseqüentes desdobramentos nas relações de produção. A aquisição e fusão de empresas levaram à concentração e centralização da riqueza em um pólo de uma sociedade em que aumentou a magnitude do capital monopolista e as oligarquias financeiras. Enquanto isso, no outro pólo da sociedade em que reinavam (e reinam) as relações capitalistas, o pólo proletário, em conseqüência da mudança no padrão de reprodução do capital e de sua composição orgânica cada vez mais acentuou o crescimento do desemprego. Esta tem sido a tendência do capitalismo, desde o período da livre concorrência aos dias atuais – desde o século XVIII até ao período dos conglomerados empresariais que formam as cadeias do imperialismo do final do século XX.

O modo de produção capitalista descrito por Marx já apresentava características diferenciadas entre o final do século XIX (Engels, 1991, p. 3-24) e início do século XX (Lenin, 1916), na fase do imperialismo clássico. Os processos de acumulação, concentração e centralização de capital conferiram-lhe uma dinâmica cada vez mais acelerada com o avanço da tecnologia, em especial com o aumento da velocidade da comunicação, e novas formas de gestão da força de trabalho, como é o caso do fordismo.

Apesar de suas características marcadas pelo clientelismo, o Estado desenvolvimentista nos países de capitalismo tardio como o Brasil, expressando uma necessidade lógica e histórica como condição de conseguir desenvolver a sua infra-estrutura (tese defendida pelos desenvolvimentistas). Esta tese constituía um verdadeiro contraponto em relação aos interesses do capital financeiro internacional, cujos interesses sempre foram defendidos pelos "liberais" históricos. Daí o embate histórico dos liberais no Brasil na defesa de uma economia aberta, semelhante àquela que se regia pela orientação do mercado, tão cara a David Ricardo, contra a economia que se baseia na planificação centralizada nas ações do Estado (keynesiano). Estas duas posturas econômica e política, apesar de não representarem a contradição fundamental na sociedade capitalista são representativas de interesses conflitantes entre os interesses do Brasil e aqueles países do centro do imperialismo, cuja forma de dominação tem na globalização financeira a sua última expressão.

## 3.1 NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E PRIVATIZAÇÃO.

A globalização financeira e o neoliberalismo conferiram uma *performance* tão distinta do imperialismo na sua forma clássica, que já se fala numa *nova fase***,** aquela da financeirização da riqueza.

O imperialismo, no período de tempo delimitado por este trabalho, assumiu uma forma que o diferenciou daqueles modelos de acumulação que tinham assumido desde o seu início, no final do século XIX. A partir da década de 1970, e principalmente na década de 1980, caracteriza-se pela dominância do capital financeiro sobre o capital industrial.

Para se compreender a magnitude do capital financeiro, que fazia suas pressões sobre os governos do Brasil e demais países no período em estudo, torna-se necessária uma avaliação do movimento do capital em sua **totalidade.** Depois, ver-se-á como nele está inserido o país, já que na década de 1990 foram tomadas decisões cada vez mais condizentes com os interesses do capital financeiro, apoiadas no poder de comunicação de massa que defende o mercado (principalmente o financeiro) mundial como orientador das políticas governamentais. Estas têm como objetivo último a exploração de classe e a expropriação do patrimônio público representado pelas empresas estatais, em benefício do (grande) capital privado, o qual, junto com os fundos de pensão, se apropriou das empresas estatais, principalmente a partir da década de 1990, por preços irrisórios. Somente para exemplificar, pode-se constatar que, na privatização da Cia. Vale do Rio Doce, os fundos de pensão que, segundo Chesnais( 1999), estão entre as maiores expressões do capital financeiro a partir desta década, ficaram com a parcela de 39,29% de suas ações, à frente da CSN (25,5%), do Banco Oportunity (16,73%), da Bndespar e empregados (9,47%) e do Nation's Bank (8,97%).

Neste momento, selecionam-se para avaliação alguns autores que têm dado relevância a este enfoque na análise dos desinteresses dos empresários privados e das conseqüências da crise do capitalismo sobre o Estado desenvolvimentista no Brasil, em função desta financeiração da riqueza.

É importante salientar, como ponto de partida nesta fase deste trabalho algumas abordagens que, embora contenham essencialmente as idéias de alguns autores discutidos até este ponto mantêm com elas importantes pontos de convergência. Estes autores mantêm a idéia

central acerca do imperialismo e do capital financeiro e suas formas de exploração, a submissão dos Estados-Nação aos interesses das grandes empresas capitalistas, mas defendem o ponto de vista de que o imperialismo cresceu de forma tão exacerbada a partir das duas últimas décadas do século XX, favorecidos pela liberação comercial e financeira na década de 1980, nos países industrializados e na década de 1990 no Brasil. Por isso, embora na essência sigam a mesma lógica, apresentam "um *novo ciclo* de reprodução do capital". Neste "*novo ciclo*", segundo tais autores, há uma subordinação da parte do capital produtivo ao capital rentista, que o coloca agora sob a lógica deste último.

Convém relembrar, antes de tomar para análise as obras daqueles autores a seguir, por uma questão de método de exposição, porquanto, até o momento, discorreu-se sobre a dominação do capital financeiro. Alguns autores discutem, por exemplo, o imperialismo, mas não o diferenciam, isto é, não o qualificam ou não contextualizam adequadamente a forma de expressão que ele tem apresentado no período denominado por Paul Baran e Paul Sweezy, em sua obra *Capitalismo Monopolista*: *Ensaios sobre a ordem econômica e social americana.*[14] Estes autores, na referida obra, analisaram a sociedade americana do Pós-Segunda Guerra Mundial. Defendem o ponto de vista de que, naquele momento histórico (1966), o capitalismo apresentava certas características que diferiam este modo de produção daquele momentos histórico visto por Marx, até a sua morte (1884), e por Hilferding, ao analisar o capital financeiro (1910). Lênin, que teria seguido as idéias de Marx e de Hilferding (1916). O próprio Engels, após a morte de Marx (1880-1890), já havia notado (também) mudanças naquele objeto de estudo, principalmente no que diz respeito ao rápido surgimento e desenvolvimento dos monopólios (Sweezy e Baran, 1978: 11-23).

A diferença, portanto, estaria no que diz respeito à magnitude que o fenômeno apresentava (em 1966) em relação àquela constatada pelos autores (também marxistas) que os antecederam ao estudar tal fenômeno no final do século XIX. É importante extrair do trabalho dos autores Baran e Sweezy a sua referência acerca do aumento do papel do Estado no capitalismo monopolista.

Apesar de o Estado sempre ter desempenhado papel crucial no desenvolvimento do capitalismo, estes autores dão grande ênfase à absorção do desenvolvimento econômico, no que

[14] BARAN, Paul e Sweezy, Paul. *Capitalismo Monopolista: Ensaios Sobre a Ordem Econômico e Social Americana*. Biblioteca de Ciências. , Rio de Janeiro, Zahar Editores, 3ª edição, 1978.

diz respeito à economia de guerra, baseada em uma espécie de Estado previdenciário militar. Para eles, as contradições próprias do imperialismo seriam uma das razões de o Estado ter que investir parte cada vez mais expressiva do excedente econômico nesta economia belicista, como forma de amortecer os efeitos das crises de superprodução e de outras contradições da sociedade americana.

Segundo os referidos autores, as lutas revolucionárias que, nos tempos de Marx pertenciam ao proletariado dos países adiantados, passaram às mãos das massas empobrecidas dos países subdesenvolvidos, para libertar-se do domínio e da exploração imperialistas. As exigências conseqüentes da luta de uma classe (cada vez mais internacional) desempenham, de maneira decisiva um papel importante, na determinação dos gastos do excedente na principal potência imperialista.

Certamente os autores em estudo, ao fazerem tais afirmações, tinham diante de si o cenário apresentado pelos Estados Unidos em face à Guerra do Vietnã e da conseqüente crise que a maior nação imperialista do Planeta na época atravessava, desapertando grandes ondas de protestos tanto no âmbito internacional como no interior de sua própria sociedade.

A relação de troca existente entre o Estado desenvolvimentista e as empresas privadas é estudada por Sweezy e Baran, que também aprofundam seus estudos no papel do Estado na economia e o seu uso pelos monopólios privados (Estes aspectos serão mostrados no capítulo IV deste trabalho). De início, os autores afirmam: (...) "o capital monopolista necessita expandir-se externamente e, com tal finalidade, demanda a assistência e proteção do Estado". É neste ponto que se encontram algumas razões das políticas imperialistas, por meio das organizações multilaterais durante a crise que se aprofundou no inicio da década de 1980, com todas as suas múltiplas conseqüências, contando-se entre elas as ações reativas, tais como as greves dos trabalhadores e outras manifestações de outros setores progressistas da sociedade.

As políticas econômicas adotadas pelos Estados-Nação dos países subordinados (financeira e/ou tecnologicamente) têm que estar em acordo com (ou reajustadas aos) interesses dos países detentores do poderio econômico, político e tecnológico. Daí a necessidade da interferência do Estado no processo econômico, em função da centralização do capital e do crescimento dos monopólios. A leitura que se faz acerca das teses destes autores é que o crescimento do Estado e suas ações políticas e econômicas são fundamentais para a manutenção

dos oligopólios sob o imperialismo. Tal situação se constatou a partir da Segunda Guerra Mundial, com o crescimento das sociedades anônimas e da sua expansão internacional.

A avaliação feita acerca do imperialismo na Pós-Segunda Guerra Mundial começa pela relação do Estado com a Economia. Seu papel, segundo Lênin (1982) afirmara antes, é atuar como aliado dos monopólios privados. Ele separa, entretanto, o papel do Estado, enquanto instituição política, do parlamento.

Da mesma forma que ocorreu com as empresas estatais na década de 1980 no Brasil, o Estado exerce o papel de salvador de indústrias monopolistas quando estas entram em decadência. Ele torna-se necessário interferindo com empréstimos, fundos públicos e subsídios, empresas governamentais não lucrativas, juntamente com a expansão do poderio do Estado e do alcance de suas funções econômicas, que vêem o declínio da eficiência das instituições parlamentares. É interessante notar ainda que estes autores, apesar de se professarem marxistas do início ao fim de sua obra, parecem desconhecer as ações do Parlamento inglês quando este criava a legislação sanguinária para a expropriação dos camponeses, pelo cercamento dos campos em favor da moderna propriedade privada capitalista etc. (Marx, 1982, capítulo XXIV). A par disso, Sweezy publica como apêndice de sua obra um texto de autoria de Hilferding, acrescentando a este o título *A Ideologia do Imperialismo*. No texto se afirma que o capital financeiro necessita, finalmente, de um Estado bastante forte para realizar uma política de expansão e de conquista de novas colônias.

Na Economia Política abstraindo-se o seu conteúdo ideológico (de classe), na realidade, a livre concorrência, mesmo que tenha predominado entre a metade do século XVIII e o final do século XIX, deve ser relativizada, uma vez que existia apenas para os proprietários dos meios de produção ou para os teóricos defensores do "laissez-faire". O livre mercado nunca existiu para os detentores da força de trabalho, que, para se tornarem "livres", foram expropriados de suas propriedades e de sua liberdade. Para tanto, sob a plena égide do liberalismo econômico o Estado legitimou no parlamento inglês a expropriação dos camponeses. Da mesma forma, a partir do final do século XIX o 'Estado mínimo', um Estado separado da economia adotando a pretensa despolitização dos Bancos Centrais é uma necessidade histórica do capital. Esta relação entre o Estado e o capital monopolista, mesmo nos países do centro do imperialismo foi aumentada entre o período do Pós-Guerra e o período em que se iniciou a crise de superprodução da década de 1970.

Um dos estudos que mostram esta relação é aquele realizado por James O'Connor, em sua obra intitulada *USA: A Crise do Estado Capitalista (The Fiscal Crisis of the State)*. A abordagem deste autor a respeito do papel do Estado no processo de acumulação, no essencial, não diverge muito daquela de Sweezy e Baran. O período que demarca sua obra também se inicia no Pós-Guerra. O autor escolhe como universo de sua análise a forma como o capitalismo se manifesta nos Estados Unidos da América durante os "anos dourados" deste modo de produção. O'Connor tem uma forma particular de analisar a estrutura da sociedade capitalista americana neste período. Uma de suas premissas está na afirmação de que o Estado é forçado a desempenhar duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: acumulação e legitimação, isto é, o Estado tem que tornar lucrativa a acumulação do capital, mas, ao mesmo tempo, tem que manter e/ou criar condições de harmonia social. Estas funções básicas do Estado têm duplo caráter. Para tanto, ele tem que assumir despesas de capital social, instrumento social e consumo social. Cada um desses gastos tem uma função específica. O capital social, segundo O'Connor, é a despesa exigida para que a acumulação privada se torne lucrativa. Investimento social consiste em projetos e serviços que tornam mais produtiva a força de trabalho. A terceira categoria, adotada pelo autor é consumo social. Nela estaria enquadrado o sistema previdenciário.

O'Connor divide a estrutura da economia norte-americana em dois níveis: a) um setor estatal; b) um setor privado. Este segundo setor, por sua vez, ele o divide em um sub-setor competitivo e um sub-setor monopolista. As ações do Estado estariam voltadas para os objetivos do setor monopolista e da produção total, mas o crescimento do Estado tanto é causa como é efeito do setor monopolista.

Da mesma forma que os pensadores que o antecederam na análise deste período de expansão do Estado e dos monopólios, características marcantes desta fase do imperialismo, O'Connor, (1977) relaciona a crise do Estado como uma tendência do consumo improdutivo do excedente econômico.

O referido analisa a questão do consumo "improdutivo" no orçamento militar e previdenciário no capitalismo contemporâneo. A tese central do trabalho de O'Connor é a de que no capitalismo atual há uma tendência a aumentarem as despesas sociais de produção, as quais seriam forçosamente socializadas pelo "Estado Militarista Previdenciário."[15] Estes gastos, no

[15] O autor "joga" com os nomes que atribui ao Estado desta fase do imperialismo. Ora o chama de Welfare State e Warfare State, o que, grosso modo, justifica o título deste capítulo: Estado Previdenciário Militarista.

modelo esboçado pelo autor, seriam formas de socializar os custos da reprodução da força de trabalho e manter a harmonia social, que além de legitimar o Estado corresponde a uma necessidade da reprodução do capital, sobretudo no que diz respeito ao setor monopolista, responsável principal pelas contradições desta fase do imperialismo.

Para os objetivos deste trabalho, a exposição que o autor faz no capítulo sete de sua obra é a que se considera de maior relevância. Ocorre que, apesar de sua analise privilegiar os Estados Unidos da América e se estender a países do continente europeu, há uma série de questões levantadas pelo autor que se estende à América Latina e, em especial, às empresas estatais:

> As empresas estatais existem para aplacar a inquietação política e para assumir as perdas do capital privado, não para desenvolver instalações produtivas que libertem o Estado das finanças tributárias. Existem, primariamente, para servir ao capital privado não para competir com ele. Os lucros da empresa estatal ou são limitados por lei, encaminhados para o consumo privado, ou empregado para estimular o setor privado às expensas do estatal. (O'Connor, 1977, p.186).

Na segunda parte desta tese (no capítulo quatro), voltar-se-á a esta questão, no que diz respeito à relação das empresas estatais com setor privado e do BNDESpar, especialmente com o aprofundamento da crise da década de1970, no Brasil. Nesse caso, abordar-se-ão aquelas questões que estiverem mais relacionadas com a crise do Estado desenvolvimentista do seu setor produtivo, isto é, das empresas estatais, onde tais questões ficam mais claras na crise da dívida no início da década de 1980.

Dentre as três formas gerais de que o Estado pode lançar mão para financiar os crescentes gastos orçamentários, conforme este autor, está em primeiro lugar criar empresas estatais produtoras de excedente econômico; em segundo, emitir título da dívida e tomar empréstimos por conta de futuras receitas fiscais; em terceiro, elevar os impostos e criar novos. O objetivo do autor é o de mostrar que nem o desenvolvimento das empresas estatais (no caso dos EUA) nem o aumento da dívida pública resolveram o problema da crise fiscal do Estado.

> De fato, o propósito e o efeito das empresas estatais são o de assegurar os lucros privados. Algumas empresas são organizadas para constar, e não conseguem excedente algum. Outras produzem um *surplus* que é tipicamente usado para manter e ampliar o capital privado, outras, ainda, geram um excedente que em parte é reaplicado na própria empresa, mas a administração está proibida, de

> vários modos, de tratar de expandi-las e de infiltrá-las no setor privado. (O'Connor, 1977, p. 181).

Como aspectos positivos acerca das empresas estatais, ao contrário das acusações que faziam os históricos liberais do passado e os neoliberais de hoje, aqui, no Brasil (de que as empresas estatais são "sucatas", "esqueletos em armários", "o governo é mau administrador"), O'Connor afirma que as empresas não têm problema desta ordem (nos EUA). Segundo ele, no setor estatal, não há escassez de mão-de-obra científica, técnica, habilitada ou não-habilitada, nem há falta de *know-how* organizacional ou administrativo. Mas a cultura, a ideologia dominante nos Estados Unidos da América, cujas idéias predominantes (que são as da classe que domina), mais especificamente, as idéias da fração da classe dominante hegemônica no poder, após a Segunda Guerra Mundial, não permitem a expansão das empresas estatais no setor econômico.

Segundo O'Connor (1977) afirma:

> Capitalismo monopolista emprega muitos e variados métodos e técnicas para impedir que o Estado adquira e administre capital diretamente produtivo O domínio econômico também confere o domínio ideológico à classe dominante, isto é, todo o sistema legal se baseia nos interesses do capital monopolista.

A julgar pelas afirmações deste autor, há na tradição cultural norte-americana uma posição liberal histórica que atualmente, isto é, a partir da década de 1980, que corresponde ao período em que tornou-se hegemônica a ideologia neoliberal, um crescimento ostensivo das idéias contra o crescimento do Estado na economia. Quando este consegue se instalar em algum espaço, em parceria com os grandes grupos monopolistas numa situação bem delimitada, a parcela da mais-valia apropriada por meio do Estado para tais grupos de empresas já está demarcada. Certamente, ele não consegue reinvesti-la de forma ampliada, já que sua parcela da mais-valia, da qual dependem os lucros, é entregue às empresas privadas, que, nas condições dos EUA, formam o setor monopolizado.

Entretanto, ao se analisar a situação da Europa, parece que se minimiza a restrição legal de resistência liberal ao avanço do setor produtivo estatal na Economia, principalmente porque aí também os lucros são apropriados privadamente. Na Europa, a empresa estatal é ampla e bem

desenvolvida, afirma O'Connor. O autor cita dados estatísticos que apontam um percentual de 20% a 30%, no conjunto da Europa, e 40% no Reino Unido em 1958 e 1959.

No que diz respeito à apropriação do lucro, também aí a regra é a mesma: as empresas são estatais (públicas), mas a apropriação da sua mais-valia se dá no setor privado.

Conforme já foi dito, as empresas estatais, de acordo com O'Connor, existem primariamente para servir ao capital privado, não para competir com ele. Os lucros das empresas estatais ou são limitados por lei, encaminhados para o consumo privado, ou empregados para estimular o setor privado às expensas do setor estatal.

O referido autor manifesta a opinião de que o setor produtivo estatal é incapaz de solucionar o problema da crise fiscal dos Estados Unidos da América (questão que se constitui o objetivo central da sua obra), sugerindo como solução o socialismo. O que se deduz do exposto é que também nos EUA e na Europa o Estado "Leviatã" está mais para "Prometeu acorrentado". Isto é, em vez de engolir as empresas privadas como o fez o monstro da obra de Julio Verne, o Estado é amarrado por um conjunto de leis, enquanto as empresas privadas se apropriam de suas vísceras ao se apropriar da mais-valia gerada em seus processos produtivos. De forma idêntica, a relação que existe entre o Estado nos países de capitalismo originário também se observa nos países de capitalismo tardio onde a formação do modo de produção tem maior identidade entre si.

Dando continuidade aos objetivos de mostrar o verdadeiro e essencial papel do Estado, em especial do seu setor produtivo no caso em estudo de um país da América Latina como o Brasil, propõe-se analisar outro autor cujos trabalhos contribuem para o esclarecimento da questão analisada. Trata-se de Ernest Mandel.[16]

Mandel, em sua obra, *O Capitalismo Tardio,* adota uma delimitação temporal que coincide com aquela dos últimos autores analisados neste trabalho. No entanto, existem pontos de convergência e pontos de ruptura entre este autor e os demais. *Grosso modo,* percebe-se, quando se lêem seus trabalhos, que ele reafirma (de forma semelhante a Sweezy, Baran e O'Connor) a validade dos trabalhos de Marx, Engels, Hilferding e Lênin acerca do imperialismo clássico e do

[16] Um dos seus trabalhos mais importantes para se compreender a questão do Estado e da Economia no período do Pós-Segunda Guerra Mundial, é *O Capitalismo Tardio*, cujo original foi concluído em 1972. Mas o texto aqui utilizado é o publicado pela Editora Abril Cultural em 1982, considerando-se ainda as Contribuições Críticas de Paul Singer na apresentação da obra. Há outros trabalhos de Mandel sobre a crise do Capitalismo, que são menos importantes para os objetivos desta tese: *Introdução ao Marxismo* (1989), *A Crise* do Capital, *Os fatos e Sua Interpretação Marxista* (1990) e *Trata*do *de Economia Marxista* (1977). Na síntese das idéias que se pretende elaborar com base neste autor acerca da questão estudada, estes três últimos trabalhos serão menos utilizados.

capital financeiro. Mas este autor adota as categorias marxistas de maneira mais ortodoxa. Por um lado, as categorias utilizadas por Sweezy e Baran, por exemplo, facilitam a compreensão de leitores não marxistas e/ou aqueles que são ortodoxos nas avaliações dos fenômenos sócio-econômicos e políticos do período que se segue à Segunda Guerra Mundial; por outro, ao se fazer uma análise mais criteriosa dos fenômenos aparentemente "novos," como é o caso, do uso e abuso do termo "excedente econômico" (Sweezy e Baran, 1978), a título de "amplitude" na teoria de Marx, corre-se o risco de deturpá-las, omitindo-se aspectos negativos ao invés de resgatarem e se atualizarem as idéias do autor d'*O Capital*. Tais procedimentos, adotados em nome da desconstrução inovadora deste valioso instrumento teórico da luta de classes, atravessam muitas vezes interesses ideológicos inconfessados porque o enfraquecem tirando-lhe a alma. A categoria "excedente econômico" parece não estar nas análises de Mandel, que prefere a categoria mais-valia. Esta diferença entre Mandel e os outros autores de forma nenhuma descaracteriza a cientificidade daqueles que concordam com a atualidade do paradigma marxista e o adotam como referencial teórico.

A respeito disso, saliente-se que o que Mandel faz, em sua obra *Capitalismo Tardio, é* esclarecer a história do modo de produção capitalista, no Pós-Guerra, de acordo com as leis básicas do movimento do capitalismo reveladas por Marx em *O Capital*. Assim, o referido autor se propõe trabalhar não adotando métodos monocausais, mas, na perspectiva da totalidade dos fenômenos que, embora se expressem aparentemente como variáveis independentes no sistema de Marx, no seu conjunto se constituem mediações, tendências, que explicarão o movimento real do capital nesta fase do imperialismo, fase do modo de produção capitalista que o autor denomina *Capitalismo Tardio*.

Em uma outra obra de sua autoria Mandel (1989, p. 120) esclarece melhor a questão da totalidade quando explica que, utilizando-se da dialética materialista. Ao abordar os objetos de análise do conhecimento que, no seio da sociedade burguesa que formam conjuntos estruturados, numa totalidade construída deve-se seguir uma lógica determinada.[17] Em outras palavras: é a totalidade dessas leis que fornece a mediação entre as aparências superficiais e a essência do capital; entre os diferentes capitais e o capital em geral (Marx, 1982, p. 28).

[17] MANDEL, Ernest. *Introdução à Economia Marxista*. Pg. 7, São Paulo, Artes Gráficas LTDA, 1989: O autor cita Hegel: *"O verdadeiro é a* Totalidade*",* Lenin: *"A Verdade é sempre o Concreto"*.

Por tudo isto, é que não se devem fazer análises simplistas acerca do papel do Estado no *Capitalismo Tardio*. São complexas as intermediações de interesses das grandes firmas e os mediadores do Estado na relação público-privado. Aí, os monopólios propriamente ditos dispõem de um poder financeiro e econômico e político tão grande que podem intervir diretamente, por direito próprio, na formulação e constituição das decisões políticas no nível do Estado e do Governo. O autor explica os mecanismos por que passam as mediações desta dominação e do controle de classe sobre o conjunto do Estado burguês no capitalismo tardio:

> A dominação financeira e econômica direta da máquina estatal segundo o axioma marxista de que a classe social que controla o sobreproduto social controla também a superestrutura financiada por ele - continua prevalecendo em grande medida, ainda que seja cada vez menos enfatizada nos escritos marxistas mais recentes sobre esta questão.[18]

Mandel rejeita explicitamente as teses de que chegamos ao fim das ideologias, ao afirmar: (...) a tese da abolição, reconciliação ou repressão de todas as contradições ou o fim de todas as ideologias não passa, ela mesma, de ideologia ou falsa consciência. Sua função objetiva é simplesmente convencer as vítimas do trabalho alienado de que não faz sentido rebelar-se contra ele.

Esta questão também é analisada pelo autor, o qual alude ao Estado e à ideologia na fase do *Capitalismo Tardio*. O estudioso, então, resume as funções superestruturais pertencentes aos domínios do Estado, as de proteção, as de reprodução da estrutura social e as relações de produção fundamentais. Mandel classifica o papel do Estado nas seguintes funções:

1. Criar condições gerais de produção, que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante.

[18] MANDEL, Ernest afirma: "É claro que em geral sempre se deve lembrar que a ideologia dominante de qualquer sociedade é a ideologia da classe dominante e que a classe que se apropria do sobreproduto social controlará as superestruturas construídas com este. Marx e Engels: as idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes: a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força *intelectual*. A classe que dispõe dos meios de produção material controla também os meios de produção intelectual". The German Ideology 1960. P. 39. In: MANDEL, Ernest. O *Capitalismo Tardio*, 1982: pg. 346.

2. Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente, por meio do Exercito, da Polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
3. Integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante de modo que as classes exploradas aceitem sua própria exploração, sem exercício direto da pressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é "dos males o menor" ou a vontade suprema, ou porque nem percebem a exploração).

Há um desdobramento das três funções básicas acima, e acentuadas pelo autor ao afirmar:

> O surgimento dos monopólios gerou uma tendência a superacumulação nas metrópoles e à correspondente propensão a exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência, sob o controle das potências imperialistas. (Mandel, 1982: 337).

Isto o autor atribui à necessidade dos aumentos dos gastos e despesas com armamentos e com o desenvolvimento do militarismo.

Outra ampliação das funções do Estado, segundo este autor, está relacionada com as condições de reprodução ampliada do capital, relacionada diretamente com a Economia: a redução do tempo de rotação do capital fixo, a aceleração da inovação tecnológica e o aumento enorme do custo dos principais projetos de acumulação de capital. Assim, o Estado teria como objetivo no planejamento o de aumentar a socialização estatal dos custos e perdas nos processos produtivos. O autor acentua: "há uma tendência no capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às condições gerais de produção", que financia. Sem essa socialização dos custos, esses setores não seriam, nem mesmo remotamente, capazes de satisfazer às necessidades capitalistas de trabalho. Este aumento da intervenção direta do Estado capitalista tardio na economia, segundo Mandel, dá a ele um maior controle sobre os rendimentos sociais, aumentando constantemente a parcela do capital total que o Estado gasta ou investe.

Conforme já foi apresentado no capítulo 2 deste trabalho, Mandel (1982, p. 342) mostra que porcentagem do PNB norte-americano com despesas estatais subiu de 8,1% em 1929 para

12,4% em 1940; entre 1940 e 1950, foram dobradas elevando-se de 12,4% para 24,6 %. Em 1970 já era de 33,2%.

Na Alemanha, os gastos públicos totais subiram de 15,7% em 1913 para 27,6% em 1928; em 1950 já eram 37,5% e em 1969 passaram para 42,5%.

Esta hipertrofia do Estado no *Capitalismo Tardio,* segundo o autor, é inevitável e necessária ao capital total.

David Harvey (1989), de forma idêntica à de Mandel, mesmo utilizando categorias como o pensamento da escola da regulação também faz uma análise que em muito contribui para a compreensão dos fenômenos políticos sociais e econômicos deste final do século XX. Em seu trabalho se constata o uso de categorias "inovadoras" do pensamento marxista, da mesma forma que se constatou na obra de Sweezy e Baran, cujas características já foram comentadas, ao ser comparado com a abordagem de Ernest Mandel. Também Harvey é "amplo" no tratamento da economia política marxista. Tal procedimento, entretanto, não chega a tirar a sua relevante contribuição para se compreender as transformações ocorridas tanto no "O Capitalismo Tardio", como na fase do "Capitalismo Monopolista" ou, ainda, no período do "Capitalismo Regulado".

Harvey (1989), em sua obra *A Condição Pós-Moderna,* consegue também avançar mais do que Sweezy, Baran e O'Connor, no que diz respeito à questão que se pretende esclarecer nesta pesquisa acerca da relação entre o Estado e o capital, no aprofundamento de suas contradições no final do século XX, e às causas que permitiram a ofensiva da ideologia neoliberal no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990. Um regime de acumulação descreve a estabilização por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução dos assalariados.

O autor é contra a liberalização da economia e contra a sua entrega às sinalizações do mercado (ao azar das flutuações dos preços), afirmando que a celebrada "mão invisível" de Adam Smith, por si mesma, nunca bastou para garantir ao capitalismo um crescimento estável; que algum grau de ação coletiva, de modo geral, a regulamentação e a intervenção do Estado, segundo Harvey, deveria existir para compensar as falhas do mercado. Como falhas de mercado o autor aponta os danos causados ao ambiente natural e social, isto é, a degradação poluidora que o capitalismo provoca na busca do superlucro, causando danos à natureza e/ou os horrores da guerra (Keynes, 1936; Mandel, 1982; Sweezy e Baran, 1978), que se tornaram necessários à

reprodução ampliada do capital, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.[19] Além destas formas do capital se apropriar da mais-valia através do Estado e das empresas estatais, o autor mostra ainda que o longo período de expansão do Pós-Guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologia, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico e de que esse conjunto pode, com razão, ser chamado de fordista-keynesiano. Para ele foi o colapso desse sistema que, a partir de 1973, que gerou a crise do capitalismo, com suas repercussões horrorosas.

Para Harvey, o crescimento fenomenal da expansão do Pós-Guerra dependeu de fatores "pactuados" pelos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado, segundo Harvey, teve que assumir novo papel e constituir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar às velas em certos aspectos, para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções, relativos ao mercado de trabalho e nos processos de produção. Cabe, ainda, destacar a importância que este autor atribui ao papel do Estado na Economia, como forma de assegurar os "trinta anos de ouro" do capitalismo do Pós-Guerra. Ao que parece, a partir de seus argumentos, tal período de expansão do capitalismo jamais teria sido alcançado sem a decisiva e firme intervenção do Estado de diversas formas em diferentes países do mundo.

Assim, o Estado assumiu uma multiplicidade de obrigações. À medida que a produção em massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação própria de políticas fiscais e monetárias no período Pós-Guerra, que de forma geral conduzia o capital à esfera produtiva. Tais políticas eram dirigidas para áreas de investimento público. Os governos buscavam fornecer fortes complementos ao salário social, com gastos de seguridade social, assistência médica, educação habitação etc.

A regulação dos salários era feita com participação das entidades representativas das partes interessadas, por meio de acordos salariais e direitos dos trabalhadores na produção. Se, por um lado, o poder do Estado era legitimado desta forma, por outro, a legitimação do seu poder dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar

[19] O fato de os referidos autores aludirem a este período do imperialismo não significa dizer que em alguma fase de sua formação histórica o capitalismo deixou de apresentar todas estas aberrações históricas para a humanidade. A literatura marxista é rica em detalhes sobre o sangue bom com que O Capitalismo se apresenta não só "em suas faces", mas "em todos os poros" (Marx, O Capital, 1982: Capítulo XXIV).

meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços habitacionais adequados em larga escala, mas de modo humano.

Harvey também mostra a existência de crescentes movimentos de contestação durante o período de acumulação fordista. Tais movimentos, segundo ele, tinham suas fileiras aumentadas pelas disparidades criadas entre os privilegiados dos setores monopolistas, que tendiam a receber melhores salários, e o setor concorrencial, onde se concentravam as mulheres, negros e hispânicos (Sweezy e Baran, 1978; O'Connor, 1977). As unificações das correntes de oposição começaram a se fundir, formando um movimento político cultural no próprio momento da expansão em que o fordismo parecia estar no apogeu.

Apesar dessa insatisfação, isto é, dos sinais de esgotamento deste regime de acumulação, com que os padrões materiais de vida, mesmo precários, existiam nos países capitalistas avançados, tal regime de acumulação se manteve firme até 1973, isto é, até quando a aguda recessão abalou esse quadro, num processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, quando o regime de acumulação (fordista) teve início.

O autor acrescenta a esses movimentos de contestação, que somavam os insatisfeitos diversos no próprio coração geopolítico do fordismo, o despertar daqueles do Terceiro Mundo. Aqui se prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades culturais locais, mas, na prática, promovia-se a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista. Tudo isto, em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos, a não ser para uma elite nacional muito afluente e decidida a colaborar ativamente com o capital internacional.

A análise do autor, sob este ponto, se assemelha àquela que Ianni (1981) faz acerca do Brasil no seu livro *A Ditadura do Grande Capital,* obra que trata do regime militar de 1964. Isso porque tal regime de acumulação era mantido a ferro e fogo, sob a imposição do poder econômico hegemônico dos Estados Unidos, baseado no regime militar em que existia uma configuração geopolítica na qual os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder. Esta situação parece muito próxima daquela da América Latina em geral. No campo da Macroeconomia, o autor aponta a deslocação de uma política monetária extraordinária, frouxa por parte dos Estados Unidos (que bancava o papel de banqueiro do mundo), naquela época, e da Inglaterra, como partes do cenário internacional onde predominou o regime de acumulação fordista. No campo político, os movimentos de caráter

nacionalista e/ou socialista demarcam a ruptura deste regime de acumulação, com o surgimento de outro movimento que vai se tornar mais claro a partir da década de 1980. Entre 1965 e 1973, tornava-se cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao Capitalismo.

Aponta o esgotamento deste regime de acumulação pactuado entre o Estado, o trabalho representado por setores do sindicalismo de resultado e o grande capital no âmbito internacional. Entretanto, tais manifestações, que estão claras para o autor, não significam que em todos os países do mundo ocidental a expressão do fenômeno de que se trata nesta análise da crise do Capitalismo e da crise do Estado está expressa de maneira transparente. Em alguns países, o papel do Estado na Economia foi capaz de criar uma falsa euforia nos economistas e cientistas sociais, a qual dava a impressão de que se vivia numa ilha de prosperidade capitalista em meio a um enorme oceano de crise internacional do capital.

A propósito do que se afirma, o período apontado por Harvey como o momento dos prenúncios da grande recessão de 1973 (nos países da OCDE) corresponde ao momento histórico em que no Brasil se registrava o fim do ciclo de expansão conhecido como "o milagre brasileiro". Mesmo após os sinais de esgotamento daquele "modelo", a recessão que o autor se refere, em 1973, nos países industrializados mais avançados do Planeta, aqui no Brasil corresponde ao período em que foi lançado o II PND, no Governo Geisel, que é tido como o exemplo mais expressivo de esforço do Estado em segurar as crises do Capitalismo,[20] por meio de políticas keynesianas nas condições de rígido controle das lutas de classes, o qual é considerado principal característica do Estado desenvolvimentista no Brasil.

Parte das políticas adotadas como intervenção do Estado com este objetivo foi a criação e expansão de grandes empresas estatais e a estatização de empresas falidas como forma de socializar os prejuízos de empresas privadas, que iam à bancarrota durante a segunda metade da década de 1970. A profunda recessão de 1973 naqueles países industrializados, agravada pelo primeiro choque do petróleo, pôs em movimento um conjunto de processos que solapou o regime de acumulação, baseado nos compromissos fordistas, obrigando a reestruturação da economia e o reajuste social e político.

[20] SOUZA, Nilson Araújo de. *Crisys y Lutha de Clases en Brasil*, México 1975 a 1979. Há ainda outros trabalhos acerca desta forma de inserção do Brasil no capitalismo internacional.

A partir daí, nas condições de alta pela liquidez internacional, o sistema financeiro mundial conseguiu livrar-se de todo o controle coletivo, mesmo nos Estados capitalistas economicamente avançados e mais poderosos, onde predominava a lógica do mercado financeiro do eurodólar, que se formou a partir do excedente de dólares americanos na metade da década de 1960.

Sem o controle de nenhum governo nacional, esse mercado de dinheiro "sem Estado" se expandiu de 50 bilhões de dólares, em 1973, para dois trilhões, em 1987, aproximando-se assim do montante de agregados monetários existente nos Estados Unidos. Segundo Ianni (1981), o volume de eurodólares aumentou numa taxa de quase 25% ao ano na década de 1970, em comparação com o aumento de 10% no estoque de moeda dos EUA e com a taxa de crescimento de 4% no volume do comércio exterior. A partir daí, a dívida do Terceiro Mundo também saiu do controle. É a partir do descontrole desta dívida e das pressões feitas pelos países credores que se avolumaram os problemas em torno do "Estado providência", ou o Estado desenvolvimentista, com os desdobramentos extremamente negativos para a questão social, que nas condições de concentração de renda e autoritarismo que caracteriza o desenvolvimento no Brasil o quadro social piorou cada vez mais. As privatizações das empresas estatais são parte deste processo.

## 3.2 FINANCEIRIZAÇÃO E DESEMPREGO (1980-2000)

Segundo Harvey (1989), a acumulação flexível, que substituiu o regime de acumulação fordista, procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que aquele regime de acumulação fordista o fazia. Para ele, estas mudanças foram acompanhadas da ascensão de um neoconservadorismo na América do Norte e em boa parte da Europa Ocidental. Isto teria como conseqüência as vitórias eleitorais de Thatcher (1979), Reagan (1980) e Kohl (1980), como uma clara ruptura da política do período do Pós-Guerra. Esta ruptura, para ele, se dera um pouco antes da década de 1980. Ela ocorrera entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970 (mais precisamente 1973), vindo a se agravar após o segundo choque do petróleo, ocorrido em 1989. Em 1982, o FMI e o Banco Mundial foram designados como autoridades centrais capazes de exercer o poder coletivo das Nações-Estados capitalistas sobre as negociações financeiras internacionais. Estas organizações multilaterais passaram, assim, a ter um poder centralizado e opressor contra aqueles países que não sacrificassem sua população, aplicando suas políticas: cortando gastos públicos, cobrando mais impostos dos aposentados e privatizando suas empresas estatais por preços abaixo do valor.

O autor, de maneira idêntica àquela de Ernest Mandel, atribui a causa das transformações no mundo do trabalho às mudanças tecnológicas, uma importância muito grande para na derrota dos trabalhadores, inclusive a introdução do regime de *Acumulação Flexível*. Uma série de mudanças caracteriza este *novo* regime de acumulação: surgimento de setores da produção inteiramente novos; novas maneiras de fornecimento; novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Aqui, Harvey expõe as idéias centrais acerca da compressão espaço-tempo no mundo capitalista. Estreitam-se os horizontes temporais das tomadas de decisão pública e privada, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitam cada vez mais a difusão imediata destas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. Tal *regime de acumulação flexível,* para ele, implica níveis altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical.

No que diz respeito ao avanço destes fatores nas décadas de 1980 e 1990, torna-se necessário tomar outros autores que publicaram novos dados sobre as conseqüências destas mudanças no mundo do trabalho, a partir de políticas macroeconômicas adotadas pelos governos

conservadores dos países que detêm os maiores poderes econômicos e influem decisivamente nas decisões dos governos dos países subdesenvolvidos. Tais governos em grande parte, aderiram à ideologia neoliberal por estarem agindo de acordo com os interesses econômicos dos personagens do capital financeiro.

Isto é o que será visto a seguir, de acordo com mais estes estudiosos desta questão.

François Chesnais, por exemplo, pode ser considerado um dos estudiosos que maior contribuição tem fornecido acerca das transformações econômicas e políticas que se têm processado com o desenvolvimento do Capitalismo neste final de século XX, pelo menos no que diz respeito às metamorfoses por que tem passado o modo de produção, o imperialismo e o capital financeiro.

Além de Chesnais, estudar-se-á Maria da Conceição Tavares, José Luiz de Fiori e José Carlos de Souza Braga, mesmo que de maneira muito suscinta, acerca das posições em relação às mudanças decorrentes das políticas que têm sido implementadas por governos estrangeiros por meio das instituições de caráter multilaterais, principalmente o FMI e o Banco Mundial. Aqueles estudiosos têm se posicionado na linha de resistência, na defesa de posições políticas e na adoção de políticas econômicas que permitam a defesa da soberania aos países subordinados à ditadura do mercado, que favorece, como sempre, aos mais poderosos grupos econômicos controladores do capital financeiro em meio à barbárie do Capitalismo.

A dinâmica imprimida pela atual reprodução do capital sob a hegemonia da sua fração financeira assumiu tal magnitude, que Chesnais, ao estudá-la, ficou impressionado. Este autor parece ter percebido mudanças radicais e qualitativas no desempenho do capitalismo nos últimos vinte anos, tão expressivas que chegam, segundo ele, a demarcar uma *nova* etapa no imperialismo descrito por Lênin no início deste século. Isto é o que revela uma análise cuidadosa de algumas de suas obras.

Na avaliação de François Chesnais ocorreram as mudanças que vêm se processando nas formas de expressão do imperialismo neste final de século. A sua obra que analisa este fenômeno é *A Mundialização do Capital,* cujo original foi publicado em 1994, na França, tendo sua tradução publicada no Brasil em 1996; em seguida, um artigo publicado pela Revista Praga, em setembro de 1997; depois, outro artigo, numa coletânea sob a coordenação de Osvaldo Coggiola, também de setembro de 1997, com o titulo de *Capitalismo: Globalização e Crise*; outro artigo na coletânea coordenada por Agnes Heller, com o nome geral de *A Crise dos Paradigmas em*

*Ciências Sociais e os desafios para o Século XXI*; finalmente, saiu outra coletânea coordenada pelo próprio François Chesnais com o título (bastante sugestivo de suas novas posições) de *A Mundialização Financeira: Gênese, Custos e Riscos*, publicado no Brasil em março de 1999.

Em 1996, Chesnais aponta uma *nova fase* do imperialismo, que se inicia em 1980 e que ele chama de **mundialização do capital**, conforme o próprio título sugere. Nesta *nova fase* do desenvolvimento do imperialismo, o capital se movimenta seguindo uma *nova* dinâmica que o difere daquela fase que se inicia após a Segunda Guerra Mundial com as características que justificam os nomes de "regime de acumulação fordista", "capitalismo tardio" ou período do "Capitalismo Monopolista".

Como características que justificam tais afirmações, Chesnais (1996) aponta as seguintes:

a. Ritmo de crescimento muito baixo (freqüentemente vizinhos da estagnação), em muitas regiões do mundo, tanto no centro como na periferia;
b. Crescimento do desemprego em massa, acompanhado de um alinhamento dos níveis salariais e da "flexibilidade" das condições de contratação e de trabalho com aquelas dos países em que a mão-de-obra é explorada mais duramente;
c. Ampliação das desigualdades entre países e das desigualdades de renda e das condições de existência no seio de cada um deles, individualmente.

Além dos muitos acontecimentos que marcaram o decênio de 1990 no plano mundial, como expressões do advento deste regime, some-se ainda como desdobramento o "horror econômico" (Forrestier, 1996) inerente ao referido regime de acumulação.

Outra abordagem que diferencia Chesnais daqueles até aqui analisados é que ele apresenta com muito mais clareza o método que propõe, ao afirmar que em sua opinião a mundialização do capital nos confronta com relações constitutivas de uma totalidade sistêmica que exige a adoção de instrumentos analíticos suscetíveis de apreendê-la como tal. Para Chesnais, devem-se considerar as três formas de reprodução do capital: o capital industrial (produtivo), o capital comercial (que atua na esfera da circulação); e o capital-dinheiro. Todas estas formas de capital devem ser abordadas como elementos de uma mesma totalidade, e como diferenciação no interior de uma unidade (1999 B, 88).

Essa nova configuração, a que se refere Chesnais (1996), apresenta uma nova *performance* devido à dominância do capital financeiro, que cresce quantitativamente, de tal maneira que, ao contrário das características que ele assumia no período que se seguiu à crise de 1929 e se acentuou após a Segunda Guerra Mundial (marcado pela conferência de Breton Wood), imprime no conjunto do capital financeiro (capital bancário mais capital industrial) a sua própria lógica rentista.

Tal fenômeno já teria sido detectado por Marx em 1867, depois por Hilferding em 1880, e Lênin em 1916. E sua essência permanece a mesma hoje (1999). Mas, nas condições em que o modo de produção capitalista se apresentava, seria impossível que o horizonte histórico e econômico permitisse uma visão mais nítida do que aquela vislumbrada pelos autores acima citados, em sua época, embora tivessem o mérito de prever a essência do fenômeno.

Chesnais (1996) explica tal regime de acumulação, ao afirmar que é dado ainda, além das ordens de grandezas citadas pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Segundo o referido autor, tais formas de capital são compostas de ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares, que permitem que esses fundos de pensão (ou seus administradores anônimos) personifiquem o que ele chama de "novo capitalismo de fins do século XX".

Esse novo cenário da mundialização do capital, a sua forma monetária obcecada pelo "fetichismo da liquidez", tem comportamentos patologicamente nervosos, para não dizer medrosos, de modo que a busca de credibilidade diante dos mercados tornou-se o **novo graal** dos governos.

De acordo com Chesnais essa dinâmica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. O primeiro refere-se à "inflação do valor dos ativos", ou seja, à enorme formação de "capital fictício"; o outro, baseia-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. Neste ultimo mecanismo transcrito, reside uma das determinações da crise do Estado hoje no mundo inteiro como expressão da crise do capitalismo no final do século XX. Isto porque, com a precarização das condições econômicas na década de 1970, os governos foram "obrigados a imprimir (implementar) políticas públicas (Keynes, 1988) no nível que faziam nos tempos do ciclo do capital produtivo, regulado via *Welfare State,* ou adotarem

políticas keynesianas de incentivos ao emprego, visando a eficácia da demanda efetiva nos países atingidos pela crescente dívida externa, cuja expressão se apresenta logo após o primeiro choque do petróleo em 1973, agrava-se no segundo choque do petróleo e torna-se mais aguda com o aumento das taxas de juros do Federal Reserve, Banco Central dos Estados Unidos da América.

Nos países do Terceiro Mundo, em especial na América Latina, as conseqüências são trágicas, pois as políticas adotadas pelos países do centro dinâmico do imperialismo na década de 1980 foram impostas aos devedores na década de 1990.

Chesnais, em seu trabalho publicado na França, em 1994,[21] já apontava a "inflação do valor dos ativos" como um dos mecanismos mais importantes para caracterizar este ciclo do capital financeiro e seus perigos. O outro mecanismo, que o autor considera mais importante, é o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. Segundo ele, trata-se de 20% do orçamento dos principais países e de vários pontos dos seus PIBs que são transferidos para a esfera financeira,assumindo, por sua vez, a forma de rendimentos financeiros, dos quais vivem as camadas sociais rentistas.

A importância do aspecto financeiro, que é minimizado por Sweezy e Baran, no momento histórico da sua abordagem sobre o fenômeno, é também pouco explorada por Mandel e, da mesma forma por O'Connor, talvez porque naquele momento a sua expressão não se apresentasse tão clara como na conjuntura em que Chesnais o observou. Este autor demarca o tempo, o espaço e o conceito do fenômeno em análise. Para ele, o conceito Mundialização do Capital não deve ser confundido com qualquer outra coisa, como "globalização", apesar de ambos tratarem de um fenômeno que se processa mundialmente.

Este último adjetivo, segundo Chesnais, surgiu no começo da década de 1980, nas grandes escolas de marketing ("Business Management Schools") de Harward, Columbia, Stanford etc. Esse conceito (ideológico), depois foi popularizado, no âmbito mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso neoliberal (Chesnais, 1996, p. 23).

Por outro lado, a mundialização não diz respeito apenas às atividades dos grupos empresariais e aos fluxos comerciais que elas provocam. Inclui também a globalização financeira, que não pode ser abstraída da lista das forças que devem ser impostas à adaptação dos

[21] O original do livro *Mundialização do Capital*, deste autor, foi publicado na França em 1994, mas sua tradução no Brasil e conseqüente publicação só se deram em 1996. Esta será citada nesta pesquisa acadêmica.

mais fracos e desguarnecidos. A mundialização, então, para o autor, é o resultado de dois conjuntos estreitamente interligados, mas *distintos*. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o Capitalismo já conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas. Tudo isto foi aplicado desde o início da década de 1980 (provocando um retrocesso histórico no mundo do trabalho; M.D.A.), sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan.

Segundo Chesnais, então, esta *fase* do imperialismo tem início nos anos 80 e pode ser definida como um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro ou ainda como um regime de acumulação financeirizada mundial (Chesnais, 1997, p. 21).

Outro aspecto importante, proposto por este autor, é que para a compreensão deste fenômeno das duas últimas décadas do século XX devem ser pensados, desde já, o político e o econômico simultaneamente:

> Só é possível escapar das armadilhas do economicismo, se tentarmos manipular (articular) de maneira simultânea as categorias da ciência política, às das relações internacionais como áreas de conflito e cooperação entre os Estados, marcadas por profundas assimetrias na capacidade de influenciar a conduta interna de outros, especialmente no domínio-chave das regras, das instituições políticas e econômicas, em seus diferentes aspectos. (Chesnais, 1996, p. 23).

O crescimento espetacular da esfera financeira que, segundo o referido autor, foi um dos fatos mais significativos da década de 1980 e que já marcou os primeiros anos da década 1990, ou representa a ponta-de-lança do movimento de mundialização da Economia. É nessa esfera que as operações do capital envolvem montantes mais elevados; é aí que sua mobilidade é maior; é aí que aparentemente os interesses privados recuperam mais completamente a iniciativa em relação ao Estado (Chesnais, 1999: 11).

Esta afirmação demarca uma posição mais radical do coordenador da coletânea, *Mundialização Financeira* em relação àquela assumida em *Mundialização do Capital* (1996), quando sua análise partia de elementos constitutivos do Capital Industrial.

Segundo Chesnais (1999), a partir da década de 1990, um deslocamento qualitativo se impõe: é da esfera financeira que é necessário partir, se desejamos compreender o movimento do capital em seu conjunto. A pedra angular dessa construção é a esfera financeira. É aí que se

coloca a determininidade do movimento do capitalismo mundial por meio da liberação e da desregulamentação nas mãos do capital que se valoriza.

As datas repetidas em todos os trabalhos do autor não deixam dúvida quanto à sua importância, dado os fatos históricos econômicos e políticos que elas representam como recorte temporal do fim da idade de ouro do Capitalismo e início desta *fase* nova. É nos anos 70 que se produzem as duas maiores recessões capitalistas: de 1973 a 1975, o chamado choque do petróleo; e a segunda, em 1979, atingindo seu ponto mais alto em 1981, chamado segundo choque do petróleo. É o mesmo período em que a degradação ambiental provocada pelo desenvolvimento do capitalismo despertou a atenção do mundo ocidental, fato que se caracterizou pela criação do Clube de Roma.

Somando-se todos os fatos acima à alta dos juros nos EUA no inicio dos anos 80, o autor mostra a relação destes com a crise da dívida que se ocorreu no Brasil e no México. Esta elevação teve como conseqüência a elevação do valor dos títulos públicos emitidos pelos respectivos Estados dos países devedores, o que eleva exponencialmente, as dívidas destes países. Segundo o autor, o montante dos mercados financeiros na escala internacional, passa de dez trilhões em 1980 para trinta e cinco trilhões de dólares em 1990. Assim, a parte da dívida pública dessa soma subiu de 18% para 25% em apenas 10 anos (Chesnais, 1998, p.12).

Na mesma linha de pensamento deste autor, José Carlos de Souza Braga analisa também em seu trabalho, *A Financeiração da Riqueza, a Macroestrutura Financeira e a Nova Dinâmica dos Capitalismos Centrais*, que também mostra o surgimento de elementos *novos* na dinâmica da reprodução do capital neste final do século.[22] Braga define financeirização como nova expressão no capitalismo ao se constatar em seu movimento uma dominância financeira. Ao assumirem o perfil de "bancos não bancos", no interior das empresas. Essa dinâmica também apresenta, segundo Braga, tal expressão nos últimos decênios, em que as opositividades do setor financeiro em relação ao setor produtivo, ou capital bancário *versus* capital industrial, tornam-se no mínimo questionáveis.

A macroestrutura financeira, elemento igualmente importante na análise de Braga é formada pelos grupos empresariais e pelas organizações públicas, vinculadas à questão financeiro-monetária, principalmente os bancos centrais. Aí, as transações financeiras com

[22] BRAGA, José Carlos de Souza. *A financeirização da Riqueza. A Macroestrutura Financeira e a Nova Dinâmica dos Capitalismos Centrais*. In: Economia e Sociedade. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP nº 2, Campinas-SP, agosto de 1993.

papéis, moedas e **comodities** constituem a matéria-prima (estoques) e fluxos de riqueza correspondentes. As empresas (o autor cita os japoneses como exemplo) chegam a ter saldos de caixa maiores do que os saldos devedores, ou seja, um poder financeiro importante com o que estão criando dentro de si mesmos uma espécie de banco interno.

Depois de analisar os riscos sistêmicos que este fenômeno representa para as economias (ou para a economia mundial), o autor afirma que, no sistema anterior a esta nova lógica, existia uma articulação menos complexa entre moeda, crédito, investimento e patrimônio. O processo industrial reprodutivo permanece e é crucial para a reprodução ampliada; porém, o *novo* no Capitalismo atual é que o capitalismo industrial está *subsumido* no movimento mais geral de gestão e realização da riqueza *(lato sensu)* sob dominância financeira. Neste movimento, o capital e a tecnologia não só tornam redundantes o "velho trabalho" e o próprio trabalhador, como abarrotam o mundo não apenas de mercadorias, como antes, mas preponderantemente, de derivativos financeiros, de materialização abstrata e plena de patrimônio. Neste movimento, à semelhança do que avalia David Harvey (1989), "o movimento, o espaço e a temporalidade dominantes, intrinsecamente, para fins de riqueza, são engendradas pela relação financeiro-monetarizada. Isto se constitui uma específica interação dinâmica entre moeda, crédito e patrimônio, distinta daquela do capitalismo pretérito. Neste movimento, não serão desprezados os elementos constituintes da economia real. As fábricas, o trabalho, o capital produtivo são, é claro, o substrato e também o oposto da riqueza financeiro-monetária, sendo esta, verdadeiramente, um dos objetos dos desejos tão caros à sociabilidade capitalista. A riqueza privilegiada, na sociedade contemporânea, segundo Braga, está nas ações ("shares"), nos ativos financeiros securitizados, nas moedas, no dinheiro, enfim, na “contraditoriedade autonomizada” em face das demais mercadorias.

Neste cenário, aparentemente caótico, mas possuidor de uma lógica que explica as razões de os governos de diferentes países manterem taxas de juros altas, sob a alegação de controle da inflação, ocorre em boa medida pela necessidade de bancar o déficit público, em parte financeirizado, e atrair capitais externos para equilibrar o balanço de pagamentos. A relação entre o Estado e o mercado, cujas "luzes" passam a ser a sinalização para o caminho a ser seguido pelos governos na adoção de “austeras” políticas econômicas, acentua-se cada vez mais. Isto porque o déficit público passa a ter um papel extremamente importante. Os bancos centrais, por sua vez, passam a se constituir peças-chave deste processo.

Braga não chega a explorar mais amplamente as crises dos Estados-Nação nesse cenário, como o faz David Harvey e principalmente François Chesnais.

Esta questão fica mais clara ao se tomar para análise o exaustivo estudo realizado por Pedro Paulo Zahluth Bastos, *A Revolta dos Financistas: A Política dos Objetivos Econômicos Nacionais na Era das Transnacionalizações Capitalistas*.[23] Uma das características que difere o trabalho de Bastos dos demais que foram analisados acerca da questão das empresas estatais, no Brasil, é que este, pelo menos parte da simultânea aparência e essência do fenômeno. Ele toma ainda a sua determinação política em sintonia com a determinante econômica do Neoliberalismo. Afirma que o Brasil foi "capturado" pela onda ideológica desta doutrina, definindo, ao mesmo tempo, a sua retórica: reduzir o tamanho do Estado, privatizar as empresas estatais, diminuir a intervenção do Estado na economia e na sociedade, a abertura comercial e financeira, etc. (vide introdução desta tese). Mas, é do capítulo V da dissertação de Bastos que se extrai o que de mais relevante existe no seu trabalho, pelo menos do ponto de vista de quem busca explicar as causas determinantes da crise do Estado ou da "falência" econômica e financeira do setor produtivo estatal do qual se constituem as suas empresas. Bastos complementa suas idéias, ao relacionar a natureza social com as contradições políticas do novo tipo de capitalismo nas décadas de 1980 e 1990.

Segundo Bastos (1996), a lógica do capital financeiro neste processo, o Estado é capturado pela onda (também) financista. O referido autor aponta as razões por que os países devedores "escravos" da dívida externa e da dívida pública a exemplo do Brasil a partir da década de 1980, são obrigados a fazer de tudo para "agradar" o mercado. Seus governos perdem a sua liberdade de adotar políticas que venham ao encontro dos interesses da independência dos respectivos Estados e da liberdade dos seus povos.

Com efeito, afirma Bastos, quanto mais independência desfrutar o Banco Central e quanto maior for a concentração de poderes dos *Technopolls* do tesouro, mais crível é a promessa de que as taxas de juros serão elevadas sempre que houver a necessidade, que gastos públicos serão cortados sempre que houver a necessidade, que gastos públicos serão contidos e que patrimônios Estatais, privatizados.

Tudo isto porque, nestas condições, aqueles governos comprometidos com os grupos de interesse que personificam o capital, nesta nova lógica, têm que fazer de tudo para cumprir as

[23] Tese de Mestrado defendida no IFCH/UNICAMP. Campinas, julho de 1996.

determinações dos credores das dívidas que serão exponenciadas: produzir superávits primários, cujo objetivo é o de pagar os serviços das dívidas (muitas vezes comprovadamente impagáveis) externas e públicas.

Portanto, a partir das avaliações feitas por Bastos e/ou pelo menos das suas análises acerca da relação entre a **Revolta dos Financistas** e esta "captura" do Estado brasileiro na década de 1990, não se pode aceitar o discurso (retórica) dos governos brasileiros e seus *Tecnopolls* sobre a tão difundida "incapacidade" do Estado em gerenciar seus bens, nem tampouco afirmar que as privatizações que têm sido processadas são para quebrar o monopólio estatal. As pressões da dívida externa e a elevação das taxas de juros foram alguns dos fatores que levaram o Estado e as suas empresas à falência. Os demais argumentos usados até aqui são meras justificativas para presentearem-se os grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais com o patrimônio que representa as empresas estatais no Brasil.

O professor Wilson Cano (1999) também atribui o processo de privatização, que vem ocorrendo no Brasil a partir da década de 1990, às pressões dos países centrais sobre os países devedores. Segundo este professor, os países centrais, para atingirem plenamente os objetivos, impuseram aos países devedores as políticas neoliberais, transplantando para a periferia um conjunto de mudanças institucionais, produtivas, comerciais e financeiras, ou seja, o imperialismo voltava a atuar de forma dura, travestida de nova modernidade.[24]

[24] CANO, Wilson, América Latina: Do *Desenvolvimento ao Neoliberalismo*. In: Fiori, José Luiz. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Editora Vozes, 1999, Rio de Janeiro.

# PARTE II

## AS ETAPAS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO E RESPECTIVOS INTERESSES ENVOLVIDOS

# CAPÍTULO IV

## A CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E A OFENSIVA NEOLIBERAL NO BRASIL (1980-1990)

Conforme foi visto na introdução deste trabalho, os dez anos de transição democrática no Brasil constituíram-se em um período de grandes jornadas de lutas políticas e econômicas entre os liberais históricos (neoliberais) defensores dos interesses do capital estrangeiro, contra as idéias nacional-desenvolvimentistas, que defendiam a retomada do crescimento a partir de uma economia planificada. Estas lutas se manifestavam em torno do papel que o Estado deveria cumprir na economia, de forma que o centro do debate terminava por situar-se em torno do destino das empresas estatais, as quais levaram mais de 50 anos para ser construídas.

Como este período de crise do capitalismo repercutiu de forma intensa sobre o *Welfare State* na Europa e do *New Deal* nos EUA, na América Latina (inclusive no Brasil), as repercussões das políticas adotadas pelos governos conservadores se faziam cada vez mais presentes. Consequentemente, nossa relação com os países credores se dava cada vez mais subordinada.

Durante a crise em que o regime militar entrou, na década de1980, mesmo a economia passando momentos difíceis, com grandes mobilizações dos trabalhadores pelo fim do arrocho salarial e pelo fim do regime militar, as organizações multilaterais não conseguiram grandes vitórias na sua luta pela apropriação das empresas estatais no Brasil. Não ocorrendo as privatizações, fusões e aquisições das empresas (principalmente as estatais), também não se registraram as altas taxas de desemprego que viriam ocorrer nos dez anos subseqüentes à vitória do governo que defendia um programa nitidamente neoliberal.

Nesta parte do trabalho, buscar-se-á mostrar os processos econômicos, ideológicos e sociais que conduziram as etapas dos processos de privatização no Brasil, nas décadas de 1980 e de 1990. Em primeiro lugar (capítulo IV), será analisada a forma como tais processos foram conduzidos na "Primeira Década Perdida", a década de 1980.

Como será visto, enquanto as reformas do Estado desenvolvimentista estavam ocorrendo em outros países da América Latina, no Brasil construía-se uma grande resistência a esse processo. Isso ocorria graças, principalmente, à grande mobilização dos trabalhadores, que saíam de um

longo período de ditadura militar, reunindo uma capacidade impressionante de luta contra a ofensiva do capital estrangeiro e a superexploração do capital em geral e do desemprego. Em segundo lugar, o processo de transição democrática, expressou a resistência de setores nacionalistas contra os neoliberais. Estes, como sempre intransigentes defensores da iniciativa privada, defendendo o modelo econômico que tinha sua lógica orientada pelo mercado. Consequentemente, já colocavam em questão o papel do Estado desenvolvimentista na economia, pressionando (sem sucesso) o governo no sentido da privatização das empresas estatais.
Em terceiro lugar, será mostrado ainda neste capítulo, como os grupos econômicos que se apropriavam de produtos que em sua essência representavam componentes do capital constante e materiais auxiliares, a título de combate à inflação, por preços abaixo daqueles praticados no mercado.

Assim como o aumento do grau de superexploração da força de trabalho, tais elementos que também fazem parte do capital constante na composição orgânica do capital colocados estrategicamente no Departamento I da economia, atuavam no sentido de se contrapor à tendência decrescente da taxa de lucro.

Em um segundo momento (capítulos V e VI), será discutida a ofensiva do capital estrangeiro, sob o manto da ideologia neoliberal e globalização financeira, expressa nas eleições de 1989, cujo resultado, como será visto, redundou em uma Segunda Década (ainda mais) Perdida: a década de 1990, um longo período de hegemonia neoliberal, privatização e desemprego no Brasil (capítulo VII).

Os processos de lutas ocorridos entre os atores que participaram das privatizações se deram numa mesma arena política, o Estado desenvolvimentista, embora este não esteja separado da sociedade civil, assim como o processo histórico não ocorre de forma linear. Além disso, o fio condutor que levou à essência do fenômeno social (no caso presente, as privatizações e o desemprego) quase sempre tem sido multicausal, exigindo o recurso a diferentes áreas do conhecimento humano.

Assim sendo, cada cenário político, econômico e social, analisado nas diferentes etapas em que se deu o processo de privatização no Brasil, por sua vez, corresponde a uma correlação de forças relacionadas com o processo de luta de classe, expresso na força dos sindicatos e na união de setores mais progressistas que, por razões diversas uniram-se nas batalhas contra a ofensiva da ideologia neoliberal e dos interesses do capital financeiro. As figuras, gráficos, tabelas e quadros

estarão mais presentes a esta parte do que a anterior, e são partes das evidências empíricas das teorias ali problematizadas na parte I (capítulos I, II, e III).

Há uma relativa identificação de uma ordem cronológica dos fatos a serem analisados. Mas as determinantes deste processo estão mais relacionadas com os interesses econômicos aí representados pelas intermediações das organizações multilaterais que os gerenciam no cenário da economia e da política internacionais diretamente ou, às vezes, indiretamente com os executivos do Estado e com as forças políticas, contando sempre com o poder político hegemônico na sociedade brasileira, como intermediação dos seus interesses.

Por essa razão, as privatizações foram mais aceleradas a partir da década de 1990, principalmente com a coligação partidária que elegeu e conferiu poderes ao Presidente FHC. Este foi o momento em que o capital financeiro mostrou seu poder hegemônico numa correlação de forças entre os representantes deste e os interesses do capital industrial e os dos trabalhadores.

Todos estes elementos também atuaram de maneira decisiva na implementação da ideologia neoliberal e, conseqüentemente, das privatizações, durante estas duas décadas que se propõe percorrer ao longo deste trabalho.

Na primeira parte, mostrou-se a inconsistência e as respectivas críticas da economia política à ideologia liberal do século XVIII e à neoliberal do final do século XX, tendo sido relacionadas com a inconsistência de suas teses para o mundo econômico do imperialismo. Na segunda, pretende-se mostrar, ao nível da concretude dos fatos, as formas como as forças políticas e econômicas atuaram em conjunto como determinantes dos processos de privatização e do desemprego no Brasil, nas duas décadas que se propõe analisar, em especial na década de 1990.

O recorte temporal, relativamente longo, se justifica em função do método adotado como instrumento de análise. A divisão em períodos serve para apreender as particularidades conjunturais de cada governo que cumpriu o papel de intermediação dos interesses envolvidos ao longo do processo em diferentes contextos em que ocorreram as privatizações e, conseqüentemente, se acentuaram as taxas de desemprego delas decorrentes.

Conforme foi dito, no início da década de 1980, a crise das dívidas interna e externa apenas começava e, diferentemente dos demais países da América Latina, no Brasil, se estavam travando as lutas que marcaram a transição democrática. Aí, o último governo do regime militar estava enfrentando graves problemas de ordem econômica, tendo sido cada vez mais

questionadas em sua legitimidade para a condução política nas mesmas formas iniciadas com o golpe militar de 1964 e recrudescidas a partir de 1974, quando se saía do período mais acentuado do autoritarismo, que ficou conhecido como “anos de chumbo”. Tanto no Congresso como entre os próprios militares no poder, ainda persistiam alguns dos princípios nacionalistas, como a soberania nacional e a conseqüente defesa das empresas estatais contra o poder do capital monopolista internacional, de se apropriar de partes do solo e do subsolo do país. Esse era um poder que nem os empresários tinham, nem os militares dispunham para fornecer aos seus clientes, em face da crise econômica política e financeira que o país atravessava na sua totalidade.

Já foi visto na parte anterior que, em todos os países capitalistas o papel das empresas estatais é proporcionar lucros para as empresas privadas. Mas elas cumprem um papel importante, no que diz respeito à criação de emprego. Como será visto, também no Brasil, as empresas estatais não ficaram isentas das políticas clientelistas com que os governos (entre eles os militares) soldavam as alianças com a classe empresarial cada vez mais fortemente consolidada. Esta se beneficiava da matéria prima fornecida para as suas indústrias privadas, situadas no Departamento II da economia pelas empresas estatais, estrategicamente situadas no Departamento I, que tinham sido construídas no período do desenvolvimentismo, por mais de meio século.

## 4.1 AS PRIMEIRAS (RE) PRIVATIZAÇÕES NA DÉCADA DE 1980.

Nesta seção, poderá ser visto que as empresas estatais além de criarem emprego para os seus valorosos trabalhadores, contribuíam para diminuir a insuficiência da demanda efetiva. De acordo com as afirmações feitas anteriormente, na análise da relação das empresas estatais c as empresas privadas, ao contrário das acusações feitas pelos defensores das idéias neoliberais Estado é um "doador universal", que proporciona, de diversas formas, as condições reprodução ampliada do capital, mesmo nos períodos em que a economia está em fase expansão.

Se as empresas estatais já contribuem para aumentar e legitimar os lucros das empresas privadas nos momentos considerados normais (Przeworsky, 1995, capítulo 3), nos períodos de crise, a este papel se soma aquele que vamos demonstrar nesta parte do trabalho, isto é, o de proporcionar mais lucros às empresas privadas. Por isto mesmo é que, apesar das lutas travadas pelos ideólogos do neoliberalismo, representantes mais radicais dos interesses privados contra o Estado desenvolvimentista no Brasil, na década de 1980, efetivamente os "privatistas" conseguiram nas suas ações foi a reprivatização, isto é, devolver para o setor privado as empresas que, em períodos anteriores tinham sido absorvidas pelo BNDES, na tentativa de restabelecê-las. Essa foi uma das muitas benevolências do Estado. Por isso mesmo, depois do "saneamento" do banco do governo, ele necessitava devolver tais empresas ao setor privado.

Durante toda a década de 1980 e metade da década de1990, quando no Governo de FHC foi feita a reforma constitucional, as empresas estatais eram divididas em dois segmentos: as que poderiam e as que não poderiam ser privatizadas. Nas últimas estavam incluídas aquelas consideradas elementos necessários à soberania nacional e/ou estratégicas para a elaboração das políticas macroeconômicas de forma soberana. Essas nem entravam na discussão sobre as possibilidades de serem passadas para o setor privado, principalmente quando se tratava do capital estrangeiro. O setor produtivo estatal era constituído, naquele momento histórico, de empresas privatizáveis e não-privatizáveis. Isto é, eram protegidas por lei contra a penetração do capital estrangeiro,

É necessário, ainda, definir duas coisas completamente distintas, que os defensores do "Estado mínimo" costumam, propositalmente, confundir. Uma coisa é o conjunto das empresas estatizadas para recuperação pelo BNDESPAR, durante a segunda metade da década de 1970,

como ação do II PND, empresas que se encontravam em estado de falência. Trata-se aí de uma ação política indispensável, ocorrida durante a década de 1980; outra coisa são aquelas empresas produtivas que foram privatizadas (ou entregues por preços irrisórios ao capital privado) a partir da década de 1990. Pois, enquanto aquelas que foram reprivatizadas no fim da década de 1980 nem deveriam ter sido estatizadas, as outras que foram privatizadas na década subseqüente após a implantação do Plano Nacional de Desestatização deveriam ter permanecido estatais, já que isso convém a todas as economias dos países em desenvolvimento. Ocorre que aquelas empresas que foram "devolvidas" ao setor privado tinham ido à falência já na década de 1970, no cenário econômico criado pela crise do capitalismo, que ficou conhecida como “crise do petróleo”. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tinha absorvido tais empresas com o objetivo de salvá-las da falência, beneficiando os empresários do setor privado. Tratava-se de uma socialização dos prejuízos causados pela crise do capitalismo, e pela incompetência dos empresários do setor privado.

A atuação do BNDES no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi de relevante importância para a economia brasileira naquele momento da crise. A esta atuação do Estado na economia se deve a formação e consolidação no Brasil do mais completo parque industrial da América Latina. Neste sentido, vale ressaltar a importância desta decisão de política econômica que gerou a orientação do BNDES, passando este a financiar várias áreas da economia, principalmente dos dois grandes setores, bens de capital e insumos básicos, constituídos por produtos siderúrgicos e metalúrgicos não-ferrosos, produtos químicos e petroquímicos, fertilizantes, cimento, celulose e papel, e do setor de serviços.

Entretanto, além de dar esse necessário apoio ao desenvolvimento, que foi o objetivo para o qual foi criado, a BNDES Participações (BNDESPAR), na década de 1980, tinha cerca de 50% do seu orçamento comprometido com a sustentação das referidas empresas falidas, através setor privado. Tais empresas, portanto, constituíam-se de "pesos" dos quais o Estado tinha mesmo que se livrar o mais rápido possível.

Todavia, este aspecto é omitido, sempre que os defensores do neoliberalismo se referem a estas empresas e/ou aqueles que, mesmo não fazendo parte da administração direta do governo, dispõem de espaço na imprensa e o utiliza para a formação de opinião, que vai ao encontro dos interesses dos grupos do capital financeiro e dos defensores da ideologia neoliberal.

Ao referirem-se a esta etapa do processo de privatização que vem ocorrendo nos últimos vinte anos, técnicos do IPEA e da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia demonstram este interesse pela omissão de fatos que são determinantes nas decisões e encaminhamentos adotados nas etapas do processo de privatização no Brasil:

> Na primeira etapa (dos processos de privatização), procedeu-se à privatização daquelas empresas inseridas no que se convencionou chamar de operação hospitalar, ou seja, a devolução para a iniciativa privada daquelas empresas que, DEVIDO A PROBLEMAS DE DIVERSAS NATUREZAS, foram absorvidas pela União por intermédio do BNDES Participações (BNDESPAR).

Por trás destas alegações generalizadas, como “devido a problemas de diversas naturezas”, se escondem ou se omitem muitas verdades acerca das reais causas da propalada falência do Estado, a qual, na essência, deve-se à incompetência ou corrupção dos empresários privados em face da crise do capitalismo.

É igualmente importante destacar o fato de que os órgãos formadores de opinião, quando se referem aos problemas relacionados com a dívida pública, contraída pelo governo, e debitada na conta das empresas estatais, caluniam as empresas estatais produtivas, ao afirmarem que estas são responsáveis pelas contas contraídas pelo governo.

Tudo isso ocorre em benefício dos empresários privados. Isso porque, tais órgãos ao referirem-se à incompetência dos empresários promovem uma verdadeira contra-informação. Eles não dizem que tais empresas foram à falência em função da crise do próprio capitalismo, levando o governo representante do interesses de tais capitalistas a criar "hospitais" para "salvar" as empresas que tinham sido "quebradas" pela iniciativa privada. Assim, o Estado quase sempre é transformado em “bode expiatório”. As empresas privadas e a especulação do capital financeiro privatizam o Estado, elevando a dívida publica, e este é que tem de pagar a conta de varias formas, inclusive sendo acusado pela incompetência de empresários inescrupulosos. As empresas estatais transferiram a massa de mais-valia para as empresas privadas, elevando a sua dívida publica. Depois de tudo, ainda sofreram as acusações de incompetentes e perdulários, maus administradores numa ação política contínua, que as levou ao desgaste político na mesma década. Com isso, tornaram-se presas fáceis diante dos argumentos neoliberais e face à ofensiva do

capital financeiro nesta nova fase do imperialismo, que se manifestou de maneira mais ousada na década de 1990 após a eleição de Fernando Collor de Mello**.**

A seguir, apresentar-se-á uma tabela em que consta o grupo das empresas que foram absorvidas pelo BNDES, na década de 1970, com o objetivo de salvá-las das ações da "mão invisível" do mercado, uma excelente amostra do que o "laissez-faire" é capaz de fazer numa economia liberal (ou neoliberal).

**TABELA 3** - EMPRESAS ABSORVIDAS PELO BNDES ENTRE O ANO DE 1970 E O ANO 1980.

| **Empresas** | **Setor de atividade** | **Estado** | **Ano da estatização** |
|---|---|---|---|
| Caraíbas Metais S.A | Mineração e metalurgia de cobre | BA | 1974 |
| Celpag – CIA. Guatapará de Papel e Celulose | Papel de Celulose | SP | 1981 |
| CCB – Cia. de Celulose da Bahia | Papel e Celulose | BA | 1978 |
| CBC – S.A. Brasileira de Cobre | Mineração | RS | 1974 |
| Cia. Nacional de Tecidos Nova América | Têxtil | RJ | 1985 |
| Cosino – Cia Siderúrgica do Nordeste | Siderurgia | PE | 1982 |
| Mafersa S.A. | Bens de Capital | SP | 1974 |
| Máquinas Piratininga S.A. | Bens de Capital | SP | 1982 |
| Máquinas Piratininga do Nordeste S. A. | Bens de Capital | PE | 1982 |
| Sibra – Eletrosiderúrgica Brasileira S. A. | Ferro-Liga | BA | 1982 |

**Fonte:** BNDES (1990).

A tabela n.º 3 apresenta a lista de empresas que foram absorvidas pelo BNDES na década de 1970 e início da década de 1980. Estas expressam algumas das ações do Estado desenvolvimentista no Brasil. O Estado, durante o governo Geisel, tentou salvar tais empresas privadas, criando o BNDES Participações (BNDESPAR), uma das muitas espécies de socorro público ao setor privado que se constata ao longo da história do capitalismo no Brasil e que

atingiu o seu ponto mais alto principalmente no âmbito do II PND. Tal ação do Estado em benefício dos empresários privados tinha como justificativa "o bem público", ao passo que tais "estatizações" terminavam promovendo mesmo era o bem privado. Isto porque as empresas privadas tendo recebido empréstimo do banco estatal por terem sido atingidas pela crise do final da década de 1970 e início da década de 1980, terminaram por causar-lhe enormes problemas de ordem econômica, e até administrativa. Parte significativa dos seus recursos econômicos e administrativos, principalmente no período compreendido entre 1982 e 1985, era desperdiçada nas referidas empresas. Uma verdadeira sangria nos cofres do Estado, enquanto os "privatistas" liberais só tinham olhos para enxergar a "estatização" da economia, em vez da privatização do Estado.

Na segunda metade da década de 1980, tais empresas foram reprivatizadas.

Do processo de reprivatização, isto é, sobre a "devolução" de tais empresas ao setor privado depois de serem beneficiadas com o saneamento do Estado, discorrer-se-á na próxima seção, quando se tratará dos grupos de interesses que, afinal, foram agraciados por mais esta ação do Estado durante o governo da Nova República.

O Setor Produtivo Estatal (SPE), na prática, assumiu o ônus da crise porque passavam os lucros às empresas privadas neste período, inclusive "socializando" os seus prejuízos. O que aparece como paradoxal, na superfície do fenômeno, é que, neste momento, formaram-se nos quadros do próprio BNDES os futuros *tecnopolls* que "cortariam as cabeças" das empresas estatais. Isto mostra que o nosso Estado desenvolvimentista, acusado de Leviatã, nunca passou de um Prometeu Acorrentado diante do setor privado. Uma verdadeira galinha dos ovos de ouro, que enriquece os empresários privados e termina sendo sacrificada pelos interesses dos banqueiros (também) privados no Brasil (assim como em outros países capitalistas), por mais de meio século. Depois de tudo, os governos neoliberais entregam sua infra-estrutura ao setor privado, em meio de um foco de corrupção, por uma quantidade de dinheiro apenas simbólica, agravando mais ainda a onda de desemprego e miséria decorrentes da crise de ciclo longo porque passa o mundo capitalista. Mas, na história econômica e administrativa oficial do Brasil, tais fatos nunca são vistos nem contados deste ângulo pelos privatistas históricos. Da mesma forma que na economia política clássica, os fatos são narrados pelos exploradores, isto é, pela classe hegemônica no poder, os pensadores que formavam opinião, também os "críticos" da "estatização" da economia no Brasil, na hora de dilapidar o Estado. Estes sempre contam a

história distorcendo os fatos em favor daqueles que, mais uma vez, se fazem de vítima e se apropriam da parte saudável do Setor Produtivo Estatal. Esses fatos serão tratados com mais detalhes ao se analisarem os processos de privatização das empresas estatais, ocorridos a partir da década de l990, quando, sob o domínio da ideologia neoliberal, o "caçador de marajás" produzido pela mídia, em nome da decência, deu início ao programa neoliberal, que já era por demais conhecido e sentido por alguns outros povos da América Latina há aproximadamente 10 anos, mas só então chegara ao Brasil.

Não se pode, entretanto, negar o papel pioneiro do BNDES ao realizarem-se estudos, oferecendo aos empresários oportunidades de ocupar "espaços vazios" na economia nacional. Conforme documento da própria instituição, foram ensejados:

> Numerosos e importantes projetos em ramos, como aço, equipamentos, celulose e papel, petroquímica, soda caustica e cloro, cobre e alumínio estanho e zinco entre outros. Na verdade nenhum empreendimento de vulto com capital privado nacional foi implantado sem o apoio do BNDES.[25]

[25] BNDES, 40 anos: Um agente de mudanças. Gabinete da Presidência/Departamento de Relações Institucionais, junho de 1992.

**TABELA 4** - PRIVATIZAÇÕES (venda: controle acionário/ativo) CONCLUIDAS: 1981-1984.

| NOME DA EMPRESA | SETOR | EMPREGADO | CONTROLADOR | TRANSF. | VENDA | COMPRADOR | EM U$$ 1000 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1. Cia Química do Recôncavo | Química | 238 | PETROQUISA | Nov.81 | Venda direta | Salgema Ind.Química | 5.061,15 |
| 2. Cia. América Fabril | Têxtil | _ | BACEN | Nov.81 | Concorrência | Sistema Cataguazes Leopoldina por meio da Multitextil S/A | 28.755,97 |
| 3. Riocell Ad. (holding)<br>4. Riocell Trade GMBH<br>5. Rio Gde. Cia de Celulose<br>6. Florestal Riocell | Celulose | _ | BNDESPAR | Mar.82 | Venda direta | KIV Participações S/A – Soc. Constituída pelos grupos Klabin, Lochepe e Votorantin | 77.542,18 |
| 7. Fábr. de Tecidos Dona Izabel | Têxtil | _ | BACEN | Jul.82 | Concorrência | Cia. Fluminense de Tecidos | 16.879,60 |
| 8. MÉTODO LTDA | Consult. | 361 | DATAMEC S/A | Jun.82 | Venda direta | Carlos Cintra Moura Carvalho | 114,65 |
| 9. INBRAPEL | Papel | 401 | UNIÃO | Ago.82 | Concorrência | Bamerindus – Empr. Florestais | 3.245,29 |
| 10. COPERBO | Borracha | 1 033 | PETROQUISA | Dez.82 | Venda direta | NORQUISA, CONEPAR E METANOR | 24.771,57 |
| 11. OPALMA | Óleos vegetais | 550 | CSN | Mar.83 | Concorrência | Usina Paranaguá S.A | 3.055,46 |
| 12. Federal Seguros S/A | Seguros | 831 | IAPAS | Abr.83 | Concorrência | Carmo Ind. e Com.ltda. | 7.107,34 |
| 13. Nitrifiques – Ind. e Comercio | Química | 283 | PETROQUISA | Abr.83 | Concorrência | ITAP S/A Embalagens (30%) | 5.371,83 |
| 14. Cimento Portland Perus<br>15. E. F Perus Pirapora | Cimento | 637 | UNIÃO | Abr.83 | Concorrência | Arrendatário Sergio S. Chohfi | 15.879,40 |
| 16. Força e Luz Criciúma S.A | Energia | 89 | CARB. PROSP. | Mai.82 | Venda | CESC S/A | 2.075,95 |
| 17. Liv. José Olímpio Ed. S.A.<br>18. Encine Audiovisual S/A.<br>19. Sidacta S/A. | Editora | 396 | CARB. BNDES | Abr.84 | Leilão | Henrique Sergio Gregori | 281,21 |
| 20. Fiação e Tecelagem Luftala | Têxtil | 45 | BNDES | 1984 | Venda | Grupo Carettoni | n.d |
| SUBTOTAL (85/89) | | | | | | | **190.038,59** |

**Fonte:** Conselho Federal de Desestatização. Relatório (1985-89) Anexo A e B.

A tabela nº 4 apresenta a lista das empresas que foram (re)privatizadas na primeira metade da década de 1980. São empresas de porte relativamente pequeno, as quais se encontravam dispersas por diversos setores da economia.

Mediante o Decreto nº 86215/81, ainda no governo Figueiredo, são fixadas normas para transferência, transformação e desativação de empresas que estariam sob o controle do governo federal. É criada ainda a Comissão Especial de Desestatização (CED).

Segundo órgãos do próprio governo, no período de 1981/1989, o governo federal vendeu 38 empresas, transferiu outras 18 aos governos estaduais, fundiu 10 estatais em outras instituições federais, fechou quatro e alugou uma.

A maioria dos trabalhos que tratam das privatizações ocorridas durante a década de 1980 costuma relatá-las como se tivessem ocorrido de maneira uniforme, durante todo este período. No entanto, tais trabalhos não refletem a realidade dos fatos. Nem todas as privatizações não ocorreram da mesma forma, mas por várias razões. Tiveram caráter político, econômico e social.

## 4.2 LINHA DE RESISTÊNCIA À "DESESTATIZAÇÃO" NA DÉCADA DE 1980.

A maioria das razões alegadas nos trabalhos sobre as privatizações ocorridas na primeira metade da década de 1980 é incompleta, porque deixa de fora da análise do processo as discussões acerca do papel do Estado na economia. Esta questão no Brasil teve grande relevância para os objetivos desta tese. Em 1979, por ocasião do segundo choque do petróleo foram muitas as criticas feitas às empresas estatais pelos representantes dos grupos econômicos interessados na apropriação dessa expressão do patrimônio publico. Era a reermegência das críticas ao monumental programa lançado pelo governo que teria dado inicio à abertura política que, não obstante ter sido ainda sob o terror político que caracterizou este período da história do Brasil, tratava-se de uma das manifestações do nacionalismo daquele governo. Por outro lado, já não se pode dizer o mesmo do governo Figueiredo.

Encarado deste ponto de vista, a transição do governo Geisel para o governo de Figueiredo não foi apenas uma troca de guardas no Planalto Central. As transformações políticas e econômicas ocorridas neste processo significam muito mais do que isto. Devido à conjuntura econômica, política e social que o país atravessava, ocorreram também mudanças significativas no modelo econômico que vinha sendo conduzido pelos generais e seus assessores. Além disto, o regime continuava na sua marcha na defesa do grande capital nacional e internacional, enquanto os trabalhadores não tinham o mínimo espaço para reivindicar os seus direitos. A luta política que mudou os rumos deste processo foi expressa nas greves iniciadas em 1978 e batalhas pelas eleições diretas ocorridas até a metade da década de 1980.

O debate em torno das privatizações das empresas estatais refletia esta situação. Por isso mesmo, não existiam condições políticas para o processo de privatização avançar no Brasil nos moldes de outros países do centro do imperialismo, nem mesmo na forma como já ocorria em outras nações da América Latina. O cenário econômico que se desenhou naquele momento veio a contribuir para o desfecho político da transição democrática.

Além do agravamento da crise provocada pelo segundo choque do petróleo, que ocorreu em 1979, os burocratas serviçais do regime militar já envolviam as empresas estatais em escândalos que pioravam ainda mais a sua imagem perante o público. Tanto os jornalistas da

grande imprensa quanto os próprios ministros faziam transparecer nos jornais do país esta constrangedora realidade.

Em 1977, por ocasião da Quarta Conferência das Classes Produtoras (IV CONCLAP), os empresários "privatistas" levantaram a questão do que eles chamavam de "estatização da economia". Contrariando a defesa feita por Gileno De Carli, representante do Nordeste, a maioria deles, a exemplo do liberal radical Henri Maksoud, defendeu a radicalização ideológica dos empresários contra o Estado desenvolvimentista *(J. B., 05/11/77).*

O período que precedeu a posse do Presidente João Figueiredo deixava a imprensa atenta aos novos rumos que iria tomar a economia do país situação que se agravava diante do relativo fracasso do II PND quanto às metas, durante a tentativa do governo do então Presidente de debelar os efeitos do agravamento da crise. Pois, afirmavam-se que suas metas eram superestimadas para a conjuntura econômica internacional. Apesar de ter desaquecido a campanha pela desestatização da economia, não quer dizer que os defensores do "livre mercado' e do interesse dos grupos privatistas estariam paralisados para sempre.

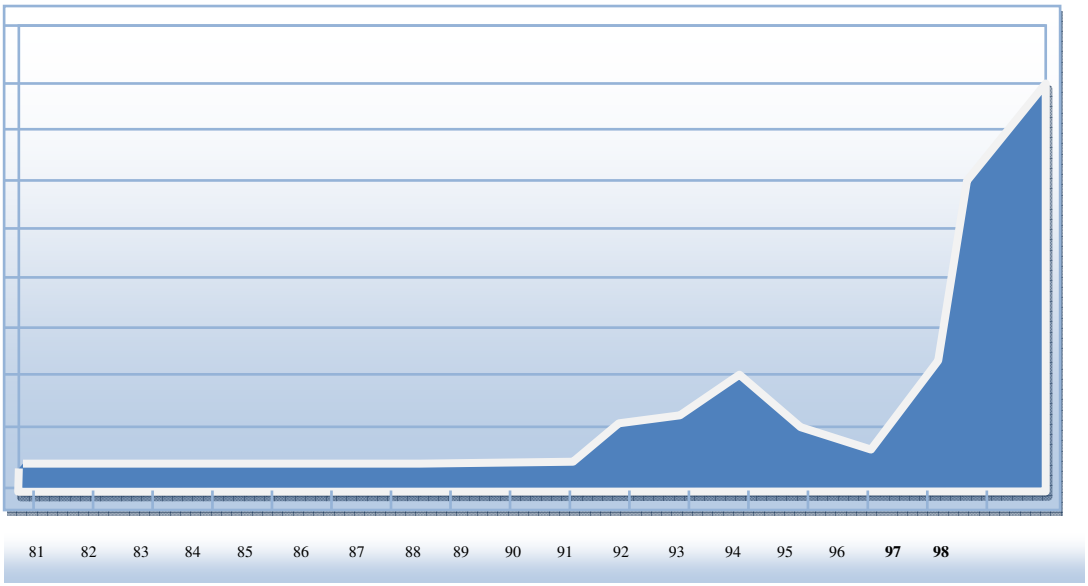
A quantidade e a freqüência com que a questão do "livre mercado" apareceu na imprensa, entre 1979 e 1981, caracteriza um reaquecimento dos liberais de naquele período.

A campanha movida pela imprensa contra as estatais ia desde as acusações de suborno e de corrupção até à pecha de "caloteiros", perdulários, maus administradores e outros impropérios que predispunham a sua imagem e depreciavam o seu patrimônio perante o público, como se, de repente, tudo o que existe "do mal" estivesse nas empresas estatais; tudo que estivesse do lado "do bem" estivesse no setor privado. Havia uma verdadeira "satanização" do setor público, que só poderia ser erradicada avançando-se com o Programa de Desestatização da Economia. Enfim, esse era um ato de "exorcismo" do Estado que o governo teria que praticar de imediato.

Não tardaram as declarações dos porta-vozes do governo, nesse sentido, tampouco faltou a resistência dos defensores do Estado desenvolvimentista, os quais mostravam a necessidade de preservação das empresas estatais como setores estratégicos do governo, indispensáveis para a elaboração das políticas econômicas: os nacionalistas defendiam o setor produtivo estatal, como forma de preservar o patrimônio nacional. Tais defesas poderiam ser constatadas em todos os partidos de todas as bandeiras. A preocupação contra a internacionalização da economia e contra o avanço do capital estrangeiro era quase um consenso que abrangia a todos os partidos de várias concepções ideológicas, mas se localizavam principalmente nos partidos de esquerda e centro-

esquerda. Nos sindicatos, esta luta assumia caráter de classe, e o movimento contra a privatização da economia se constatava como uma unanimidade nacional. Daí as diferentes velocidades com que ocorreu o processo de privatização ao longo dos 18 anos em análise. Isto pode ser observado no gráfico a seguir.

**GRÁFICO 1** - PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL (1980 – 1998) Receitas anuais (em US$ bilhões).




**Fonte:** BNDES e elaboração própria.

O gráfico nº 1 expressa, em grandes medidas, a velocidade com que se realizaram os processos de privatização no Brasil, durante os 18 anos de que trata este trabalho. Nota-se, ao observá-lo, que durante os primeiros 10 anos (1980-1990), realizaram-se relativamente poucas privatizações no Brasil, enquanto nos oito anos restantes, no início da década de 1990 (a começar pela privatização da USIMINAS), data em que as políticas neoliberais passaram a ser adotadas no Brasil, este processo foi incomparavelmente mais acelerado.

A parte correspondente ao período em que tornou-se hegemônica no neoliberalismo será analisada no próximo capítulo, quando além de mais aceleradas, as privatizações das etapas relativas à década de 1990 são econômica e politicamente diferentes. Isto porque, além de

representar o maior volume de negócios realizados pelo capital estrangeiro que se constatou neste final de milênio na economia brasileira, a exemplo do que ocorreu na economia de outros países da América Latina, este conseguiu penetrar em áreas que, na década de 1980, teriam sido inatingíveis.

Nota-se, portanto, nesse gráfico, uma acentuada aceleração do processo de desmonte do Estado na segunda metade da década de 1990. Isso significa dizer que, se a ideologia neoliberal aportou no Brasil a partir do início desta última década do século XX, foi na sua segunda metade que o neoliberalismo se mostrou com força política suficiente para consolidar o 'Estado mínimo' desenhado pela retórica de Friedman e Hayek (veja-se parte I deste trabalho). Isto se observa na parte do referido gráfico relativo à segunda metade desta década, correspondente ao período de governo de Fernando Henrique Cardoso. Este, ao contrário dos governos antecessores imediatos (Collor e Itamar), contou com o apoio dos partidos (antigos liberais históricos) reacionários, de direita, para a implementação das políticas correspondentes à ideologia neoliberal. O PFL e o PSDB, aliados com grande parte do PMDB, constituíam-se do irrestrito apoio do parlamento, lhe conferia a legitimação dos processos de privatização. Sem o referido apoio político o presidente não teria conseguido legitimar uma "legislação privatista", nem a reforma da constituição que quebrou a legislação que protegia as empresas estatais da investida do capital financeiro. Na década de 1980, além da conjuntura ser diferente, o governo não contava com o aparato político referido acima para implementar as reformas neoliberais em especial as privatizações.

Nesta parte do trabalho, tratar-se-á das intermediações e da forma aparentemente nova, em que este processo se deu no Brasil, isto é, a forma como o Estado brasileiro implementou a sua própria adequação às necessidades do capital financeiro na década de 1980.

Como já foi dito, a questão da desestatização que já ocupava as páginas da imprensa, de maneira cada vez mais ofensiva, com debates cada vez mais acalorados, a exigir resposta do governo, numa campanha que se processava de forma progressivamente mais intensiva.

No início daquele ano, o Ministro das Minas e Energia, Cézar Cals, manifestou através da imprensa a decisão de criar assessoria para a privatização de empresas estatais. Começou por empresas subsidiárias da Cia. Vale do Rio Doce – CVRD e da Petrobrás, afirmando ser esta a "filosofia" (nova filosofia?) do Presidente Figueiredo. Ao referir-se ao Projeto Carajás ao afirmar:

> Quando se diz que será dada prioridade a Carajás, não significa que todos os minérios ali existentes serão explorados pela C.V.R.D. (...) é possível que este setor venha a interessar a grandes grupos nacionais, não necessariamente os que já atuam na área (F.S.P., 27/01/1979).

A matéria que trata das posições "filosóficas" do futuro governo refere-se ainda a fontes de energia alternativa, ao petróleo e seu futuro, ou ainda às formas como o Estado iria implementar as pesquisas sobre a forma de superar a crise energética que se encarava.

O que é curioso observar é que, em nenhum momento, se falava em um projeto de vulto ligado à iniciativa privada, visando-se a solucionar os problemas que afetavam diretamente a economia do país e os próprios empresários "empreendedores *schumpeterianos*" às avessas, que tanto combatiam a presença do Estado na economia.

A tentativa de estabelecer um controle efetivo sobre o setor público descentralizado iniciou-se com a criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), no final de 1979. Depois, utilizaram-se os dispositivos do Decreto 86.215 de 15/7/81, que fixava as primeiras normas para a "transferência, transformação e desativação de empresas controladas pelo governo federal".

Segundo o referido Decreto, estaria institucionalizado o processo de privatização com a criação da Comissão Especial de Desestatização (CED). Tal comissão era composta por três técnicos representando respectivamente a Secretaria do Planejamento (SEPLAN), o Ministério da Fazenda e o Ministério Extraordinário para a Desburocratização, sob a supervisão do ministro chefe da SEPLAN e com a participação dos Ministérios supracitados.

Os encaminhamentos necessários para as privatizações cabiam à CED, que recebia a lista das empresas privatizáveis, cuja venda deveria se processar sob três modalidades: oferta única, oferta pública e/ou negociação direta.

Ainda no ano de 1979, poucos meses antes da posse do Presidente João Figueiredo, este, por meio de documento sigiloso de 52 laudas, fixou normas para se desestatizar todo o "supérfluo" do aparelho governamental, principalmente as companhias subsidiárias, criadas às dezenas como satélites das principais empresas estatais ou para-estatais; daria então prioridade, por meio de financiamentos possíveis, ao capital nacional para a aquisição de empresas estatais.

Havia nas declarações do governo uma constante preocupação de separar a idéia de **desestatizar** da idéia de **desnacionalizar**. Havia naquele momento, uma preocupação de

aproximar os ministros do Congresso, por meio de comparecimentos constantes ao legislativo, reduzir os gastos públicos e "redimensionar o salário mínimo, evitando que ele continue como padrão para aferimento do processo salarial do país".

Mas, conforme será visto ainda neste capítulo, a desregulação neoliberal não encontraria condições políticas para ser implantada nos moldes daquela da década de 1990. Outro aspecto importante diz respeito ao apoio ao capital nacional que, segundo a imprensa noticiou, seria financiado, se quisesse adquirir as empresas estatais, condição que seria negada ao capital estrangeiro.

Em matéria publicada na Folha de São Paulo (1979), o físico Rogério Cerqueira Leite, coordenador geral das faculdades da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, alertava para o fato de que, pela sua avaliação, da forma que as questões da desestatização estavam sendo tratadas, em 20 anos ocorreria uma total desnacionalização da economia brasileira.

Cerqueira Leite dizia então que o que estava ocorrendo era a colonização do Brasil pelas multinacionais, porque o governo era inepto, não tendo então ação ou legislação que controlasse a vinda de empresas multinacionais para seu território; as propostas do Presidente, por meio de seus ministros, pareciam fatos isolados de aparência inocente. Mas as propostas de desestatização de empresas, acopladas às promessas de que poderiam ser vendidas a capitais estrangeiros, levariam à desnacionalização da economia, uma vez que as indústrias privadas nacionais não teriam privilégio sobre o capital estrangeiro.

Afirmava, ainda, Cerqueira Leite que o Brasil precisaria encontrar meios para defender a sua indústria; tinha que fazer reservas de mercado para proteger os fracos, sem o que a indústria nacional iria sucumbir, já que, se o cruzeiro caísse mais em relação ao dólar, o Brasil iria ficar baratinho, podendo ser comprado até por telefone.

Apesar de considerar que não deveria haver uma proteção genérica ao mercado brasileiro, pois isto geraria certa incompetência, Cerqueira Leite lançou a seguinte pergunta: *Vamos permitir que o país vire uma zona franca? Será melhor então não nos chamarmos brasileiros, mas multinacionais (F. S. P., 17/1/79).*

Nessa mesma linha de pensamento, o então futuro líder do MDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, observava que a matéria relativa às privatizações não deveria ser analisada, sem que houvesse um amplo debate nacional, pois, segundo ele, essas coisas eram assim anunciadas e, de repente, surgiam como fatos concretos. Já o candidato a secretário geral do partido de

centro-esquerda, citado acima, considerava que a matéria em apreciação exigia uma ampla e demorada reflexão, a partir do fato de que as empresas que estavam sob controle das multinacionais estavam agonizantes. Segundo ele, caberia definir as faixas de atuação das empresas privadas nacionais e multinacionais e as do Estado. Sem estes cuidados, o enfoque da privatização assumia verdadeiras características de uma temeridade, ou seja, uma maneira de desnacionalizar agressivamente.

Assim, no final do governo Geisel e início do governo João Figueiredo, a questão da desestatização da economia volta a ocupar as páginas da grande imprensa. Ao anunciar o seu ministério, o então futuro Presidente João Figueiredo, a despeito do que ocorria em outros países do mundo, reacendeu o debate acerca do papel (ou presença) do Estado brasileiro na economia, em seu discurso propondo a sua retirada e as privatizações, em seu discurso. O 5º e último presidente do regime militar anunciou que seriam privatizados os "setores que não estivessem relacionados com a segurança nacional e que não estivessem vinculados à correção das imperfeições do mercado", como se o general presidente ainda dispusesse do poder de se auto-legitimar como o definidor do que era ou não complementar à "mão invisível" de Smith. O presidente imaginava ter o poder de definir os destinos da política (o Estado) e da economia (o mercado), mesmo já reconhecendo em seu futuro programa de governo não deter os poderes do seu antecessor para implantar, repetir ou dar continuidade ao II PND.

Ao se comparar as metas previstas neste plano com aquelas propostas no III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), elaborado para o governo da primeira metade da década de 1980, pode-se observar a sua diferença no que diz respeito ao destino das empresas estatais. Foi em torno desta questão, pelo menos em um de seus aspectos, que se ocupou a imprensa, ao se referir ao governo da transição democrática, o qual dizia que, para fazer deste país uma democracia, ele "prenderia e arrebentaria".

Ao anunciar o seu ministério, em 19 de janeiro de 1979, também lançava o tema que iria redefinir as posições políticas no Congresso, no que diz respeito ao papel estratégico das empresas estatais, e aos componentes da sociedade civil organizada, tais como os empresários e os sindicatos de trabalhadores. Estes últimos, depois de mais de 15 anos de arrocho salarial na sua classe, prisão e espancamento de suas lideranças mais conseqüentes, teriam agora uma longa jornada de lutas pela defesa dos seus direitos, e pela tentativa de construção da democracia. Por isso mesmo, estas forças políticas se opunham à tentativa do governo de continuar imprimindo o

conteúdo da Lei de Segurança Nacional (LSN), na qual estava implícito o modelo econômico que Figueiredo agora anunciava em seu programa de governo, estando nele contidas as suas propostas para as empresas estatais.

## 4.3 RESTRIÇÃO AO CAPITAL ESTRANGEIRO

A derrota política do regime de exceção abria os espaços para as manifestações políticas dos trabalhadores. Com o contínuo enfraquecimento do regime militar imposto no país, começou a extinção da sua correspondente legislação restritiva, que tolhia qualquer liberdade de expressão que viesse de encontro ao seu continuísmo, ou facilitasse de alguma forma as lutas dos trabalhadores que cada vez iam melhor se organizando e ocupando o espaço perdido há quase duas décadas. O Congresso Nacional também se manifestava com maior firmeza e se pronunciava acerca da chamada desestatização da economia por meio de seus partidos e lideranças.

No mesmo período que se anunciava na imprensa a disposição do Ministro Cézar Cals para iniciar o processo da "privatização parcial" da Petrobrás e da CVRD, como significado da "desestatização" das suas respectivas subsidiárias, surgiam igualmente na mesma imprensa as matérias que refletiam as preocupações, como é o caso desta que se segue:

> Sem as implicações e restrições determinadas pela legislação excepcional (a partir da extinção do AI-5) e com o anúncio da desestatização de subsidiárias da empresa que é o "símbolo das estatais" – a Petrobrás - pelo ministério (Minas e Energia) que estatizou a multinacional Light, o poder executivo contará com fortes resistências, tanto da ARENA, quanto do MDB, para implementar o chamado projeto de privatização da economia, pois a principal suspeição repousa na possibilidade de que não se trate só de uma intenção, mas um projeto de irreversível internacionalização da economia nacional, tendo o Canadá como modelo. (Folha de São, 17/02/79)

As condições políticas para dar qualquer passo no rumo do receituário neoliberal eram tão adversas que havia parlamentares que comparavam aquele anúncio das privatizações das subsidiárias da Petrobrás a "balões de ensaio". Tais anúncios eram lançados antes dos contratos de risco da mesma estatal cujas subsidiárias o mesmo Ministro (Shigeaki Ueiki) agora ameaçava privatizar.

Apesar de todo o debate ocorrido entre o final do governo Geisel e o que marcou a posse de João Batista de Figueiredo, o resultado do que foi conseguido pelos privatistas foi o fato de, entre 1979 e 1981, o referido presidente ter lançado o Decreto nº 86.215, com esta última data, que pode ser tomado como marco do processo de privatizações no Brasil.

Conforme matéria publicada na imprensa em 1º de setembro de 1980, o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento tomaram severas medidas contra as empresas estatais, sob a alegação de que se teriam feito “levantamentos minuciosos” acerca das dívidas de todas elas. Como meio de pressão, os relatórios, feitos setor por setor, apontavam enormes dívidas destas empresas, de forma que elas teriam que ser controladas para não criar mais despesas, sem previsão da origem dos recursos.

Em julho de 1981, saiu a primeira contribuição explícita da Comissão de Controle das Empresas Estatais (SEST). Era o primeiro relatório encaminhado ao governo, contendo um cadastro a título de diagnóstico de todos os órgãos da Administração. A impressão que se tinha, ao ler-se o conteúdo do referido diagnóstico, é que se tratava de uma espécie de investigação, no sentido de mostrar a extensão dos órgãos do Estado. Eram autos que o próprio governo os desconhecia.

De acordo com o referido relatório, a SEST teria "apurada” a existência de 560 órgãos da Administração Indireta, os quais teriam criado 1.256.237 empregos diretos. No relatório continha também a soma dos ativos pertencentes ao governo, segundo o qual estava representando cerca de cinco vezes a receita do Tesouro Nacional naquele exercício. Na avaliação da matéria veiculada pelo jornal, O Estado de São Paulo, tais números representam o processo de metamorfose que teriam sofrido as repartições públicas em empresas governamentais. Cerca de 80% das referidas repartições prestam serviços no setor terciário, o que atribuiria ao “relatório” importância relativa no que diz respeito à “estatização” da economia. O que importava para tanto era a dimensão do crescimento das empresas estatais no setor produtivo. O objetivo seria controlar os fundos de financiamento e investimento que proliferaram no âmbito federal, mercê dos recursos nele centralizados em detrimento dos Estados e municípios.[26] Como se pode ver, tais “relatórios” representam um verdadeiro libelo contra o Estado desenvolvimentista, que se manifestava no inicio da década de 1980.

No início do mês de setembro de 1981, o governo noticiava, por meio do jornal Folha de São Paulo, a primeira lista de empresas a serem privatizadas sob o título: "*O governo põe à venda 50 empresas sob seu controle*".

Sob este título, o Presidente Figueiredo colocava à venda 50 empresas que somavam em dinheiro, na época, 750 milhões de dólares, por meio da Comissão Especial de Privatização.

[26] Jornal estado de São Paulo, 10/07/1981.

Segundo a referida publicação, tratava-se de "empresas originárias do setor privado e que passaram às mãos do Estado devido a dificuldades financeiras ou inadimplência com a rede bancária oficial".

A reportagem esclarece, ainda, que a referida lista (de empresas) era constituída de "6 empresas confiscadas e incorporadas ao patrimônio da União", 38 empresas sob controle transitório direto ou indireto da União, mas não incorporadas ao seu patrimônio e 6 subsidiárias criadas para atender ao Código de Minas (que exige a criação de empresas para cada grupo de cinco minérios pesquisados) que deveriam ser desativadas.

Os mesmos ex-proprietários privados que tinham levado à falência as suas próprias empresas, em função da crise ou por corrupção, poderiam recebê-las de volta depois de pesados investimentos públicos. Apesar disto, haveria uma "pré-qualificação" dos candidatos, levando em conta "a tradição e a idoneidade empresarial", "a dimensão econômica de cada um deles em relação à empresa que pretendiam adquirir e, no caso dos setores de alta tecnologia, a capacidade científica, recursos que poderiam ser próprios ou adquiridos. Os interessados em adquirir o patrimônio de cada uma delas tinham aberta a possibilidade de visitas às instalações", antes que fossem formuladas as propostas.

Seriam adotadas, como forma de venda, três modalidades de concorrência: oferta única, com tomada de preços de um grupo pré-selecionado, devido ao valor da empresa ou devido à singularidade da área de atuação. As vantagens oferecidas nesta "primeira oferta" do então Presidente deixaram "aparentemente surpreso" o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, não só com a rapidez dos trabalhos mas também (e principalmente) com as empresas que seriam privatizadas, as quais estavam divididas em grupos.

A Comissão Especial dispunha do Decreto 86215/81, com observação de seu Artigo 5º, para se orientar, podendo sugerir as providências de ordem formal necessárias à concretização da transferência do controle acionário das referidas empresas para o setor privado ou à sua desativação e extinção.

Em 1984 o relatório da SEST, publicado pela imprensa, mostrava a situação financeira em que se colocaram as empresas estatais. A SEST tanto produzia relatórios, acusando as referidas empresas de provocarem verdadeiros "rombos" no déficit público, como servira, por outro lado, de denúncia contra a forma de como o setor produtivo do Estado (SPE) tinha sido tratado naquele período. Como exemplo do que se afirma, haja vista a reportagem publicada pela Gazeta

Mercantil em julho de 1984, sob o título: *Corte nas estatais de 20% em 1984.* Apesar de o referido título da matéria referir-se a 20%, em determinados setores os cortes foram muito mais elevados. O grupo Siderbrás, por exemplo, sofrera uma queda de 47%. A Cia. Vale do Rio Doce teria sofrido uma contração de 42,7%. No total, os principais grupos de empresas, em termos reais no ano de 1983, teriam sido: Petrobrás, 26%; Rede Ferroviária, 24,3%, Itaipu; 36,2% e Nuclebrás, 20%.

O titular da SEST, Nelson Mortada, afirmou que "tratava-se da mais dura e profunda redução de atividades das empresas públicas desde que a SEST fora criada em 1979, (...) e que a crise foi mais dura para estas empresas". Obviamente, o resultado foi inevitável, sobretudo em razão do brusco corte na disponibilidade de recursos externos. Mais do que isto, ele saldou nesta *performance* a abertura de espaços para a iniciativa privada[27]

O saldo final desse período foi a transferência, ao setor privado, de 20 empresas, totalizando um montante de 190 milhões de dólares.

Conforme se pode verificar na tabela 4, apresentada na seção anterior, durante esse primeiro sub-período, mais da metade das alienações concluídas representavam empresas de pequeno porte. Este processo foi o contrário da forma como viria a ocorrer na década seguinte, o processo de privatização, quando as privatizações iriam incluir as de grande porte e tendo como órgão gestor o BNDES. Neste período de 1981 a 1984, constaram apenas empresas de pequeno porte, controladas por diferentes entidades espalhadas por toda a máquina do Estado, nos mais distintos setores da burocracia.

Outra questão que se deve levar em conta, ao se discorrer sobre as privatizações ainda nesta primeira metade da década de 1980, é a forma como o banco estatal, BNDES, foi envolvido com as empresas falidas pelos empresários do setor privado, que buscaram a sua "salvação" no setor público. Trata-se daquelas empresas que foram absorvidas pelo BNDES para fins de saneamento, por "interesse público", e que depois tiveram de injetar uma soma tão grande de dinheiro a ponto de tais operações comprometerem as próprias atividades do banco estatal. Daí a necessidade de se desfazer de tais empresas.

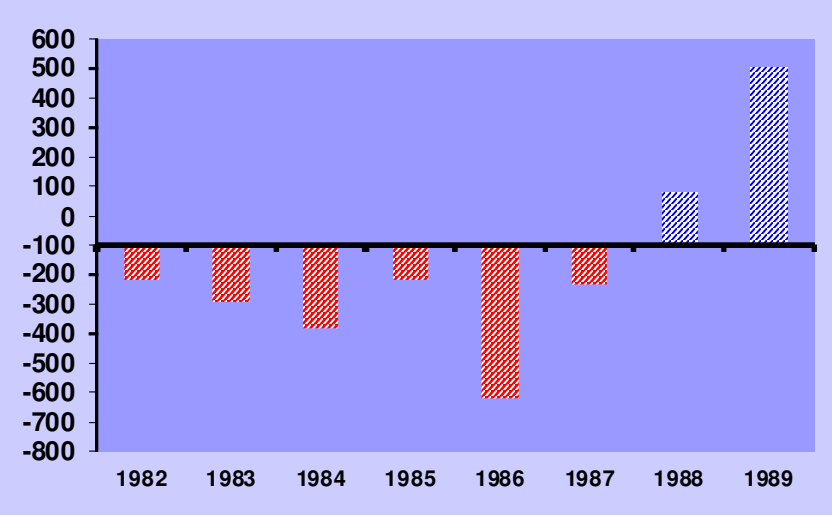
Segundo o relatório da IESP/ FUNDAP, órgão que concentra estudiosos da questão, essas empresas teriam nascido no âmbito do II PND, onde coube ao BNDES e a suas subsidiárias

[27] Gazeta Mercantil, 06/07/84.

coube o papel de garantir recursos de capital capazes de alavancar projetos de investimentos, mediante a aquisição temporária de ações.

Com a crise do final da década de 1970, agravada na década de 1980, o sistema BNDES passou também a desembolsar recursos para outras empresas, na tentativa de garantir sua sobrevivência. No decurso do debate e da crise, ao se agravarem as sérias dificuldades financeiras, tais empresas, complicadas, terminaram convertendo suas dívidas em capital estatal e colocado no controle do banco estatal.

**GRÁFICO 2** - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO BNDESPAR PERÍODO 82/89.




**Fonte:** BNDES. MODIFICADO.

O gráfico nº 2 acima, mostra a sangria que sofria o banco oficial do governo para sanear as empresas que tinham entrado em estado de falência no poder dos empresários privados. Esta é uma prova da incompetência dos capitalistas privados em face das crises do capitalismo. Nota-se ainda nele a evolução do processo de absorção das empresas privadas no período 1982 a 1989. Ele confirma os dados do próprio BNDES, segundo os quais, entre 1982 e 1985, 52% dos desembolsos efetuados pelo BNDESPAR foram aplicados nas empresas controladas, com o

objetivo de custear o funcionamento delas. O banco oficial do governo injetava grandes somas de dinheiro, ocupando ainda, seu pessoal técnico nas empresas falidas, para depois de anos de transferência de relevantes valores, fazê-las voltar para o mesmo setor privado.

Tais dados são confirmados no quadro nº 1 a seguir:

**QUADRO 1** - TRANSFERÊNCIA DE RECURSO PÚBLICO NO PERÍODO: 1982-1989.

| **APLICAÇÕES E RESULTADOS** | **1982** | **1983** | **1984** | **1985** | **1986** | **1987** | **1988** | **1989** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Em controladas (%) | 49,0 | 42,0 | 59,0 | 69,0 | 32,0 | 45,0 | 11,0 | 1,0 |
| Em Novos investimentos (%) | 51,0 | 58,0 | 41,0 | 31,0 | 68,0 | 55,0 | 89,0 | 99,0 |

**Fonte:** BNDES.

O quadro nº 1 mostra o resultado da fase que se termina de analisar. Nele pode-se perceber que as empresas que foram privatizadas durante o governo Figueiredo eram aquelas que tinham ligação ou controle com o BNDESPAR. Tal fato pode ser considerado como uma confissão da incompetência dos empresários da iniciativa privada, em face da crise que abalou a economia brasileira na segunda metade da década de 1970. Por outro lado, pode ser considerado uma prova destes mesmos capitalistas em usar o Estado como instrumento de salvação diante das imensas dificuldades criadas pela crise do capitalismo expressa no primeiro choque do petróleo. O que parece paradoxal é que, exatamente na tentativa de salvar empresas do setor privado, o Estado, depois da década de 1980, passe a ser estigmatizado como "administrador incompetente" da história do capitalismo, embora nunca deixasse de ser a sua tábua de salvação. Como já foi dito, o papel desempenhado pelo II PND é a expressão mais viva do que se afirma em relação ao papel do Estado na economia como capitalista coletivo ideal.

O que é curioso, para quem observa o fenômeno na sua superficialidade, é que, neste caso, trata-se de uma flagrante intervenção do Estado na economia, que, não é contestada pelos privatistas, pois, ao contrário da propalada "estatização" da economia, trata-se, verdadeiramente, é de uma histórica privatização do Estado. Mas este, historicamente no Brasil, sempre foi balcanizado, contribuindo para o enriquecimento privado às custas da depredação do público. No caso da presente análise, da mesma forma não se constitui aí nenhum fato alarmante para os defensores da "mão invisível" do mercado, tão cuidadosamente construída por Adam Smith na

segunda metade do século XVIII, e tão ardorosamente ressuscitada pelos arautos do neoliberalismo, a partir da ultima quarta parte do século XX.

Ainda de acordo com os dados do quadro nº 1, que mostra as aplicações dos recursos do BNDESPAR ao longo da década de 1980, pode-se observar que o percentual das aplicações feito em novos investimentos foi reduzido entre 1982 e 1985, ao passo que era relativamente grande a quantidade destes recursos destinados às empresas controladas.

Depois disso, a partir de 1986, esta tendência se inverte. À medida que foram reduzindo os recursos destinados às empresas controladas, foram aumentando aqueles que se destinavam à aplicação do governo em novos investimentos. Isso, independentemente dos parcos resultados financeiros das operações de reprivatização do fim da década de 1980. Isso quer dizer que tais operações representaram um alívio para esta carteira do banco oficial do desenvolvimento. Somente com a redução dos dispêndios que o banco tinha nestas operações, que representavam ônus em relação aos recursos do Estado. Assim, ele conseguiu os objetivos para os quais justificaram a sua fundação no início da década de 1950, quando era hegemônica a ideologia do desenvolvimentismo.

Mesmo assim, este movimento macroeconômico não conseguiu reverter a situação financeira das empresas estatais, nem mudar o cenário político em que estas se encontravam, até porque, apesar das necessidades de investimentos isso independia de sua dinâmica interna. Tinha muito mais a ver com o avanço e com a aceitação das propostas neoliberais, que cada vez iam tornando-se mais influentes na esfera do governo, à medida que se aproximavam do cenário político criado nas eleições de 1989. O seu rumo foi decidido com a posse do Presidente conservador, "caçador de marajás", representante dos usineiros de um dos estados politicamente mais atrasados do país, em 1990. Até esta data, muitos avanços e recuos ainda se registraram nos processos de privatização sem ocorrerem os transtornos causados pelas políticas públicas praticadas pelos governos eleitos a partir da década de 1990, a começar pela quantidade de postos de trabalho destruídos.

Em 1987, às vésperas da publicação do texto constitucional, o debate em torno da antiestatização da economia voltara a ocupar a imprensa. Nesta data, ocorriam dois fatos: o debate nacional acerca da ordem econômica, na qual o Estado ocupou papel de relevante importância estratégica, e a retomada das campanhas. Vale lembrar que se tratava de uma reedição da mesma campanha desfechada na segunda metade da década de 1970. Só que daquela

vez isso se deu sob um governo militar e em face de um plano econômico muito ousado: como se sabe, o II PND. Doze anos depois, a mesma campanha contra o Estado começou a ressurgir. Desta vez, o seu contraponto é um governo civil, eleito após a campanha histórica pelas *Diretas Já*.

Sobre esta questão, o professor da UNICAMP, Sebastião Velasco e Cruz (1997: 253-75), faz uma análise em que relaciona esta campanha na segunda metade da década perdida (1985) a outra que se iniciara na metade da década de 1970. Escreve em sua coletânea, o qual leva o título *Doze anos depois: o antiestatismo no discurso do empresariado brasileiro*: *"Privatizar e desregular, são palavras da moda. Como no passado, a intervenção estatal é apresentada como o mal a combater, a causa primeira dos graves problemas que afligem a nação."*

Na opinião do referido cientista político, que faz uma análise das contradições que envolvem as campanhas das duas décadas acerca das privatizações, estas têm grande significado. Ele afirma acerca desse "novo" contexto: "*Cada vez mais, a ideologia antiestatista – entre nós, um neoliberalismo barato, de segunda mão – manifesta-se a propósito de tudo, fazendo-se presente em todos os veículos d*e *comunicação e conformando um "senso comum*".[28]

Cada vez mais a campanha antiestatista assumiria o tom nitidamente de direita que se consolidou na década de 1990.

Algumas formas de manifestação o autor cita, tais como: direito de propriedade, economia de mercado, livre iniciativa etc. Também estes elementos constituintes das políticas neoliberais iriam se fortalecer na década de 1990, em face da conjuntura política criada após as eleições do Presidente Collor de Mello. Para tanto, o BNDES tinha acumulado experiências no final da década de 1980, principalmente, durante o governo do Presidente Sarney. Foi neste período que se criou a estrutura operacional que o Presidente Collor iria aproveitar para incluir como parte do Programa Nacional de Privatização (PND).

Entretanto, não se pode perder de vista a diferença que existe entre as conjunturas das duas décadas perdidas (1980-1990 e 1990-2000). Durante a década de 1980 foram privatizadas apenas empresas pequenas e médias, espalhadas ou dispersas pelos diferentes setores da economia.

[28] Idem, p. 274.

## 4.4 EMPRESAS ESTATAIS E ENRIQUECIMENTO PRIVADO

Já se mostrou que, no Brasil, o Estado desenvolvimentista teve de construir grande parte do Departamento de Produção dos Meios de Produção, o Departamento I da economia, a partir da década de 1930. Esta é a parte do setor produtivo estatal onde estão concentradas as empresas que produz insumos básicos para o funcionamento de qualquer economia moderna. O Departamento de Produção de Meio de Consumo (duráveis e não-duráveis) fica situado no Departamento II da economia. Esta é uma estrutura que acompanha a economia brasileira ao longo de sua história econômica, a exemplo das estradas de ferro, usinas siderúrgicas, companhias mineradoras e de telecomunicação, produção de energia elétrica, portos e outros componentes da imensa infra-estrutura indispensável para o funcionamento da economia moderna, que no Brasil historicamente se confunde com o Estado desenvolvimentista.

Quanto ao caso mais específico de que trata este trabalho, não se tem espaço para estender-se muito. Portanto, basta citar os casos das grandes *holdings* que se consolidaram entre 1950 e 1974, agrupando-se e expandindo-se principalmente no âmbito do II PND. Nesse último período citado, houve ampliação tanto de atividades, como energia elétrica e siderurgia, chamadas atividades-fim, quanto de grandes grupos, como Petrobrás e CVRD. Tais grupos se tornaram grandes conglomerados, com a ampliação de seu espectro de atuação, uma vez que no modelo econômico ampliado pelo Presidente Geisel em 1974, tais setores tinham *status* de defesa estratégica, para assegurar o próprio desenvolvimento com segurança nacional. No entanto, a crise iniciada em 1973 e agravada em l979 atingiu o setor produtivo estatal na década de 1980 e reduziu, significativamente, os investimentos na área de atuação do SPE, no que diz respeito ao número de empresas públicas e de economia mista.

As políticas adotadas pelos governos que implementaram os "pacotes" do FMI se fizeram sentir principalmente no SPE. Isto foi um "verdadeiro keynesianismo às avessas", o que confirma as vitórias, mesmo que parciais e tímidas, da ofensiva neoliberal contra o Estado desenvolvimentista no Brasil, à medida que se ia aproximando a década de 1990.

Com o objetivo de mostrar quem ganha e quem perde com as reduções dos preços dos bens e serviços, oferecidos pelo Departamento I da economia ao Departamento II, far-se-á uma análise das relações de trocas entre eles, por imposição das políticas clientelistas, ainda no governo militar. O pressuposto desta análise é que, independentemente do setor comentado, a

troca de valores que ocorre entre eles é uma troca de mercadorias e que tais mercadorias contêm produto da mais-valia, criada no seu processo produtivo.

À medida que ia se reduzindo artificialmente o preço de suas mercadorias, se está transferindo produto do trabalho objetivado, trabalho cristalizado ou trabalho morto. A partir do momento que o governo mantinha os controles de preços sob a alegação do controle inflacionário, as empresas privadas compravam seus produtos das empresas estatais situadas no Departamento I da economia expropriando os produtos por ele produzidos, repassando mercadoria por um preço abaixo do valor de mercado.

A tabela nº 5, situada na página abaixo, dá uma idéia da situação (em que os Departamentos se encontram) das empresas estatais e como se dá a relação de troca entre estes com as empresas privadas nacionais e as multinacionais no conjunto da economia brasileira. Sua importância é mostrar a relação econômica entre o setor produtivo estatal e o setor privado. Trata-se de uma das evidências empíricas das teses defendidas por James O´Connor (1977) no que diz respeito à economia norte-americana, conforme já foi dito na primeira parte deste trabalho.

**TABELA 5 -** O PAPEL DAS EMPRESAS PRIVADAS NACIONAIS, MULTINACIONAIS E DAS ESTATAIS NOS DIFERENTES SETORES DA ECONOMICA BRASILEIRA, EM 1978

| | **Nacional Privado %** | **Multinacional %** | **Estatal %** |
|---|---|---|---|
| **PREDOMINANTEMENTE NACIONAIS** | | | |
| Construção civil | 100,0 | - | - |
| Comunicações | 100,0 | - | - |
| Supermercados | 98,3 | 1,7 | - |
| Móveis | 97,4 | 2,6 | - |
| Roupas, sapatos | 96,9 | 3,1 | - |
| Comércio varejista | 90,0 | 10,0 | - |
| Construção pesada | 88,7 | 8,5 | 2,8 |
| Gráficas e editoras | 73,8 | 26,2 | - |
| Alimentos | 66,6 | 33,4 | - |
| Papel e polpa | 59,9 | 32,9 | 7,2 |
| Minerais não-metálicos | 58,0 | 42,0 | - |
| **PREDOMINANTEMENTE ESTRANGEIRAS** | | | |
| Comércio atacadista | 41,4 | 42,2 | 16,4 |
| Maquinaria | 41,5 | 48,8 | 9,.7 |
| Equipamentos de transporte | 37,7 | 53,6 | 8,7 |
| Veículos pesados | 45,2 | 54,8 | - |
| Distribuição de petróleo | 11,0 | 60,8 | 28,2 |
| Eletrônica | 33,6 | 66,4 | - |
| Têxteis | 31,8 | 68,2 | - |
| Produtos de limpeza | 27,2 | 72,8 | - |
| Plásticos e borracha | 21,5 | 76,1 | 2,4 |
| Bebidas e tabaco | 23,6 | 76,4 | - |
| Farmacêuticos | 15,6 | 84,4 | - |
| Equipamentos de escritório | 13,8 | 86,2 | - |
| Automóveis | 0,6 | 99,4 | - |
| **PREDOMINANTEMENTE ESTATAIS** | | | |
| Serviços públicos | - | - | 100,0 |
| Química e petroquímica | 5,0 | 15,8 | 79,0 |
| Aço | 27,1 | 7,9 | 65,0 |
| Minerais | 29,5 | 12,0 | 58,5 |
| Transportes | 49,6 | - | 50,4 |

**FONTE:** "Melhores e Maiores", Exame (Edição especial, setembro de 1979), p. 125. Estes números referem-se às vendas das vinte maiores empresas em cada setor. Dados retirados de Sylvia Ann Hewlett, The Cruel Dilemmas of Development: 20th Century Brazil (Nova York: Basic Books, 1980).

Conforme a tabela nº 5, as empresas estatais no Brasil estavam situadas, predominantemente, no Departamento I da economia. As empresas privadas, tanto as nacionais como as multinacionais, estavam situadas no Departamento II. Na relação de troca de mais-valia cristalizada entre as respectivas empresas do mercado, nas condições concretas da economia brasileira, terminava ocorrendo uma transferência de valor, em forma de matéria-prima e serviços, por preços abaixo do valor de mercado, das empresas públicas para as empresas privadas. Estas, portanto, estão sempre recebendo do setor público os meios necessários à sua acumulação e conseqüente reprodução ampliada do capital. Isto porque a massa de mais-valia acumulada no processo produtivo do Setor Produtivo Estatal, neste caso, é transferida para as empresas privadas a jusante deste processo.

As empresas estatais, por sua vez, ficaram impedidas de reinvestir o seu excedente, isto é, ficavam impedidas pelo governo de se reproduzir de forma ampliada. Além disto, não conseguiam repor suas peças, não conseguiam reciclar o seu quadro de funcionários ou efetuar qualquer outra forma de reinvestimento, de acordo com as exigências do próprio mercado. Nesse caso, o governo, ao mesmo tempo que promovia a vida das empresas privadas capitalistas, promovia, simultaneamente, isto é, na mesma ação política, a morte das empresas estatais. Este mesmo raciocínio lógico pode explicar a mesma relação de "troca desigual" entre as empresas estatais, a montante, e as empresas privadas situadas a jusante do processo produtivo.

Neste trabalho, entretanto, se tentará mostrar o caso em que as empresas estatais estão a montante do processo produtivo dos bens de consumo produtivo, que fornecem às empresas privadas, o que é mais comum na economia brasileira, principalmente no inicio da década de 1980. Na maioria dos casos, as empresas estatais, situadas a montante do seu processo, fornecem matérias-primas retiradas da própria natureza, como o petróleo, minério de ferro, etc. Todos esses elementos são fontes de riqueza para a instalação das indústrias siderúrgicas, mineradoras de ferro, cobre, ouro etc. Para a instalação da imensa infra-estrutura que compõe o Departamento I da economia, teria que ser despendidas imensas somas de valores, sob forma de rendas. No caso em estudo, entretanto, não faria sentido o próprio Estado pagar rendas ao Estado. Só no caso de tal infra-estrutura ser privatizada depois de anos de construída, se poderia falar de rendas pagas ao Estado. Mas, neste caso, o que o governo mais precisa, além das máquinas e da infra-estrutura usada no processo produtivo é a força de trabalho superexplorada.

Não se tem notícia de que nem os governos do regime militar, nem os de qualquer outro regime político, tenham sido generosos com os trabalhadores como o foram historicamente com os grandes empresários capitalistas no Brasil. Sempre superexploraram a força de trabalho, proibindo greves (já foi até caso de polícia), ou quaisquer outras formas de manifestação de classe dos trabalhadores.

Os gráficos que se apresentam a seguir servirão de base para demonstrar a forma como as empresas de alguns setores da economia foram prejudicadas com as restrições impostas pelo governo, em suas políticas de combate à inflação no início da década de 1980. As empresas estatais foram utilizadas como instrumentos de política de governo no início da década de 1980, além de outras formas de política macroeconômica que beneficiavam os empresários situados no setor privado. De várias outras formas, o Setor Produtivo Estatal foi prejudicado, como no caso da estatização da dívida externa.

Mas, nesta parte do trabalho, se dará maior relevância à política de preços (ou mais precisamente, à política de controle de preços). O mecanismo usado para conter preços, tarifas de bens e serviços produzidos pelas empresas estatais, seria determinada como política antiinflacionária. Através desta política, buscava-se uma minimização dos efeitos de curto prazo dos reajustes de preços e tarifas sobre os índices de preços.[29]

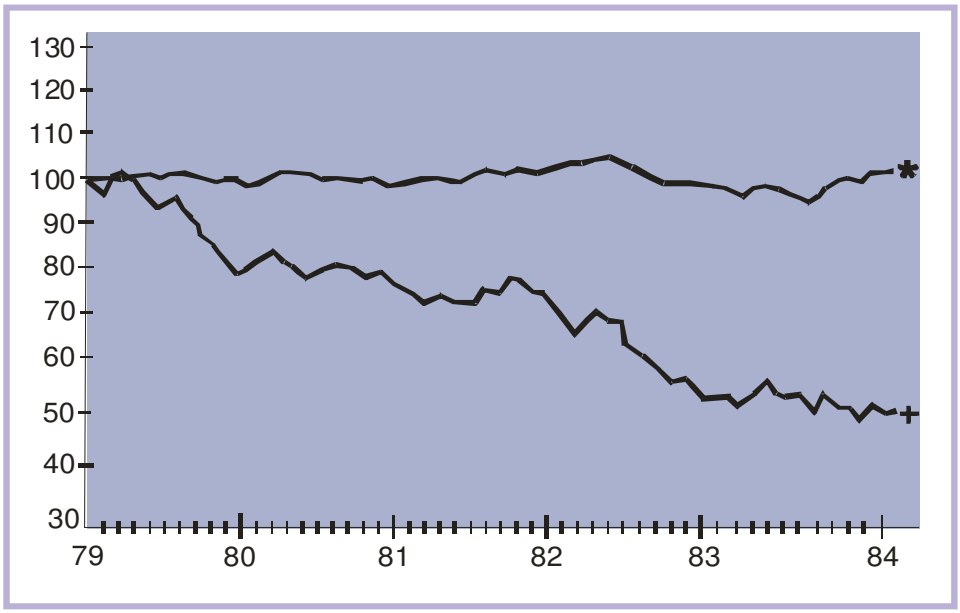
Sabe-se que na economia brasileira o Departamento I (DI), o Departamento de Produção dos Meios de Produção, em grande parte, pertencia ao Estado. Assim, parte significativa do que se necessitava para o funcionamento do Departamento de Produção dos Meios de Consumo, tanto duráveis quanto não-duráveis, (DII) era controlada pelo governo por meio das empresas estatais. Para isto foi criada a CIEST, em 1984. A instituição destes dois mecanismos servia para controlar os preços dos bens e serviços das empresas estatais. À SEST caberia controlar os preços e tarifas, e à CIEST estavam subordinadas todas as decisões de investir de todas as empresas, já no final do governo do Presidente Figueiredo. O Ministro Delfim Netto, neste caso, era o intermediário todo poderoso que quase sempre representava os interesses do FMI e do setor privado nesta questão.

Acredita-se que alguns dos produtos ou mercadorias produzidas e serviços prestados em setores mais importantes do DI da economia sirvam de exemplo para demonstrar que o reajuste dos preços das mercadorias, por preços muito abaixo do valor em determinada estrutura de mercado, pode levar as empresas que os produzem a dificuldades financeiras. Tais dificuldades

[29] WERNECK, Rogério L. F. *Empresas Estatais e Política Macroeconômica*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1987.

financeiras impediam as empresas estatais de se reproduzirem em escala ampliada. Nesse sentido, veja-se o gráfico nº 3 abaixo.

**GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO AÇO, FERRO E DERIVADOS (1979-1984)**




+ Índice de preços de ferro, aço e derivado deflacionado pelo IGP-DI (jan.1979=100).
* Índice de preços por atacado da indústria de transformação deflacionado pelo IGP-DI (jan.1979=100).

**Fonte:** WERNECK, 1987. MODIFICADO.

Observando-se o gráfico nº 3, pode-se notar o acentuado afastamento dos preços no atacado de ferro, aço e derivados, deflacionados pelo IGP-DI, e o índice de preços desses produtos no atacado da indústria de transformação. Assim, o governo buscava controlar a inflação por meio da contenção de preços do ferro, aço e derivados.

O referido gráfico mostra uma defasagem nos preços do aço, ferro e derivados, enquanto nas indústrias de transformação os preços eram reajustados de acordo com inflação. Mesmo assim, houve empresas estatais que, além de atenderem a tais políticas macroeconômicas dos governos em beneficio das empresas privadas, responderam à crise com saldos positivos, ao contrario da maioria das empresas privadas. Este é o caso, por exemplo, da Cia. Vale do Rio

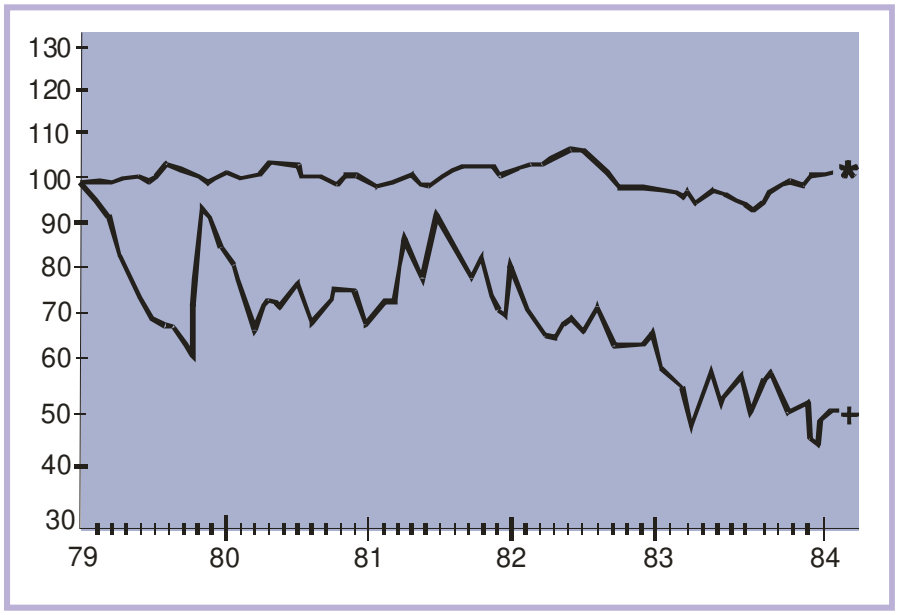
Doce, que cumpriu decisivo papel de instrumento das referidas políticas de governo, já que era dela que saía significativa parte dos minérios de ferro.

Conforme o relatório oficial desta empresa, publicado ao completar 50 anos de luta contra a ofensiva do capital estrangeiro, no decorrer da década de 1980, como resultado da política de diversificação, implementada na década anterior (incluindo o período da crise recessiva de 1975 a 1979), a Vale do Rio Doce consolidou um novo perfil empresarial. Além de assegurar a posição de maior exportador de minério de ferro, o sistema CVRD, abarcando suas empresas coligadas, transformou-se num dos maiores conglomerados empresariais do país, que extrai, transporta e comercializa o minério de ferro, além de exportar e industrializar outras matérias-primas de origem mineral e vegetal *(Companhia Vale do Rio Doce 50 anos de Historia*, pg.205).

Quanto às tarifas fixadas pelo governo para o setor de energia elétrica, também predominantemente estatal, este não foge a esta regra de favorecimento irrestrito aos empresários privados.

Neste setor de insumos fundamentais para as indústrias, também as defasagens de preços eram igualmente significativas, não deixando dúvidas acerca de uma das causas determinantes da crise do SPE.

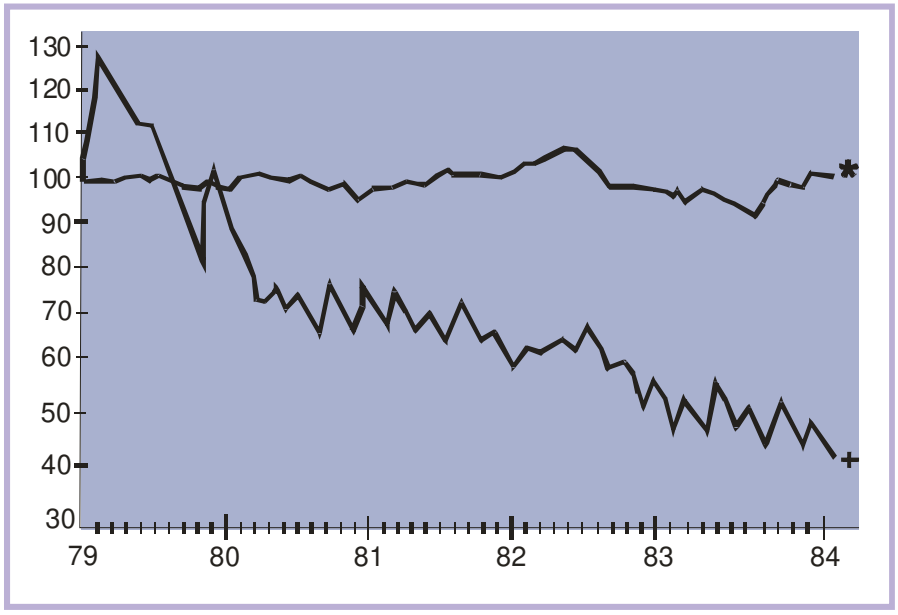
**GRÁFICO 4** - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE 1979-1984




+ Índice de Tarifa Média de Energia Elétrica Deflacionado pelo IGP-DI (jan.1979 = 100).
Índice de Preços por Atacado da Indústria de Transformação Deflacionado pelo IGP-DI (jan.1979 = 100).
**Fonte:** WERNECK, 1987. MODIFICADO.

O gráfico nº 4 trata da evolução dos preços de energia elétrica, outro insumo básico e indispensável para a indústria moderna, como o aço, ferro e derivados. Entre janeiro de 1979 e dezembro de 1984, a tarifa real de energia elétrica sofreu redução de cerca de 40%. Tal fato demonstra a defasagem existente entre os preços de mercado e os "preços políticos", impostos pelo governo às empresas estatais. Tais procedimentos terminavam permitindo aos empresários privados driblar os efeitos da crise, transferindo seus efeitos para o setor público, privatizando os lucros e socializando os prejuízos.

**GRÁFICO 5** - EVOLUÇÃO DAS TARIFAS TELEFÔNICAS ENTRE 1979-1984.




+ Índice de Tarifas Telefônicas Deflacionado pelo IGP-DI (jan.1979 = 100).
* Índice de Preços por Atacado da Indústria de Transformação Deflacionado pelo IGP-DI (jan.1979 = 100).
**Fonte:** WERNECK, 1987. MODIFICADO.

Quanto aos serviços telefônicos, o gráfico n.º .5 mostra que a situação é ainda mais grave. Segundo dados conseguidos na própria Telebrás, entre janeiro de 1979 e dezembro de 1984, o mesmo período em que se verificou o preço do aço, do ferro e da energia elétrica, a defasagem foi de até 60%.

A forma como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi utilizada como instrumento de política macroeconômica do governo será tratada em outra parte deste trabalho. Trata-se de um caso a mais de transferência de recurso público para o setor privado. Mas, por se tratar de uma empresa de exportação de minérios, tem suas singularidades, não fugindo à regra geral.

## 4.5 AS (RE)PRIVATIZAÇÕES NA NOVA REPÚBLICA

Conforme se acabou de mostrar, por meio dos gráficos, tabelas e quadros, o governo adotou, de diversas formas, políticas de apoio aos empresários privados, quase sempre em prejuízo das empresas estatais. Na maioria das vezes tais políticas representavam a expressão do clientelismo que sempre reinou entre os governos e as classes empresariais. Tal relação tornou-se exacerbada durante o regime militar, pois, por meio do favoritismo, os militares contavam com o irrestrito apoio do grande capital a seu modelo político. Poderiam, então, usar a repressão contra todos aqueles que os questionavam do lado do proletariado, e legitimar o continuísmo, com o apoio comprado com o sacrifício das empresas estatais, e consequentemente de seus respectivos servidores.

No caso em apreço, o qual se comentou na seção anterior, o Estado repassava para as empresas privadas o produto do trabalho cristalizado, trabalho objetivado, expresso na imensa riqueza acumulada às custas do achatamento do salário mínimo dos trabalhadores. Já foram analisadas, na primeira parte deste trabalho, as políticas adotadas pelo governo, quando este aguçou a crise financeira das empresas estatais no processo de estatização da dívida externa, ou quando atribuiu a elas os desastrosos efeitos econômicos do segundo choque do petróleo. A crise da dívida foi debitada ao Setor Produtivo Estatal (SPE).

Na próxima seção se pretende mostrar a forma como os setores mais conservadores da sociedade brasileira, além de omitirem uma das mais importantes funções do Estado na economia, que é intervir durante as crises periódicas, muitas vezes revertendo o descenso da taxa média de lucro. Depois propõem o seu desmonte e a entrega do "espólio" aos empresários privados, por meio dos processos de privatização. Por último mostrar-se-á como o governo da Nova República devolveu as empresas que tinham sido absorvidas do setor privado para ser saneadas no hospital do BNDESPAR.

Nessa nova fase do imperialismo, dominada pela hegemonia do capital financeiro e legitimada pelo discurso neoliberal, os bancos oficiais começaram a inverter o seu papel de origem. Tinham sido criados para implementar as políticas keynesianas, quando a ideologia desenvolvimentista era dominante no Brasil. No final da década de 1980 começaram a se preparar para levar à prática a expressão mais paradigmática do neoliberalismo: as privatizações das empresas estatais, que foram aceleradas na década de 1990, quando se tornou hegemônica a

ideologia neoliberal, a subjetividade necessária para que o governo brasileiro cumprisse, à risca, os ditames do capital financeiro.

A próxima fase a ser analisada neste trabalho envolve o período do Governo Sarney, indo até o final do seu mandato. Há algumas mudanças no cenário político e econômico que não atingem as proporções que o processo de privatização atingiria na virada da mesma década, ou seja, após as eleições presidenciais de 1989. Apesar disso, já se nota uma tentativa do governo da Nova República de dar um maior impulso nesse processo, de forma que assim como aumenta a ofensiva pela "desestatização" da economia cresce também a disposição do governo nesse sentido, embora para isto ele não tenha condições políticas.

Durante o governo do Presidente José Sarney, com a edição dos Decretos números 91.991, de 28/4/85, e 95886, de 29/03/88, iniciou-se outra fase do movimento de privatização brasileiro, isto é, o processo de (re)privatização. Pressionado pelas forças mais conservadoras do empresariado, o governo, na tentativa de buscar um maior impulso para o referido processo, tentou imprimir-lhe um ritmo mais dinâmico e de maior fôlego, passou então a englobar tanto as empresas sob controle direto da União, como a abertura de seu capital social. Isto já representava privatização parcial, além de alienação de participações ordinárias e da desativação ou encerramento de empresas consideradas inviáveis pelos defensores das privatizações das empresas estatais.

Uma mudança de grande relevância nesta fase foi a substituição da comissão de técnicos pelo Conselho Interministerial de Privatização (CIP), com base no Decreto número 91.991. Este conselho era presidido pelo Ministro do Planejamento. O CIP era formado pelo Ministro da Fazenda, pelo Ministro extraordinário para a Desburocratização, pelo Ministro da Indústria e Comércio e pelos Ministros de Estado, que tivessem empresas vinculadas à sua pasta incluídas no programa. Importante também notar que nesta fase o BNDES tem um papel mais ativo na gestão das privatizações juntamente com a SEPLAN.

O banco oficial do governo, que sempre fora o financiador dos investimentos de longo prazo, a partir de então ficou responsável pela seleção e cadastramento da firma de consultoria que viesse a ser contratada para encaminhar as negociações de capital e transferência do controle acionário das empresas estatais. Em outros termos: o BNDES, que fora criado com objetivo de implementar as políticas desenvolvimentistas dentro do período em que o Estado adotava o receituário característico nos anos 50, paradoxalmente, passou a ser preparado para exercer um

papel oposto. A partir do final da década de 1980, este mesmo banco foi transformado em instrumento de “destruição não criadora” da nova lógica do capital financeiro internacional, que tem no neoliberalismo a sua "alma gêmea", sua ideologia. Esta corrente de pensamento, que já tinha se tornado dominante na maioria dos países da América Latina, começou a produzir seus frutos também no Brasil. Naquele momento do final do governo Sarney e véspera das eleições de l989, com o apoio dos setores mais conservadores do empresariado e da grande imprensa, mostravam o seu caráter no que diz respeito aos processos de privatização, que viriam a ser consolidados com a eleição de Fernando Collor de Mello, o qual daria a partida para as políticas neoliberais no Brasil.

Abre-se, então, uma fase de participação de firmas de consultorias privadas em avaliações econômico-financeiras. Além destas mudanças, ocorreu então outro fato de grande significado, do ponto de vista legal, para a grande onda de privatizações que viria a ocorrer na década de 1990. Foi ainda no governo José Sarney que começaram a ser extintas as restrições legais à transferência das empresas estatais ao capital estrangeiro. O espaço para as transações seria a bolsa de valores do Rio de Janeiro. Conforme as preocupações que já existiam manifestamente desde o governo de João Figueiredo, tais empresas não poderiam ser vendidas diretamente a estrangeiros. Mas, uma vez alienadas, daí em diante não existiriam mais restrições para serem repassadas a quem as quisesse comprar. Estas mudanças se revestem de um grande significado. Elas modificam muitos aspectos no se refere ao conceito de segurança e estratégia nas empresas estatais. Isto porque, a partir daí, um "testa de ferro" brasileiro poderia então adquirir uma empresa que fora construída durante várias décadas à custa do sacrifício do erário público, sob o manto da soberania e da segurança nacional, e vender a um estrangeiro que poderia, de uma hora para a outra, fazê-la desaparecer, se isto assim lhe conviesse, à revelia dos interesses da nação.

Em outubro de 1985 *o Jornal O Estado de São Paulo* promoveu um foro de debates, do qual participaram convidados e personalidades do pensamento conservador para elaborar uma proposta de privatização, ocasião em que também se tratou de outras questões relativas ao papel do Estado na Economia. Esta "colaboração desinteressada e altamente patriótica de cidadãos" foi orientada ou coordenada pelo diretor responsável do Estadão, Júlio de Mesquita Neto. A idéia era a de oferecer “uma contribuição da livre iniciativa” ao governo da Nova República, no tocante ao problema da desestatização. Preocupado com a circunstância de o processo de privatização da economia "marchar de maneira extremamente lenta" e julgando que caberia à livre iniciativa ter

uma participação mais decisiva nele, o Jornal *O Estado de São Paulo* decidiu-se a realizar esta espécie de "seminário amplo" sobre o problema, que historicamente foi preocupação dos liberais conservadores no Brasil.

As discussões centrais dos grupos de trabalho, segundo a referida reportagem, publicada na imprensa, refletiram questões "de natureza filosófica", as relações entre economia de mercado e liberdades democráticas, como a necessidade de o processo de privatização da economia ser conduzido ao mais alto nível, para que sobre ele não pudessem pairar dúvidas.

Os participantes da reunião entenderam as dificuldades que se abriam à frente de quantos desejassem levar a cabo, com determinação e honestidade o processo de privatização da economia e a desregulação da vida social. De outra parte, tinham consciência de que, se não se consolidasse o documento produzido no referido foro de "cidadãos desinteressados" no que diz respeito às teses do liberalismo, ter-se-ia perdido aquela disposição que parecia ser a única do Presidente da República de marcar seu governo pela ação no sentido do que estava recomendado no documento. Na conclusão da matéria afirma-se:

> A sociedade brasileira está convidada, assim, a demonstrar, de maneira inequívoca, sua determinação de ficar livre dos controles estatais e de ver a economia reverter à iniciativa privada e o estado a suas funções normais. [30]

Sob o título *Antes de tudo a liberdade,* na integra, o documento elaborado na reunião de que fala o Estadão afirma ainda questões que merecem maior detalhamento. Os participantes entenderam que as melhores soluções para os mais relevantes problemas da economia brasileira requerem tempo para tornar-se realidade e para ganhar a confiança e o apoio da população. Por outro lado, o encaminhamento do trato das questões não poderia revestir-se de tons passionais nem admitiria posições contemporizadoras. Nisto estavam absolutamente certos, pois, como já se afirmou, a ideologia neoliberal ainda não se tinha consolidado na sociedade civil o suficiente para um presidente fazer o que o governo Collor iria começar a partir de 1990.

O documento conclusivo da reunião defendia, com urgência, a necessidade de criar condições para o florescimento de um novo padrão de desenvolvimento do país nos planos "econômico, político, social e cultural". Nessa linha de pensamento, o "relatório" do encontro

[30] Jornal O estado de São Paulo*,* 20/10/85.

tece uma crítica contundente à forma como se desenvolveu a economia brasileira na experiência das últimas cinco décadas, porque o modelo de crescimento ter-se-ia baseado na intervenção do Estado na economia. Isto teria servido, segundo os participantes, apenas para permitir uma maior regulamentação da vida social e cada vez maior restrição à livre iniciativa dos cidadãos.

O referido documento centrava suas reivindicações em quatro pontos, dos quais se podem destacar os que tratam de extinção de conglomerados estatais e as empresas que seriam privatizáveis, no capítulo VIII. Neste capítulo, as empresas são divididas em quatro tipos ou quatro grupos básicos:

a) As empresas que tinham sido privatizadas, mas ainda estavam sob o controle do Estado em decorrência da má gestão de empresários privados. Num regime de mercado, elas teriam sido fechadas; no Brasil, foram submetidas ao controle do Estado, permitindo-se assim a socialização das perdas. Estas deveriam retornar imediatamente ao setor privado ou ser extintas quando inviáveis.

b) As empresas em que o Estado detinha um terço do capital, mas mantinha de fato o controle acionário. Estas também deveriam retornar rapidamente ao setor privado pela venda das ações em poder do Estado pelo seu valor de mercado.

c) As empresas de capital aberto, das quais o Estado detinha o controle do capital acionário. Elas deveriam ser privatizadas, da mesma forma do último grupo anterior: pelo valor de mercado das ações.

d) O grupo de empresas públicas de capital fechado. Tais empresas deveriam ser abertas e transferidas ao setor privado.

Estabelecia o relatório do seminário, também, os critérios de privatização. Nele se propunham cinco critérios de transferência:

1. Avaliação em que se defendia que as empresas estatais fossem vendidas pelo justo preço;
2. Venda das ações em balcões de bancos comerciais de diversas formas;
3. Escolha da venda da totalidade a um grupo que fizesse a oferta de compra à vista, por um valor igual ou superior a 10% do preço reconhecido como justo;
4. Depósitos (a ser feito pelo governo) em bolsa de pelo menos 5% das ações referenciais das empresas já privatizadas;

5. Operação de transferência do controle das ações ao portador, cercada de garantias para impedir a criminosa desmobilização dos ativos.

Outro fato que se revelava como absurdo era a forma como a SEST tratava "as empresas estatais", sob este título geral, como se elas fossem uma "massa homogênea", sem diferenciação, com o mesmo perfil e a mesma finalidade. Isto não corresponde à realidade. Tratava-se de mais uma arbitrariedade como muitas outras cometidas, legitimadas durante os 21 anos do longo período em que o arbítrio era o "legislativo" da nação brasileira.

Através das siglas SEST, nascida em 1979, quando o país ainda se encontrava sob o comando do regime militar, adotavam os discursos que passaram a assumir com o esgotamento das propostas ambiciosas do II PND. Pode-se ainda recuar um pouco mais no tempo para melhor situar-se a origem e a lógica do problema em questão.

Carlos Eduardo e Silva, ao tratar da questão de como as empresas falidas pelos empresários privados foram parar nos "hospitais" do BNDES, dá roteiros interessantes acerca da "*balcanização*" ou privatização do Estado brasileiro, durante o período em que o país permaneceu sob o regime militar. Ele afirma:

> O loteamento da máquina estatal obrigava o estado a criar estruturas superpostas às anteriores que, de alguma forma, as suplantavam, sem contudo eliminá-las. Assim aconteceu com as autarquias e fundações – superpondo-se à antiga administração indireta "daspianas" – e, mais recentemente, com as empresas estatais que a partir de 1967, com o Decreto-Lei nº 200, passaram a deter um alto nível de autonomia institucional.31

O autor se refere ainda a "arranjos institucionais específicos montados durante toda a década de 1970, conforme parâmetros políticos do regime autoritário." Tais "arranjos institucionais", que provocaram a referida segmentação setorial do Estado, teriam como objetivo o de atender interesses ou significariam o resultado da forma de representação de interesses, igualmente típicos do governo autoritário, que se instalou no Brasil, após-1964. Compensavam a classe que os apoiava, mesmo que seu modelo econômico e sua condução política fossem absurdos.

[31] *Médice e Silva, 1992, apud Silva, 1992, p.5.*

Nesse caso, pode-se afirmar que a recíproca do Decreto-Lei nº 200, de 1967, se caracteriza pela série de medidas tomadas a partir da década de 1980. Estas teriam como objetivo o de "centralizar" o Estado que se teria descentralizado ou fragmentado no final da década de 1960, em plena vigência das leis arbitrárias autolegitimadas pelos próprios militares no poder e por aqueles que delas se beneficiaram, ou seja: os decretos que se seguiram à SEST, criada em 1979, teriam o papel de reparar os erros cometidos nas décadas anteriores? Nesse caso, se o único erro dela era tratar as empresas estatais da mesma forma, isto é, tratar igualmente empresas naturalmente desiguais, seria fácil corrigi-lo. Bastaria apenas criar outro decreto, ou criar formas de tratar as empresas estatais dentro das suas devidas singularidades de modo que tudo estivesse resolvido. Sendo assim, não haveria a necessidade de se praticar um keynesianismo às avessas, com o desinvestimento no setor público, em virtude das políticas macroeconômicas exigidas pelo FMI, nem tampouco haveria necessidade de "desmontar" o Estado para atenderem às exigências dos liberais conservadores, na tentativa de ressuscitar a "mão invisível" de Smith.

Por exigência desses economistas conservadores, em alianças com setores do empresariado, a partir de meados dos anos 80, o que se processou na política do governo foi, em essência, a continuação do que já se fazia antes, embora a aparência do fenômeno se expressasse de forma diferente. O que mudou foi a expressão política do estado, que antes era antidemocrático; mas no alvorecer da Nova República, depois da imensa campanha pelas *Diretas*, uma das maiores mobilizações que toda a nação fez pelas mudanças, a situação do país ficou praticamente a mesma, pelo menos no que diz respeito às benesses que a classe dominante desfrutava. Isto não poderia ser diferente, já que permaneceram no poder exatamente aqueles que tinham apoiado o regime militar.

O cenário macroeconômico político e social no Brasil, nos anos oitentas, ou mais especificamente a partir de 1985, tornava-se propício para o avanço das propostas neoliberais, já triunfantes nos países do centro do imperialismo, e já instaladas com relativo sucesso de curto prazo em alguns países da América Latina.

Da mesma forma que foram tratados como improdutivos os servidores do Estado na obra de Smith, A *Riqueza das Rações,* os servidores das empresas estatais, os quais eram componentes do SPE, seriam cada vez mais considerados um "peso" a ser arrastado pela sociedade civil, aqui representada pelos empresários privados. Nada mais "justo", então, do que a atitude "heróica" e cidadã do Estadão em convidar os "cidadãos economistas" e os "cidadãos empresários" com o

objetivo de produzir as propostas que seriam encaminhadas pelo ‘Condotière" que se postava no executivo: o Presidente Sarney, ex-presidente do PFL.

A partir daí, nem foi só a imprensa, nem os economistas, nem os empresários que se organizaram, aparentemente ao acaso. Várias medidas políticas e econômicas, na tentativa de resolver as questões relativas ao setor produtivo estatal, foram tomadas com o objetivo de resolver as diversas questões da crise das empresas estatais provocadas pelas políticas do próprio governo, até que, após as eleições de 1989, com a vitória do governo, cujo programa era neoliberal e conservador, foi implementado o Programa Nacional de Desestatização (PND).

Mesmo sabendo-se que entre 1980 e 1988, com toda a crise porque passavam, as empresas estatais responderam em média por 2/3 do total de seus dispêndios, a SEST, com a Secretaria Especial de Abastecimento (SEAP), atuaram na fixação de preços e tarifas públicas a título de controle da inflação (Silva, 1992, 39). Além disso, a definição das transferências orçamentárias para as empresas estatais era feita em conjunto com a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

Só a partir de 1985, a SEST passou a se desfazer da forma como tratava o conjunto das "empresas estatais", como se estas fossem um universo homogêneo. A partir daí, outras mudanças foram ocorrendo com o universo das empresas estatais, que devem ser levadas em conta.

No final de 1985, o Decreto nº 92.009 transferiu 119 das 142 fundações e autarquias para o Orçamento da União.

Neste ponto, é pertinente observar a tabela número 4.4.

**TABELA 6** - PRIVATIZAÇÕES (Venda: Controle Acionário/Ativo) CONCLUÍDAS: 1985-1989.

| NOME DA EMPRESA | SETOR | EMPREGADO | CONTROLADOR | TRANSF. | VENDA | COMPRADOR | EM U$$ 1000 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1. Cia Melhoram Blumenau G. Hotel Blumenau | Hotelaria | 53 | UNIÃO | Ago.96 | Concorrência | Coml. Cláudio Gaertner | 420,16 |
| 2. C.N.T Nova América | Têxtil | 3.712 | BNDES | Jun.87 | Leilão/Bolsa | Grupo Cataguases (multifabril S.A Cim. Portland Perus (Gr. Votorantin | 15.854,51 |
| 3. Maq. Piratininga NE S.A | Bens Cap. | 333 | BNDESPAR | Jul.87 | Concorrência | Wyppertal Ltda. | 1.428,50 |
| 4. Maq. Piratininga NE S.A | Bens Cap. | 1.083 | BNDESPAR | Set.87 | Concorrência | Villares – VIBASA S/A | 106,60 |
| 5. Siderurgia N. S. Aparecida | Siderurgia | _ | BNDESPAR | Dez.87 | Concorrência | ENGISTREL | 12.932,63 |
| 6. ENGEMATIC | Mecânica | 126 | EMBRAER | Nov.87 | N.D | ARALDI participações S.A<br>Ferro Ligas do Norte S.A NKK/Marubeni Cor | 3.826,79 |
| 7. FERMAG S.A | Ferroligas | 40 | BNDESPAR | Dez.87 | Concorrência | Diversos | 5.400,00 |
| 8. SIBRA S.A | Ferroligas | 861 | BNDESPAR | Abr.88 | Leilão/Bolsa | Albatroz S/A (Grupo SAFRA 7.860 acionistas | 29.024,27 |
| 9. Aracruz Celulose S.A | Celulose | 6.806 | BNDESPAR | Abr.88 | Leilão/Bolsa | S.A Industrias Votorantin | 1.400,00 |
| | | | | | | Marvin (Gr. ARBI) Bco. Bahia e Cia Paraibana de Metais<br>JSD Coml. Ltda. (DUFERCO)<br>Usina Barão de Cocais | 133.200,00 |
| 10. CELPAG Metais S.A | Celulose | 520 | BNDESPAR | Mai.88 | Leilão/Bolsa | Usina João Neiva<br>Outros ativos | 72.736,04 |
| 11. Caraíba Metais S.A | Metais | 2.247 | BNDESPAR | Ago/88 | Leilão/Bolsa | Bom Jardim (Empregados da CBC) | 87.110,13 |
| 12 COSIM | Tubos | | SIDERBRAS | Set.88 | - | Grupo Klabin | 4.123,23 |
| 13 CIMETAL Siderúrgica S.A | Tubos | 777 | BNDESPAR<br>BDMG | Set.88 | Leilão ativo | DUFERCO Trading S.A | 37.500,00 |
| 14. Cia. Bras. Cobre – CARAÍBA | Mineração | 4.682 | | Abr.89 | Dist. Secund. | | 11.200,00 |
| 15. Cia. Bras. De Zinco - CBZ | | 985 | BNDESPAR | | | TROCONOSUL Ltda. | 7.216,00 |
| 16. Mineração CARMEC | Celulose | | BNDESPAR | Mai.89 | Leilão/Bolsa | | 14.409,05 |
| 17. Cia. de Celulose da Bahia | Met/Cid. | 190 | SIDERBRAS | Jul.89 | Leilão/Bolsa | | 8.214,77 |
| 18. Cia. Ferro e Aço de Vitória | Siderurgia | 2.741 | SIDERBRAS | Out.89 | Leilão/Bolsa | | 54.240,01 |
| 19. USIBA | | 1.406 | | | | | |
| SUBTOTAL (85/89) | | | | | | | 546.295,56 |

**Fonte:** BNDES

A tabela n.º 6 apresenta a lista das empresas estatais que foram privatizadas durante o governo da Nova República. Numa primeira e rápida leitura, pode parecer muito grande a quantidade de empresas que passaram do setor público para o setor privado, durante a segunda metade dos anos 80. Mas, não chega a ser expressivo este universo estatístico de que trata a referida tabela porque o tamanho das mesmas era relativamente pequeno. Nota-se que além do significado qualitativo do ponto de vista político e econômico, sua expressão foi muito menor que as empresas privatizadas nos anos 80 representavam em relação às que foram arbitrariamente vendidas durante a segunda década perdida, a década de 1990. Em sua grande maioria se tratava de empresas sem a mesma história e significado econômico daquelas privatizadas nos anos 90. De qualquer forma, vale verificar as mudanças ocorridas com o universo do Setor Produtivo do estado nos anos 80.

Em 1987, o SINPAS saiu do controle da SEST, com redução de 560 para 201 empresas; em 1988, a SEST passou não só a controlar um universo homogêneo ou menos heterogêneo como também numericamente menor.

Todavia, isto não significa dizer que tal "homogeneidade" do universo controlado pela SEST, é absurda. O conjunto das empresas pertencentes ao universo total das empresas estatais, componentes do SPE, não é igual em sua dinâmica interna, nem em seu papel específico para o conjunto da economia como um todo.

Na situação criada com o decreto nº 200/67, a SEST colocava no mesmo universo a Petrobrás, a CVRD, o grande Hotel Blumenau e a Estrada de Ferro Corcovado, o que era um verdadeiro caos. Nesta "nova" situação, a SEST passa a envolver aquelas empresas que foram mais atingidas pelas políticas anti-inflacionárias do governo, adotadas por recomendação do FMI, estando portanto, mais endividadas, incluindo também Petrobrás e a Telebrás. Assim, a situação não mudou muito, apesar de diminuir a confusão.

Mas, para os críticos da "estatização" da economia, o governo tinha que fazer muito mais do que criar novos meios institucionais de controle das estatais. Deveria, além de efetivamente privatizar as empresas que tivesse que privatizar, demonstrar sua disposição de mudar os rumos da economia com base no modelo de substituição de importações, criando as condições para a “nova" economia. A economia que se orientasse pelas sinalizações do mercado.

Para isso, os representantes dos empresários de São Paulo contaram com a grande imprensa. Principalmente aquela que, historicamente, sempre se coloca do lado mais conservador.

Depois de 1988, também se verificaram mudanças nos processos de privatização, com a criação do Programa Federal de Desestatização do serviço público. O CFD, criado pelo Decreto nº 95.886, de 29/03/88, também demarca um ponto relevante no rumo da desregulamentação deste serviço, que são duas questões amplamente difundidas nas políticas econômicas adotadas por vários governos de outros países da América Latina, a exemplo do Chile, após o golpe de estado que derrubou o Presidente Salvador Allende, do México, durante o governo de Salinas, e também da Argentina. A partir desta data, também foi criado o Conselho Federal de Desestatização. Este era composto por um Secretário-Executivo e um grupo de trabalho, que tinha como função executar e acompanhar cuidadosamente a execução dos anteprojetos de desestatização e desregulamentação.

Não se pode perder de vista alguns acontecimentos históricos deste período. Ocorreram dois fatos que definiram o papel do estado: um foi a Assembléia Nacional Constituinte; o outro, foram as eleições de 1989. Na Assembléia Nacional Constituinte ficaria definido o conceito de empresa nacional e empresa estrangeira. Nas eleições presidenciais, o debate sobre o papel do estado na economia se confundia na mídia com a crise que abalava a sua legitimidade, a partir da precariedade financeira precedente que este atravessara por toda uma década. Os quase dez anos, que ficaram conhecidos como a (primeira) década perdida, deixaram o estado brasileiro sem condições de defesa das empresas estatais em relação à ofensiva neoliberal.

Não precisou o Presidente Sarney, portanto, se esforçar muito na criação de instituições que facilitassem a transferência das empresas públicas para as mãos do setor privado, atendendo aos grupos de interesses que se beneficiaram sobejamente deste processo.

Do CFD também fazia parte o BNDES, como agente operacional. Este, a partir de então, assumiu um papel de instrumento de execução das políticas neoliberais tanto do presidente Sarney, como, após os anos 90, do presidente Collor e dos outros que se seguiram. Ao BNDES caberia o controle administrativo e a responsabilidade pelo financiamento do próprio governo, com que os empresários contavam para adquirir as empresas estatais nos processos de privatização. A partir de então, as empresas privadas de consultoria também passaram a ter uma ação mais direta na transferência do patrimônio público para o setor privado. Ou seja, as

empresas privadas serviam de árbitro para a desapropriação das empresas públicas, a título de prestar colaboração no referido processo.

Assim, no período compreendido entre 1987 e 1989, quase 80% dos compradores das empresas estatais privatizadas utilizavam-se do financiamento do BNDES para se apropriar das próprias empresas que este tinha "salvo" nos hospitais da BNDESPAR.

As referidas transferências de empresas que o BNDES fez neste período deveriam chamar-se *reprivatizações*, dado ao fato de que se tratava de empresas privadas que uma vez falidas foram parar no controle do estado, provocaram um enorme prejuízo ao BNDES, e, depois reprivatizadas. Voltaram às suas origens, uma vez que, embora os novos proprietários não fossem os mesmos, tratava-se de proprietários privados, pertencentes da mesma classe que tinha dilapidado o estado por meio das referidas empresas.

Costuma-se dizer que a BNDESPAR transformou-se num "hospital" das empresas em questão. Ao considerar o estado brasileiro como "hospital" das empresas do setor privado, a conclusão a que se pode chegar acerca do resultado econômico destas operações é a de que o estado teve grandes prejuízos. Além do setor privado não pagar as contas dos serviços prestados pela "UTI" da BNDESPAR, paradoxalmente, os "privatistas" defensores das propostas neoliberais encontraram neste "mal negócio" realizado pela BNDESPAR elementos de sobra para acusar o estado de "mal administrador", perdulário, dinossauro etc.

Entretanto, fazendo-se uma avaliação do quadro 1 (situado na seção anterior deste capítulo) se poderá ter uma opinião diferente, talvez até contrária, acerca deste estigma que os economistas conservadores e as empresas que servem para fortalecer a ideologia do neoliberalismo, alma do capital financeiro, conseguiram incutir nas sociedades civil e política durante a década de 1980. Naquele quadro pode-se notar a situação de crise financeira em que ficou o BNDES ao assumir o ônus das empresas privadas.

Essa pode ser considerada uma das razões da resistência da sociedade civil às privatizações, fato que não deve ser minimizado. Tal resistência está expressa na primeira parte do gráfico nº 1 (situado na seção 4.1 deste trabalho). Sobre sua segunda parte, que representa a década de l990, a grosso modo, se pode afirmar que revela o contrário daquela que representa a década anterior. Na parte correspondente aos primeiros dez anos do referido gráfico, nota-se o contraste em relação aos dez anos seguintes, no que diz respeito aos anos 90.

Mas o que existe de mais importante, isto é, a dedução que se pode tirar ainda do que se expressa naquele gráfico, em termos quantitativos, é a sua relação com os avanços do neoliberalismo no Brasil e o sucesso do programa de privatizações nos anos 90, pelas razões que se seguem.

Pela leitura que se pode fazer ainda do mesmo gráfico I, na década de 1990, quando a ideologia neoliberal conquistou a sua hegemonia no país, também se constatou um verdadeiro paraíso do capital financeiro, tanto nacional quanto internacional, considerando-se que este último passou a ter os mesmos privilégios das empresas nacionais. Passaram, assim, a ter as mesmas chances de se apropriar do patrimônio público, construído às custas do sacrifício desta nação, em nome da sua soberania econômica e das liberdades políticas dos seus povos. Mesmo assim, não se pode dizer que as pressões dos críticos da "estatização" da economia foram uma perda de tempo dos defensores das propostas neoliberais. Apesar da resistência oferecida pela sociedade, aliado ao nacionalismo de setores das forças armadas brasileiras, que defendiam as empresas estatais no início dos anos 80, em nome da segurança nacional, uma considerável quantidade do patrimônio do Estado foi transferida para o setor privado. A tabela de nº 7 mostra a lista das empresas que foram privatizadas durante o governo da Nova República.

Não é somente pelo fato de terem comprado ou conseguido a privatização de um bloco de empresas dispersas e sem os mesmos valores relativos, que se pode conferir aos grupos de interesses nas grandes empresas, que representavam a "grande coroa de ouro" como a mídia costumava chamar as *holdings* setoriais, protegidas por lei da para não cair no poder do capital estrangeiro. As empresas estatais transferidas para a iniciativa privada, além de darem passos decisivos no rumo das propostas vitoriosas nos anos 90, representaram o início de bons negócios entre o interesse público e o interesse privado, bons somente para este último, é claro.

**TABELA 7** - RESULTADO LÍQUIDO DOS DESEMBOLSOS DA BNDESPAR EM RELAÇÃO À RECEITA DA VENDA DE EMPRESAS BENEFICIÁRIAS, NO PERÍODO 1982-1989

| **US$ 1000** | | | |
|---|---|---|---|
| **EMPRESA** | **DESEMBOLSO BNDESPAR** | **VALOR DE VENDA** | **RESULTADO LÍQUIDO** |
| Máquinas Piratininga S.A. | 31.954,55 | 106,60 | (31.487,95) |
| Siderúrgica N.S. Aparecida | 20.682,13 | 12.932,63 | (7.749,50) |
| Eletrosiderúrgica Brasileira S.A. – SIBRA | 16.853,91 | 29.024,27 | 12.170,36 |
| Cia. Guatapará de Celulose e Papel – CELPAG | 32.509,07 | 72.736,04 | 40.226,97 |
| Caraíba Metais S.A. | 261.429,04 | 91.233,36 | (170.195,68) |
| Cia. Brasileira de Cobre (CBC) | 18.665,70 | 7.216,55 | (11.449,15) |
| Cia. Brasileira de Cobre (CBC) | 75.669,17 | 14.409,05 | (61.290,12) |
| Riocel Administração S/A. – RASA (Holding) | - | 77.542,18 | 77.542,18 |
| Máquinas Piratininga do NE | - | 1.428,50 | 1.428,50 |
| Aracruz Celulose | - | 156.199,07 | 156.199,07 |
| Cobra Computadores | 2.495,01 | - | (2.495,01) |
| Cia. Rio Grandense de Nitrogenados (CRN) | 6.347,14 | - | (6.347,14) |
| COSINOR | 39.014,71 | - | (39.014,71) |
| RESULTADO FINAL | 505.650,43 | 462.828,25 | (42.822,18) |

**FONTE:** BNDESPAR.

Os dados divulgados no Relatório do Conselho Federal de Desestatização expressam o valor atual dos desembolsos realizados pelo BNDES, ao longo da década de 1980, em milhões de BTNs. Para transformá-los em dólares, partimos da relação média da BTN com taxa de câmbio em cada ano e multiplicamo-los pelo volume correspondente em BTNs. **Elaboração:** FUNDAP/IESP (1993).

A tabela nº 7 apresenta os resultados líquidos oficiais dos desembolsos da BNDESPAR em relação à receita da venda de empresas beneficiárias dentro desta primeira etapa das privatizações, desde o início do processo até 1989. Não se trata só do resultado numérico. Fazendo-se uma análise econômica desta relação do setor público com o setor privado, pode-se concluir que esta representou um grande prejuízo para o Estado. Além disso, foi durante este período que se formou a equipe e alguns dos princípios que nortearam as privatizações que ocorreram no início da segunda década perdida da economia brasileira, a década de 1990. Nela são outros os cenários que se tem que enfrentar. Diferentes daqueles registrados na década de 1980. No âmbito internacional ocorria o fim do socialismo real e o questionamento dos modelos centrados em forte intervenção do Estado na economia, com fortes repercussões em todo o mundo ocidental.

Neste segundo decênio de que trata este trabalho, que já se convencionou chamar de segunda década perdida, no Brasil se tem o primeiro governo eleito pelo voto direto e com um programa calcado nas premissas neoliberais, o qual tem como ponto fundamental a "reforma" do Estado, a abertura comercial e financeira e as privatizações.

Daí por que se justifica uma divisão do movimento que se conseguiram as idéias das privatizações das empresas estatais em duas etapas: a primeira entre 1980 e 1990, período em que se conseguiram as reprivatizações de empresas que, em sua maioria, tinham sido absorvidas pelo Estado por meio do BNDES para salvar empresários da falência; a segunda, entre 1990 e l998, quando são outros os cenários econômicos e políticos que se descortinam na década de 1990. Nesta segunda década perdida de que trata este trabalho, tínhamos atravessado a transição democrática com todos os constrangimentos que foram enfrentados pela sociedade. Depois da encruzilhada histórica das eleições de 1989, a sociedade começava a marcha à ré, na qual se questiona as conquistas que os trabalhadores consolidaram por mais de meio século no Brasil. Tem início, então, um amplo processo de destruição não criadora, semelhante ao que se tinha registrado antes em outros países do continente, como no Chile, na Argentina, no México e noutros, igualmente pressionados pela imensa dívida externa.

Os dois processos eleitorais, o de l985 e o de 1989, e a Assembléia Nacional Constituinte, foram importantes na transição das forças políticas conduzidas pela sociedade. A campanha pelas eleições *diretas* foi derrotada, seguida da morte do Presidente do "consenso", Tancredo Neves, logo após ter sido eleito em amplo arco de aliança, tendo assumido o seu vice, José Sarney,

signatário de um partido à sua direita. Este teria conduzido uma forte campanha de desmonte do Estado, numa forte tentativa de redefinir o seu papel na economia. Tal campanha que incluía uma lista de empresas para serem privatizadas, que aparecem no quadro nº 2, a seguir:

**QUADRO 2** - EMPRESAS SELECIONADAS A PARTIR DAS LISTAS ENCAMINHADAS PELO PROG. FED. DE DESESTATIZAÇÃO (1988-1989).

| **PLANO VERÃO (janeiro de 1989)** | **PLANO DE EMERGÊNCIA (agosto de 1989)** |
|---|---|
| **SETOR SIDERURGICO** | **SETOR SIDERURGICO** |
| Aços Finos Piratini S.A. | Aço Minas Gerais – AÇOMINAS |
| Siderúrgica do Nordeste – COSINOR | Cia. Aços Especiais Itabira ACESITA |
| Usinas Mecânicas S.A. – USIMEC | Aços Finos Piratini S.A. |
| Usinas Siderúrgicas Minas Gerais – USIMINAS | Cia. siderúrgica Tubarão – CST |
| Cia. Aços Especiais Itabira – ACESITA | Usinas Siderúrgicas Minas Gerais – USIMINAS |
| **SETOR PETROQUÍMICO** | **SETOR PETROQUÍMICO** |
| Petrobrás Distribuidora S.A. – Br* | Petroquímica União S.A. |
| Petrobrás Química S.A - PETROQUISA* | Cia. Petroquímica do Sul – COPESUL |
| Petroquímica União S.A | Cia. Nacional de Álcalis |
| Alcális do Rio Grande do Norte – ALCANORTE | |
| SETOR FERTILIZANTES | SETOR FERTILIZANTES |
| Ind. Carboquímica Catarinense S.A – ICC | Fertilizantes Fosfatados S.A – FOSFÉRTIL |
| | Fertilizantes Nitrogenados do Nordestes S.A. |
| | Goiás Fertilizantes S.A. – GOIÁSFÉRTIL |
| | ULTRAFÉRTIL – Ind. e Com. de Fertilizantes |
| | Indústria Carboquímica Catarinense – ICC |
| **SETOR DE TRANSPORTES** | **SETOR DE TRANSPORTES** |
| Cia. de Navegação do São Francisco –FRANAVE | Cia. de Naveg. do São Francisco – FRANAVE |
| Serv. De Navegação da Bacia do Prata S.A SNBP | Empresa de Naveg. da Amazônia S.A. ENASA |
| Navegação da Amazônia S.A – ENASA | Serviço de Naveg. da Bacia do Prata S.A. SNBP |
| SETOR DE MINERAÇÃO | |
| Caraíba Metais S.A | |
| OUTROS | OUTROS |
| Acesita Energética S.A | Acesita Energética S.A |
| Cobra – Computadores e Sistemas Brás. S.A | Nuclemon Minero-Química S.A |
| DATAMEC S.A. – Sistema de Proces. de Dados | |
| Forjas Acesitas S.A. – FASSA | |
| Cia. Brasileiro de Armazenamento – CIBRAZEM | |

**FONTE:** Conselho Federal de Desestatização - Projeto Abertura de Capital

No quadro nº 2 apresentado acima, pode-se observar a quantidade de empresas estatais, listadas pelo Conselho Federal de Privatização, que as teria passado para o setor privado se o governo já contasse com o que passou a contar o seu sucessor, poucos anos depois. O fato é que as condições políticas ainda não permitiam. Ainda não existia uma correlação de forças suficientemente consolidada que permitisse uma tal proeza neoliberal. Isto ficaria reservado para o "caçador de marajás", Collor de Melo, apelido que caracterizava a perseguição aos funcionários públicos no Brasil.

Em 1989, ocorreram as eleições para Presidente da República, momento histórico em que ficaram visíveis duas propostas de condução dos destinos políticos e econômicos do país. Uma delas contemplava um modelo econômico que tinha bem claro o papel do Estado desenvolvimentista. Nesse programa, as empresas estatais tinham um papel preponderante na retomada do desenvolvimento. Sua defesa era um dos pontos de honra dos partidos componentes do programa da Frente Brasil Popular.

A dívida externa, instrumento histórico de pressão e subordinação econômica e política das superpotências econômico-financeiras, por demais questionada como agiotagem imperialista, seria suspensa. Seria estancada a sangria dos juros estarrecedores que fazia remeter as riquezas dos países devedores em direção aos credores, numa situação que agravava mais ainda o quadro das nações empobrecidas sem precedentes.

O programa do outro candidato concorrente em 1989 caracterizava-se como a forte batida na porta das instituições governamentais do país das propostas neoliberalizantes, que davam a tonalidade dos políticos dos governos de várias nações do mundo ocidental, entre os quais os países de maior expressão econômica da América Latina. Tal candidato, projetado na imprensa como o mito de o "caçador de marajás" via no Estado o principal inimigo da nação. Era este Estado "perdulário", "símbolo de desperdício", "cheio de burocratas", o principal responsável pela crise econômica, pela corrupção e por outras causas de miséria dos "descamisados", e não pelos desmandos a que chegou a nossa situação.

Um governo sério, portanto, segundo a ótica neoliberal, teria que se livrar das amarras burocráticas deste Estado e varrer das suas entranhas os "parasitas" "enriquecidos à custa do erário público". Este foi o espírito veiculado na campanha do candidato a Presidente. E esta é a lógica que persegue o seu governo e outros que se lhe seguirão, o que justifica o reconhecimento de que se trata de uma segunda década perdida, a década de 1990.

Durante a campanha em que se questionava a intervenção do Estado na economia no Brasil, ocorreu no cenário político-econômico mundial outro fato que vinha a fortalecer as teses neoliberais defendidas pelo programa do suposto Partido da Reconstrução Nacional (PRN): a queda do muro de Berlim, cuja imagem, cuidadosamente projetada durante a campanha, viria reforçar a ideologia neoliberal, anunciadora de "novos tempos". A crise dos regimes socialistas do Leste Europeu apontava a justeza de programas que contemplassem a abertura ou liberação comercial e financeira e a "reforma" do Estado. Quem apontasse outro lado estaria "na contramão da História".

Quanto às empresas estatais, neste programa elas não tinham papel estratégico. Isto era coisa de um passado distante. Portanto, o Estado mínimo tinha mesmo que se livrar delas, ou seja, continuar a campanha de desmonte do estado, já em curso durante a década de 1980, no governo de Figueiredo e no de Sarney.

# CAPÍTULO V

## NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÕES (1990-1994)

Logo depois de eleito, ainda sob o efeito da euforia das urnas, Collor implementou as decisões correspondentes àquelas tomadas no *Consenso de Washington* no Brasil, dando início à enorme onda de desemprego no país, ao pôr milhares de servidores públicos em disponibilidade de forma inesperada. Além disto, seqüestrou a poupança da própria classe média e de outros setores que não contavam com os mecanismos de liberação do dinheiro. Isto causou enormes prejuízos àqueles que não sabiam se defender das arbitrariedades neoliberais deste tipo.

Outro ato, igualmente arbitrário, chamaria a atenção no curto período do referido governo: o Plano Nacional de Desestatização (PND). Este plano deu o ponto de partida aos processos de privatização, os quais além de selarem o destino de outros milhões de trabalhadores do serviço de todas as categorias, aumentaram a onda de desemprego que a ofensiva neoliberal desencadeou, à semelhança do que já vinha fazendo em outros países em que esta ideologia estava consolidada.

No dia de sua posse, o referido presidente, cujas promessas de campanha já eram a expressão do neoliberalismo no Brasil no início dos anos 90, lançou um pacote de 20 medidas provisórias. Entre elas, constava a de número 155/90. Esta seria aprovada em 12 de abril do mesmo ano e transformada na Lei nº 8031/90, que trata da instituição do citado (PND).

Tal programa tinha como objetivos os mesmos alegados pelas políticas neoliberais, expressão das orientações constantes no C*onsenso de Washington,* que, segundo Paulo Nogueira Batista, podem ser resumidas em quatro itens:

a. *O reordenamento estratégico do Estado na economia* - coerente com as idéias neoliberais, a idéia central do referido programa era a redução do poder do Estado no desenvolvimento da economia, inclusive as privatizações das empresas estatais. Como se sabe, sem o seu apoio, jamais teria sido construído o parque industrial brasileiro, o maior da América Latina;
b. *A redução da dívida pública* - Segundo este objetivo, as receitas oriundas das vendas das empresas estatais seriam utilizadas no cancelamento do estoque da dívida pública.
*c. A retomada dos investimentos necessários às empresas estatais.*

d. *A Modernização da indústria* – Sob a alegação de ampliar o parque industrial do país, aumentando a competitividade empresarial nos diferentes setores da economia.

Nota-se que o centro das discussões é o papel do Estado na economia, uma questão que este esteve sempre presente na história política e econômica do Brasil, mas de forma relativamente tímida, as mais das vezes por conta do predomínio da ideologia do desenvolvimento e dos interesses econômicos dos empresariados envolvidos.

Por isto, nos primeiros anos da década de 1990 viria a ocorrer um ofensivo movimento pela reforma da Constituição de 1988.

No momento que os setores neoliberais tiveram uma conjuntura mais favorável, investiram na defesa de um "Estado mínimo", desenhado por Milton Friedman e F. A. Von Hayek, conforme foi visto no capitulo 2 deste trabalho. Por isto, pode-se afirmar que não era a primeira vez que defenderam a desregulamentação da economia e os monopólios estatais, debitando ao setor produtivo estatal os efeitos das crises que sempre marcaram toda a história do capitalismo no Brasil, quando, de acordo com exposição do capítulo anterior, o Estado nunca foi problema para o capitalismo, e sim solução para as crises cíclicas.

A polêmica sobre a desregulamentação dos monopólios do setor produtivo estatal, a qual está colocada no plano Collor em 1990, e relacionada com o avanço do PND, ressurgiu no âmbito da revisão constitucional entre o ano de 1993 e meados do ano de 1994, depois da eleição de FHC, quando os principais partidos mais conservadores içaram bandeiras, unidos em torno de objetivos comuns.

O cenário que marcou tais questões está também mais diretamente relacionado com os avanços conseguidos na Constituição de 1988, no que diz respeito às questões sociais. Mesmo tendo sido resultado de lutas de mais de meio século na defesa da economia nacional, a discussão norteava o debate sobre o papel do Estado na economia. A mesma que voltara à cena política em 1987, por ocasião da campanha pela constituinte livre e soberana**,** agora encontrava em 1993 uma conjuntura ainda mais favorável para este embate. Neste momento, também com certeza, representava um retrocesso histórico, conseguido graças à crise econômica e retrocessos ideológicos pelo qual passou o movimento sindical neste mesmo período.[32]

[32] Sobre esta questão ver Boito Júnior*, A. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*, Xamã, 1999, São Paulo.

Os mesmos interesses ali estavam polarizados entre forças representativas do capital financeiro internacional aliado às posições dos partidos de direita e centro-direita, de um lado, contra as forças políticas das organizações de classe de esquerda e centro-esquerda, representadas nos partidos que participaram da aliança: PT, PC do B, PV, PSB e PMDB. Estas, por sua vez, também contavam com outros setores nacionalistas para somar forças, mesmo temporariamente.

## 5.1 PLANO COLLOR: NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÕES

Cabe aqui tratar, por enquanto, daquela fase em que se implementou a Medida Provisória 155, depois transformada na Lei número 8.031, que trata do PND no período de governo Collor de Mello; portanto, no devido cenário político em que ela foi aprovada e o agravamento da crise provocada no mercado de trabalho, ao por em prática as privatizações. Primeiro, cabe aqui explicar por que as privatizações começaram pelo setor siderúrgico; depois, cumpre perguntar-se por que, entre as usinas siderúrgicas existentes no país, começou-se pela USIMINAS? Para a consecução dos objetivos, do governo Collor, foi indispensável levar em consideração a herança histórica do aparato jurídico institucional embutida na Constituição Brasileira, que protegia o SPE, parte fundamental do Estado desenvolvimentista, e os conflitos (implícitos e explícitos) aos quais o PND se propunha.

O aparato de leis que protegiam a infraestrutura do SPE como parte da superestrutura legal do Estado desenvolvimentista, teria sido um problema maior na década de 1980*,* quando tal ideologia ainda era forte. Teria ainda que enfrentar como resistência da ideologia da segurança nacional**,** que tinha nas empresas estatais uma grande referência, como suporte econômico para a soberania do país, encontrando ainda resistência na segunda metade dos anos 70, principalmente no âmbito do II PND.

Apesar disso, no final dos anos 80, a conjuntura econômica da qual faziam parte as empresas estatais e o Estado desenvolvimentista já não tinham o mesmo significado anterior para o governo, entendido este como setor estratégico. Apesar de todas essas mudanças ocorridas nas conjunturas nacional e internacional a esse respeito, só mesmo com a consolidação da "democracia neoliberal", que se consolidou no Brasil com a eleição de Collor, poderia tê-lo permitido levar à frente o PND.

Outras questões angulares a serem consideradas na agenda das privatizações nos anos 90 são os objetivos alegados no PND.

Como queriam os críticos da intervenção do Estado na economia, ou ainda conforme apontavam as perspectivas expressas no programa eleitoral do próprio governo eleito em 1989, não existia alternativa não neoliberal às privatizações das empresas estatais.[33] Assim, não havia

[33] Esta observação é feita por Santos, Fernanda em seu trabalho *Privatização: A Grande Inversão do Século. Uma Discussão dos Determinantes do Processo de Privatização Brasileiro.* Dissertação de Mestrado, UFPB, Campus II, Campina Grande, Pb, 1999.

nenhuma política industrial ou de crescimento econômico na qual se contemplassem as ações do Estado da forma que este esteve presente em toda a história do país. Sob este ponto de vista, pouco importava que o PND começasse pelo setor de serviços, como a Telebrás, ou pelo setor de produção mineral, como a CVRD, ou ainda pelo industrial, como o setor siderúrgico (USIMINAS). Dentro da "ética" neoliberal, pouca diferença isto fazia.

Por outro lado, em relação à questão do aparato jurídico institucional que regulava o SPE, protegendo-o das poderosíssimas investidas do capital estrangeiro, podem-se dividir as empresas estatais em três setores. Entre eles, haveria um menos protegido e outros dois mais protegidos pela legislação vigente no país, para dar inicio ao PND, pelo fato de serem estes últimos mais presos às amarras institucionais. Estes, com efeito, não poderiam ser privatizados, a não ser que fossem desreguladas as leis a eles referidas na Constituição de 1988.

Entre os setores representativos do SPE, o setor siderúrgico, ao lado do setor petroquímico e fertilizante, era o que se considerava área livre, isto é, a parte do SPE que estaria menos protegida da ofensiva do capital estrangeiro. Nesta área estava situada a parte do Departamento I da economia, o qual repassava o aço plano para o Departamento II, representado pelas empresas privadas nacionais e estrangeiras, portanto responsável pelo barateamento da matéria prima necessária para a produção de carros e outros produtos, além de uma enorme variedade de instrumentos e máquinas destinadas à produção dos meios de consumo tanto de uso imediato (Departamento II) como de consumo durável (Departamento III).

Depois de explicar porque começar as privatizações do inicio da década de 1990 pelo setor siderúrgico, cabe agora saber por qual motivo a siderúrgica USIMINAS deveria ser escolhida para começar o processo de privatização. Ora, pela expectativa criada pelo presidente eleito, era necessário praticar um ato político que representasse uma firme sinalização no mercado (constituído pelos grupos de interesses representantes das elites financeiras, ansiosas por se apropriar do imenso patrimônio público consolidado no SPE), e de que este era o governo que iria atender aos seus objetivos. Seguindo a lógica política e econômica, decidiu-se pela privatização da USIMINAS.

Esta siderúrgica já era conhecida pelas suas vantagens comparativas e posição estratégica e geográfica favoráveis em relação às suas concorrentes. Assim, com custos operacionais de cerca de 40% inferiores ao de suas concorrentes, esta empresa, mesmo sendo uma estatal e o lucro não sendo o seu objetivo principal, apresentava elevado potencial de lucratividade. E o

lucro sempre foi o objetivo do capital. Um dos seus objetivos primordiais sempre foi o de proporcionar condições de lucratividade para as empresas privadas, que dela recebiam matéria prima subsidiada, a preços praticados abaixo daqueles praticados pelo mercado.

Como já se demonstrou no capítulo anterior deste trabalho, outro grande objetivo da estratégia do governo foi a elaboração de políticas econômicas ou, num sentido mais amplo, a própria soberania nacional.

Para uma melhor compreensão deste problema, cabe indagar também até que ponto a desregulamentação dos monopólios estatais poderia influir no bom andamento do PND, a começar pelas usinas siderúrgicas. O fato é que o cenário enfrentado no momento que o PND foi lançado era apropriado, do ponto de vista da ofensiva neoliberal. Isto, em função da própria vitória do Presidente da República, por estar legitimado por 35 milhões de votos, em grande parte dos "descamisados" que eram presas fáceis do seu discurso demagógico na sua vertente mais conservadora, ressuscitado nos anos 90 e financiado pelos intermediadores do poderoso capital financeiro, cuja lógica nesta conjuntura tornava-se cada vez mais forte. Por outro lado, a Lei nº 8031, de 12 de abril de 1990, teria de enfrentar ainda alguns impedimentos constitucionais. Se estes não fossem desregulamentados, o processo de privatização não poderia avançar. Por isso mesmo, a agenda do PND teve que se adequar ao quadro abaixo, ao estabelecer a tão esperada agenda de privatizações.

**QUADRO 3** - CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS PASSÍVEIS DE PRIVATIZAÇÃO

| | |
|---|---|
| 1. Áreas de monopólio | Prospecção, refino e transporte de petróleo e gás natural: Petrobrás. |
| 2. Áreas de concessão estatal | Serviços públicos que podem ser realizados por concessão exclusiva à empresa de capital estatal. Serviços telefônicos, telégrafos e de transmissão de dados: Telebrás. |
| 3. Áreas de concessão livre | Serviços públicos que podem ser realizados sob concessão a agentes privados: energia elétrica: Eletrobrás; portos: Portobrás; ferrovias: RFFSA; água e esgotos; infraestrutura aeroportuária; rodovias interestaduais. |
| 4. Área livre | Demais empresas industriais e de serviços gerais |

**FONTE:** IESP-FUNDAP (1993).

Do ponto de vista do aparato de leis que o regulamentavam, o universo que se pretende pesquisar neste trabalho, isto é, o conjunto das empresas estatais, estava dividido nos quatro grandes grupos que se apresentam no quadro nº 3, acima; por isso mesmo, a batalha das privatizações não poderia ter começado por qualquer uma das empresas das áreas de monopólio da União, ou das áreas restritas às empresas estatais. Teria que começar pela área livre, onde estavam situadas as usinas siderúrgicas. Mesmo assim, apesar de se escolher uma empresa da área livre, começou-se por uma empresa do porte da USIMINAS; este porém não é o único, nem o principal motivo da escolha desta e não de outra siderúrgica. Pelas suas características econômicas, esta usina apresentava lucros razoáveis, enquanto outras do mesmo ramo no setor privado apresentavam tanto prejuízo que tinham sido estatizadas e, depois, reprivatizadas. Isto significava uma maior sinalização para o mercado de que havia algo diferente (e de podre

também, MDA) na política brasileira. O governo Collor "merecia confiança do mercado", como costumam dizer os defensores das idéias neoliberais.

Enquanto se dava este sinal de confiança para o mercado, cuidar-se-ia de desregulamentar os monopólios das áreas 1, 2 e 3, constantes no quadro nº 3, acima apresentado. Esta seria uma das razões para a pressa com que os setores mais conservadores defendiam a reforma constitucional, movimento que se acelerou logo após a posse do presidente Collor.

Devido à sua história econômica, a indústria brasileira, como a de outros países da América Latina, ou ainda aqueles de capitalismo tardio de outras partes do mundo, desenvolveu-se graças à iniciativa estatal. Principalmente, no que diz respeito à sua indústria de base, que, conforme vimos na seção anterior, está situada no Departamento I da economia.

A USIMINAS, assim como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), entre outras, tiveram um papel decisivo na industrialização deste país. Esta siderúrgica tinha (e tem) vantagens comparativas que a fazem a mais lucrativa entre todas as usinas do seu gênero.

O quadro 5.1 mostra a posição da referida usina em relação às demais dentro da estrutura industrial no setor, enquanto parte do referido Departamento na estrutura da economia do país. A USIMINAS tinha tudo para despertar a cobiça do grande capital mais do que as suas congêneres. Isto porque conforme o próprio Instituto Brasileiro de Siderurgia afirma, ela, juntamente com a CSN, a CST, a Cosipa, Açominas e Guaíra, constituíam o complexo do oligopólio de propriedade do Estado, que garante o fornecimento dos seus produtos para a indústria deste setor.

Nesta linha de raciocínio, para viabilizar o *take off* da indústria nacional o Estado teve papel decisivo em sua formação. Sem esta iniciativa, portanto, não se teria o orgulho de ser detentor do maior, mais complexo e completo parque industrial da América do Sul. Isto, sem se falar no que este fato representa na posição do Brasil no que diz respeito à exportação do referido produto, tanto de forma direta como também na sua influência na industrialização, já que é fornecedor de matéria prima que faz parte do seu capital circulante. Este assunto também já foi tratado em parte anterior deste trabalho.

Somente para se ter uma idéia mais precisa pode-se afirmar que, apesar de toda a crise que o Brasil atravessou nos anos 80, graças às iniciativas estatais, esse chegou a exportar 24,7 milhões de toneladas de aço bruto. Era o sexto maior produtor desta mercadoria, superando alguns países que, tradicionalmente, são grandes líderes na exportação do gênero na indústria.

Era responsável por grande parte das exportações mundiais de produtos siderúrgicos.[34] Escolhida a USIMINAS para inaugurar e dinamizar o programa, havia dúvida quanto à determinação e capricho do presidente eleito de implantar no Brasil as exigências históricas dos grupos financeiros, que são, simultaneamente, a principal determinante e intermediadora da ideologia neoliberal.[35]

Portanto, do ponto de vista da racionalidade econômica, podem-se questionar as afirmações dos representantes do paradigma neoliberal, de que o Estado é mal administrador, perdulário, enfim, cheio de vícios administrativos que comprometem decididamente a lucratividade de todas as empresas situadas no SPE. Pelo menos, no caso presente.

Do ponto de vista do *marketing* político, do qual o "caçador de marajás" mantinha a sua imagem de "campeão da justiça" e combatente invencível das práticas de políticas de governo de efeito "perversas", como afirmam os defensores do neoliberalismo, os objetivos eram politicos, sem respaldo na racionalidade econômica.

São os mesmos porta-vozes do governo a que se reportou anteriormente (IPEA/BNDES), que justificam outra forte razão para escolher da referida usina como modeladora exemplar do PND.

> A USIMINAS viria a preencher um papel similar ao que a privatização da ENTEL, Empresa Nacional de Telecomunicações Argentina, teve para o governo Menem: fornecer credibilidade às intenções liberalizantes do governo. USIMINAS e ENTEL representavam um corte com o passado à busca de um capital de confiança no mundo dos negócios; um *leasing case* de uma nova orientação política, nos termos de Palermo sobre a questão da credibilidade da Argentina.36

Posta à venda, a referida empresa faria aflorar a maioria das contradições que envolviam os conflitos de interesses nesse processo. Apesar de toda a consolidação que a ideologia neoliberal apresentava entre o final de 1989 e início da década de 1990, a implementação do PND expressaria na privatização da USIMINAS o acirramento de um processo de lutas que foi muito mais complexo e mais duradouro do que poderiam imaginar os interessados nos resultados dos

[34] MESQUITA, M. M. C. e NAUDIM, Leane C. *Desempenho exportador de regulação internacional e privatização: O caso da siderúrgica brasileira*, IPEA, dezembro de 1992, Rio de Janeiro.
[35] idem.
[36] PALERMO, 1995; TORRE, 1995; VELASCO JR. 1997.

rendosos negócios nele envolvidos, tanto no que diz respeito àqueles localizados na sociedade civil como àqueles da sociedade política. Primeiro, nos aspectos considerados positivos, o governo sairia parcialmente vitorioso, ao anunciar a privatização de uma usina do perfil da USIMINAS. Sinalizava para o mercado que merecia a confiança depositada naquele governo. Utilizando a retórica de que iria levar o Brasil para o primeiro mundo, imaginavam os interessados no processo de privatização, tudo seria muito fácil. Mas não o foi.

## 5.2 PRIVATIZAÇÃO E MOEDAS PODRES

A utilização de moedas podres, para pagamento de empresas em franca produção e comprovada produtividade, é mais uma forma de os empresários do setor privado apropriar-se das propriedades públicas com a conivência do governo.

As moedas de privatização, títulos definidos pelo governo como papéis que seriam trocados pelas ações das empresas estatais, ou moedas podres, tiveram presença marcante nas primeiras privatizações das empresas estatais. As "moedas podres" (como ficaram conhecidos os títulos de crédito existentes no mercado de capitais), que a partir dos anos 90 o governo brasileiro passou a aceitar como forma de pagamento das empresas estatais, fazem parte dos elementos de contestação das privatizações que ocorreram logo no início do governo Collor. Conforme os dados que se apresentarão a seguir, os referidos títulos foram utilizados em todas as privatizações que ocorreram durante os governos de Collor e Itamar; portanto, as criticas à sua presença ocorreram notadamente em relação setores siderúrgico e petroquímico.

Os fundos de pensão também tiveram notável presença e exerceram influência nas privatizações durante todo o período em análise. Foram significativos na privatização da USIMINAS e muito mais poderosos a partir da chamada "nova fase" do PND. Numa análise mais cuidadosa, pode-se até adiantar a hipótese de que, em determinado momento, o peso da decisão (política) do governo foi uma forte determinante para o sucesso do vencedor na disputa pela compra da CVRD. É importante, por conseqüente, deter-se um pouco na avaliação deste problema que, compreende-se, está relacionado com o tema central de que trata este trabalho. Nesta seção do presente estudo tratar-se-á do caso das moedas podres, para em seguida na próxima seção, se tratar dos fundos de pensão.

Não se trata de uma questão menor, até porque ela está presente em outros processos de privatização em outros países já citados neste trabalho, como é o caso da Argentina, em que, dos US$ 4,9 bilhões gerados em 1992, apenas US$ 2,7 bilhões correspondem a pagamentos em *Cash.* Os resultantes bilhões de dólares arrecadados no programa de privatização do país vizinho, no momento de aceleração de seu programa, correspondem a pagamentos em títulos da dívida interna ou da externa, no valor nominal total de US$ 4,1 bilhões. Segundo Lopes (1992), entretanto, os referidos títulos foram resgatados pelo governo, valendo em média 54% do seu

valor de face. De outra parte, no Brasil, tais títulos chegaram a ser trocados com 100% do valor de face.

Então, pode-se somar mais esta às singularidades dos processos de privatização no Brasil. Além da enorme velocidade com que foi desmontado o Estado na Argentina em relação ao Brasil, aqui o governo teve que pagar aos "clientes", no mercado de capitais, um preço mais elevado para lhes entregar o patrimônio do próprio Estado. Além disso, o governo afirmava que tinha que privatizar as estatais para resolver a questão da crise fiscal. Em 1992, ele já tinha recebido aproximadamente,US$ 46 bilhões pelas 16 empresas privatizadas. Então, o que esperavam os defensores do pagamento da dívida externa? Que os banqueiros internacionais já tivessem levado a (grande) parte do montante de dólares arrecadados pelo governo com as privatizações das empresas estatais. Isto não foi o que necessariamente aconteceu.

As afirmações do economista Francisco Lopes sobre tal questão são a expressão de quem está decepcionado por não ter mandado o dinheiro das empresas estatais para o abatimento (dos juros) da dívida externa Segundo ele, as moedas podres estariam desviando o dinheiro do rumo certo: *A principal crítica é de natureza fiscal. Nas privatizações realizadas até agora (1992) o aporte efetivo em dinheiro, sob a forma de cruzeiros ou cruzados novos, foi mínimo, menos de 2% do total*.

Se os aportes em dinheiro vivo não correspondiam às expectativas, então, poderia a dívida externa estar sendo reduzida por meio do resgate de títulos a ela correspondentes? Também não, porque, segundo o referido analista, critico dos processos das privatizações realizadas até aquela data, pouco mais de 1% correspondia aos títulos da dívida externa.

Continuando a sua análise aritmética (economicista), o Dr. Lopes, indignado, afirma que 97% dos valores arrecadados com a venda das empresas estatais foram empregados nos certificados de privatização; ou seja, quase tudo o que o governo recebeu pelas empresas estatais foram moedas podres.

Segundo o referido economista, o seu argumento se tornava ainda mais respeitável quando se observava que entre julho de 1991 e julho de 1992 a dívida mobiliária federal fora do Banco Central tinha aumentado em mais de US$ 17 bilhões, o que segundo ele correspondia a mais de 4% do PIB. Argumentava, ainda, com certa razão, que a política de juros reais deveria produzir um componente de 2,5% enquanto o PND até aquele momento tinha conseguido reduzi-lo em apenas 0,8%, ou seja, o que o Dr. Lopes não via, ou não queria ver, o que é pior, é que com as

taxas de juros praticadas a partir do Programa neoliberal, um dos fatores que realimentam a dívida pública era o déficit em conta corrente. O modelo adotado pelo governo neoliberal era responsável pela continuação da percentagem dos 4% do PIB à qual ele se referia e que correspondia aos US$ 17 bilhões dos quais ele fingia admirar-se.

Mas, seguindo ainda o raciocínio do Dr. Lopes, pode-se imaginar que ele concluiria que não estaria adiantando privatizar as empresas do Estado para, no fim, continuar devendo, e sem elas. Engano. Ele conclui é que tanto faz privatizar por moedas podres ou não. Deve privatizar, sim, de qualquer maneira.

A colunista Edina Ballconi publicou, na FSP de 09/05/93, um artigo em que avaliava que só em 1992 o governo deixou de receber US$ 376 milhões. Seu trabalho parte de um estudo feito pela Procuradoria Geral da República, segundo o qual o governo teria decomposto 37% das moedas na compra de Estatais. Calculando a diferença entre o valor de face e o valor de mercado, tal resultado apontava para uma perda total de US$ 600 milhões. Então, o pessoal da Procuradoria encontrava-se contrariado porque, segundo eles: "*dívidas que não eram líquidas e certas, isto é, dinheiro que o governo não desembolsaria necessariamente foram transformados em papel 'bom' para comprar estatais"*.

Uma outra moeda que estava sendo contestada pela Procuradoria era a debênture da Siderbrás. Observou-se ali que grande parcela daqueles títulos continha cláusula de negociação a partir do ano 2000, isto é, dívidas projetadas para 8 anos depois tinham sido antecipadas, além de trocar moedas podres por papéis "bons", só para se desfazer de empresas estatais produtivas.[37]

Segundo o manual que acompanha as instruções para a privatização de todas as empresas estatais, entre elas a USIMINAS, por exemplo, "o PND admite vários tipos diferentes de moedas para aquisição das participações acionárias das sociedades que vieram a ser privatizadas." Este capítulo faz uma breve descrição de cada uma das moedas adotadas no processo de privatização.

Todo o comentarista que emite opinião acerca da velocidade que ganharam os processos de privatização no Brasil após os anos 90, numa análise comparativa, faz referência também à década anterior. É notória a velocidade com que tal processo foi acelerado após a eleição do Presidente Collor de Mello. É evidente que só a quantia arrecadada pelo governo na privatização da USIMINAS corresponde a mais do que o dobro da soma de toda a quantia arrecadada durante os 10 anos de existência do PND, que foi lançado ainda no início do governo de Figueiredo. Tais

[37] FSP, *Perdas com Papéis Podem Superar 600 mi,* 23/05/1993, 1-8.

fatos estão relacionados com o conteúdo expresso no gráfico 1, apresentado no início deste capítulo; os analistas de ciência política e de economia (neoclássica, principalmente) atribuem tal velocidade a "uma consciência nacional" de que "já se esgotara" o modelo de desenvolvimento que tinha no Estado desenvolvimentista a sua base de sustentação. Já que se tratava do fim de um "ciclo", o ciclo do Estado desenvolvimentista, existiria uma "consciência" formada de que o "Estado mínimo" era uma fatalidade. O governo Collor teria contado com o apoio de toda a sociedade civil para a implantação das políticas neoliberais no Brasil, imprimindo um novo ritmo no processo de privatização das empresas estatais, um ritmo diferente daquele com que tinha atravessado toda a década de1980. Mesmo que para tanto tivesse que ameaçar de mandar punir os "foras da Lei". Esta foi a denominação atribuída àqueles que tentaram barrar a privatização da referida empresa, fato que transformou esta política neoliberal do governo Collor num verdadeiro campo de guerra, que começava em frente à bolsa de valores do Rio de Janeiro e se espalhava por vários estados do Brasil. As formas desta luta variavam, desde a arregimentação de milhares de policiais armados, como se estivessem preparados para uma guerra civil, acompanhados com os mesmos cachorros que comumente são treinados para morder estudantes e operários em outros cenários semelhantes. Tais práticas são por demais conhecidos em outros momentos, que nada têm de democracia na formação política social e econômica do Brasil. Estava consolidada a transição democrática no país e, simultaneamente, estava-se vivendo o que representa uma democracia neoliberal.

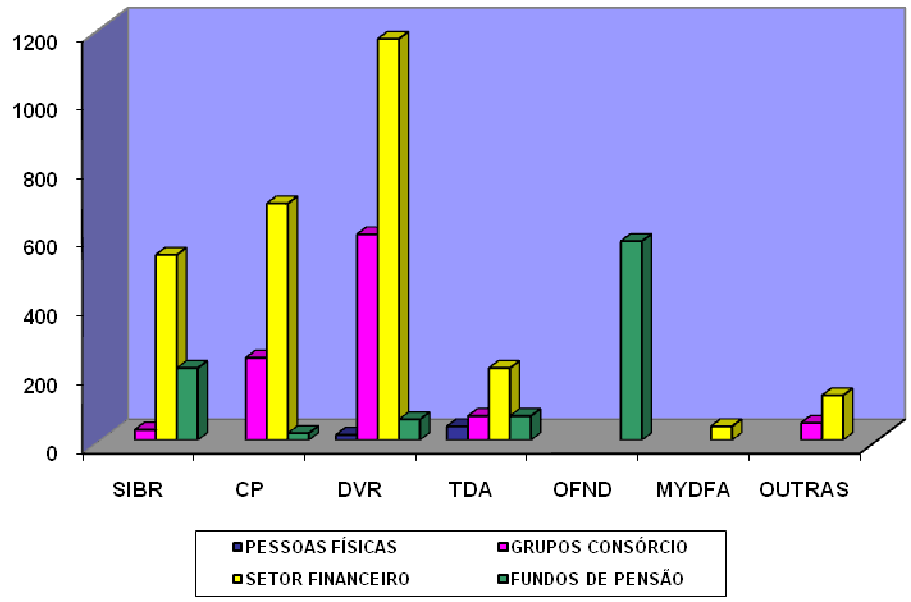
Por certo, o presidente, apesar de ter sido eleito com base em uma plataforma política neoliberal, não contava ainda com o apoio da maioria dos partidos que formavam o pensamento conservador, não dispondo, portanto, de uma base de sustentação da ideologia neoliberal no Congresso. Além disso, a presença do capital estrangeiro, no início da implantação do PND, não vinha atingindo as expectativas esperadas, apesar de o governo ter andado pelo exterior dizendo que os carros brasileiros "se pareciam com carroças." Nem mesmo assim conseguia resolver o problema dos entraves jurídicos ainda existentes na Constituição, motivo da desconfiança do capital financeiro internacional. Este tinha ainda a sua presença limitada pela legislação vigente naquele momento, ficando o primeiro representante máximo do neoliberalismo cada vez mais indignado em sua vontade, já que ele não tinha poder político para dar mais esta partida "no rumo das economias do primeiro mundo", conforme ele costumava dizer. Tinha, portanto, que usar de

uma série de ardis para atrair compradores para empresas de grande porte como eram as estatais, como foi, principalmente, o caso da USIMINAS.

Além da propaganda negativa visando subestimar a importância estratégica e o valor expresso em moeda das empresas que estavam sendo postas à venda, o governo facilitou aos credores do Estado as condições necessárias para que outros agentes (e especuladores) do mundo financeiro contribuíssem para o referido processo. No caso das moedas de privatização, estas questões foram visíveis nos critérios adotados pelo governo para decidir quais os títulos que formariam o referido pacote das moedas que seriam securitizadas nos pagamentos.

O gráfico nº 6, a seguir, expressa os valores que ingressaram no PND, assim como os ativos liquidados, aproximadamente entre 1991 e 1994, o que representa o período correspondente aos governos Collor e Itamar. As colunas em verde expressam as quantidades dos títulos chamados de moedas podres, que estavam em mãos dos fundos de pensão e foram resgatados pelo governo. Mostram, portanto, a quantidade da dívida interna que foi paga pelo Estado às referidas instituições no mercado de capitais. Estes foram consequentemente os primeiros credores do Estado que foram beneficiados com as privatizações no Brasil; observando-se, porém as barras em amarelo, pode-se ver que, em geral, o setor financeiro foi também muito beneficiado com o referido processo.

**GRÁFICO 6** - AMOSTRA POR DISTRIBUIÇÃO DE COMPRADORES.




**Fonte:** BNDES. MODIFICADO.

Conforme o manual que faz parte das instruções do governo para a privatização, ou seja, o manual em que o poder político *arbitra* quais os títulos que serão trocados pela USIMINAS, a lista das moedas admitidas no processo de privatização desta companhia siderúrgica estatal, as moedas adotadas foram estas:

- Cruzeiros
- Cruzados novos
- Títulos da Dívida Agrária-TDA
- Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND
- Debêntures da Siderbrás
- Certificados de Privatização – CP
- Débitos Vencidos Renegociados (securitizados) - DVR
- Créditos e títulos da dívida externa

Os referidos títulos foram amplamente utilizados praticamente em todas as privatizações das empresas estatais dos setores siderúrgico e petroquímico, os quais foram as primeiras áreas do setor produtivo estatal atingidas pelas políticas neoliberais.

A tabela nº 8, a seguir, mostra a dimensão e a diversidade de empresas estatais nas quais os referidos títulos entraram na compra. Pode-se ver ainda que, apesar de a sua presença ser marcante em determinadas empresas, eles estão presentes, praticamente, em todas as privatizações.

A USIMINAS apresenta o valor de 22,20 % do total das referidas moedas; ocupando o segundo lugar, vem a CSN, que aparece com 19,40 %. Mesmo tais empresas apresentando valores relativos menores em relação às demais empresas estatais, não se deve menosprezar a importância dos valores relativos, uma vez que as outras empresas constantes na referida tabela são também relativamente menores do que as duas que se apresentam como as "campeãs das moedas podres".

**TABELA 8** - MOEDAS POR EMPRESA DESESTATIZADA.

## MOEDAS POR EMPRESA DESESTATIZADA ( valores em US$ milhoes )

| EMPRESA | CEF | CP | CR$/ NCZ$ | DVR | DFA | OFND | SIBR | TDA | FIN. | TOTAL | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ACESITA | 23,59 | 74,84 | 0,02 | 76,66 | 2,14 | 153,70 | 26,82 | 112,90 | | 470,67 | 7,06 |
| AÇOMINAS | 10,40 | 6,23 | 30,36 | 446,25 | | 0,14 | 90,52 | 23,30 | | 607,21 | 9,11 |
| ALCALIS | | 4,74 | 0,00 | 33,75 | | | 0,02 | 10,98 | | 49,49 | 0,74 |
| CBE | | | | 10,96 | | | | | | 10,96 | 0,16 |
| CELMA | | 8,61 | 0,02 | 6,14 | | 4,27 | 56,63 | 16,63 | | 92,30 | 1,38 |
| COPESUL | 4,00 | 276,40 | 0,00 | 320,56 | 7,67 | 60,43 | 81,42 | 77,46 | | 827,94 | 12,42 |
| COSINOR | | 15,28 | | | | | | | | 15,28 | 0,23 |
| COSIPA | | 4,53 | 14,05 | 141,40 | | | 202,53 | 2,40 | | 364,91 | 5,47 |
| CSN | 179,99 | 95,85 | 49,65 | 574,40 | 1,27 | 33,22 | 213,69 | 145,87 | | 1.293,93 | 19,40 |
| CST | 78,59 | 73,35 | 0,02 | 173,69 | | 7,28 | 5,27 | 12,27 | | 350,47 | 5,26 |
| FOSFERTIL | 0,32 | 29,70 | 0,01 | 147,31 | | | | 6,42 | | 183,76 | 2,76 |
| GOIASFERTIL | | 0,18 | | 0,40 | | | | 12,61 | | 13,19 | 0,20 |
| INDAG | | 6,87 | | | | | | | | 6,87 | 0,10 |
| MAFERSA | | | 0,01 | | | 25,47 | 24,05 | | 0,32 | 49,85 | 0,75 |
| NITRIFLEX | | 7,63 | | 18,81 | | | | | | 26,44 | 0,40 |
| OXITENO | | 0,01 | 2,74 | 25,81 | 26,00 | | | 0,18 | | 54,75 | 0,82 |
| PETROFLEX | 0,01 | 155,59 | 0,31 | 9,60 | | 64,65 | 2,24 | 3,93 | 0,06 | 236,41 | 3,55 |
| PIRATINI | | 66,97 | 0,06 | 9,90 | | | 23,87 | 7,09 | | 107,89 | 1,62 |
| POLIOLEFINAS | | 61,62 | 26,41 | | | | | | | 88,02 | 1,32 |
| POLISUL | | 24,95 | | 5,57 | 11,48 | | 2,19 | 13,22 | | 57,42 | 0,86 |
| PPH | | 44,08 | 0,00 | 0,42 | 15,46 | | 0,03 | 0,02 | | 60,02 | 0,90 |
| SNBP | | | | | | | 12,13 | | | 12,13 | 0,18 |
| ULTRAFERTIL | | 0,01 | 41,63 | 161,52 | | | | 4,99 | | 208,15 | 3,12 |
| USIMINAS | | 328,63 | 14,16 | 228,67 | 4,46 | 251,51 | 552,51 | 66,32 | 34,37 | 1.480,64 | 22,20 |
| TOTAL | 296,91 | 1.286,09 | 179,46 | 2.391,82 | 68,49 | 600,67 | 1.293,92 | 516,58 | 34,76 | 6.668,70 | |
| DISTRIB. % | 4,45 | 19,29 | 2,69 | 35,87 | 1,03 | 9,01 | 19,40 | 7,75 | 0,52 | | 100,00 |

. valores convertidos em US$ nas respectivas datas de liquidacao

**FONTE:** BNDES.

Observa-se, portanto, na tabela nº 8, acima, que as estatais de maior expressão neste processo foram "privilegiadas" por este tipo de contrapartida, que o governo recebeu do SPE, que a imprensa, de forma muito apropriada, passou a chamar "jóias da coroa do Estado". Isto, nos governos de Collor e Itamar, porque, a partir de 1996, a CVRD, além da denominação de jóia mais brilhante da coroa do Estado, também era chamada de galinha dos ovos de ferro e de ouro, devido à sua investida nas pesquisas e aos resultados na produção deste último precioso minério. O que surpreende é que tais metáforas eram feitas no mesmo espaço dos referidos jornais onde eram publicados outros artigos (mais constantes, extensos e ousados), tecendo demoradas e grosseiras acusações com o objetivo de provar que tais empresas eram culpadas de todas as falcatruas existentes nos seguidos períodos de governo. Em outros termos: a mesma "imprensa livre", que acusava o Estado de ser o detentor de imensas riquezas cristalizadas nas empresas estatais, o que não deixa de expressar a verdade, apresentava-as como responsáveis pela "crise do Estado". Invertia a imagem da realidade ou a distorcia de todas as formas.

O que esta mesma imprensa não difundia (pelo menos em seus sisudos editoriais, como é o caso daqueles publicados pelos jornais *O Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil*, *Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo etc.*) era o fato de tais preciosidades, muito cobiçadas, principalmente pelo capital financeiro e, de forma especial, pelo internacional, estarem sendo trocadas por uma cesta (ou um cesto) de "papeis velhos", que, com a ação do tempo, estavam tendo o seu valor "biodegradado" no mercado financeiro.

O gráfico nº 7, que se apresenta a seguir, expressa os valores ingressados no PND, entre 1991 e dezembro de 1993, segundo a Coordenação da Liquidação Financeira de Privatização. Nele nota-se a relevância dos certificados de privatização, do conjunto dos títulos securitizados, das debêntures da Siderbrás e das obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento sobre os valores que o governo recebeu em cruzados, ou mesmo em cruzados novos. A expectativa do governo era a de atingir mesmo US$ 7 bilhões; no entanto, os dados fornecidos pelo governo por si sós não respondem a questões apresentadas no momento das privatizações, cabendo as críticas levantadas por todos aqueles que discordam da pura e simples dilapidação do patrimônio público, mesmo que sejam verdadeiras as acusações feitas às empresas do setor público que foram vendidas ao setor privado.

Wilson Cano (2000) afirma que os problemas com as moedas podres são de duas ordens: a escolha *arbitrária* (e inconstitucional) das que podiam ser aceitas nos leilões e o fato de que,

embora valessem, no mercado secundário, algo como 45% do seu valor nominal, foram aceitas pelo seu valor integral, proporcionando ganhos extraordinários para seus vendedores, que, segundo o referido autor, se livravam do "mico", e para compradores, que adquiriram ativos pagando metade do seu valor de mercado.

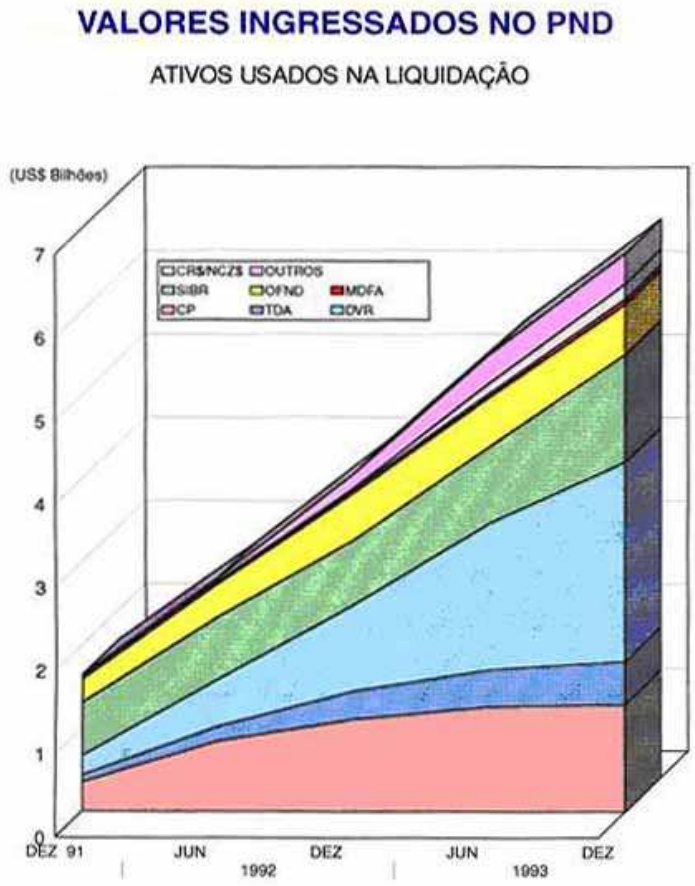
Nesta mesma linha de raciocínio em relação aos títulos aceitos, Paula (1995) também afirma que o governo aceitou moedas de pagamento que poderiam ser compradas com 50% de desconto. Este autor chega a comparar a falta de transparência brasileira com o caso da privatização das usinas siderúrgicas do México. Segundo ele, neste caso, as moedas aceitas como pagamento foram deflacionadas pelo deságio praticado no mercado. É bom salientar que, tanto Wilson Cano, como Germano de Paula, consideram como exceção os títulos da dívida externa, que teriam tido deságio de 25%.

Armando Boito Jr. avalia que: "o resultado da subestimação do preço das empresas, da aceitação de moedas podres nos leilões de privatização e da sobreestimação do valor dessas moedas foi que os compradores de ações nos leilões de privatizações adquiriram as empresas estatais por uma fração insignificante do valor real do seu patrimônio." (Boito JR., 1999, p. 55).

Quanto aos títulos da dívida externa, à exceção daqueles outros que formam a "cesta de papéis" do mercado de capitais constituintes da lista acima, é importante lembrar que Itamar Franco no seu governo deu o grande exemplo de brasilidade discriminando os títulos da dívida externa dos demais. Mas, contraditoriamente, abriu o caminho para o capital financeiro internacional entrar com mais liberdade na compra do patrimônio público (às vezes imensos pedaços do solo e subsolo do país). Foi sob o seu controvertido governo que foi abolida a limitação de 40% do patrimônio líquido para o capital estrangeiro comprar empresas estatais, ou seja, esta fração da classe dominante que, via de regra, representa o capital especulativo e que sempre sonhara ter acesso à compra das empresas estatais, passou a ter os mesmos privilégios dos demais.

Tal fato mostra o retrocesso que representaram os interesses políticos e econômicos dos governos neoliberais em comparação aos que estavam no poder nos anos 80, quando se iniciou oficialmente a discussão sobre o papel do Estado na economia, visando à redução dele.

**GRÁFICO 7** - VALORES INGRESSADOS NO PND




**Fonte:** BNDES.

**TABELA 9** - DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DA USIMINAS QUE DÃO DIREITOS A VOTO

| **Principais acionistas** | **Participação %** |
|---|---|
| Distribuidores de Aço | 4,36% |
| Empregados e caixa de empregados | 11,06% |
| Nippon Usiminas | 13,64% |
| Vale do Rio Doce | 14,98% |
| Instituições financeiras | 23,42% |
| Fundo de pensão | 26,82% |

**Fonte:** Sistema de Negociação Nacional nº 23, maio-Junho de 1994.

Outra questão que desperta a atenção e merece destaque no processo de privatização das empresas estatais é a influência que nele tiveram os fundos de pensão, em especial no caso presente, o da privatização da siderúrgica USIMINAS, e naquele de que se tratará a seguir, o caso da privatização da Cia. Vale do Rio Doce.

Observando-se a tabela nº 9, acima, nota-se na coluna da direita, que os fundos de pensão tornaram-se detentores de 26,82% das ações ordinárias. Havia documentos que impediam às referidas instituições de marcarem a sua presença de maneira decisiva no PND. O governo, porém, estava tão determinado em passar as empresas estatais para o setor privado que terminou cedendo às (poderosas) pressões de interesses deste setor do mercado de capitais, elevando as suas quotas de participação.

Estes foram, compulsoriamente, criados pela própria Lei n° 8.018 de 11 de abril de 1990. Tinham como fonte de recursos uma contribuição compulsória, por parte de instituições financeiras, sociedades seguradoras e entidades de previdência privada, avaliada com base nas contas integrantes do patrimônio líquido destas instituições. Os certificados de privatização comprados pelas instituições ficaram registrados em contas escriturais no Banco Central, às quais os titulares podiam ter acesso por meio do SISBACEN.

Convém registrar ainda que, segundo o IPEA (1991), os referidos certificados de privatização foram compulsoriamente criados pelo Plano Collor I. Os fundos de pensão e

seguradoras, respectivamente, teriam que adquirir, entre 10% e 25% de sua reserva técnica. A perspectiva do referido plano era arrecadar com a venda destes títulos, era um montante de US$ 7 bilhões.

Quanto aos referidos fundos de pensão far-se-á um comentário ainda no próximo capítulo, uma vez que estes estão presentes em todas as formas de negociatas das privatizações.

Dentre os títulos de crédito, boa parte, as chamadas moedas podres, como ficaram conhecidas nos meios de comunicação, representavam o resgate de títulos da dívida pública que não tinham mais no mercado de capitais o mesmo valor de face. Tais títulos, que chegavam a ser trocados ao preço de 45% do valor nominal, foram resgatados pelo governo em troca de empresas que representavam a soberania do país. Empresas que, ao contrário do que o governo e os demais defensores das propostas neoliberais propalavam, representavam somas de imensos valores acumulados pelo Estado, às custas do sacrifício dos trabalhadores. Além de representar valores arrecadados na forma de impostos diretos e indiretos, a estes se somavam mais contribuições que representam frações da massa de mais-valia produzida pelos operários do setor produtivo estatal e acumulada durante mais de meio século no processo de reprodução ampliada do capital.

Ao desafiar os setores produtivos organizados na economia, tais como as empresas do Departamento II, que recebiam do Departamento I as matérias necessárias para a produção de meios de consumo duráveis e imediatos por preços abaixo daqueles praticados pelas empresas privadas no mercado, o governo subestimava a sua força.

Além das intermediações destes grupos de interesses, outros não menos importantes também entraram em cena na luta contra a privatização da USIMINAS, a começar pelos sindicatos cujas bases envolviam a empresa que estava sendo privatizada e as demais organizações, tanto do setor siderúrgico, quanto o de outros componentes que tinham ganhado força ao aprofundar o seu caráter classista durante a década de 1980. São principalmente aqueles sindicatos organizados em torno da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os partidos de esquerda que tinham sido construídos (o caso do PT, por exemplo), ou haviam conquistado a sua legalidade (o caso do P C do B, por exemplo). A própria Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (ANDIMA) afirma que a luta contra as desestatizações se alastraria por todo o Brasil, e que a privatização do setor siderúrgico não foi tão fácil.

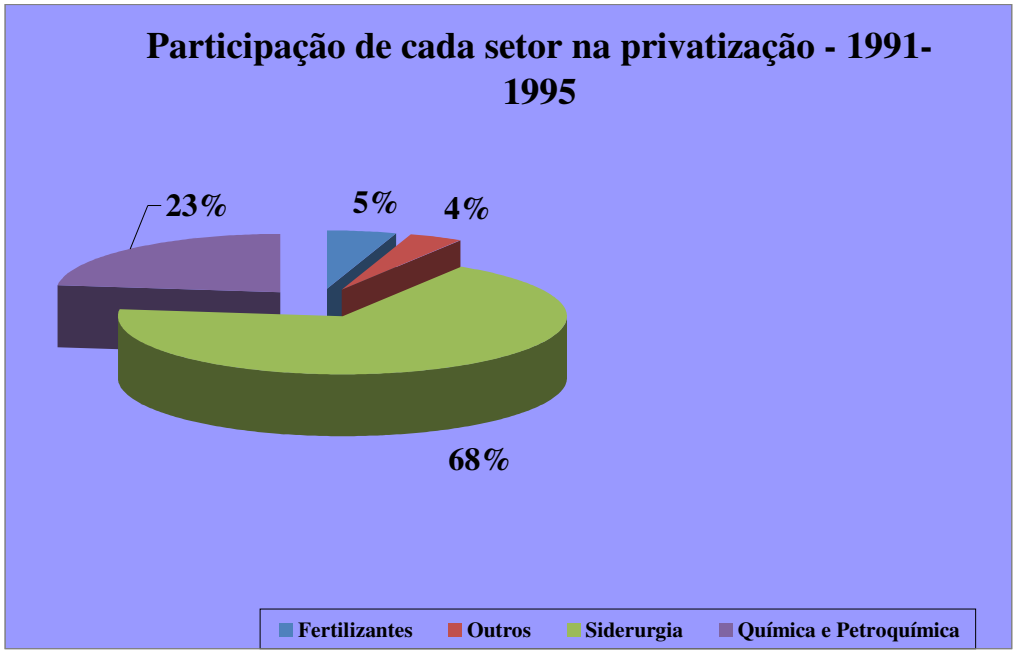
Para a ANDIMA, o primeiro e principal setor a ser privatizado até 1994 seria o siderúrgico. Segundo afirmavam os seus dirigentes, o processo teve início com a USIMINAS,

cujo leilão de privatização foi realizado em 24-10-91, sob forte proteção policial, devido aos protestos promovidos por sindicatos de trabalhadores. Os componentes da direção desta associação reconhecem que foi muito complexa a privatização do referido setor.

Em 1994, depois de a privatização do setor petroquímico já ter sido concluída também naquele momento, o setor siderúrgico era o que apresentava a maior magnitude de todos os setores privatizados.

O gráfico nº 8, abaixo, mostra que quase três quartos de todas as privatizações no Brasil, até àquele momento, se deviam ao setor siderúrgico. A grosso modo, também se tem uma ligeira idéia da expressão do setor siderúrgico, que foi trocado em grande parte por moedas podres.

**GRÁFICO 8** - PARTICIPAÇÃO DE CADA SETOR NA PRIVATIZAÇÃO

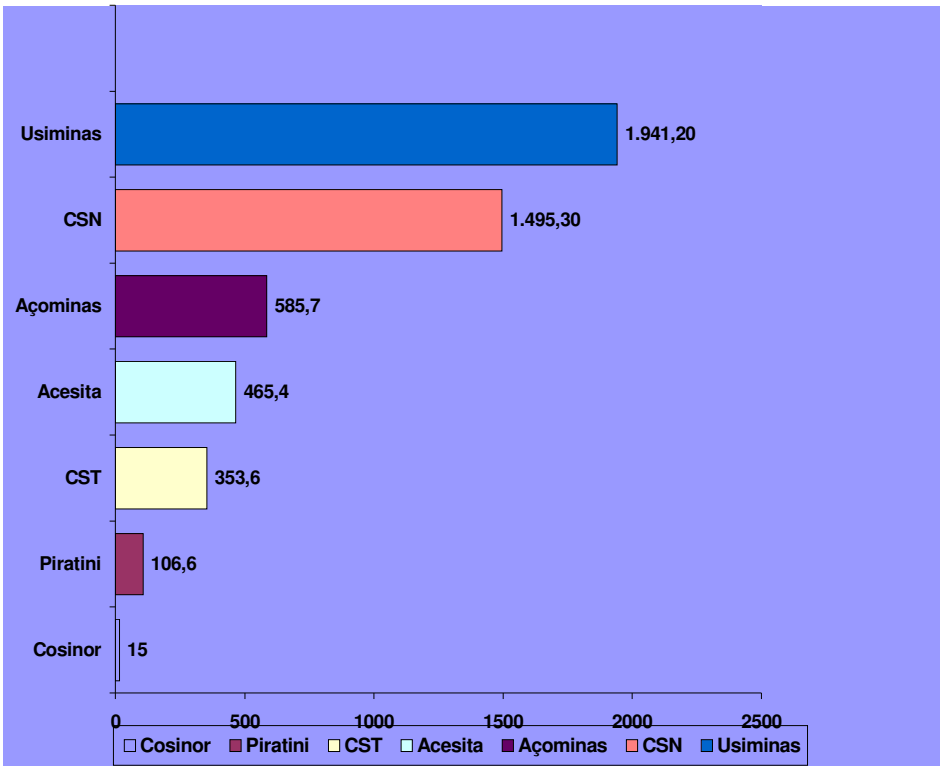



**Fonte:** BNDES.

Do total dos 68% que o setor siderúrgico representava, entre 1991 e 1995, a USIMINAS, alvo da primeira grande privatização realizada no governo Collor, ocupava a maior expressão econômica, perfazendo um valor econômico de U$ 1.941,2 milhões de dólares. Vinha em seguida a CSN, cujo valor econômico foi o de U$ 1.495,3 milhões.

O gráfico nº 9, abaixo, expressa os valores apresentados pela privatização daquele setor. Nele se nota a expressão que teve a USIMINAS perante as demais siderúrgicas.

**GRÁFICO 9** - RESULTADO DE VENDA POR EMPRESA: SETOR SIDERÚRGICO (1991-1995).




**Fonte:** BNDES.

Apesar de tudo isso, há afirmações no sentido de que as ações judiciais contra a privatização da USIMINAS foram perdendo força ao longo do tempo. Não obstante as empresas que apresentaram maior número de ações judiciais (CSN e Usiminas) tiveram os processos mais rápidos: 14 e 15 meses, respectivamente. Isto indica que, além das dificuldades de caráter político, outras apareceram ainda como impedimento, mesmo que temporário, de caráter jurídico e econômico-financeiro, dada a própria estrutura de que a empresa era dotada, em sua relação às demais que com ela tinham firmado parceria.

Foi preciso que tais conflitos de interesses internos fossem resolvidos antes de se realizar a privatização, uma vez que eles eram decorrentes da necessidade de realização de ajustes financeiros e societários e da modelagem da forma de alienação das ações das empresas.

Todas as empresas passaram por ajustes financeiros ou negociações de sua composição acionária. A USIMINAS necessitou renegociar posições com a Nippon Usiminas, sua sócia minoritária, levando ao aumento da participação desta na empresa. A CSN passou por um processo de ajuste financeiro no valor de US$ 456 milhões, além do reescalonamento de dívidas com o BNDES e IPI, no valor de US$ 210 milhões.

Estas afirmações do Jornal Gazeta Mercantil, entretanto, merecem ser reavaliadas, uma vez que a luta que o governo teria que enfrentar para privatizar a Cia. Vale do Rio Doce, em 1997, exigiria dele o trabalho de montar uma verdadeira praça de guerra contra vários setores da sociedade organizada, guerra que se alastrou por quase todo o país, não só nos confrontos de rua como também da grande quantidade de liminares impetradas em vários estados do Brasil. Esta luta se voltará a comentá-la na seção seguinte, ao tratar-se da privatização da CVRD.

**TABELA 10** - DURAÇÃO E OBSTÁCULO À PRIVATIZAÇÃO DAS SIDERÚRGICAS BRASILEIRAS.

| EMPRESA | DATA VENDA | DURAÇÃO (meses) | ADIAMENTOS | PROCESSOS JUDICIAIS | OBSTÁCULOS |
|---|---|---|---|---|---|
| Usiminas | 10/91 | 14 | 2 | 19 | Nippon Usiminas |
| CST | 07/92 | 23 | - | - | Direita preferência |
| Acesita | 10/92 | 19 | - | 5 | Participação do Banco do Brasil |
| CSN | 01/93 | 15 | 1 | 19 | Oposição política |
| Cosipa | 08/93 | 19 | 3 | 3 | Dívida do ICMS de US$ 301 milhões |
| Açominas | 09/93 | 20 | 1 | 3 | Operação de Lease-Back |

**FONTE:** BNDES, Gazeta Mercantil

# CAPÍTULO VI

## NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÕES NO GOVERNO DE FHC (1994-1998)

A finalidade do penúltimo capítulo deste trabalho é mostrar a relação existente entre a ofensiva da ideologia neoliberal, a hegemonia do capital financeiro e a aceleração das privatizações das empresas estatais no Brasil, na segunda metade da década de 1990. Escolheu-se uma empresa que melhor caracterizasse os paradoxos do neoliberalismo manifestados no Brasil no governo de FHC, desencadeando uma enorme aceleração do Programa Nacional de Desestatização e conseqüente aumento do desemprego, questão que será analizsada no capítulo VII.

A reforma que o presidente FHC conseguiu implementar na Constituição, logo no início do seu governo, completou a abertura da economia para a internalização do capital estrangeiro, que conseguiu avançar em setores que antes estava regulado pela legislação específica. Só após a desregulação, objeto da referida reforma, foi possível a entrada de vultosas somas de capital estrangeiro nas privatizações das empresas estatais, prosseguindo a escalada de fusões e aquisições próprias do modelo neoliberal. Este, desta forma, avançava no Brasil, apesar da crise que já vinha ocorrendo em países como a Argentina e o México, um verdadeiro colapso do neoliberalismo na América Latina. Tais mudanças se processaram a partir do momento que se formou a coalizão de direita (PSDB/PFL), que conduziu FHC à Presidência da República e lhe serviu de base politica. Apoiado por estes dois partidos de direita e parte do PMDB (chamados de governistas de centro-direita), o governo aprofundou o programa neoliberal, agravando mais ainda a concentração de renda e o desemprego, processo este que já se tinha iniciado com a posse de Fernando Collor de Mello, em 1990, como já se mostrou no capítulo anterior.

Logo depois de ser eleito, o presidente FHC implantou no país um pacote de mudanças que ele chamou de "redesenho industrial", e que implicava na aceleração radical do desmonte do Estado ampliando-se os processos de privatização que ele próprio denominou de uma **nova fase** do PND.

Na verdade, tratava-se de uma revisão do papel do Estado, cujo significado seria a radicalização das "reformas" neoliberais, mas desta vez com muito mais determinação e poder

político da classe interessada na execução de tais reformas. FHC dispunha, assim, de mais poder político do que os governos que o antecederam. Agora o representante do capital financeiro internacional contava com uma direita mais unida e, conseqüentemente, mais forte contra as forças de resistência na defeza de grande parte do Estado desenvolvimentista.

Afinal, depois de uma crise institucional sem precedentes, foi feita uma campanha em que novamente se polarizaram os grupos de interesses: para a direita, em torno do programa já iniciado por Collor de Mello; para a esquerda, em torno do programa que tinha sido defendido pela *Frente Brasil Popular,* desde a campanha de Lula em 1989, quando as condições políticas já eram diferentes daquelas que existiam na década de 1980. No programa de governo proposto pela frente de esquerda, se preservariam as empresas estatais, apontando-se para o seu "saneamento", como parte da "desprivatização" do Estado; no programa que estava sendo acelerado em 1994, ficavam cada vez mais claras as diferenças de propostas. A suspensão dos juros da dívida externa, um verdadeiro percalço no desenvolvimento, era outro ponto que diferenciava o programa do candidato da esquerda daquele que defendia os interesses do candidato da frente de direita. A vitória deste último foi a derrota do Estado desenvolvimentista.

Tal fato acontecia como se o país tivesse sido colocado diante de uma imensa encruzilhada histórica e a conjuntura tivesse imposto o rumo do caminho que seguisse cada vez mais para a direita, à medida que o seu bloco político fosse conquistando e/ou consolidando-se no poder.

Depois da mobilização ocorrida pelo *impeachment* do primeiro presidente eleito pelo voto direto, após o golpe militar de 1964, o PND tinha enfrentado uma série de dificuldades, dentre as quais as mudanças na Constituição de 1988. Com o antro de corrupção que tornara ilegítimo o governo do presidente auto-intitulado de o "Caçador de Marajás", tornou-se difícil acelerar ainda mais as medidas neoliberais, expressas neste fato especifico do aumento da velocidade das privatizações. Conforme mostra o gráfico nº 1, situado no inicio do capítulo IV deste trabalho, se confirma o fato de que houve mudanças exponenciais na aceleração do referido processo, no período correspondente ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

É importante acentuar, ainda, algumas ações políticas que identificam, numa lógica dialética, simultaneamente, semelhanças e diferenças entre os dois períodos de governo iniciados nos anos 90. O novo governo eleito em 1989 tinha que provar aos represente do capital financeiro que personalizam o mercado na economia contemporânea, seu propósito e poder de

implementar o neoliberalismo, privatizando uma empresa que pelo seu perfil seria um dos grandes paradoxos do modelo neoliberal. Isto explica a decisão de privatizar a USIMINAS em 1990. Com os mesmos objetivos, FHC anunciou ações ousadas e de grande impacto como sinalizar ao mercado de que era também capaz de provocar grandes mudanças. Foi este o caso da Cia. Vale do Rio Doce — CVRD, a qual passou a constar na lista das privatizações a partir de 1995, e, como será visto, significou pela sua estrutura uma marca de uma nova economia: a economia do desemprego.

Para tanto, tinha sido necessário reunir todas as forças políticas da base aliada do governo, jogar com todas as astúcias no Congresso, inclusive a compra de votos, para a aprovação das emendas constitucionais que permitissem a entrada do capital estrangeiro como mais uma enorme força no complexo jogo de interesses políticos e econômicos envolvidos nos processos das privatização das empresas estatais. Isto não representava grande novidade nas privatizações no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo. Este era o modêlo orientado pelo FMI e o Banco Mundial, cujas propostas faziam parte do *Consenso de Washington*. Em alguns casos no Brasil se superou a onda de corrupção ocorrida nos diferentes países durante as privatizações das suas empresas estatais. Apesar das crises políticas que sempre antecederam tais processos, não se comparam ao conjunto de interesses ocorrido no processo de privatização em marcha no Brasil. O fator politico que marcou a segunda metade da década, após as eleições e a coligação de extrema direita, consolidou a base política ao governo neoliberal que assumira o poder em 1994.

Apesar de todo o poder político que FHC dispunha, devido à aliança conservadora de direita que representava, não significa que foi tão fácil acelerar as privatizações, principalmente no caso da Cia.Vale do Rio Doce. O primeiro ano do governo foi um momento de resolução politico-institucional desses problemas. Por isso, aquele momento foi considerado um ano relativamente fraco, no que diz respeito ao andamento do Programa Nacional de Desestatização. Ocorreram, com maior importância, os leilões da Agrofértil, obtendo o valor de R$ 10,8 milhões, logo no primeiro semestre, e a venda da Embraer, em dezembro do mesmo ano, por US$ 192,2 milhões (Conjuntura Econômica, julho de 1997, P.l6). Além dessas vendas, pode-se ainda citar as sobras das ações de algumas estatais que já tinham sido privatizadas no início do PND, como a USIMINAS e a Cosipa, que concluíram as privatizações do setor siderúrgico e petroquímico.

Em meio à grande polêmica acerca da referida privatização da CVRD, ressurgiam, assim, os questionamentos sobre os preços irrisórios em que passaram a avaliar a empresa que todos sabiam ser a maior mineradora do mundo.

Uma questão a ser levantada para a linha de resistência às privatizações, à semelhança do que já ocorrera com a privatização da USIMINAS, foi a questão das moedas utilizadas nos leilões. Outra, foram as batalhas no âmbito do poder judiciário, onde ocorreu uma grande quantidade de liminares contra a privatização da referida empresa.

Se por um lado houve os setores contrários às privatizações, por outro, havia também fatores no novo cenário político nacional e no internacional que facilitaram tal investida ao governo de FHC, em comparação ao seu antecessor.

É importante que se detenha um pouco na análise do fenômeno de que aqui se comenta, porque assim se terá mais esta evidência concreta de que as privatizações não ocorreram apenas em função de "leis de mercado", nem tampouco por causas tão naturais quanto os fenômenos físicos, como apontam algumas análises economicistas do referido fenômeno político e social em questão.

As mudanças que esse último governo conseguiu implementar na área de regulação legal dos monopólios estatais e das leis que as protegiam de serem vendidas ao capital estrangeiro (graças ao seu poder político) exerceram um papel preponderante na aceleração do processo de privatização. Isto porque, enquanto se processava a privatização de empresas da área industrial, como foi o caso da USIMINAS e de outras do setor, os gestores do processo acumulavam forças para entrar nas outras áreas que, naquele momento, precisavam de mudanças na própria Constituição. Para isto o governo contou com a referida base política, apesar do cenário internacional marcado pela crise do México e suas repercussões na economia e na política do imperialismo.

Convém, portanto, deter-se um pouco sobre o caráter legal das mudanças que o governo conseguiu impor na Constituição de 1988. Tais mudanças tinham como objetivo imediato acelerar as privatizações, permitindo mais liberdade ao capital financeiro internacional e entrando em áreas de concessões, nas quais antes não poderiam entrar.

## 6.1 REFORMA CONSTITUCIONAL E PRIVATIZAÇÕES

Mesmo após a posse de Fernando Henrique Cardoso, o Programa Nacional de Desestatização estava longe de corresponder às expectativas dos diversos grupos econômicos há muito interessados. Para se ter uma idéia do que representavam os recursos arrecadados em dinheiro, basta recorrer aos dados apresentados pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (ANDIMA):

> Nos 33 leilões realizados até hoje, já foram utilizados R$ 6,4 bilhões, isto é, 42% do total das moedas de privatização emitidas no âmbito do PND. Tais moedas são responsáveis por cerca de 84% dos recursos arrecadados em cada leilão de privatização.

Em outras palavras: quase tudo quanto o governo tinha arrecadado com as privatizações realizadas até o início do seu primeiro mandato tinha-se convertido em moedas podres. A referida entidade representativa dos investidores no mercado aberto afirmava ainda que a expectativa do mercado era a de que pelo menos o setor elétrico e de telecomunicações, assim como as demais participações do governo no sistema Petroquisa e no segmento de mineração (com destaque para a Cia. Vale do Rio Doce), fossem incluídos no PND ainda em 1995. Portanto, era preciso avançar nesta área.

O governo tinha então que remover muitos obstáculos, cuja expressão aparece no movimento pela reforma do aparato jurídico que protegia as empresas estatais, aparato este que tinha sido construído como parte da história das empresas estatais. Como já se afirmou neste trabalho, a história se repete de forma contínua, sempre em função da conjuntura e dos interesses de classe submersos no leito politico por onde fluem os acontecimentos. A avaliação do governo, a título de ilustração, era que somente o setor elétrico, que compreendia 18 hidrelétricas e duas distribuidoras federais (Light e Excelsa), estava avaliado entre US$ 40 bilhões e US$ 50 bilhões, segundo dados da imprensa.

As perspectivas dos defensores da ideologia neoliberal de se apropriarem deste patrimônio, entre outras, eram as razões das pressas do governo em proceder as reformas, após o inicio do seu mandato.

As pressões dos interesses dos grupos financeiros contra a Constituição de 1988 já se tinham manifestado na forte campanha pelas reformas no início dos anos 90. Todas as regulamentações de salários, aberturas comercial e financeira e privatizações se misturavam com os esforços pela manutenção da estabilidade da moeda. A satanização das políticas econômicas "populistas" ocuparam a grande imprensa.

Nesta luta constante dos liberais na década de 1980 e dos neoliberais entre o final desta década e início da década de 1990, teve grande papel ao longo daquele decênio o discurso da estabilidade da moeda, que é um dos elementos mais caros à retórica neoliberal. Daí a sua vitória histórica, mesmo que conjuntural contra a ideologia keynesiana. Este instrumento teve igualmente grande importância para a segunda grande vitória política em 1994, tendo como maior propaganda a implantação da URV. Daí a importância que se atribui às reformas da constituição do país, principalmente pelas razões que se expõe a seguir.

O presidente Fernando Henrique Cardoso necessitava de ter aprovadas emendas constitucionais que desregulassem este setor, para que a *holding* pudesse ser privatizada sem as restrições existentes na Constituição de 1988. Isto deveria acontecer, principalmente, no que diz respeito às possibilidades efetivas de se concretizar a sua apropriação pelo capital estrangeiro. Devemos lembrar-nos que este, na década de 1980, estava impedido de se apropriar de empresas estatais, sobretudo aquelas da área de monopólio do Estado, por ser de concessão restrita. No governo de Itamar Franco foram removidos alguns dos seus impedimentos. Em 1997, o capital privado, tanto o estrangeiro como o nacional, deveriam ter livre acesso a todas as áreas, já que FHC antes mesmo de sua posse já concordava com a privatização da CVRD e muita gente não acreditava[38] nesta possibilidade.

Sob a alegação da necessidade de viabilização da "retomada do desenvolvimento econômico e social do país", o executivo submeteu à deliberação do Congresso Nacional, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos de 1995, algumas emendas ao texto constitucional.[39] O governo, nesse sentido, tratou de eliminar a distinção entre empresa brasileira de capital nacional e empresa de capital estrangeiro, além do tratamento diferenciado entre elas, conforme Inciso IX do Artigo 170, e Artigo 171 e § 1º do artigo 176 da Constituição de 1988.

[38] O coordenador do IFCH/UNICAMP, o Doutor Eliezer Rizo, filiado ao PSDB, ao ouvir o autor deste trabalho afirmar que iria escrever uma tese sobre a privatização da CVRD, respondeu: "Eu sempre achei o senhor um louco, pois a privatização da CVRD não está em questão". "Ela não consta na lista das empresas consideradas privatizáveis".

[39] Brasil, Presidência da República, governo FHC *Concessões de Serviços Públicos no Brasil*, 1995, Brasília, 9.49.

A partir daí, passariam a ser consideradas empresas brasileiras, quaisquer empresas constituídas sob leis brasileiras e com sede e administração no Brasil, deixando de haver, por conseguinte, tratamento preferencial de outros produtos produzidos ou serviços prestados no país por empresas classificadas segundo a origem do capital. Assim, a Lei de Concessões representava um instrumento de adaptação da Constituição a seus objetivos, também flexibilizando as atribuições que se dava à União, de exclusiva exploração dos serviços públicos de telecomunicações, assim como de outras áreas como a do gás natural.

Aos fatores acima deve-se somar um outro não menos importante, que contribuiu decisivamente para a aceleração do PND, pois, como já se disse, também estes são simultaneamente de ordem econômica e política: o Plano Real, afastando-se do cenário os fantasmas de desestabilidade econômica e o fenômeno da inflação.

Há mesmo quem atribua exclusivamente ao referido plano econômico, o qual estabilizou a moeda, o "honroso" papel de cabo eleitoral do Presidente FHC. Da mesma forma, também contribuiu para legitimar a aceleração da "Nova Fase" do processo de vendas das empresas estatais. Não se pode negar que este tenha sido também um fator importante no processo em análise. Não resta dúvida de que a estabilização da moeda tenha oferecido maior segurança ao capital estrangeiro, ao lado de outras mudanças já referidas neste trabalho. Conta inclusive o fato de todos os programas neoliberais satanizarem a inflação, criando na população um terror ainda maior do que aquele que, historicamente, a desvalorização da moeda tem apresentado. Este foi um dos grandes instrumentos de pressão sobre a população para que esta, por sua vez, pressionasse o Congresso Nacional para a aprovação das reformas propostas pelos governos que delas necessitavam para objetivos diversos que nada tinham a ver com os interesses dos setores populares. Estes setores, em uma sociedade que passou tantos anos sedenta de democracia, têm um papel importante como instrumentos de pressão social. Uma prova disso foram os índices de popularidade alcançados pelo Presidente Sarney logo após o lançamento do Plano Cruzado.

As pressões sociais sobre o Congresso em um momento de crise influem em decisões políticas, tais como a desregulamentação dos monopólios das empresas estatais, mesmo que anos depois isto custe um preço muito caro à nação. Passadas as eleições, o presidente eleito e empossado tratou de cumprir o seu papel. Em 1995, um ano após a posse de FHC, este já travara a luta pela desregulação dos monopólios estatais.

No contexto das propostas de "aperfeiçoamento" da Constituição Federal, o referido presidente submeteu à deliberação do Congresso Nacional, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos de 1995, as emendas consideradas necessárias à viabilização da retomada do desenvolvimento econômico e social do país.[40] Todo esse exercício de "aperfeiçoamento" da Constituição Federal significa limpar a estrada para atender aos interesses do capital estrangeiro, que não se dispunha a investir pesadamente no mercado brasileiro. Uma das questões a ser resolvida era a limitação do capital estrangeiro em adquirir as ações ordinárias que não passavam de 40%.

Lembremos-nos que, enquanto o Presidente Figueiredo declarava que as empresas estatais só poderiam ser vendidas ao capital nacional, no inicio da década de 1980, naquele primeiro momento que o PND ainda não passava de uma utopia dos liberais históricos, quando os militares ainda não tinham saído do poder e falavam em soberania nacional, os governos da década de 1990 desencadearam um novo modo de atrair o capital para a compra do patrimônio público, esquecendo-se do compromisso em defender os interesses do país e a liberdade do seu povo.

Junto com estas mudanças na Constituição estava a abertura de oportunidades para a pesquisa e lavras de recursos minerais (entre eles a CVRD) e para o aproveitamento de potenciais de energia hidráulica em beneficio de toda empresa nacional.

Dever-se-ia dizer que, objetivamente, a mudança do conceito de empresa nacional, eliminando-se a distinção entre empresa brasileira de capital nacional e de capital estrangeiro, o tratamento diferenciado entre elas (Inciso IV do Artigo 170, Art. 171 e § 10 do Art. 176), também era um fator importante neste processo. Além de "quebrar" os monopólios expressos nas regulações constitucionais, o governo de FHC punha em pé de igualdade todas as empresas aqui instaladas, podendo elas ter os seus lucros remetidos para o exterior. Estava aberto o caminho para as mega-privatizações ocorridas a partir de então, até ao final da década de 1990.

Sem as reformas, ou outros tipos de mudança nas leis de concessão para os serviços públicos que pertenciam à parte do SPE mais protegida legalmente contra o capital privado, em especial contra o capital estrangeiro, não teria sido possível ao governo dar continuidade ao processo de privatização de uma forma mais acelerada do que o seu antecessor.

[40] Brasil, Presidência da República, Governo de FHC *Concessões de Serviços Públicos o Brasil,* 1995, pg. 65.

Dar continuidade às políticas neoliberais, cujas determinações tinham partido ou tinham sido formuladas no *Consenso de Washington,* estava difícil sem as referidas reformas ou emendas serem aprovadas pelos partidos da base governamental de plantão para atender a estes objetivos.

Estas são algumas das razões de a aprovação da lei de concessões, durante os quatro primeiros meses do governo FHC, ter sido acontecimento de destaque no terreno das privatizações. Apesar de todas as pressões e expectativas criadas, foi no segundo semestre do ano de 1995 que efetivamente deslanchou, ou desatou o movimento das vendas das empresas estatais (Conjuntura Econômica, julho de 1997 p.16).

No governo de FHC ocorreram vários outros fatores que contribuíram para a aceleração da venda das empresas públicas ao capital privado. Como já foi dito, no cenário político pode-se considerar como fator favorável à aceleração do processo de privatização, principalmente, a aliança entre o PFL e o PSDB. Esta aliança proporcionou ao governo a base política suficiente para conseguir fazer do país tudo quanto o seu antecessor não tinha alcançado no referido processo. A expressão que pode ser citada como fator determinante para a aceleração das privatizações (decorrentes do primeiro) é que, com sua base de governabilidade, mais a "banda" do PMDB (chamada de governistas) que apoiou o seu governo, FHC tornou-se ainda mais forte na bancada do governo, proporcionando a este o poder nunca conferido a nenhum outro que vinha implementando as privatizações desde seu início em 1980.

## 6.2 CRESCIMENTO DA CVRD NA ADVERSIDADE, NA DÉCADA DE 1980

As economias modernas têm uma dinâmica, que Marx dividiu em dois Departamentos (ou Seções): o Departamento I (DI), Departamento de Produção dos Meios de Produção; e o Departamento II (DII), Departamento de Produção dos Meios de Consumo. Este último está ainda dividido em duas grandes seções: uma de consumo durável; a outra de meios de consumo imediato.

A economia brasileira, em sua essência, funciona da mesma forma que todas as outras do capitalismo moderno Os empresários situados no DII necessitam de matérias primas para as suas indústrias que são produzidas no DI. As empresas situadas neste departamento pertencessem a outros empresários do setor privado, e a troca da massa de mais-valia acumulada se dá entre empresários privados. Mas, conforme já se constatou na tabela 5 deste trabalho, o Departamento I estava predominantemente constituído de empresas estatais (que por sua vez formavam o tão criticado Setor Produtivo Estatal). Assim, as empresas produtoras de máquinas, automóveis, geladeiras, ferramentas etc. compravam sua matéria-prima predominantemente de empresas estatais.

Conforme exposição feita na parte II, no capítulo III, e gráficos 3, 4, 5, estas empresas (tanto no Brasil como nos demais países de capitalismo tardio), são beneficiadas nas suas compras, uma vez que os governos dos Estados modernos (capitalistas coletivos ideais) quase sempre adotam preços políticos em uma relação clientelista para com aqueles empresários do setor privado.

De outra parte, considerando-se a história econômica do Brasil, percebe-se que nem sempre as empresas privadas dispuseram de um departamento I para funcionarem plenamente, sem dependerem de matéria prima vinda do exterior. É por isso que no Brasil o Estado foi levado a criar empresas estatais, como a CVRD, a USIMINAS, a CSN, pois, sem estas empresas, estatais por excelência, as do setor privado não poderiam funcionar, a não ser dependendo exclusivamente de matérias primas importadas ou compradas das empresas privadas estrangeiras, que certamente ocupariam o mercado, já que por várias razões as empresas nacionais não se dispunham a criá-las. É por isso que se diz que a construção da CVRD foi um grande passo no rumo da soberania (econômica) nacional, da mesma forma que vendê-la, como fizeram os governos neoliberais, foi mais um retrocesso histórico.

Essa seção do trabalho é destinada a mostrar algumas características que permitem justificar a justeza dos argumentos dos setores da sociedade que contestaram a privatização da Cia. Vale do Rio Doce. Mostrar, neste sentido: que a privatização da referida estatal foi mais uma das formas que o governo usou para sinalizar para o mercado na perspectiva de atrair o capital financeiro. Rompia, assim, com os objetivos que levaram os governos anteriores aos anos 80 a fortalecerem o Estado desenvolvimentista. Passavam a defender os interesses do setor privado, situados naquela faixa em que não interessava o desenvolvimento ou a elaboração de políticas econômicas de forma soberana. Abria a guarda do país, especialmente da sua classe mais explorada, aos especuladores internacionais, em nome de uma pretensa globalização, que em grande parte representou uma verdadeira cortina de "fumaça" ideológica com suas raízes históricas na dominação imperialista: o liberalismo antes e o neoliberalismo depois.

Nesse sentido, mostrar-se-á inicialmente uma síntese da história da CVRD, e da sua respectiva vinculação com o desenvolvimento da economia nacional. Depois, se fará também uma exposição acerca do patrimônio da referida empresa estatal, seu perfil de empresa pronta para continuar enfrentando tanto os seus concorrentes históricos, como aqueles que viessem a surgir com a chamada "globalização", isto é, com a investida das multinacionais que hoje comandam o processo de mundialização financeira. Em seguida, far-se-á uma exposição da forma como a CVRD foi privatizada, isto é, como a referida estatal foi repassada para o setor privado, tendo o governo enfrentado, para tanto, uma verdadeira praça de guerra tanto na cidade do Rio de Janeiro como também nos demais estados onde a estatal exercia suas atividades, criando emprego e gerando riquezas que circulavam na sua economia, além de representar grande peso na balança comercial do país.

Ao completar meio século de existência, a Cia. Vale do Rio Doce produziu um documento, onde relata a luta desta estatal desde a sua criação. Este documento se reveste de grande importância, por ter consigo registrar muitos percalços pelos quais passou esta estatal, nestas cinco décadas de sua existência. Tal período começou na data do registro de sua criação, em 1942, até à sua expansão, quando a CVRD se consolidou como empresa moderna, já nos anos 70. Nesta fase a empresa se robusteceu, a ponto de atravessar como empresa lucrativa as adversidades enfrentadas nos anos 80. Nos anos 90, a estatal superou as adversidades por estar na plenitude da conclusão do ciclo da reprodução do capital nela investido, mas logo depois foi privatizada.

Ao se analisar o espírito que levou os dirigentes da grande estatal a resgatar a história dessa empresa, em sua pesquisa que durou cerca de 3 anos (de 1989 a 1992), nota-se o orgulho com que os dirigentes da maior empresa de mineração de ferro do mundo a ela se referem. O orgulho de quem trabalha em prol da soberania econômica de uma nação.

> Somente assim, articulada a esse quadro maior de referência, pode a trajetória da Vale ser efetivamente compreendida e avaliada. Essa compreensão exige ainda que se recupere a evolução do setor mineral desde antes da criação da CVRD, uma vez que a decisão governamental que deu origem à Companhia representou na verdade o desfecho de um impasse que perdurava desde o início do século XX, envolvendo a exploração do minério de ferro e a implantação da grande siderurgia no Brasil *(Cia. Vale do Rio Doce, 50 anos de História, introdução)*[41].

Este relatório faz outras importantes referências à estatal, ainda no que diz respeito à relação inseparável de sua história com o desenvolvimento da economia brasileira em outros momentos que a CVRD desempenhou relevante papel, sendo parte indissolúvel da sua construção.

Assim, o Brasil expandiu a sua economia nos dois períodos de governo nacionalistas do Getúlio Vargas, períodos referentes à década de 1940 e início da década de 1950, quando a referida mineradora já contava com 10 anos de idade. Nesta mesma conjuntura, sob aquele governo, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), entre outras instituições, do Estado desenvolvimentista, também com o objetivo de levar o país à condição de soberania econômica, já que necessitava ter como setor consolidado um departamento I da economia.

Além desta e de outras iniciativas que teriam provocado a ira dos representantes do capital financeiro e de seus aliados no Brasil, o presidente proibiu a remessa de lucros e dobrou o salário mínimo, já há muito desgastado pela inflação. Estas e outras medidas de caráter nacionalista teriam então contrariado os interesses dos liberais históricos, atores que investiam contra o Estado desenvolvimentista; mas tão forte ideologia iria se fortalecer ainda mais no governo de Juscelino Kubistchek de Oliveira, embora de cunho diferente do seu antecessor, que era mais nacionalista. Este momento da história econômica do Brasil é tratado como um período muito importante pelo relatório da CVRD. Ele expressa o papel que esta estatal cumpriu, no que

[41] Cia Vale do Rio Doce. 50 anos de História, introdução (Relatório da CVRD)

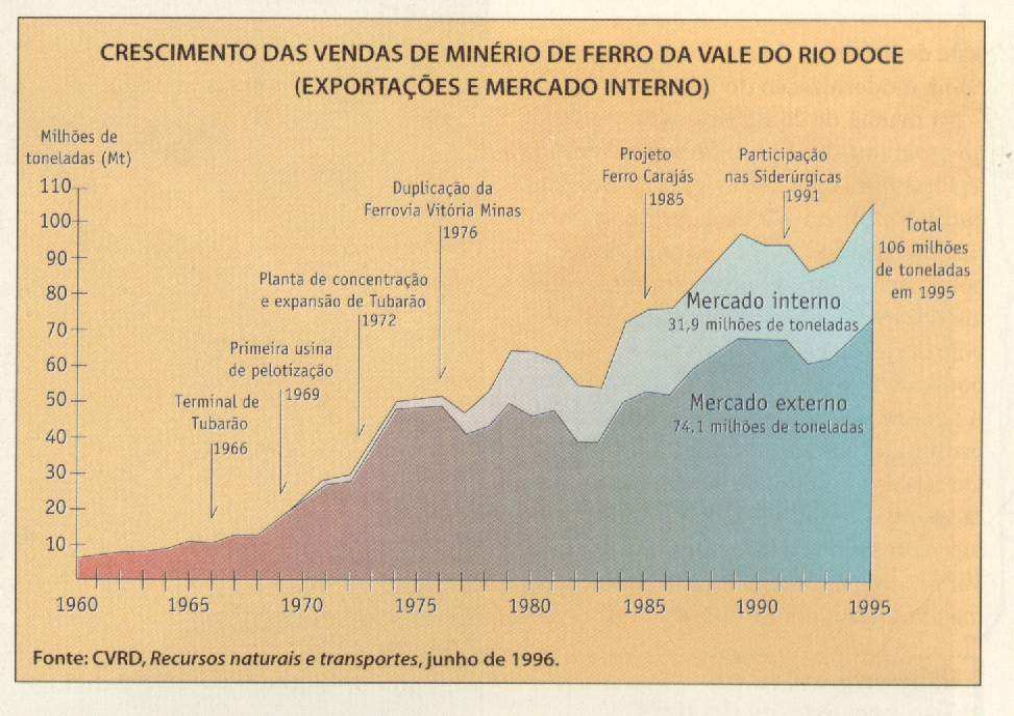
diz respeito à soberania política do país, já que enquanto outras empresas privadas, e mesmo as estatizadas durante a crise iniciada nos anos 70, davam prejuízo, contribuindo para a chamada crise fiscal. A CVRD gerava superávits na balança comercial do Brasil, além de gerar emprego.

Vale destacar outro momento decisivo para a consolidação da estatal, que foi o período compreendido entre 1961 e 1967, quando a Constituição do período do regime militar definiu a política mineral e o Código de Mineração. A partir desta data, a empresa estava cada vez mais preparada para prestar o necessário apoio ao desenvolvimento de uma economia moderna, tanto no que diz respeito ao mercado interno como ao mercado externo.

Merecem destaque os casos do Japão, que importa do Brasil cerca de 50% do minério de Ferro brasileiro para as suas indústrias, e da Alemanha, que também passa a ser um grande importador do referido produto.

O gráfico nº 10, que se apresenta a seguir, expressa a evolução histórica da consolidação da CVRD e a sua vinculação com os processos de modernização da economia brasileira, assim como a dos países que passam a comprar minério de ferro do Brasil para suprir as necessidades industriais. Pode ser identificado o fato de que a referida mineradora não só cresceu no período de expansão da economia brasileira, compreendido entre 1968 e 1974, período que ficou conhecido como o "milagre brasileiro," mas também após este momento, mesmo depois de instalada a crise do primeiro choque do petróleo. Apesar da difícil situação de agravamento da crise do capitalismo, inclusive como ela se expressava no Brasil, a companhia continuou desempenhando papel muito importante. Conforme mostra o gráfico abaixo, tanto a CVRD fornecia matéria-prima para as indústrias nacionais no mercado interno, como exportava seus produtos, contribuindo para diminuir o desequilíbrio da balança comercial.

**GRÁFICO 10** - CRESCIMENTO DAS VENDAS DE MINÉRIO DE FERRO DA CVRD




**Fonte:** BNDES e Revista Atenção.

Nota-se ainda no gráfico acima que os compradores históricos passaram a ser os empresários não só do mercado interno, mas também do mercado externo. Os próprios países contra os quais o Brasil foi levado a lutar no conflito armado da grande expressão, que foi a Segunda Guerra Mundial, fazem parte deste mercado para onde a CVRD exporta minérios. O Japão e a Alemanha passaram a fazer parte dos grandes compradores internacionais. Outro momento relevante na formação da gigantesca empresa do porte que tinha a CVRD foi o da expansão da economia que ficou conhecido como "Milagre Brasileiro", entre 1968 e 1974, período em que a referida empresa estatal teria crescido, como todas as outras.

Quando a recessão que abalou o capitalismo mundial, também conhecida como primeiro choque do petróleo, atingiu o Brasil, a Vale foi também decisiva em busca de uma solução nacionalista, que ao mesmo tempo respondesse à questão do prolongado momento recessivo da economia brasileira. Então o governo, valendo-se do potencial de recursos naturais do país, e

somando a isto experiência da estatal no ramo de negócio, encontrou uma das sólidas alavancas para a implementação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Neste sentido, o relatório é enfático ao afirmar:

> Instrumento do governo federal para a dinamização do setor da própria economia brasileira, a Vale do Rio Doce concebeu um processo de diversificação horizontal e vertical, não só para otimizar a utilização de sua infra-estrutura operacional, mas também para abrir novas frentes de atuação inclusive fora de sua área tradicional de atividade. Nesses anos foi negociada a saída da U.S. Steel da exploração do minério de ferro de Carajás, ficando a CVRD sozinha à testa do empreendimento, e inaugurou as suas atividades na região amazônica.[42]

Não só no referido período, mas em todos os momentos decisivos da história econômica do país, a CVRD cumpriu o papel de contribuinte com o desenvolvimento da economia. Em todos os momentos, da mesma forma, foi a CVRD instrumento de ação político-ideológica, uma vez que suas atividades conferiam certa idéia de solidez administrativa ao Estado, o que ficou claro durante o governo militar, apesar deste crescimento não ter-se revertido em benefício dos trabalhadores como se verá no próximo capítulo deste trabalho.

Foi assim em todos os governos, desde a consolidação da referida estatal. Por isto mesmo, não se conhece nenhum período de crise da economia brasileira, a partir do momento em que ela construiu o seu Departamento I, que a Vale não tenha contribuído nas medidas de políticas adotada pelo governo para a sua solução. Ela, entre outras estatais dos setores da indústria de base, está entre as alavancas em que os governos se apoiavam para conseguir atrair os interesses do empresariado nacional, que dela sempre se beneficiou.

[42] Idem

## 6.3 O CRESCIMENTO DA CVRD NA DÉCADA DE 1980: *Prova da Eficiência da Administração Estatal*

Já foi comentada neste trabalho a crise da dívida que o Brasil passou nos anos 80, e a forma como a crise mundial atingiu o este país, principalmente em decorrência do segundo choque do petróleo. Tal situação foi agravada em face das políticas neoliberais adotadas pelos EUA, durante o governo neoliberal do Presidente Ronald Reagan.

Graças às políticas adotadas pelo governo Geisel na segunda metade dos anos 70 e ao grau de desenvolvimento que a CVRD havia alcançado, era ela, naquele momento, capaz de continuar dando suporte ao governo na elaboração de políticas econômicas que diminuíssem os efeitos da crise. Era a referida estatal uma das empresas que mais contribuía para diminuir o desequilíbrio da balança comercial. Apesar disso, em vez de fortalecer as empresas estatais, os governos preferiram, privatizá-las a partir dos anos 90, adotando os receituários econômicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Além de desacelerar o crescimento das empresas estatais, adotando sobre elas todas as recomendações econômicas contidas nos receituários do FMI e do Banco Mundial para o Brasil, o governo repassou para a CVRD parte do ônus da crise, a partir do momento que "congelou" os preços de seus produtos para beneficiar os "clientes" políticos e empresários do setor privado, alegando medidas de controle da inflação. Não obstante, a referida empresa estatal tinha-se tornado tão grande que nem mesmo a crise do capital nem as políticas restritivas dos órgãos credores junto com as formas de submissão do último governo do regime militar conseguiram exercer sobre ela os mesmos impactos econômicos que tiveram sobre outras empresas estatais no período.

Assim, pode-se verificar, por meio do relatório da CVRD, o seguinte:

> Os governos João Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1990) foram marcados pela queda na taxa de crescimento do PIB, a aceleração do processo inflacionário e o aumento da dívida externa (...). Ambos os governos, por meio do III PND (1979) e do IV PND (1985) procuraram reservar ao Estado apenas a prestação de serviços públicos essenciais, destinando à iniciativa privada papel central na retomada do crescimento econômico.[43]

[43] Relatório da CVRD: 50 anos de História, p. 205.

A conjuntura econômica surgida nos anos 80, diante da ofensiva dos órgãos credores da dívida externa, constituiu-se um momento difícil para as empresas estatais, uma vez que o próprio governo militar passou a institucionalizar a retórica do "Estado mínimo" de que antes só falavam os históricos liberais, da oposição ao desenvolvimento, para o qual as empresas estatais do perfil econômico da CVRD, da USIMINAS e de outras, cumpriram papel decisivo.

Apesar das dificuldades que foram impostas à CVRD, esta cresceu na adversidade, "remando contra a maré" neoliberal que se internalizava no Brasil. A complexidade adquirida nos anos 70 permitiu à CVRD superar obstáculos e críticas dos liberais históricos, papel que, para outras estatais, era praticamente impossível sem uma redefinição das políticas de restrição impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial. As mediações desses governos se prestavam cada vez com mais rigor, à medida que aumentavam as pressões também internas de todo tipo, numa perfeita convergência de interesses danosos à soberania do Brasil. A CVRD conquistou a liderança mundial em produtos cujas vantagens comparativas pertenciam ao Brasil, a exemplo do minério de ferro e do manganês. Apesar disso, permitia que o governo recorresse a ela com o objetivo de superar a crise, utilizando-se dela não só para baixar os custos do capital constante das empresas privadas, entregando seus produtos no mercado interno por preços abaixo do valor, mas também para reverter a situação difícil na balança comercial. Tal política servia ao mesmo tempo para os militares adotarem práticas clientelistas com os empresários, que assim continuavam apoiando a ditadura militar, que já não conseguia sustentar-se nos mesmos moldes das décadas de 1960 e 1970. Apesar deste aspecto político, o governo terminava sendo obrigado a criar condições para o funcionamento de um setor da economia, o qual favorecia a criação de emprego naqueles setores e nas regiões onde a CVRD mantinha suas atividades econômicas, além de gerar divisas para a economia do país. A tabela 11, abaixo, mostra as divisas geradas pela CVRD na década de 1980.

**TABELA 3** - DIVISAS GERADAS PELA CVRD (incluindo controladas e coligadas 1985-1990 - em milhões de dólares).

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Minério de ferro de pelotas | 1,089,6 | 1,069,9 | 1,127,2 | 1,188,3 | 1,465,3 | 1,627,2 |
| Bauxita | 147,2 | 260,1 | 399,2 | 522,4 | 485,9 | 500,5 |
| Frete transoceânico | 171,6 | 123,0 | 131,4 | 188,2 | 168,9 | 170,6 |
| Celulose | 72,3 | 86,4 | 127,1 | 178,0 | 185,4 | 143,3 |
| Manganês | 2,9 | 7,3 | 9,1 | 14,6 | 35,5 | 39,6 |
| Outros | 16,4 | 1,0 | 9,3 | 17,3 | 9,5 | 17,0 |
| TOTAL | 1,500,0 | 1,547,7 | 1,803,3 | 2,108,8 | 2,344,5 | 2,498,2 |

**FONTE:** Relatório de diretoria, 1985-1990.

É importante salientar que, enquanto a CVRD estava gerando divisas em um dos momentos críticos da economia do país, muitas empresas já tinham entrado em falência e tinham-se tornado um peso no orçamento do BNDESPar. Enquanto a CVRD representava a solução para o enorme impasse da crise da dívida que foi um desastre para outras empresas estatais, devido às políticas de submissão do governo brasileiro às imposições das instituições representativas dos órgãos credores internacionais, outras empresas do setor privado estavam indo à falência.

Como se poderiam então questionar as empresas estatais indistintamente, colocando-se todas elas na vala comum das acusações dos inimigos do serviço público e defensores das idéias neoliberais?

Em um momento que, nem Estado oficialmente, nem outras empresas públicas, assumiam compromissos em termos de controle ecológico, na sua administração progressista, modernizada, a CVRD já tinha como uma de suas preocupações o impacto causado pelas suas vastas áreas de atividade no campo da mineralogia.

Assim, antecipando estas preocupações, registram-se, desde 1956, iniciativas no sentido de recuperar florestas que teriam sido degradadas durante séculos por diversos tipos de atividades exercidas pela iniciativa privada ou mesmo pelo Estado, em seu benefício. Sabe-se que a história

econômica e administrativa do Brasil é marcada pelas diversas atividades econômicas sem nenhuma preocupação com suas conseqüências no que diz respeito ao impacto ambiental, principalmente todo o período em que se descobriram as primeiras jazidas de ouro. À medida que foi ampliando suas áreas de atividade, a CVRD também foi criando áreas de pesquisas. Como suas atividades envolveriam um imenso leque de diferentes áreas de negócios e de conhecimento científico, eram muitas as unidades de trabalho que atuavam de forma interdependente sem perder a liberdade de ação.

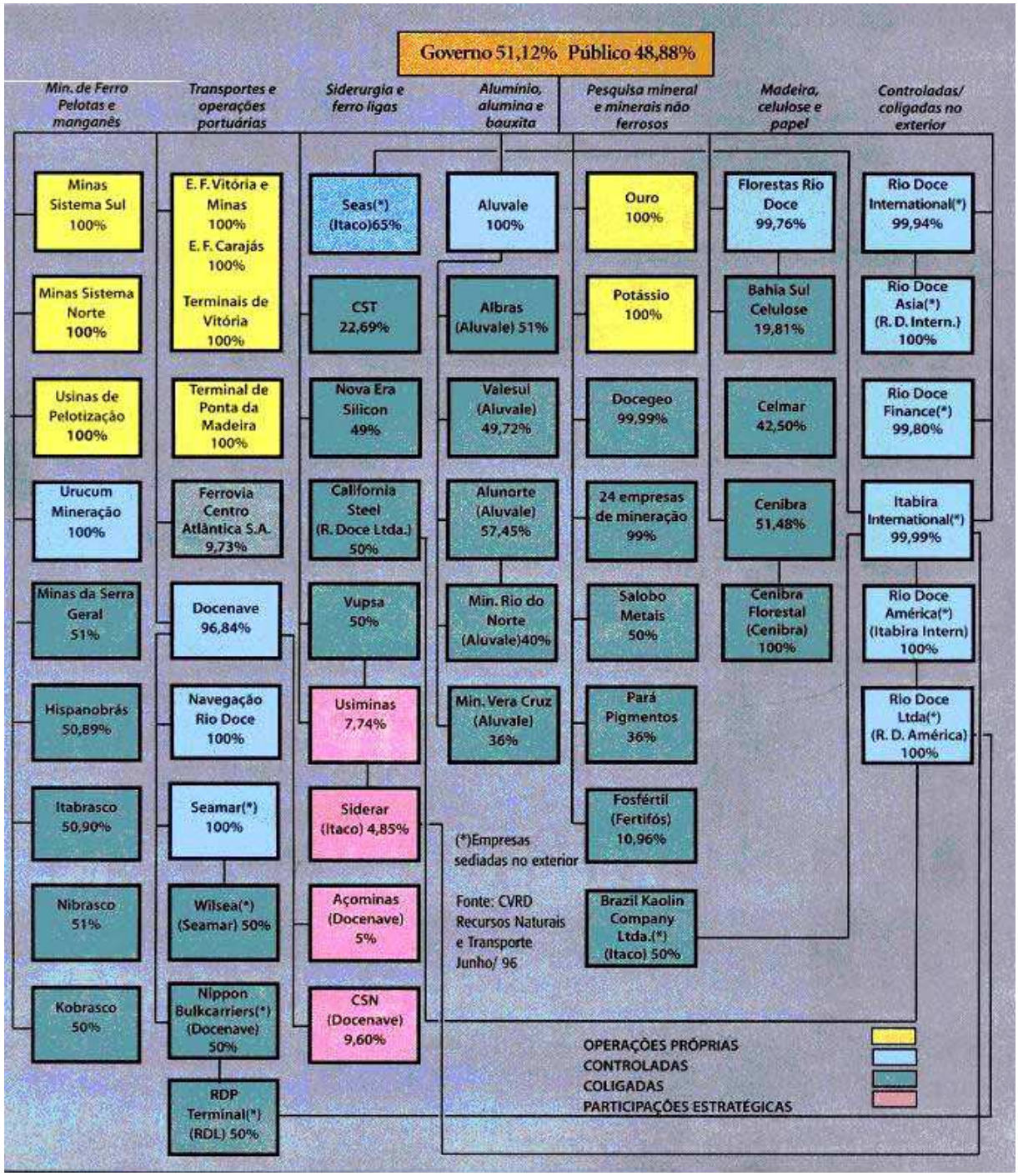
Torna-se difícil até imaginar como uma empresa do padrão da CVRD conseguiria funcionar sem avançar em diferentes tecnologias. Seria preciso um esforço para superar até mesmo as dificuldades internas de uma empresa de caráter tão diversificado.

Assim, a *holding* CVRD alcançou, ainda nos anos 80, estrutura representada nesta figura que se apresenta a seguir. Ao mesmo tempo que a referida estatal ampliou suas atividades em uma contínua acumulação de vantagens sinergéticas, também deu um grande salto de qualidade no sentido do enfrentamento das dificuldades financeiras. A referida figura, que se apresenta a seguir, demonstra o grau de multiplicidade a que chegou a CVRD ao longo de sua formação histórica.

Na estrutura da figura 1, mais adiante, se pode observar que ela passou a atuar em parcerias cada vez mais diversas e ousadas, tanto com empresas privadas nacionais como estrangeiras. Nem por isso a União deixou de manter o controle sobre as atividades da CVRD.

Pode-se dizer que a referida estatal, diante das adversidades dos anos 80, “cedia os anéis para não perder os dedos”, ao estabelecer parcerias com outras empresas do setor privado. Já que não poderia manter a situação anterior, monopolizando todas as atividades, então fazia parcerias com outras empresas, mas mantinha o controle do conglomerado, que seguia vencendo as dificuldades que outras, nem públicas nem privadas, conseguiam, devido às políticas catastróficas dos governos; nem as empresas do mesmo gênero do setor privado, devido às suas formas de incompetência, conseguiam tal sucesso

**FIGURA 1** - VALE DO RIO DOCE E SUAS COLIGADAS




**Fonte:** REVISTA ATENÇÃO, Ano 3, número 10, 1997, p.24.

A figura 1, acima, mostra ainda a multiplicidade de áreas das atividades econômicas em que a CVRD atua, em parceria com outras empresas subsidiárias, e controla com 100% de sua propriedade. Haja vista o caso da produção de ouro e potássio, do transporte de mercadorias ou de produção da referida estatal, ou na prestação de serviços, proporcionando oportunidade da região se integrar com os grandes centros comerciais tanto no mercado interno do país como também no que diz respeito ao mercado internacional, uma vez que conduzia os referidos produtos aos portos de Vitória no caso da Estrada de Ferro Vitória-Minas, e da Estrada de Ferro Grande Carajás.

No que diz respeito às áreas de participações estratégicas, o alcance da referida estatal, também marca posição de destaque na sua relação com as empresas siderúrgicas, concretizando estas oportunidades sinergéticas. Quanto a este último aspecto, inegavelmente a CVRD era porta de entrada de empresa de capital estrangeiro na compra de seus produtos. Conseqüentemente, uma quantidade considerável de atividades no setor produtivo, de relevante papel na criação de empregos. Exatamente por isso é que perde o sentido dizer que esta empresa deveria ser privatizada com o objetivo de quebrar o monopólio em suas áreas de atividade, sem contar o quanto é ridículo enquadrá-la nas características do Estado liberal descrito por Adam Smith, como fazem os teóricos do neoliberalismo.

No que se refere às áreas que na figura acima aparecem como controladas, também a CVRD mostra a diversidade de sua atuação, articulando a economia do país com importantes áreas do comércio internacional. Exemplo que mostra a veracidade do que se afirma sobre conteúdo da figura é a DOCENAVE. Esta empresa representa, no conjunto das atividades da mineradora o setor de transporte (logística), o qual liga a referida empresa estatal aos países onde mantinham as suas bandeiras, mostrando a competência dos seus dirigentes nos respectivos ramos de negócio.

Nesse sentido, ressalte-se que pessoas que exercem papel como este, de elevar o nome de uma empresa e de um país no mercado internacional, não podem ser classificados como "burocratas parasitas", como costumam chamá-los os defensores dos interesses do capital financeiro e das idéias neoliberais.

## 6.4 AS REFORMAS DOS ANOS 90: *Maturidade e Venda (ou Entrega) da CVRD ao Setor Privado*

Nos anos 90, a estatal CVRD começava a ter muito dos retornos dos seus investimentos feitos nas décadas anteriores. Cabia agora à administração da empresa processar a reprodução do capital investido no Projeto Carajás, nas pesquisas com ouro, etc. Assim é que procedem as empresas privadas ao realizar a acumulação e a reprodução ampliada do seu capital. O fato de os administradores do setor produtivo do Estado não ter procedido desta forma não significa dizer que eles são incompetentes. O verdadeiro significado da aparentemente estranha atitude do governo é que este tem compromisso de vender o patrimônio do Estado aos representantes do capital financeiro internacional, que foi o mais beneficiado dentre o jogo de interesses envolvidos nos processos de privatização no Brasil.

Como se verá nesta parte do trabalho, enquanto o governo privatizava a siderúrgica USIMINAS e outras estatais que já tinham sua história ligada à soberania do país na produção de minérios de ferro e manganês, crescia a produção de outros produtos ainda mais nobres, como é o caso da exploração do ouro, o que demonstra a capacidade administrativa de seus dirigentes ao longo de sua história.

Aí se nota ainda o resultado de todo o esforço desprendido pelos trabalhadores da CVRD, desde a sua criação na década de 1940 até o início da década de 1990. A partir desta última data, também se observa o resultado de uma empresa dotada de enorme capacidade de sinergia e acúmulo de experiências nos mais diversificados ramos de negócio. Some-se a isto o fato de que só uma empresa do porte da referida estatal poderia deter as vantagens comparativas que ela adquiriu em função da exploração das florestas de maior biodiversidade do mundo. Esta cobria as terras onde estavam escondidas as riquezas minerais que, historicamente, tinham sido a razão da cobiça de empresas do ramo de negócio, mas passaram para os domínios do Estado que detinha 51,12% de suas ações, ou 76% do seu capital ordinário.

Poucas são as empresas, tanto privadas nacionais como do Estado, que tinham, portanto, como a CVRD, condições de se posicionar como um “Global Player" no mercado internacional.

Se no final dos anos 80 e início dos anos 90 a referida empresa já contava com este perfil para enfrentar os argumentos em defesa da sua privatização, as características foram ainda mais aperfeiçoadas na década de 1990.

Quando foi lançado o projeto Grande Carajás, no governo de João Figueiredo, previa-se uma produção de 35 milhões de toneladas de ferro por ano, a partir de 1987. O referido projeto foi considerado "um dos programas de maior vulto que o ministério das Minas e Energia anunciou durante o governo do Presidente João Figueiredo".[44] Mais uma vez o então Presidente da República confiava à estatal a missão de reafirmar a auto-suficiência mineral, ao mesmo tempo que destacava a atuação da CVRD no Japão, para onde a mesma teria exportado minério e "PELLETS" de ferro.

A construção de um dos maiores empreendimentos do referido projeto, a Estrada de Ferro Carajás, causou grande polêmica, dada a expressão que representava e a quantidade de recursos a serem investidos. Só na década de 1990, percebeu-se que tal empreendimento era de grande importância (não só econômica, mas também social e política) para o Brasil. Isso, apesar das críticas que os liberais históricos e depois os neoliberais tanto lançavam contra as empresas estatais, enquanto os empreendimentos gerenciados pela CVRD andavam a pleno vapor.

A referida estrada de ferro não só transportava minérios, que era a sua principal atividade de caráter econômico, mas também outros produtos da região, o que representava escoamento de produtos que eram assim valorizados na indústria de transporte do país. Observando-se o mapa da figura 2, abaixo, mais especificamente a região por onde passa a Estrada de Ferro Carajás, nota-se a presença de várias cidades e povoados que passaram a ser interligados com o mundo exterior por meio dos seus trilhos e de sua logística.

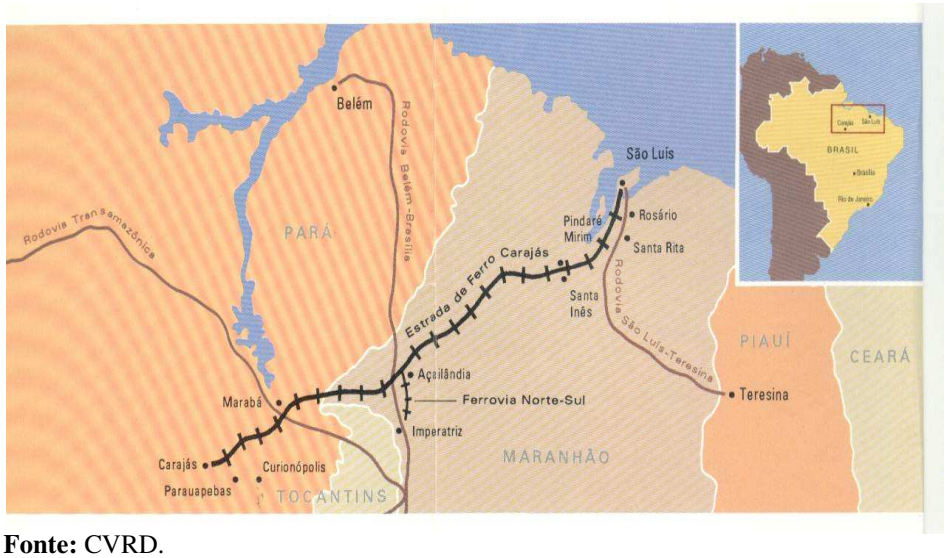
Ao se verificar a figura 2, a seguir, referente à variedade de minérios e de outros produtos transportados, observa-se que de fato uma estrada desta natureza representa avanço da fronteira do capitalismo em um momento que este sistema enfrentava a maior crise de sua história econômica. Portanto, aí não está presente apenas um amontoado de burocratas e/ou parasitas do Estado, mas parte daquele exército industrial que contribuiu para formar a imensa massa de mais-valia cristalizada nos componentes do SPE.

Do ponto de vista da consolidação de uma economia moderna e do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com todas as características intrínsecas negativas oferecidas por este modo de produção, representa também o progresso no sentido da liberdade do seu povo.

---

[44] CALS, Cezar. Ministro das Minas e Energia. *O Brasil Rumo à Auto-Suficiência Energética e Mineral*. Europa, Empresa Gráfica e Editora, 1984, Brasília.

**FIGURA 2** - MAPA DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS-CVRD.




**Fonte:** CVRD.

Uma estrada de ferro deste porte, numa região mais distante do centro dinâmico da economia de um país de dimensões continentais como o Brasil, exerce um papel relevante para a integração das suas diferentes regiões. Representa uma das possíveis formas de distribuição regional de rendas, se administrada mediante políticas adequadas neste sentido.

A infra-estrutura estava pronta. A riqueza, produto da massa de mais–valia cristalizada, escoava por sobre os trilhos que lhe acrescentam valor, transferindo parte do seu capital fixo para o produto, sob a forma de trabalho morto, assim como o valor criado pelos operários que trabalham no processo de reprodução do capital como força de trabalho vivo naquele processo da indústria de transporte.

O problema estava na apropriação deste valor no estágio da sua circulação, no momento de sua realização ou venda do seu produto, quando o governo obrigava às empresas estatais, como a CVRD, com o alcance social de uma Estrada de Ferro desta natureza a atenderem aos interesses da sua clientela constituída dos empresários capitalistas privados. As suas atividades no setor de transporte não se restringiam aos minérios, mas também aos grãos e a celulose, também de relevância social, como se pode constatar na tabela 12:

**TABELA 4** - TRANSPORTES ATRAVÉS DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

## TRANSPORTE ATRAVÉS DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

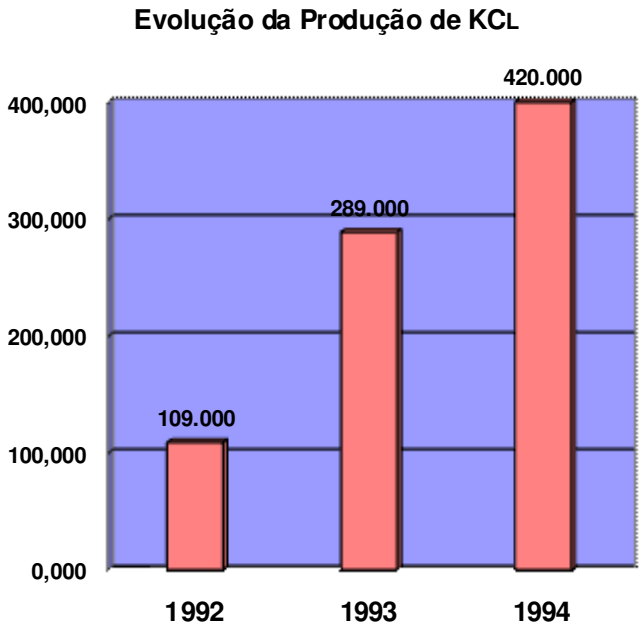
Em milhares de ton.

| Discriminação | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 |
|---|---|---|---|---|
| MINÉRIOS | | | | |
| Minério de ferro | 32.055,3 | 32.376,2 | 31.972,7 | 35.254,7 |
| Minério de manganês | 387,9 | 386,8 | 443,9 | 371,6 |
| Total | 32.443,2 | 32.763,0 | 32.416,6 | 35.626,3 |
| CARGA GERAL | | | | |
| Minério merc. interno | 732,7 | 758,5 | 725,9 | 1.062,9 |
| Ferro gusa | 353,9 | 373,8 | 389,6 | 423,8 |
| Combustíveis | 448,4 | 457,1 | 425,4 | 436,8 |
| Cimento | 14,9 | 16,3 | 0,9 | 3,1 |
| Madeira | 37,6 | 31,6 | 25,6 | 35,8 |
| Bebidas | 13,5 | 14,7 | 18,4 | 16,5 |
| Grãos – soja | — | 3,0 | 26,7 | 72,2 |
| Grãos – outros | 12,7 | 11,1 | 5,4 | 4,9 |
| Veículos | 6,7 | 330,5 | 373,9 | 375,4 |
| Outras cargas | 38,9 | 23,9 | 36,7 | 63,7 |
| Passageiros | 51,3 | 44,9 | 36,6 | 38,4 |
| Transp. próprio | 263,6 | 289,6 | 139,2 | 66,6 |
| Total | 1.974,4 | 2.355,0 | 2.205,0 | 2.600,7 |
| Total geral | 34.417,6 | 35.118,8 | 34.621,6 | 38.227,1 |
| Quantidade passageiros (milhares) | 571,9 | 495,1 | 399,7 | 427,5 |

**Fonte:** CVRD.

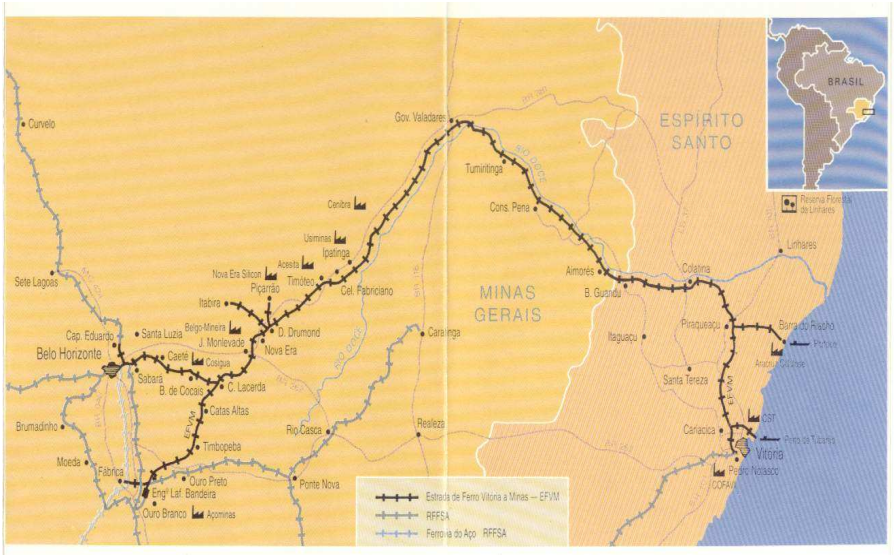
Outra atividade de grande expressão, no conjunto das áreas de atividade que sofreram grande impulso na década de 1990, foi o gerenciamento da produção de Cloreto de Potássio (KCl), de Taguari-assouras. A referida atividade fica situada a 40 quilômetros da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe. De grande importância para o desenvolvimento da agricultura e pecuária do Brasil, a produção de KCl cresceu de forma significativa no período compreendido entre 1992 e 1994, conforme se pode observar no gráfico nº 11, abaixo.

**GRÁFICO 11** - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE KC1 PELA CVRD.




**Fonte:** BNDES. MODIFICADO.

**FIGURA 3** - MAPA DA ESTRADA DE FERRO VITÓRIA-MINAS.

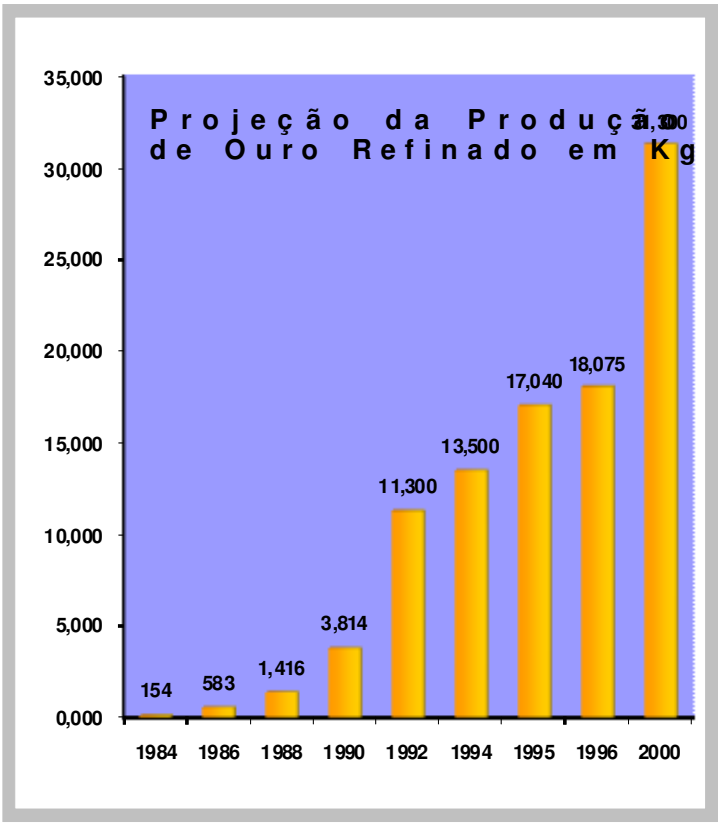



**Fonte:** CVRD.

Tomando-se isoladamente as ações da CVRD na década de 1990, fica difícil perceber-se o impacto das atividades desta estatal nas suas áreas de atuação. A maior delas só poderia ser percebida fazendo-se as estatísticas deste período e comparando-se com os dados registrados relativos a décadas anteriores, quando a referida empresa adentrava-se pela mata bruta. Não obstante, há setores da mineradora em questão que são de tal forma destacados dos demais que sua expressão dá a idéia de que se trata de novas empresas, dentro da *Holding,* as quais teriam surgido a partir deste último período.

Para destacar e demonstrar o que se afirma, veja-se o gráfico 12, abaixo, relativo à produção de ouro refinado na área de exploração do precioso minério. Nele se pode observar que entre 1984 e 1988 não foram tão grandes os resultados alcançados em termos de Kg, mas, entre 1990 e 1996, são muito mais expressivos os valores apresentados, mostrando o grande impulso que tais atividades ganharam no mesmo momento em que a ideologia neoliberal causava os efeitos catastróficos registrados nas empresas estatais na década de 1990, no Brasil.

**GRÁFICO 12** - PROJEÇÃO DA PRODUÇÃO DE OURO REFINADO NA CVRD.




**Fonte:** CVRD. MODIFICADO.

Estas são algumas razões que explicam os fatos aparentemente paradoxais que acompanham o percurso do processo de privatização no Brasil. A privatização da CVRD no governo de FHC, em 1997, tanto quanto da Companhia Siderúrgica USIMINAS, em 1991, são casos paradigmáticos do que se insiste em afirmar. As privatizações não se devem a questões de ordem puramente econômica. Não ocorreram em função de sua dinâmica interna, ou de deficiência em sua racionalidade econômica. Esta questão está presente também nos processos político e sociais, na sua totalidade. Estas privatizações ocorreram por imposição dos interesses dos grupos econômicos que das empresas estatais sempre quiseram se apropriar.

Da mesma forma, trata-se de uma necessidade política. Os governos do regime militar faziam tudo para serem fiéis aos empresários do grande capital tanto nacional como internacional. A este então interessavam as alianças feitas com o Estado na década de 1970, pois

até ali não se constatava a hegemonia do capital financeiro nem a ideologia neoliberal sobre o capital industrial, apesar da sua nefasta influência. Ainda era expressiva a fração do capital que atuava na esfera produtiva do capital no seu total.

A forma de o governo atrair este capital que atua nesta nova *performance* é colocar à sua disposição as grandes riquezas acumuladas no setor produtivo estatal. Esta é a forma como o governo atrai o capital financeiro com o objetivo de manter o equilíbrio da balança comercial.

Essas são algumas das razões que explicam o fenômeno das privatizações no Brasil hodierno.

Ao longo desta análise de 18 anos de história das privatizações, pode-se ver que o Estado brasileiro em si não é mal administrador, nem é perdulário. Viu-se que as empresas estatais por si sós não são responsáveis pela falência do SPE e, sim, as políticas dos diferentes governos submissos ao FMI, desde os anos 80, com as suas tentativas de salvar as empresas do setor privado.

Se alguém tivesse que ser acusado de incompetente diante das crises do próprio capitalismo, portanto, não seriam os administradores do setor público e, sim, os empresários do setor privado. Isto ficou claro, ao se verificarem as absorções das empresas privadas falidas na década de 1970 e subseqüente, e sua posterior reprivatização. Tais empresas tinham sido absorvidas pelo Estado, via BNDESPar, "doentes" e foram devolvidas saneadas ao setor privado, depois de causar imensos prejuízos ao setor público, que os socializou e privatizou seus lucros.

De outra parte, não se reduz ao setor siderúrgico a análise que se pretende fazer, pois no campo do setor da produção primária, como no caso da CVRD, também a relação do Estado com os empresários do setor privado não foi menos nefasta para com o patrimônio público.

Da mesma forma que a siderúrgica USIMINAS foi construída para beneficiar os empresários dos Departamentos II e Departamento III da economia, também a CVRD teve o mesmo objetivo. Aquela usina era competitiva, esta também o era. Pode-se provar que da mesma forma que a venda da USIMINAS não tinha nada a ver com a sua racionalidade, a sua dinâmica interna, também a CVRD não tem neste campo da análise econômica a explicação para a sua inclusão na *nova fase* do PND. Este é o objetivo que se tem buscado atingir neste capitulo do trabalho.

## 6.5 OS CONFLITOS DE INTERESSES NO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA CVRD

As notícias sobre a decisão do governo de incluir empresas que antes não poderiam ser privatizadas no Programa de Privatização desencadearam um grande movimento em diversos setores da sociedade. Os abalos de caráter econômico somavam-se ou se desdobravam em ações políticas cada vez mais abrangentes, colocando no mesmo lado personagens de diferentes posições políticas. Por isso, se poderia encontrar nas ruas do Rio de Janeiro passeatas lideradas pelo movimento sindical por meio das suas centrais mais conseqüentes, onde enfileiravam-se também pequenos e médios empresários, intelectuais, profissionais liberais etc. Mas, sempre estavam lá os funcionários da empresa, parte diretamente atingida pela sua privatização, principalmente no que diz respeito à futura perda dos seus empregos.

Às passeatas, somavam-se os acalorados debates na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as ações no Parlamento, desde as Câmaras de Vereadores até o Senado. Apesar de adequar a Constituição do país ao seu projeto de governo, usando de sua base parlamentar, conservadora, e/ou de direita, o governo não podia impedir a sociedade de se pronunciar contra aqueles projetos que ele conseguia aprovar na sua cúpula política movida a dinheiro e muita propaganda midiática.

Como o principal escritório geral da CVRD está situado na cidade do Rio de Janeiro, onde também se encontra a bolsa de valores, que é o local onde mais diretamente se formalizam as privatizações das empresas estatais brasileiras, foi aí que as lutas tomaram maior expressão. No Rio Janeiro, concentraram-se grande parte dos protestos organizados contra a venda da CVRD.

Também na agência do BNDES, órgão gestor das privatizações estatais federais em sua agência situada na cidade do Rio de Janeiro, da frente de sua suntuosa estrutura partiam grandes passeatas, que atraiam multidões em protestos contra as privatizações, gritando palavras de ordem como "**A VALE É NOSSA"... "DEFENDER A VALE É DEFENDER O BRASIL."**

Todos estes movimentos de enormes proporções, que expressavam a resistência da sociedade civil e da sociedade política aos rumos para os quais as políticas neoliberais empurraram o país desde o final dos anos 80, acelerado no início dos anos 90, apareciam na imprensa que, por sua vez, lhe emprestava conteúdo nem sempre mais correto. Quando os críticos dos processos de privatização, como Leonel Brizola, pegavam no microfone para fazer as

denúncias nos atos públicos, os funcionários da TV Globo desligavam seus aparelhos e se retiravam. Em qualquer canal de televisão que se sintonizasse ficava constatado que das mudanças neoliberais a reforma do Estado e as privatizações eram as que mais chamavam a atenção pública. E a que mais simbolizava a fragilidade ideológica acerca do Estado desenvolvimentista eram as privatizações, que também eram vistas por aqueles, que eram contrários à venda da CVRD, como formas de desmonte do Estado. Os funcionários da Vale em sua esmagadora maioria posicionaram-se contra a sua privatização.

Pesquisa patrocinada pelo SINDIFER com os funcionários da empresa quanto à posição dos mesmos em relação à privatização da CVRD indicava que num universo de 4,8 mil funcionários 63% eram contrários à venda desta estatal. No seu conjunto atuavam unidos no movimento dos funcionários em todos os momentos, desde os dirigentes aos mais humildes, de alguma forma pronunciando-se contra a venda da CVRD.

Num total de 22, os sindicatos que se movimentaram mais diretamente contra a venda da CVRD impetraram diversas ações. O SINDFER e outros sindicatos ligados à CVRD entraram com diversas ações na justiça contra a venda. Isto contribuiu para atrasar, mesmo que por poucos dias, o processo de venda.

O movimento nacional em defesa da Vale e do Brasil expandiu-se além dos comitês em defesa da CVRD, que eram constituídos nas cidades brasileiras, em especial nos Estados onde a CVRD tinha situado as suas atividades produtivas e ou administrativas.

No que diz respeito às batalhas no poder judiciário, o governo teve que enfrentar enorme resistência contra a privatização da CVRD. Os atores sociais que atuavam contra a investida do capital financeiro eram representados por diversas organizações de classe. Além das centrais sindicais que se mobilizaram, em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT), até organizações não governamentais (ONG's), que reclamavam que estavam sendo lesados em direitos.

A ação do movimento sindical, que se mobilizou contra as privatizações da CVRD, atingia desde aqueles estados onde a referida mineradora concentrava as suas atividades, até outras áreas onde eram mais diretamente ameaçados pelo desemprego em função de um possível fechamento da empresa previsto, caso os seus concorrentes internacionais a arrematassem em leilão e depois resolvessem desativá-la.

O BNDES, no final da década de 1980, e inicio da década de 1990, tinha acumulado experiências para exercer um papel contrário àquele para o qual fora fundado em 1952, no período em que predominavam as idéias do desenvolvimentismo. Seu papel de origem era o de fomentador do desenvolvimento industrial. Sua história, da mesma forma que a "epopéia" das estatais, tinha sido ligada aos melhores momentos da indução ao desenvolvimento do país. Entretanto, a partir dos anos 90, quando recebeu a função de gestor das privatizações, o referido banco estatal passou a usar sua infra-estrutura e superestrutura a serviço da ideologia neoliberal, que foi responsável pela desindustrialização do país. Como esta forma de pensamento representa o oposto do desenvolvimentismo, isto é, um keynesianismo às avessas, o braço do governo responsável pelo fomento criado pelo Estado brasileiro na década de 1950, passou na década de 1990 a fomentar a desindustrialização e o conseqüente desemprego dos trabalhadores.

Matérias publicadas na imprensa refletiram exatamente as batalhas do BNDES, na tentativa de vencer nos tribunais a luta contra a insistência de entidades da sociedade civil na relutância para tentar salvar as empresas estatais – no caso a CVRD – do avanço do capital financeiro, que agora dirigia suas ações na economia brasileira.

Sob o título *BNDES Monta Caça a Liminares*, a imprensa publicou matéria onde mostrava que 120 advogados estariam encarregados de contestar as ações contra o leilão da Vale. O Banco transformava a sua superintendência jurídica e a Advocacia Geral da União (AGU) em um verdadeiro quartel com a missão de cassa às liminares.

Na matéria publicada, se percebe a operação de guerra perpetrada pelo governo, com o objetivo de privatizar a CVRD:

> A empresa Pampulha ganhou licitação feita pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para arrendar aviões tipo "executivo". Os "jatinhos" serão usados para transportar advogados de um lado a outro do Brasil, atrás das ações judiciais contestando o leilão da Companhia Vale do Rio Doce.[45]

As ações, que tinham a cidade do Rio de Janeiro como principal liderança na luta, se estendiam por São Paulo, Minas Gerais e outros Estados em que têm sede as atividades da estatal.

[45] CVRD. Gazeta Mercantil. 18,19 e 20/04/1997.

Pouco mais de um mês antes da data marcada para o leilão da CVRD, já apareciam manchetes de jornais que refletiam a força econômica que os fundos de pensão demonstrariam no final deste processo.

Bem sugestiva é a manchete que aparece em artigo publicado *no Jornal O Estado de São Paulo*, cujo título é: ***Fundos de Pensão Vão decidir quem será o Dono da Vale*** (JOESP, 23/03/1997).

Neste artigo, se comentava que a CSN "jogaria com todas as cartas" para atrair os fundos de pensão para o seu lado na tentativa de contrabalançar o seu poder econômico com o grupo liderado pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes, que era formado em torno do poderoso complexo Votorantin.

Este já vinha também há meses se articulando com a empresa japonesa Nippon Steel e com o Banco Bradesco, além de se articular com alguns fundos de pensão.

Em um curto comentário feito neste artigo se percebe o fator decisivo no processo de negociação:

> O grupo Ermírio de Moraes está mais amadurecido, as composições estão mais evoluídas nas ações responsáveis pela negociação da CVRD. Maria Silvia Bastos Marques, partiu para um contra-ataque estratégico: propõe gestão compartilhada, o que é música (boa) para o ouvido das fundações. Até há pouco tempo eram tratadas a pão e água pelos controladores da empresa (JOESP, 23/03/1997)

Como o referido empresário do Grupo Votorantin mantinha o tradicional pensamento de manter a empresa sob o seu controle ou o de sua família, embora contasse com fortes empresários do Japão e da Austrália, os fundos de pensão, por sua vez, terminaram somando todo o seu poder político e econômico ao lado da CSN.

Apesar das declarações feitas pelos grupos que disputavam a CVRD, até dez dias antes da data marcada para a privatização, não estava ainda definido o confuso quadro que se configurou na disputa ideológica que marcou o negócio da sua venda. Assim, em 20/04/1997, os jornais estampavam caprichosas manchetes acerca de quem seria o grupo econômico mais poderoso e mais esperto na negociação. Foi muito difícil juntar a quantia de dinheiro necessária para a privatização da mineradora, que era alvo das atenções de vários e poderosos capitalistas.

A julgar pela propaganda da mídia, tudo indicava que o grupo Votorantin chefiado pelo industrial Antônio Ermírio de Moraes, seria o grande vencedor na disputa pela Vale. Aliás, não haveria nem por que chamá-lo de vencedor, já que estava prevista uma associação dele com o Grupo Centrado da CSN e outras Siderúrgicas, além da Anglo American. Esta mineradora com larga experiência no Sul da África teria fortes razões para investir em uma mineradora do porte da CVRD na América Latina. Alguns fundos de pensão chegaram a compor com este grupo no início das conversações.

Os fundos de pensão que iriam compor com Antônio Ermírio de Moraes foram o Centrus, fundo de pensão do Banco Central, e a Sistel, que assume o fundo de pensão da TELEBRÁS.

Ao discutir a participação, na direção da empresa, isto é, a possibilidade de direção compartilhada, o Grupo Votorantin não aceitou, dada a estrutura tradicional familiar que sempre conduzira as normas de gerenciamento de seu complexo empresarial. Esta situação tornou impossível o acordo entre os principais grupos dos fundos de pensão para a compra da empresa em parceria com o Grupo Votorantim, quando o referido grupo tradicionalmente familiar propunha que os fundos de pensão não precisariam entrar com dinheiro no negócio.

Ao analisar tal proposta, o dirigente do maior fundo de pensão do país respondeu que, na verdade, não precisaria entrar com dinheiro. Isto não seduziria à Previ, o fundo com maior participação na Vale (6,9% do capital votante na CVRD). “Não bota dinheiro, mas também não manda”, teria ele respondido (G. M. 19/04/1997).

Por não se entenderem com o grupo Valecon, os fundos de pensão de maior representatividade aderiram à proposta que tinha na CSN sua principal referência veiculada na imprensa:

> Os fundos de pensão Previ, Petros, Fapes, Funcesp e Funcef, formalizaram ontem sua participação no Consórcio Brasil liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) garantindo assim a presença no leilão da Companhia Vale do Rio Doce, no próximo dia 29 (G.M. 19/04/1997).

Em outros termos, vários fundos de pensão de grande expressão econômica romperam com o grupo chefiado por Antônio Ermírio de Moraes. Este, que já contava com o capital da Anglo American, mais o grupo japonês da Nippon Steel, formou o Consórcio Valecon.

Os artifícios que os diferentes governos se utilizaram para prosseguir com o processo de transferência do patrimônio público para o setor privado nos processos de privatização tomaram diferentes formas, a depender das condições objetivas. Assim sendo, da mesma forma que o Presidente Collor adotou as táticas do aviltamento do valor de mercado e da adoção das conhecidas moedas podres, Fernando Henrique iria também em busca de outros ardis não menos antiéticos para privatizar a CVRD.

No mês de junho de 1996, começaram as ações diretas com o objetivo da privatização da CVRD, quando o governo formalizou, oficialmente, a inclusão da maior mineradora de ferro do mundo no Programa Nacional de Desestatização. Com efeito, o mesmo autorizou o BNDES a contratar os consultores chamados de "independentes" que se encarregariam da avaliação econômico-financeira e da sua modelagem de venda. (Almeida, 1997, p. 17). Em agosto do mesmo ano, foi dado outro grande passo neste sentido, quando o governo publicou o edital de licitação das empresas de consultoria, encarregadas da avaliação e da modelagem da sua venda.

No mês subseqüente, o governo divulgava outras decisões de impacto sobre o processo de privatização.

Apesar do desgaste do PND, devido à desmoralização dos primeiros governos neoliberais no Brasil, a privatização da CVRD, de forma vergonhosa para a totalidade da base política, iria trazer para o prestígio do governo perante o mercado financeiro mundial novo alento. É por isso que se supõe não terem ocorrido as referidas privatizações devido às razões de caráter exclusivamente econômico, e/ou também às polêmicas que esta ação por demais atrevida do neoliberalismo causava nos vários setores políticos. Este leque incluia representações politicas situados desde a mais extrema esquerda até aqueles que, embora estejam no centro-direita ou mais à direita. Estes, embora raras vezes, também são contagiados pelo senso de brasilidade, de defesa da economia e do nacionalismo. Estes são suportes do governo nas horas das grandes decisões, mas, pelo menos no início, podem ter papel de aliados de segunda mão na partida para as grandes lutas, como ficou demonstrado na marcha pelas diretas na metade dos anos 80.

Assim, em setembro, o governo divulgou a notícia da venda incluindo a aprovação do modelo de privatização da CVRD. Este foi um dos momentos conhecidos como "balões de ensaio," lançados nos primeiros momentos de cada uma das privatizações mais expressivas desde o início dos anos 90.

A resposta ao atrevimento do governo em afrontar a sociedade, colocando à venda um

enorme pedaço do solo e do subsolo do Brasil, veio logo em seguida de diversas direções, isto é, de todas as posições políticas, desde elementos isolados que pertenciam à base de apoio diretamente comprometida com o governo, por força do capital envolvido nas escaramuças da campanha, às organizações sindicais de esquerda, mais diretamente atingidas pela onda de desemprego, que neste processo também demonstraram estar mais identificadas com a preservação do patrimônio público, com as conseqüências sociais destas e de outras políticas neoliberais aceleradas nos anos 90, logo no início do governo Collor, assim como, e principalmente a relevante questão do desemprego, assunto que será tratado em outra parte deste trabalho.

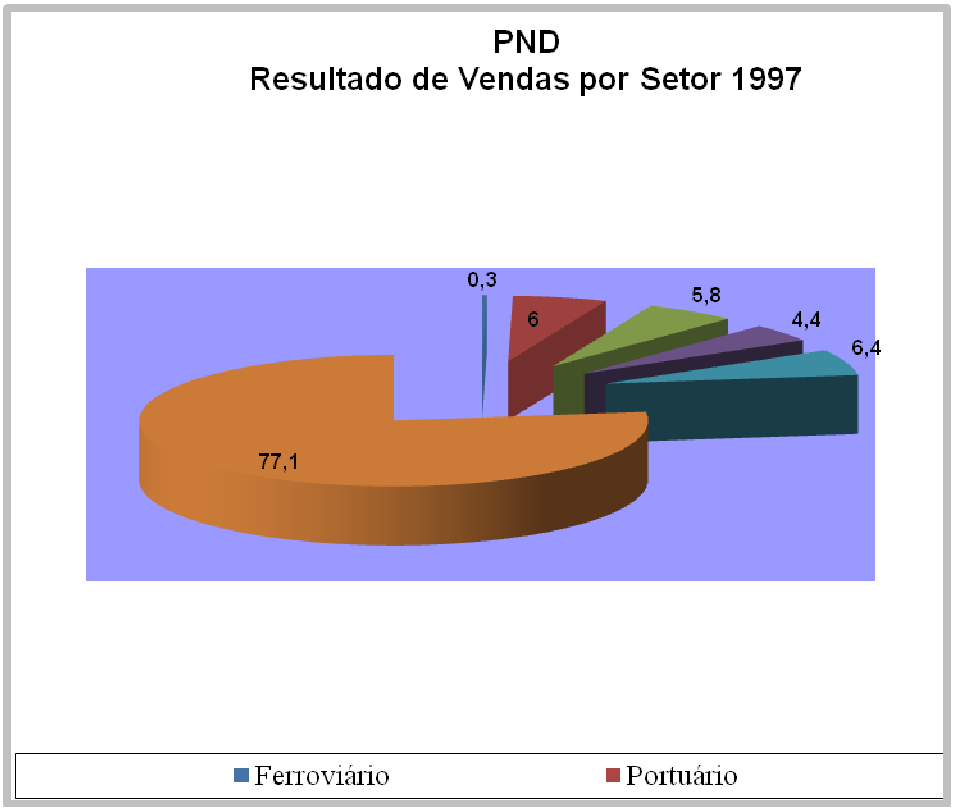
O fato é que as referidas políticas do governo, por um lado, fortaleciam e mantinham as alianças em base de governo de orientação neoliberal às custas de muito dinheiro investido na compra de votos, ou ainda em outras palavras usavam o dinheiro das próprias privatizações para manter a base de apoio do programa de desestatização. Mas, isto também acirrava a luta pela resistência ao neoliberalismo, apesar do enorme poder do capital financeiro que o mantinha, sustentando a acirrada campanha.

Desde l989, a sociedade já vinha sendo, progressivamente, cindida de cima para baixo, num processo de polarização nunca visto, em torno de posições ideológicas que à medida que vinham sendo implementadas, tornavam-se mais claras em seus objetivos.

O discurso monetarista da estabilização da moeda, que é um dos objetivos perseguidos pelos economistas respaldados pelos neoclássicos mais ortodoxos e pelos demais defensores da ideologia neoliberal, também surgiu naquele momento como "remédio" para o pavor da população contra o processo inflacionário devastador que há mais de dez anos vinha assombrando todos aqueles que tinham grande parte dos seus salários corroída no fim de cada mês. Assim, à medida que se avolumavam as quantidades de capital financeiro que entravam no país, registradas nas estatísticas econômicas, também cresciam as duas tendências às referidas polarizações. Colocavam, de um lado, os defensores das privatizações das empresas estatais, pensando nos seus interesses econômicos; e, de outro, mantinham aqueles setores contrários à venda de estatais (já mencionados), preocupados com as conseqüências sociais.

A privatização da Cia. Vale do Rio Doce, mesmo tendo sido vilipendiada pelos gestores das políticas de privatização em 1997, muda o quadro de privatizações no Brasil. No gráfico 13, verifica-se que a CVRD representa 77,1% de todas as privatizações ocorridas em 1997.

**GRÁFICO 13** - PND – RESULTADO DE VENDAS POR SETOR 1997.




**Fonte:** BNDES/FINAME.

Ao ligar o canal da TV Globo, assitia-se a mesma idéia que promovera o presidente Collor, formando inclusive o "mito" de "Caçador de Marajás". Assim, defronta-se com um comentarista tratando da questão da venda da CVRD. Argumentos quase sempre com aparência inocente e sutil, repetidos no dia-a-dia, terminavam atraindo a atenção do público e ligando a imagem pública da CVRD à do elefante que este canal fazia veicular nos horários nobres em todas as cores que ali sintonizasse. No caso da imprensa escrita, esta questão era ainda mais contundente, no trabalho que se somava ao da TV Globo e dos de outros meios de comunicação, desde os artigos do jornalista Luiz Nassif aos de Elio Gaspari, ou aos da coluna do dr. Roberto Campos, liberal histórico, denominada *Lanterna na Popa.*

Em artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, do dia 22/04/97, intitulado "Prós e Contras a Venda da Vale", no mesmo período em que o ator Raul Cortez aparecia como uma das referidas propagandas no Canal da TV Globo sobre a venda da CVRD sob o título *O que Vale e o*

*que Não Vale na Venda da Vale*, também o jornalista Luiz Nassif, repetiam as mesmas palavras do governo: que as únicas características de empresa pública da Vale, a indicação de sua diretoria, quase sempre palco de disputa de grupos e os benefícios que concedia aos funcionários, em valor superior ao que deveria oferecer aos seus acionistas, no caso o Estado; que a Vale nunca tinha sido instrumento de política do governo e, portanto, não seria nenhum objeto de política estratégica do governo.

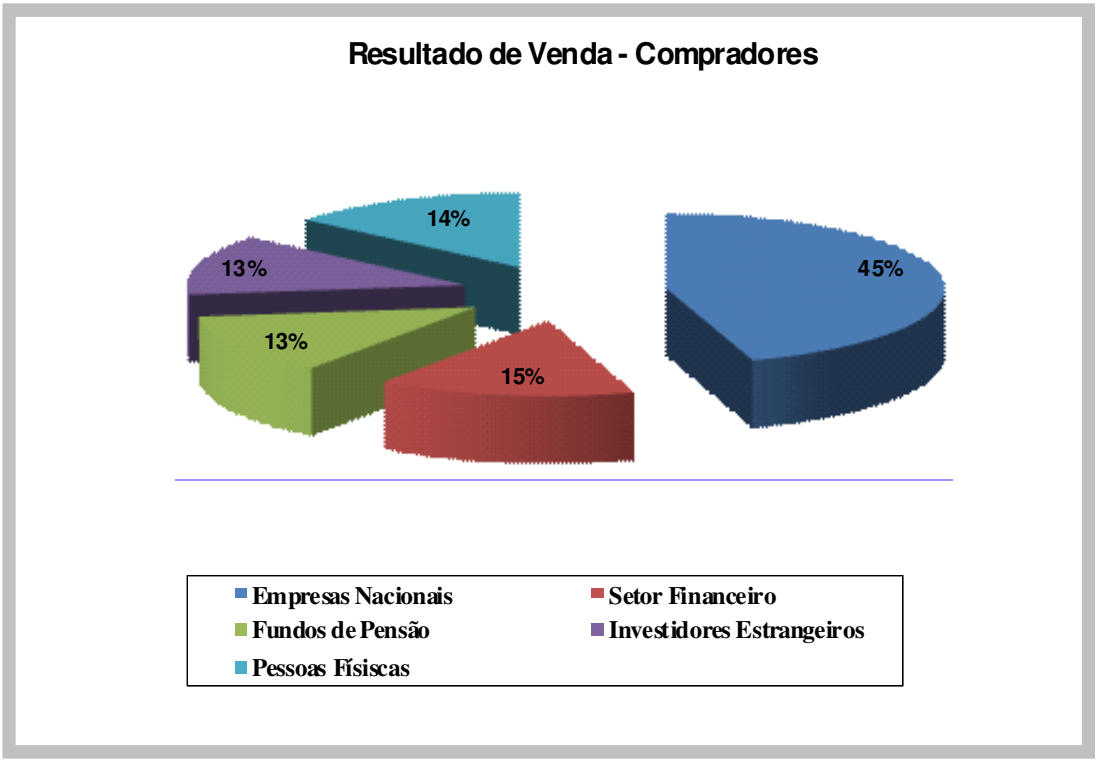
Já se comentou, em várias partes deste trabalho, a relação entre as políticas de governo e a crise econômico-financeira das empresas estatais em todos os momentos de sua história.

Ao se observar o gráfico nº 13, acima, projetado pelo próprio BNDES, banco estatal, pode-se tirar dele algumas conclusões. A primeira delas é que, da forma que ele apresenta o resultado das privatizações até o ano de 1997 mostra que o setor financeiro se apropriou apenas de 15% do patrimônio público deste país. Entretanto, esta é uma informação enganosa. Ela é, acima de tudo, uma desinformação, pois, da forma como o BNDES divulga os resultados das privatizações, a julgar pelo gráfico em análise, tem-se a idéia (errada) de que também as empresas nacionais compraram 45% do total das empresas privatizadas até àquela data.

Uma observação mais criteriosa tanto poderá ilustrar melhor o fenômeno das privatizações, mostrando quem realmente se apropriou da enorme massa de mais valia cristalizada, como poderá também desfazer a idéia de que as privatizações quebraram o monopólio na economia. Somando-se a quantia de 13%, correspondente aos fundos de pensão, mais os 15% declarados como setor financeiro pela instituição, 13% do capital estrangeiro, mais uma significativa porcentagem correspondente à parte das empresas nacionais, que envolvem operações financeiras, a conclusão a que se pode chegar não deve ser outra. As empresas estatais tiveram efetivamente como compradores a parte do capital que se nutre da especulação financeira no mercado.

Não se trata de investimento produtivo. Tais compras movimentam capitais tanto em dinheiro como em mercadoria. Trata-se, portanto, de uma operação que envolve o capital no primeiro e no terceiro estágio do ciclo da reprodução, na esfera da circulação, onde não ocorre a acumulação nem a reprodução ampliada. Não se trata de um movimento do capital na esfera da produção e criação de emprego, e onde este soma a mais-valia no ato do processo predominantemente produtivo.

**GRÁFICO 14** - RESULTADO DE VENDA – COMPRADORES




**Fonte:** BNDES/FINAME.

Um dos elementos que comprovam essas afirmações que se vêm fazendo acerca dos interesses do capital financeiro nas privatizações é a sua composição acionária antes e depois desse processo. No gráfico 14, acima, se observa que as empresas nacionais ficaram com 45% do total das ações da CVRD. Mas, resta saber se tal montante foi pago ao governo por meio de moeda corrente ou também corresponde a títulos existentes no mercado de capitais, da mesma forma que os 13% que aparecem como participação dos fundos de pensão. No caso da USIMINAS, uma das principais polêmicas levantadas foi a questão das moedas de privatização. No caso da CVRD, outros elementos igualmente importantes para o questionamento da retórica com que o governo buscava continuar as suas ações, além das razões anteriores, são os preços vilipendiados, com que o governo fez de tudo ao seu alcance para subestimar o valor desta empresa, que foi reconhecida como a maior mineradora de ferro do mundo. E não somente por isto. Além do minério de ferro, esta empresa conseguiu fortalecer a economia brasileira com fornecimento de uma grande variedade de outros minerais, tanto para o mercado interno como para o externo.

## 6.6 PRIVATIZAÇÃO E FUNDOS DE PENSÃO

Vimos no capitulo III deste trabalho que, nesta fase do imperialismo, o capital financeiro consolidou sua hegemonia sobre o capital industrial (capital produtivo), desde o final da década de 1970 (Chesnais, 1999). Um dos fatos de relevância que se deve estudar nos processos de privatização no Brasil é a influência que os fundos de pensão (expressão do capital financeiro) exerceram, às vezes pela sua natureza, outras vezes por imposição do governo. Dito de outra forma: manipulados pelo governo. Também vimos no capitulo I que o Estado ideal para os teóricos do neoliberalismo é aquele formulado por Adam Smith, no século XVIII. Embora paradoxal, o Estado liberal se assemelha ao "Estado mínimo" usado na retórica neoliberal para justificar a reforma do Estado desenvolvimentista - o que agravou o crescimento do desemprego no Brasil, principalmente na década de 1990.

Veremos, nesta parte do trabalho, que, na segunda metade da década de 1990, a ofensiva da ideologia neoliberal facilitou o processo de privatização e o conseqüente desemprego. O universo utilizado para este estudo nesta parte é o caso da Cia. Vale do Rio Doce.

À medida que evoluiu o processo de privatização, avançou a presença dos fundos de pensão na administração das empresas estatais. No caso da Cia. Vale do Rio Doce, como se poderá ver, o poder político e econômico dos fundos de pensão foi decisivo para a privatização desta estatal.

A tabela nº 13, abaixo, mostra a presença dos fundos de pensão em diferentes processos de privatização. Nota-se que a presença de tais instituições nas privatizações das empresas estatais, como em qualquer empreendimento, está obviamente na razão direta da sua importância econômica e/ou da sua experiência histórica no mercado de capitais no Brasil.

Os fundos de pensão presentes nas privatizações, de 1991 até 1997, o ano da privatização da CVRD, o PREVI e o LITEL, são os que têm sua maior presença demarcada em todas as privatizações ocorridas até aquele momento.

**TABELA 5** - PARTICIPAÇÃO DOS FUNDOS DE PENSÃO SUPERIORES A 5% NAS EMPRESAS PRIVATIZADAS. PERÍODO: 1991 – 1997.

| EMPRESAS | DATA DA PRIVATIZAÇÃO | FUNDOS | PART. CAPITAL VOTANTE |
|---|---|---|---|
| Usiminas | 24.10.91 | Previ | 15,0% |
| | | Valia | 7,7% |
| Celma | 01.11.91 | Telos | 5,3% |
| Mafersa | 11.11.91 | Refer | 90,4% |
| Acesita | 22.10.92 | Previ | 15,0% |
| | | Sistel | 9,2% |
| CSN | 02.04.93 | Caixa Benef. CSN- | 9,8% |
| Embraer | 07.12.94 | Previ | 9,8% |
| | | Sistel | 9,8% |
| Escelsa | 11.07.95 | GTD Participações | 25,0% |
| CVRD | 06.05.97 | Litel Participações | 39,0% |
| | | Previ | |
| | | Petros | |
| | | Funcef | |
| | | Funcep | |
| **Concessões** | **Data da Concessão** | **Fundos** | **Part. Capital** |
| Tecon I | 17.09.97 | Previ | 20,0% |
| | | Sistel | 15,0% |

**Fonte:** BNDES.

A composição acionária da Companhia Vale do Rio Doce, após sua privatização, não deixa dúvida acerca da importância econômica dos fundos de pensão, tanto durante o processo de privatização como depois da conclusão da venda da empresa. Enquanto o Nations Bank, uma das instituições financeiras que mais chamou a atenção da imprensa, figura com 8,97%, como um dos proprietários mais fortes, cinco fundos de pensão em conjunto representam 39,29%. Neste caso, qual o maior grupo de acionistas da CVRD após sua privatização?

O BNDESPar e os empregados, que tanto contribuíram para legitimar os discursos do governo, representam apenas 9,47% da composição acionária da empresa. A CSN, que teria liderado o movimento em torno das privatizações, no gráfico que mostra a composição dos proprietários da CVRD, ocupa o 2º lugar no poder econômico dos acionistas; no entanto, é preciso ver o desdobramento da forma como o seu representante, Benjamim Steinbruch, entrou neste processo e em que circunstâncias.

Outro componente dos proprietários da CVRD é o Banco Oportunity, que figura em 3º lugar com a quantia de 16,73% do total das ações.

Coutinho (1997), em trabalho sob o título: "O Desenho Financeiro de um Modelo de Financiamento para a América Latina", faz uma análise corporativa do papel que os fundos de pensão têm cumprido em outros países da região, tomando como referência (desigual) o Chile, onde existe o modelo de previdência privada compulsória. Nos demais países, segundo o autor, com raras exceções, a poupança compulsória e seus investimentos não funcionaram a contento. Ele sugere uma espécie de "parceria" entre o Estado e os fundos de pensão na alavancagem do desenvolvimento. Assim os fundos de pensão representariam um esforço adicional ao do Estado:

> É evidente que este esforço adicional de poupança e investimento não pode dispensar a participação do setor público, particularmente nos setores de baixo retorno e de longo período de maturação, de características sociais ou de capital social básico, sem falar nas responsabilidades públicas de expansão das infraestruturas de educação básica, saúde, saneamento, meio ambiente. 46

Coutinho acha que tudo isto corresponderia a um esforço conjugado em que o sistema financeiro privado, os fundos de pensão, além de outros investidores institucionais e o setor público envidaram imensos esforços para viabilizar um patamar mais elevado de formação de capital fixo, que deveria aproximar-se de 25% a 26% do PIB. Pelos seus cálculos os fundos de pensão ainda estariam longe de atingir esta garantia ideal, porquanto uma das finalidades das privatizações, segundo ele, era revitalizar o mercado de capitais do qual fazem parte os fundos de pensão. No entanto, afirma o autor: "sua atuação no processo de privatização foi inicialmente vigorosa, situando-se em 35% do valor total negociado em 1991 e 25,3 % em 1992". Entre 1993 e 1996 os fundos de pensão recuaram ainda mais (teriam atingido 4,1%, em 1993, e 3,33% em 1996).

Outro estudioso que participa do otimismo com os fundos de pensão como alavancadores do desenvolvimento quando ligados às privatizações, é Fernando Nogueira da Costa. Para este, as privatizações estariam abrindo novas fontes de investimentos e funcionando como um bom negócio para os fundos de pensão. Ele não negava que os leilões tinham sido uma fonte de negócios para os fundos de pensão, ao afirmar:

---

[46] COUTINHO, Luciano. *O Desenho de um Modelo de Financiamento para a América Latin*. In. Fundos de Pensão. *Novo Fator de Desenvolvimento na América Latina,* UNICAMP/ABRAPP, Campinas, 1997.

> [...] participando dos leilões de privatização os fundos puderam desovar títulos de rentabilidade duvidosas, como as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), adquiridas compulsoriamente, que se revelaram uma autêntica moeda podre (1997: 47).

O otimismo desse autor é grande, de forma que ele mostra como, por meio das privatizações, os fundos de pensão brasileiros ganharam espaço no Conselho Administrativo das Empresas estatais mais importantes depois de privatizadas. Na verdade, ele festeja as privatizações das empresas estatais como uma vitória dos fundos de pensão, pois, sem a transferência das empresas públicas para o setor privado, seria praticamente impossível o acesso às referidas instituições. O compartilhamento administrativo ficaria impossibilitado.

Os trabalhos que se acaba de analisar devem ser devidamente contextualizados, porque, com as privatizações das usinas siderúrgicas e do setor petroquímico, os governos de Collor e Itamar já tinham privatizado quase tudo o que poderiam privatizar sem as reformas ocorridas, entre 1993 e 1995, na Constituição. O trabalho de Nogueira da Costa, publicado pela ABRAPP, expressava ao mesmo tempo a sua proposta e suas sugestões para o governo de FHC. Coincidência ou não, antes e depois das reformas, proliferaram os fundos de privatização. Muitos deles, para atender a quem estivesse interessado nos títulos formadores das chamadas moedas podres, tais como: Fundo de Privatização das Dívidas Securitizadas, Fundos de Certificados de Privatização, entre outros.

A razão para esta "corrida do ouro" foi a notícia de que, finalmente, o PND iria deslanchar.

Segundo Balarin (1997), os fundos que tinham como objetivo as privatização já existiam, desde 1990, mas ainda não tinham deslanchado. Entretanto, afirma a colunista:

> No segundo semestre de 1996, com os primeiros indícios de que o programa de desestatização iria finalmente ganhar maior velocidade neste ano, muitos administradores de recursos decidiram apostar de vez no produto: o resultado? Dezenas de fundos pipocaram aqui e ali, desde produtos para quem tem mais de US$ 10 milhões para aplicar, até fundos que aceitam aplicações mínimas de R$ 500.[47]

[47] *Gazeta Mercantil, março de 1997, B-1.*

Sob o sugestivo título *Fundos de Pensão e Democracia Social*, o colunista Luiz Nassif demonstra grande preocupação acerca destes fundos de pensão. Ainda em 1995, em momento de grande impulso na formação do grande número de fundos de privatização, o governo se auto-intitulava de liberal social. Em seguida, alguns possíveis porta-vozes deste tipo de pensamento também fizeram *suas* as palavras do Presidente da República. Isto sempre facilitou a difusão do pensamento dominante para boa parte do chamado pensamento único que tem acesso a este tipo de imprensa.

Há justificativa para se fazer esta análise. O discurso do referido jornalista, deve-se ao fato de ele ter dito do mesmo, depois de ter criticado as intromissões dos fundos de pensões nas administrações das empresas das quais passam a fazer parte. Depois, ele apresentou um receituário (uma espécie de cartilha) com algumas sugestões que tais instituições, segundo ele, deveriam ser fáceis de resolver, devido à estabilidade da moeda: maneiras de avaliar os investimentos imobiliários mais adequados, definição do sistema de capitalização individual dos fundos; instrução para entregar a administração de carteiras a instituições financeiras e, por fim, permitir a portabilidade das cotas.

Estas duas últimas sugestões são as que mais dizem respeito às últimas críticas feitas aos fundos de pensão estatais (as EFPP) pelos colunistas de tendência neoliberal e dirigidas, principalmente, por aqueles que se sentiam "decepcionados" com a diferença entre o comportamento das referidas instituições no Brasil em relação àquelas de mesmo caráter nos EUA.

Em síntese, Nassif preceitua que os fundos de pensão entreguem sua administração a instituições financeiras profissionais e, por fim, permita a portabilidade dos fundos. Assim, segundo ele, *Com estas providências facilitando a abertura de novos fundos, o modelo permitirá que os fundos se convertam na porta de entrada do Brasil na era do moderno capitalismo social.* [48]

Além das opiniões e críticas vistas acima acerca dos fundos de pensão, existem ainda aquelas cujo conteúdo se aproxima ainda mais da visão neoliberal predominante na economia e na política brasileira a partir dos anos 90. Portanto, são essas as que encaram a sociedade brasileira como algo que deve ser formatado, tomando-se como o "tipo ideal" as coisas do "primeiro mundo".

[48] NASSIF, Luiz. In.: Folha de São Paulo. janeiro de 1995.

Neste tipo de análise, quase sempre os EUA, a Inglaterra e alguns países da Europa ocidental são vistos como modelos a serem alcançados na trajetória da modernidade. Como exceção a esta regra, Luciano Coutinho (1997), cita o caso do Chile como modelo de previdência privada, embora com ressalvas ao seu aspecto compulsório e monopolizado. Quem assistiu à batalha dos setores de trabalhadores organizados contra a privatização da previdência universal que ocorreu em Brasília, a privatização da USIMINAS e a CVRD na frente da bolsa de valores do Rio de Janeiro, durante os governos de Collor e de FHC, sabe que não há muita diferença entre estas lutas na implantação das políticas neoliberais, e os combates em que Pinochet saiu vencedor contra o povo e a *democracia popular* no Chile. Para a implantação destas mesmas políticas neoliberais no Chile, o pressuposto foi a tomada do poder, porque naquele momento histórico, o *Consenso de Washington* sobre o "Estado mínimo" ainda não era senso comum, necessitando da "*manu-militari."*

No Brasil, por sua vez, não foi necessário bombardear o Palácio do Governo como foi feito no Chile. Bastou uma aliança do PFL com PSDB; entretanto, da mesma forma que o jornalista Luiz Nassif, também o Senador Jorge Bornhausem (PFL-SC) radicaliza mais ainda na sua crítica aos fundos de pensão.

O referido Senador em seu artigo intitulado *O Papel dos Fundos de Pensão Estatais* (F.S.P. 23/03/2001, A-3), mostra-se indignado com os rumos que as EFPP estão tomando no Brasil. Ele contesta a interferência dos fundos de pensão nas administrações das empresas nas quais investem o seu capital.

Da mesma forma que o jornalista Luiz Nassif escrevia em 1995, também este Senador dá a receita do que ele entende que seria o bom caminho para os "Pension Founds" como ele chamou os EFPPs do Brasil:

> Os nossos fundos têm um grande papel a exercer na economia. Sua presença no cenário econômico deve ser marcada pela valorização do mercado de capitais e também pelo estímulo às atividades produtivas adotando os padrões internacionais.

Ele contesta também a "intromissão dos fundos de pensão na desestatização das empresas do Estado", ao defender que: (...) não poderão assim avançar em projetos que possam resultar em re-estatizações indiretas, longe até da fiscalização dos tribunais de contas.

O Senador encerra suas afirmações de condutor do "bom caminho" para os fundos de pensão brasileiros que, segundo ele, também deveriam seguir as rotas dos fundos privados denominados "Calpers", do Estado da Califórnia: *Para que os reais objetivos de aprimoramento e modernização dos fundos sejam atingidos, o Congresso, solidário com o governo e em linha com a sociedade deverá fazer a sua parte.*

Já foi comentado na seção anterior o papel que as moedas podres cumpriram nos processos de privatização da USIMINAS. O que faltava fazer era relacionar as referidas moedas podres ao poder que tinham estes credores do Estado.

Na última seção deste trabalho, pretende-se mostrar que, quando as siderúrgicas e as indústrias químicas foram privatizadas, os fundos de pensão estavam apenas "ensaiando" seus passos para partir para as outras grandes privatizações, que viriam a ocorrer após as reformas propostas para a desregulação de outros monopólios estatais, ocorridas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

Matijascic (1994) realiza um trabalho que tem o mérito de relacionar as moedas podres, os fundos de pensão, a dívida interna e as privatizações das empresas estatais, relação que poucos estudiosos tinham feito antes. No referido trabalho, uma das críticas feitas pelo seu autor contra as privatizações é que não é justo trocar empresas produtivas, de capacidade competitiva internacionalmente reconhecida, por moedas podres. Isto se tornou tão consensual entre os estudiosos desta questão, que mesmo aqueles defensores da legitimidade do processo, embora suas análises economicistas estejam embasadas nas normas do Direito (burguês) e na economia neoclássica, habituaram-se a chamar de **moedas podres** os títulos que formavam a "cesta" de tais moedas de moedas.

Matijascic vê a possibilidade de as EFPP participarem de diversas empresas (estatais) em diferentes setores, aproveitando ou potencializando a capacidade cinergética desta interação:

> Se observarmos cuidadosamente o leilão da USIMINAS, perceberemos que as cotas adquiridas pelos fundos, associadas àquelas adquiridas pela CVRD – uma destacada empresa estatal que age de forma relativamente autônoma – as dos empregados e as já pertencentes ao fundo da empresa configuram um controle de mais de 50% das ações ordinárias leiloadas.49

[49] Op cit. P. 22

Outro aspecto importante na análise do último autor citado, é quando ele mostra que, se não existissem os fundos de pensão e esta anomalia das EFPPs em relação aos países do centro do capitalismo (imperialismo), as empresas estatais teriam seus preços ainda mais vilipendiados do que o foram. Ele cita como exemplo o caso da CSN, que foi vendida por um preço próximo do mínimo, devido ao impedimento temporário determinado pelo Presidente Itamar Franco quanto à participação dos Fundos de Pensão. O que Mtijascique realmente faz é mostrar o papel dos fundos de pensão na concorrência do mercado de capitais: elevar os preços das estatais.

De qualquer forma, é importante destacar outras questões que, concordando com ele ou não, são importantes, levantadas pelo autor.

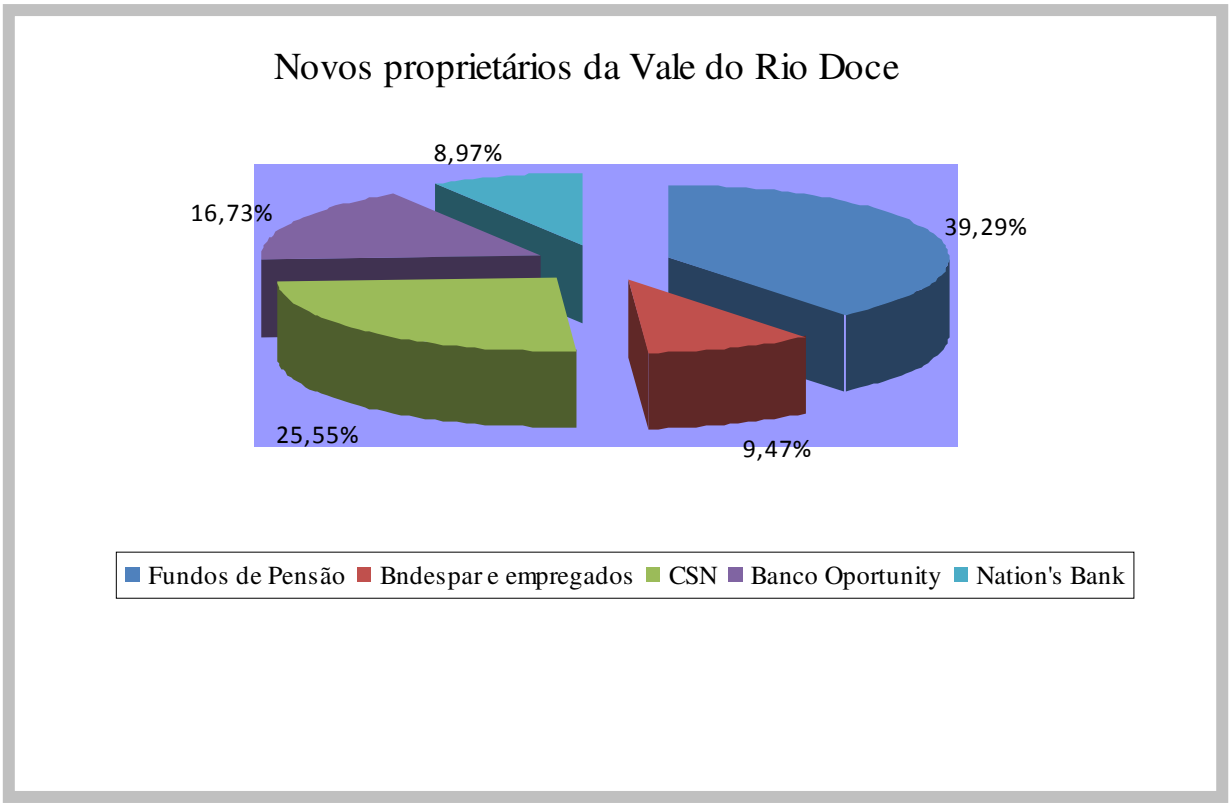
Apesar de compartilhar o otimismo de Coutinho e outros, este autor também entende que os fundos de pensão têm boas perspectivas com as privatizações. Mas, levanta a preocupação no sentido de que tais instituições deveriam dirigir seus recursos para o setor produtivo da economia. Ele avalia:

> O modo de investir das EFPP é semelhante àquele dos investidores especulativos. Esta postura tem lógica no sentido microeconômico. Se um agente tem a expectativa de que determinado ativo vai se desvalorizar em face de outros, num determinado período, ele prefere alterar o seu portfólio e maximizar os ganhos.50

Em seguida, se mostrará um gráfico, cujo objetivo é o de mostrar o poder econômico que passaram a ter os fundos de pensão nas empresas estatais, a exemplo da Cia. Vale do Rio Doce.

[50] Idem.

**GRÁFICO 15** - NOVOS PROPRIETÁRIOS DA VALE DO RIO DOCE.




**Fonte:** BNDES

Observando-se o gráfico nº 15, acima, não há dúvida quanto ao peso que representaram os fundos de pensão nas privatizações das empresas estatais. Eles têm parte de sua história recente no Brasil ligada a esses processos de privatização das referidas empresas. Tanto aqueles como estes estão ligados à crise do capital. Mas, enquanto os fundos de pensão administrados pelas suas empresas patrocinadoras tornaram-se, no decorrer do processo, os agentes de privatização, as empresas estatais tornaram-se as riquezas privatizadas, levando para a sua direção os agentes do capital financeiro especulador; ou seja, enquanto as estatais são vendidas, os fundos de pensão passam a fazer parte de sua direção depois de privatizadas.

Conforme mostra a tabela nº 13, acima, os cinco maiores fundos juntos passaram a ter um percentual de 39% das ações que dão direito a voto na CVRD. Não é difícil compreender qual a razão desta ligação dos fundos de pensão com os agentes do mercado de capitais, ao se considerar que ambos estão condicionados ou subordinados às crises. Mas vale salientar que, enquanto esses fundos são formas de intermediação do capital financeiro ligado às empresas que os patrocinam,

os governos neoliberais, ao mesmo tempo em que são estimuladores, são suas presas, dada a dimensão que tais instituições têm assumido.

Isto já se mostrou no capitulo 5 deste trabalho.

Por outro lado, é preciso articular a atuação dos referidos fundos de pensão com as crises, isto é, as dificuldades financeiras porque tem passado o Estado. Eles foram utilizados da mesma forma que as empresas estatais. Utilizaram-nos para substituir os capitalistas durante uma fase da crise; da mesma forma, foram os capitalistas tradicionais, como o grupo Votorantim, substituídos no momento que os governos subordinados ao FMI e ao Banco Mundial privatizaram as referidas empresas. Isto, à medida que a crise foi tomando maiores proporções e exigindo, através dos governos, maiores sacrifícios da sociedade para esta pagar pelo menos os juros impostos pelo capital financeiro. Portanto, os juros que realimentavam a elevação do déficit público levaram os governos a submeter as políticas públicas e a emitir títulos no mercado de capitais.

O governo ao emitir títulos das empresas estatais, não para utilizar os seus recursos captados como reinvestimento na reprodução ampliada do seu capital e criar mais emprego, foi semeando uma enorme quantidade de papéis que viriam depois a ser utilizados pelos agentes do próprio capital financeiro para adquirir por preços aviltados as empresas, que tinham conseguido driblar a crise e que eram competitivas, por preços aviltados, usando os referidos títulos já muitíssimo desvalorizados e que ficaram conhecidos como moedas podres.

Por essa razão, pode-se afirmar que tais títulos, manipulados pelos agentes do mercado financeiro, utilizando como legitimidade os discursos neoliberais forjados no *Consenso de Washington,* tornaram-se instrumentos eficazes e perigosos nas mãos dos administradores dos fundos de pensão. Isto porque tais títulos se constituíram parte das moedas podres tão contestadas por aqueles que resistiam a entrega do patrimônio público ao setor privado, já nos anos 90, nos setores petroquímico e siderúrgico e, depois, no caso da CVRD. Esses títulos são intermediações que, ao lado das taxas de juros elevadas, foram os principais determinantes do fenômeno da crise financeira do Estado, cujos desdobramentos têm causado tão elevado custo à sociedade, em especial, o flagelo do desemprego dos trabalhadores.

Os diferentes e sucessivos governos que ocuparam o poder nos anos 80 e 90, a partir das repetidas manifestações da crise do capitalismo, foram envolvendo suas políticas com esta manifestação concreta do capital financeiro na economia brasileira, sua história política, econômica e social. Paralelamente, foram acumulando-se os desequilíbrios financeiros, até que o

Estado brasileiro foi, cada vez mais, tornando-se refém das determinações da lógica do capital especulativo. Suas manifestações atingiram todas as áreas da economia, colocando os governos como presas da lógica desta manifestação desta fração do capital que se tornou hegemônica a partir da década de 1980. Tal seqüência de fatos ocorre principalmente a partir do início das crises do petróleo e da dívida externa sucessivamente, derrotando o Estado desenvolvimentista não só no Brasil mas em todos os países devedores.

O gráfico 6, apresentado no capítulo quinto deste estudo, chama a atenção para as colunas em amarelo, que representam a expressão da presença do setor financeiro nas privatizações. Vêm em seguida as colunas em verde, que mostram onde está situada a maior presença dos fundos de pensão, "personas" do mercado de capitais que se utilizaram das moedas de privatização, especialmente o Fundo Nacional de Desestatização (OFND) e as Debêntures da Siderbrás (SIBR).

Ao analisar tal fenômeno em um país cujos governos sucumbiram a esta lógica bem antes do Brasil e da Argentina, Guillermo O'Donnell[51] mostra a forma como o capital financeiro lançou os seus tentáculos na economia e na sociedade, por meio do Estado, e subordinou a sociedade num efeito bola de neve de nefasta e incalculável dependência. Apesar do artigo do eminente sociólogo do país vizinho abordar o que os "Policy-Makers" do capital financeiro afirmam tratar-se de outra realidade, de outro país, não se pode, nem se deve, perguntar por quem os sinos dobram, quando outros vizinhos estão sendo pressionados pelas nefastas pressões do FMI. Eles dobram por toda a América Latina e também por todo o proletariado brasileiro, onde esta mesma lógica já devorou toda a infra-estrutura no processo que o referido estudioso do mesmo fenômeno chamou de "apetite voraz deste capital" em suas conexões perversas provocadoras de sucessivas tragédias nestes países.

É evidente que neste trabalho não há espaço para uma análise mais profunda deste aspecto do fenômeno. Cabe lembrar, entretanto, que já se demarcou um referencial teórico que se considerou como pressuposto para a análise do processo de privatizações no Brasil e a da sua conexão com a totalidade da mundialização do capital financeiro (capítulo 3).

Além disso, naquele capitulo, se mostrou a velocidade com que os fundos de pensão têm crescido como expressão concreta da *financeirização* do capital também em outros países. Como a ideologia neoliberal não é nenhuma invenção brasileira nem mesmo latina, torna-se forçoso

[51] O'DONNELL, Guillermo. *Argentina Em Transe*. In. Folha de São Paulo, 15 de abril de 2001, Caderno Mais.

relacionar a lógica anglo-saxônica da pátria dos fundos de pensão com as suas conseqüências no Brasil, entre outros "produtos" para aqui exportados, embora as suas etiquetas sejam diversas.

Como já foi mencionado no capítulo 4, dada a forma como se consolidou a economia brasileira, com subsídios públicos de várias formas e com empresas privadas falidas em meio às constantes crises do capital manifestas junto àquelas empresas ao seu número de funcionários[52], também germinaram os primeiros fundos de pensão. Em alguns casos, o governo resolvia criá-los para substituir os capitalistas, já que estes eram historicamente incompetentes para assumirem o seu papel, a não ser tutorados pelas empresas estatais.

Nos processos de privatização, a partir, paradigmaticamente, da transferência da USIMINAS e da CVRD para o setor privado, tais capitais institucionais mostraram seu papel na política econômica do país. Os títulos emitidos pelo Estado, nas diferentes empresas que tinham sido levadas à falência seguindo às orientações do FMI, na década de 1980, e que foram desativadas pelo governo Collor, na década de 1990, foram utilizados para adquirir as empresas competitivas que este mesmo governo usou para dar "sinalizações ao mercado".

O início da década de 1980, após o segundo choque do petróleo e em meio ao cenário macroeconômico agravado pela crise das dívidas externa e interna, foi um dos momentos em que o governo mais utilizou os fundos de pensão como instrumentos de política econômica. Assim, a Resolução n.º 729 do Conselho Monetário Nacional determina o aumento do montante aplicado em títulos públicos, elevando de 15% para 30%, mas o seu total não poderia ultrapassar os 50%. Este último percentual era o limite fixado pela resolução nº 460 do CMN.

Portanto, o que aqui se discute é apenas a forma como o governo lançava mão dos fundos de pensão para evitar a evasão de recursos financeiros, o que agravaria mais a situação da credibilidade do Estado. Várias outras resoluções impostas aos fundos de pensão pelo CMN, visavam a solucionar os problemas oriundos da própria crise fiscal do Estado. Tal questão também já foi por demais tratada, na Parte I deste trabalho. Torna-se, assim, desnecessário voltar ao assunto. O que se mostrou nesta parte final é como os fundos de pensão foram utilizados nas ações concretas do Estado brasileiro em diferentes momentos da crise do capitalismo neste país. Por fim, mostrou-se como tais títulos terminaram exercendo grande influência no processo de privatização das empresas estatais.

[52] Para dar conta de tantas empresas falidas no setor privado, por exemplo, o BNDESPAR precisava Ter um número cada vez maior de executivos ou técnicos pagos pelo estado para administração de tais empresas.

Avelino (s/d) elaborou um trabalho acerca da influência dos fundos de pensão no processo de privatização no Brasil. Embora não tenha sido este o objetivo explícito no seu trabalho, este autor termina expressando a forma como os fundos de pensão e seus administradores penetram neste processo de diferentes formas. À semelhança do que ocorreu em outros países, também aqui o governo e algumas empresas que fizeram parte da gestão do PND, como contratadas, fizeram enorme propaganda sobre as vantagens que teriam os funcionários das empresas em processo de privatização comprando as respectivas ações.

Neste último caso, é interessante a abordagem que o referido autor faz, porque mostra ainda a relação dos fundos de pensão com as moedas utilizadas para aquisição das referidas empresas no PND, a partir dos anos 90. As dívidas vencidas de diversas empresas e autarquias extintas foram transformadas em títulos públicos quando o governo Collor imprimiu a marca do neoliberalismo no desmonte do Estado naqueles setores da economia, como o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), a Portobrás, a Nuclebrás e a Siderbrás. Tais trocas eram aceitas, desde que esses títulos passassem por um processo de securitização.

Ao analisar a relação dos fundos de pensão com as políticas econômicas dos governos na década de 1980, Avelino afirma que, naquele período de crise da economia brasileira os fundos de pensão desempenharam papel semelhante ao das estatais, o que não teria ocasionado danos mais sérios no curto prazo devido às altas taxas de juros vigentes internamente. Neste caso, os fundos de pensão, seriam tomados como instrumentos de captação de poupança compulsória. Nos anos 90, entretanto, os fundos de pensão assumindo a lógica do neoliberalismo no Brasil, adquiriram mais poder do que naquele outro momento que foram utilizados nas primeiras privatizações na década de 1980.

Na conjuntura apresentada nos anos 90, no novo cenário colocado pelo PND, após a ofensiva do governo Collor contra o que ainda sobrava de Estado desenvolvimentista, também os fundos de pensão cresceram em quantidade e qualidade, porque passaram de instrumento do governo para serem (também) manipulados pelas empresas patrocinadoras. Nesta nova ordem econômica instaurada pelo títere do neoliberalismo fantasiado de “caçador de marajás”, os fundos de pensão adquiriram tal força que foram também quebrando as “amarras” legais que os impediam de crescer. Aliados aos grandes bancos e aos grandes capitalistas brasileiros, os fundos de pensão passaram a sentar-se ao lado dos seus parceiros na aquisição das empresas estatais.

Após a vitória de FHC, em 1994, da mesma forma que o neoliberalismo conseguiu fazer a parte do Estado, dele se apropriando, também os fundos de pensão foram se envolvendo nas falcatruas dos agentes deste governo, na aquisição das empresas estatais. Exerceram ainda maior influência nos processos de privatização, pois o governo e as empresas patrocinadoras tiveram (e ainda têm) grande poder de decisão como fiel da balança nas decisões de quem seria o arrematador de alguns leilões.

Este mesmo "instrumento de política econômica" que estaria sendo utilizado no período anterior, isto é, na década de 1980, teria sofrido sucessivas modificações até chegar aos anos 90. Segundo Avelino, *agora, entretanto, não se buscava mais a compulsoriedade no financiamento da dívida pública, como na gestão Delfin Netto, por exemplo, mas sim constituí-los em alicerce do programa de privatização, obrigando-os a adquirir os certificados de privatização.* [53]

Foi neste mesmo período, buscando-se o mesmo objetivo das políticas neoliberais de Fernando Collor de Mello, que, segundo o referido estudioso, foram abolidas as restrições legais dos fundos de pensão para fins de aquisição de empresas privatizadas, diminuindo os rendimentos na composição do patrimônio.[54] Ao analisar-se a composição do patrimônio em ativos de tais empresas, percebe-se porque as ações dos fundos de pensão estão presentes à grande parte delas.

[53] AVELINO, Ricardo Rezende Gomes, S/D, p. 22.
[54] AVELINO, Ricardo Rezende Gomes. Fundos de Pensão: caracterização do quadro atual, com ênfase em sua participação no processo de Privatização. Meneo, Unicamp, Campinas – SP.

# CAPÍTULO VII

## NEOLIBERALISMO E DESEMPREGO NO BRASIL 1980-1998.

### 7.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, será feita uma análise da forma como se manifestou a luta entre os personagens representativos do trabalho contra os do capital durante a crise econômica agravada a partir do início da década de 1980. Será mostrado como contribuíram para o achatamento dos salários dos trabalhadores o baixo desempenho econômico, decorrente da recessão e das políticas públicas adotadas pelo último governo do regime militar. Sua política salarial refletia a sua condição de subalterno ao FMI e ao Banco Mundial. Da mesma forma, a sua política de redução dos gastos públicos também repercutiu negativamente sobre o Estado desenvolvimentista, em especial no sucateamento das empresas estatais e quanto à negligência no tratamento dispensado à sua força de trabalho.

Neste processo de luta de classes, será dada ênfase à resistência dos trabalhadores às formas de gestão da força de trabalho impostas durante a "Primeira Década Perdida". Posteriormente, se mostrará a relação existente entre a ofensiva neoliberal, iniciada no governo Collor, o aumento da velocidade e da dimensão das privatizações das empresas estatais, que aumentou durante o governo de FHC, e a conseqüente contribuição para o agravamento do desemprego no Brasil na década de 1990. Adicionalmente, se mostrará que o avanço das lutas dos trabalhadores, cujo ponto de partida já se iniciara na greve dos metalúrgicos de São Bernardo, em 1978, contra o arrocho salarial, desencadeou movimentos que duraram por mais de dez anos, indo decair no inicio da década de 1990. Isto, em face da força da ofensiva neoliberal, cuja expressão maior foi a mudança qualitativa do Programa Nacional de desestatização (PND). Para agravar esta situação, o governo Collor contribuiu para a criação de uma central sindical (a Força Sindical), cujo objetivo era o de defender e legitimar as propostas neoliberais contra os trabalhadores. Sua atuação contribuía para dividir a classe proletária e fortalecia os interesses conservadores do capitalismo atrasado do Brasil, principalmente contra o que ainda restava do Estado desenvolvimentista construído a partir da década de 1930.

No decorrer da avaliação deste processo, proceder-se-á à análise das metamorfoses do mundo do trabalho e das lutas dos trabalhadores nestas duas "Décadas Perdidas", sendo ainda demonstrada a sua resistência na defesa do seu salário mínimo, tomando como expressão concreta o expressivo número de greves (a quantidade dos dias parados) desde o final da década de 1970 até o inicio de década de 1990. Um relativo destaque será dado ao avanço da organização política dos servidores públicos neste período. Far-se-á uma análise dos imensos desafios enfrentados pelos trabalhadores na década de 1990, além do especial enfoque a ser dado à correlação de forças existente entre a ofensiva do neoliberalismo, as privatizações das empresas estatais e o agravamento do desemprego.

Como já foi dito, uma das hipóteses levantadas é que as características que separam a década de 1990 dos dez anos anteriores confirmam a relevância que as políticas neoliberais, a exemplo das privatizações das empresas estatais, tiveram no agravamento das elevadas taxas de desemprego no Brasil.

A década de 1980 se caracterizou pelo aumento do poder político, econômico e social e outras expressões das lutas com saldos organizativos dos trabalhadores na defesa de melhores condições de sobrevivência. Neste último período, conhecido como a segunda "Década de Crise" os trabalhadores foram duramente atingidos pelas novas formas de gestão da força de trabalho, entre outras manifestações da ofensiva da ideologia neoliberal.

Outra hipótese igualmente importante, como já mostrado no capitulo III deste trabalho, é que à medida que o predomínio do capital financeiro foi se consolidando sobre o capital produtivo, com mais poder, as políticas neoliberais agravaram os problemas sociais. Este foi o resultado da negligência dos cortes dos gastos públicos, como bem mandava o receituário gestado pelos representantes dos credores da imensa dívida externa, por imposição das deliberações do evento que ficou conhecido como o *Consenso de Washington* (Bresser Pereira, 1992, p.15). Esses fatos já vinham ocorrendo em todos os países onde a ideologia neoliberal tinha se tornado hegemônica desde a década de 1980. Naquele período os governos conservadores jogavam nas costas dos trabalhadores o ônus da crise que se agravava, enquanto no Brasil a resistência do proletariado se caracterizava pelo número de greves. Deve-se relembrar, conforme já visto no capítulo I deste trabalho, que, ao contrário dos defensores da ideologia do desenvolvimentismo (keynesianismo), o desemprego não faz parte das preocupações dos teóricos do neoliberalismo nem dos outros *policy makers* que formulam as suas políticas de governos. Como foi visto,

segundo eles, essa é uma questão para ser "resolvida" automaticamente, pela auto-regulação do próprio mercado. Quanto ao predomínio do capital financeiro nas decisões dos Estados e dos governos, também foi tratado no capítulo III deste trabalho.

Em seguida, também serão analisados outros aspectos dos processos de privatização das empresas estatais, no que diz respeito ao agravamento do desemprego, que foi outro aspecto constrangedor do programa de "Estado mínimo" a partir do governo Collor, conforme foi visto no capítulo V.

Como fatos políticos, dialeticamente relacionados com o período em estudo, sabe-se que na década de 1980, no Brasil, processava-se a transição democrática. Os trabalhadores juntavam-se a outros setores progressistas na luta pelos seus direitos suprimidos por mais de vinte anos. A submissão do último governo do regime militar refletia os interesses e os ditames dos países imperialistas, capitaneados pelas instituições multilaterais como o FMI e o Banco Mundial, que, ao mesmo tempo, insistiam em manter a repressão política de quase duas décadas anteriores e adotavam as políticas de arrocho salarial. Tais opções políticas dos governos brasileiros mais beneficiavam aos grandes empresários, os quais ficavam à vontade para acentuar a exploração dos trabalhadores. Como será mostrado, este é mais um aspecto característico da forma como a contradição entre o capital e o trabalho se manifesta historicamente no Brasil.

Uma das questões que estavam para além das aparências foi o resultado período de crescimento porque passou o capitalismo  no Brasil, incluindo década de 1970, com a implantação da reforma agrária prussiana, também chamada de *Modernização Dolorosa* (Graziano da Silva, 1981; Donato de Almeida, 1987), a expulsão de milhões de camponeses de suas terras. Outros ainda eram superexplorados no interior dos latifúndios, vindo depois a engrossar os cinturões de miséria das cidades, contribuindo para reverter a lei tendencial à queda da taxa de lucro decorrência do aumento da composição orgânica do capital na agricultura (Marx, 1991).

Por outro lado, este movimento que está na essência do Capitalismo, aumentando o exército industrial de reserva, permitiu que tal processo fosse simultaneamente acompanhado pela pressão do preço da força de trabalho para baixo. Em um regime de exceção pelo qual passava o Brasil, os trabalhadores não tinham como se defender, ficando à disposição dos capitalistas para estes aumentarem como quisessem suas taxas de mais-valia e delas retirarem superlucros. Por essa razão, como resultado da crise do pensamento keynesiano e do Estado

desenvolvimentista, a partir do final da década de 1970, e da ofensiva da ideologia neoliberal foram acentuados enormemente os prejuízos dos trabalhadores, a começar pelos questionamentos, feitos pelos teóricos do neoliberalismo, acerca dos seus direitos conquistados historicamente.

Também destas questões já se tratou no capítulo I deste trabalho, quando foram mostradas as concepções de F.A. Hayek e Milton Friedman, respectivamente, pertencentes às Escolas Austríaca e de Chicago, das doutrinas neoliberais de que podem ser classificados como inimigos dos trabalhadores. Isso, enquanto intelectuais orgânicos da classe dominante que são contra os interesses dos trabalhadores tanto no campo das idéias, principalmente, enquanto influentes formadores de opinião, ou ainda suportes teóricos das piores políticas governamentais de emprego adotadas a partir da década de 1990 no Brasil.

Por esta razão é que estes se enquadram no conjunto das contradições entre o imperialismo e os países dependentes, capitaneado pelos países credores da dívida externa. Esta retira a mais-valia dos trabalhadores produzida no chão da fábrica e reduz a renda e o sustento dos camponeses pobres, aprofundando mais ainda a exclusão social e a violência que passou a ser parte do quotidiano no mundo inteiro, em especial no Brasil.

Essa é uma das razões por que não se encontra no dicionário marxista, pressuposto do método dialético, outra classificação para estes intelectuais orgânicos dos capitalistas que não seja a de inimigos não só dos operários (labors), mas também dos proletários em geral (workers) ou ainda das classes que vivem do (seu próprio) trabalho.

Como inimigos da democracia, tais pensadores (Milton Friedman, por exemplo) atuaram assessorando o governo sanguinário do Chile antes e depois do golpe de Estado, política esta que transformou aquele país em laboratório das políticas econômicas que vieram a ser aplicadas depois praticamente em todos os países do Ocidente, onde tinham alcance as imposições do imperialismo e a hegemonia do capital financeiro. Depois, como assessor do governo republicano (*Police Make*r) nos EUA e em outros países de capitalismo mais avançado, onde as taxas de desemprego foram elevadíssimas na década de 1980; logo em seguida seus seguidores (Pedro Malan e Bresser Pereira, no Brasil, e Domingos Cavalo, na Argentina) em outros países subdesenvolvidos enquanto subordinados àqueles pela imensa dívida externa, e que foram forçados a adotar as orientações forjadas no *Consenso de Washington,* reunião que contou com a

participação dos supracitados intelectuais orgânicos dos personas representativos do capital na sua superexploração da força de trabalho.

A substituição dos modelos de gestão fordista (norte-americano) da força de trabalho pelo toyotismo (japonês) veio agravar os efeitos dos rebatimentos da crise do Capitalismo sobre as organizações e as lutas dos trabalhadores, provocando resultados extremamente negativos no ímpeto daquela forma de manifestação das luta de classes. Os defensores da desregulamentação dos direitos dos trabalhadores defendem a tese de que o trabalho temporário, ou trabalho flexível, é uma opção benéfica e livre do trabalhador ou ainda a idéia de que os que trabalham por conta própria passariam a ter maior "liberdade de escolher" o que fazer do que aqueles que têm carteira assinada.

Na verdade, nas concepções daqueles que defendem os interesses dos trabalhadores, tais argumentos escondem o verdadeiro objetivo dos defensores das teorias neoliberais, que é o aniquilar com os direitos conquistados pela classe operária, ao longo de séculos de lutas.

Por outro lado, também se encontram abordagens de relevante importância, os quais denunciam as referidas formas de relação de trabalho como conseqüência da degradação que vem ocorrendo no período em que passou a predominar a ideologia neoliberal.

Na década de 1980, dada a capacidade de mobilização dos trabalhadores, no Brasil não foi possível adotar as políticas neoliberais. Isto só foi possível a sua aplicação na década de 1990. O marco político no Brasil foi a vitória de um governo nitidamente neoliberal em 1989. Para tanto, foi necessário um período de lutas que caracterizou a quebra da resistência dos trabalhadores em seus sindicatos e nas centrais sindicais. O objetivo desta parte do trabalho é o de mostrar a expressão desta resistência dos trabalhadores na defesa do Estado desenvolvimentista (naquilo que lhes interessava) na década de 1980. Isso será feito tanto no que diz respeito às políticas adotadas em relação às empresas estatais, como também nas relações de trabalho, comparando-se as condições dos trabalhadores no Brasil na década de 1980 com suas condições de precariedade e desemprego, após as privatizações na década de 1990.

Sempre que for possível, se mostrará a relação desta luta com a degradação das condições de trabalho, como a terceirização e/ou "flexibilização" das relações de trabalho nas empresas estatais. Também se mostrará a relação do desemprego com o modelo econômico neoliberal decorrente da abertura comercial e financeira na última década do século XX.

Para se atingir os objetivos propostos acima lançar-se-á mão de diferentes áreas do conhecimento, tais como: História, Sociologia, Política e Filosofia, ao contrário de alguns estudiosos que ficam restritos ao economicismo, o qual se compreende ser insuficiente para dar conta da complexidade que envolve a problemática do desemprego na sociedade contemporânea. Parte-se, portanto, do pressuposto de que a Economia, por si só, contribui de forma indispensável, para a explicação do fenômeno do desemprego e, conseqüentemente, sobre precariedade do trabalho; porém está longe de sozinha explicar tudo.

## 7.2 O DESEMPREGO CRÔNICO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

As formas como se pesquisa e se apresenta o desemprego no capitalismo atual têm sido insuficientes para dar conta da complexidade envolvida. Principalmente depois das metamorfoses por que tal fenômeno passou a partir das décadas de 1980 (nos países da Europa e nos EUA) e 1990 (também no Brasil).

Para situar-se a questão, entende-se que as disparidades aqui apontadas não são obras do acaso ou da falta de atenção dos governos e/ou dos seus órgãos oficiais -compostos de intelectuais orgânicos da classe dominante do sistema capitalista - em diminuir a gravidade tanto do seu regime de exploração como também e, principalmente, das políticas públicas que nem sempre estão de acordo com os interesses daqueles que são mais diretamente afetados por elas: os trabalhadores.

Existem normas internacionais de calcular os índices de desemprego, mas, ocorre que existe também uma variação relativamente grande entre os países dentro do capitalismo de modo geral, assim como os índices podem variar dentre os diferentes órgãos de pesquisa dentro de um mesmo país, como é o caso do Brasil, que tem quatro tipos diferentes de pesquisa, aplicando metodologias também diferenciadas de pesquisar e apresentar o desemprego.

Apesar das diferentes teorias sobre a sua origem e definição, existe certa unanimidade entre historiadores, filósofos, economistas, sociólogos e outros estudiosos acerca desta indelével chaga do Capitalismo. O historiador Eric Hobsbawm chamou os referidos vinte anos do final do século XX de as "Décadas de Crise". O que esse estudioso da evolução histórica do mundo do trabalho mais chama a atenção, entre outras características do Capitalismo é o desemprego crônico. Ele analisa as singularidades que demarcaram os pontos de ruptura entre o fim dos "anos dourados", que o Capitalismo viveu no Pós-II Guerra Mundial, e a situação econômica e social em que mergulharam os trabalhadores nas décadas de 1980 e 1990. Ele expressa a sua opinião acerca do desemprego crônico neste período ao afirmar:

> Quanto à pobreza e à miséria, na década de 1980, muitos países mais ricos e mais desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão quando não eram recolhidos pela polícia (Hobsbawm, 2006, p. 396).

Hobsbawm (2006), ao relatar este cenário característico dos anos 80 e 90 que, segundo ele, pode ser comparado ao que apresentava a Inglaterra da Era Vitoriana, segue mostrando a má distribuição de rendas ocorrida principalmente nas "Décadas de Crises". Mostra também como a desigualdade, inquestionavelmente, aumentou nessas décadas nas economias de mercado desenvolvidas, sobretudo, desde que a quase automática redução das rendas reais a que as classes trabalhadoras se haviam acostumado na Era de Ouro chegara ao fim.

Sobre esse mesmo fenômeno, o filósofo Istivam Mészaros (2002), ao relatar a "emergência do desemprego crônico", em sua obra *Beyond Capital* (Para Além do Capital), seguindo a mesma linha de raciocínio de Hobsbawm, afirma que:

> Nas décadas recentes, o desemprego nos países capitalistas altamente desenvolvidos, limitava-se em grande parte aos bolsões de subdesenvolvimento, e os milhões de pessoas afetadas por ele costumavam ser ignoradas com otimismo no grande estilo da autocomplacência neocapitalista, como se representasse "os custos inevitáveis da modernização sem que houvesse muita preocupação – se é que havia alguma – pelas repercussões socioeconômicas da própria tendência. (Mészaros, 2002. P. 1004).

Ao fazer esta constatação, Mészaros (2002) apresenta as características que a crise atual tem de singular em relação às anteriores, assim como as formas de as estatísticas serem mascaradas pelo uso de nomes que permitem omitir o desemprego e a degradação do trabalho. Para tanto, usou-se pintá-los com cores benevolentes chamando-os de "emprego flexível", "terceirização" e outras formas sutis de disfarçar a natureza e a lógica do capital. Em outros termos, os apologistas do neoliberalismo teimam em ignorar a realidade atribuindo essa tendência ao desemprego crônico que se deve, segundo Mészaros (2002), à cega subordinação do trabalho e da tecnologia aos devastadores e estreitos limites do capital como arbítrio supremo do desenvolvimento e do controle social.

Desenvolvendo esta mesma linha de raciocínio, Mészaros (2002) vai mais direto ao problema, enumerando as principais questões que, segundo ele, são fundamentais desafios para a esquerda nos dias de hoje:

1. A globalização do desemprego e do "trabalho temporário" afeta até mesmo o mundo capitalista mais desenvolvido.

2. O mito da "flexibilidade" é uma maneira de dourar a pílula. Na realidade estamos referindo-nos a uma grave tendência socioeconômica de equalização descendente da taxa de exploração diferencial.

Uma solução possível aos problemas que enfrentamos é mudar das trocas sócio-econômicas reguladas pela submissão à tirania do "tempo de trabalho necessário" e à emancipação por meio do tempo disponível, como uma alternativa ao modo de produção sociometabólico do capital.

Como se vê, a questão da globalização do desemprego e suas manifestações concretas sofrem verdadeiras metamorfoses no mundo do trabalho, as quais o capital adota como tentativa de reverter a lei tendencial à queda da taxa de lucro, questão que o autor aponta como solução única para a esquerda, a saída da lógica da reprodução sócio-metabólica do capital.

François Chesnais (1996) também relaciona a instrumentalização das novas tecnologias como elementos que potencializaram a degradação da força de trabalho na nova ordem neoliberal do Capitalismo, a partir das duas últimas décadas do século XX.

Ao tratar do sistema chamado "Lean Production", isto é, produção "sem gordura pessoal", ou, dito de outra forma, sistema de produção com o mínimo possível de trabalho vivo, Chesnais (1996, p. 35) afirma:

> A implementação da produção "sem gorduras de pessoal" não elimina o interesse das multinacionais por locais de produção de baixos salários, mas elas não precisam mais deslocar-se milhares de quilômetros para achar esses locais. O efeito combinado das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à precariedade do emprego, foi proporcionar aos grupos americanos e europeus a possibilidade de constituir, com a ajuda do Estado, zonas de baixos salários e de redução de proteção social, bem perto de suas bases principais, dentro dos próprios pólos "triádicos".

Ao comentar o resultado do longo e profundo processo de pesquisa no Brasil, acerca das transformações impostas pelo capital a partir do receituário do *Consenso de Washington,* Antunes (2006) registra o fenômeno que se vem analisando:

> Essas mutações (...) inseridas na lógica da racionalidade instrumental do mundo empresarial, estão intimamente relacionadas ao processo de reestruturação

> produtiva do capital no qual as grandes empresas, por meio da flexibilização dos regimes de trabalho, de sub-contratação e da terceirização, procuram aumentar sua competitividade produtiva e fragmentando ainda mais a classe que vive do trabalho (Antunes, 2006, p. 25)

O estudioso Márcio Poschmann (2001), por sua vez, ao relacionar a situação de precariedade que vêm sofrendo os trabalhadores desde as duas últimas décadas do século XX, mostra que tal situação está relacionada com vários fatores políticos e econômicos. Segundo Poschmann (2001), além das decisões nas políticas de governo nesta era neoliberal, o modelo macroeconômico adotado no período que ele (muito apropriadamente) denominou **Década dos Mitos** foi responsável pela deterioração das condições de trabalho no país. Para se desmistificar (ou desmitificar) a problemática de que se está analisando cumpre mostrar o método mais adequado para um maior distanciamento do mundo da fantasia criado pelos intelectuais orgânicos do Capitalismo e uma melhor aproximação da (dura) realidade do mundo do trabalho.

## 7.3 METODOLOGIA PODE OCULTAR DESEMPREGO NO BRASIL.

A metodologia adotada para analisarem-se e apresentarem-se as taxas de desemprego é de grande importância, pois influi decisivamente no seu resultado, legitimando as políticas impopulares dos governos. Principalmente diante das transformações pelas quais vêm passando as formas de exploração do trabalho pelo capital. As metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho em favor do capital existem independentemente da forma como se queira medí-las, todavia, deve-se mostrar com que objetivos os intelectuais orgânicos da classe dominante por meio de seus governos apresentam dados que minimizam o problema.

No Brasil há quatro formas (indicadores) de medir o desemprego. Não obstante (para se adotar o método comparativo), os dois mais apropriados são a Pesquisa Mensal de Desemprego (PME), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela fundação SEADE, do governo do Estado de São Paulo, criada em 1984. As outras são compostas pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socio-Econômicos (DIEESE) (Seade/DIEESE). Essas últimas metodologias de pesquisas citadas, por serem feitas nas mesmas áreas e mesma periodicidade, tornam-se mais fáceis para se mostrarem as diferenças de procedimentos, comparando-se os dois métodos e os índices apresentados pela PED em relação aos apresentados pela PME. Para realizar a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), o IBGE leva em consideração os seguintes critérios:

1) Se a pessoa está ocupada (trabalhando), desempregada (não trabalha, mas procura emprego), inativa ( não trabalha nem procura emprego);

2) Ao proceder à pesquisa, para classificar a pessoa como desempregada o pesquisador pergunta-lhe se procurou emprego nos últimos sete e/ou trinta dias, tomando como prioridade para a análise os sete dias;

3) O IBGE mede o “desemprego aberto”;

4) Se a pessoa não procurou emprego na última semana será considerada “inativa” (algo semelhante a aposentado), o que significa dizer que tal pessoa (“inativa”) não conta como desempregada.

5) Se a pessoa tiver exercido qualquer trabalho, remunerado de, pelo menos, uma hora ou não-remunerado, de pelo menos quinze dias é considerada ocupada.

Quanto à metodologia utilizada pelo SEADE/DIEESE na realização na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), são adotados os seguintes critérios:

1) Para uma pessoa ser classificada como "desempregada", o agente pergunta-lhe se procurou emprego nos últimos sete dias e/ou trinta dias que antecederam a data da entrevista, mas (diferentemente do IBGE), em lugar de sete dias, toma como prioridade para análise os últimos trinta dias;

2) Além das categorias adotadas pelo IBGE, o Seade/Dieese adota mais duas, que permitem detectar as formas de "desemprego oculto" (por desalento e trabalho precário);

3) O "desemprego oculto por desalento" se caracteriza quando a pessoa procurou emprego nos últimos doze meses, mas desanimou-se nos últimos trinta dias;

4) No caso de a pessoa ter exercido qualquer trabalho eventual remunerado nos últimos trinta dias que precedem a data da pesquisa, a referida pessoa será considerada na classe (ou categoria) de "desemprego oculto por trabalho precário".

Para melhor sistematizar os dois conjuntos de critérios (o da PED e o da PME), apresenta-se o quadro abaixo, onde estão dispostos na forma de linhas e colunas: 1) a situação do trabalhador entrevistado; 2) como o DIEESE contabiliza; 3) como o IBGE contabiliza.

Em seguida, será mostrada uma disposição (em forma de tabela) que pode facilitar a comparação entre as duas metodologias de pesquisa.

**QUADRO 4** - DIFERENÇAS ENTRE A METODOLOGIA DO IBGE E A DO SEADE/DIEESE

| SITUAÇÃO DO TRABALHADOR | COMO O DIEESE CONTABILIZA | COMO O IBGE CONTABILIZA |
|---|---|---|
| Não trabalhou e procurou trabalho na semana | Desemprego aberto | Desemprego aberto |
| Sem trabalho e sem procura na semana, mas com procura nos últimos 30 dias | Desemprego aberto | Inativo |
| Sem trabalho na semana e sem procura nos últimos 30 dias, mas com procura nos últimos 12 meses. | Desemprego oculto pelo desalento | Inativo |
| Com procura de trabalho combinada à realização de trabalho irregular nos últimos 30 dias | Desemprego oculto pelo trabalho precário | Ocupado, se trabalhou na semana, ou inativo, se não trabalhou na semana. |
| Sem procura de trabalho nos últimos 30 dias, com procura nos últimos 12 meses e realização simultânea de trabalho irregular, inclusive nos últimos 03 dias. | Desemprego oculto pelo trabalho precário. | Ocupado, se trabalhou na semana, ou inativo, se não trabalhou na semana. |
| Com trabalho exercido em caráter excepcional nos últimos 30 dias e sem procurar trabalho. | Inativo com trabalho excepcional | Ocupado, se trabalhou na semana, ou inativo, se jornada inferior. |
| Com trabalho não-remunerado de ajuda a negócios de parentes na semana e sem procura de trabalho. | Inativo. | Ocupado. |
| Não trabalhou na semana porque está “encostado na caixa” há mais de 15 dias. | Inativo. | Ocupado. |
| Crianças de 10 a 14 anos | Inativas, ocupadas ou desempregadas, segundo o trabalho e/ou procura | Excluído do PIA – População em Idade Ativa. |

**Fonte:** Abra os Olhos/PC do B, 1998.

Para determinada população de trabalhadores envolvidos em um mesmo setor da economia ou em um mesmo país, no regime de acumulação fordista, a proporção de trabalhadores com carteira assinada (pessoas que tinham a garantia de vinculo de trabalho mais permanente), era relativamente maior do que aquela considerada no modelo do toyotismo. Neste último, o número de trabalhadores terceirizados ou com contrato de trabalho temporário para a mesma população tende a ser maior do que o daqueles que têm o seu contrato de trabalho regulamentado com a carteira de trabalho assinada.

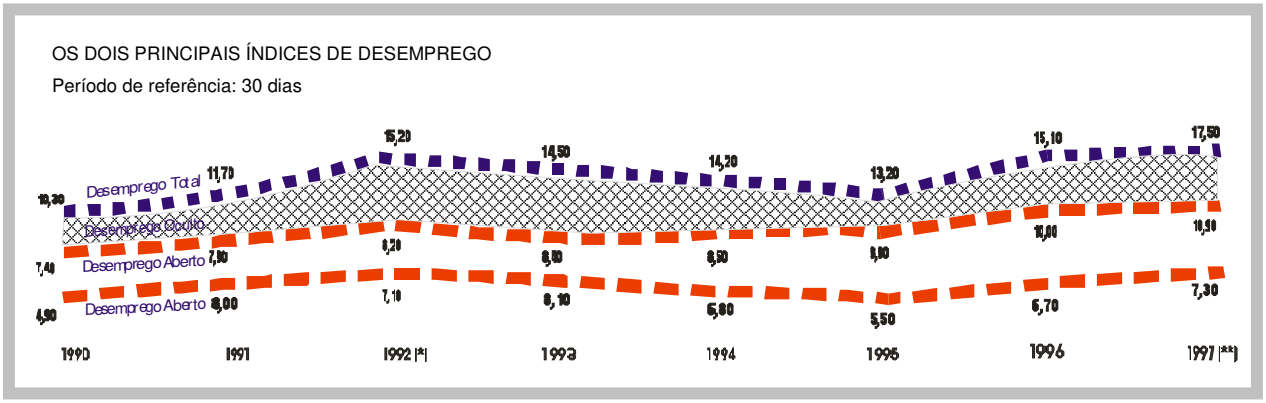
No toyotismo, portanto, a rotatividade tende a ser maior do que no fordismo. Em outras palavras: tende a ser maior a parcela da população em condições precárias de trabalho (e de vida), pois os trabalhadores têm seus direitos trabalhistas diminuídos e podem ser dispensados do emprego com mais facilidade.

Trata-se de uma questão objetiva; no entanto, há métodos que, de forma deliberada ou não, terminam apresentando as taxas de desemprego de forma distorcida, por poderem considerar como empregadas pessoas que se encontram em atividades mais representativas das condições de precariedade do trabalho do que propriamente de emprego com todas as garantias conquistadas pelos trabalhadores nas suas históricas de reprodução.

Nesse sentido, devido à insuficiência da metodologia aplicada, os indicadores conhecidos no Brasil pelos diferentes órgãos de pesquisa podem apresentar taxas de desemprego de forma diferenciada. O resultado é que em um mesmo universo de trabalhadores podem se apresentar diferentes taxas de desemprego.

Para melhor explicitar a diferença entre os dois métodos em questão, veja-se o gráfico onde são apresentados: 1) o desemprego aberto – 7,30 %; 2) o desemprego oculto – 10,2%; 3) o desemprego total – 15,5 %.

**GRÁFICO 16** - DIFERENÇAS ENTRE A METODOLOGIA DO IBGE E SEADE/DIEESE.




Fonte: SEAD/DIEESE, ELABORAÇÃO MÁRCIO PORCHMANN, MODIFICADO.

Como se pode observar no gráfico acima, a pesquisa realizada no mesmo lugar, com o mesmo universo, apresenta resultados diferentes. Enquanto o IBGE, em torno da PME, pode publicar uma taxa de desemprego "oficial" de 7,3 %, as pesquisas em torno da PED, feitas pela SEADE/DIEESE, somam a essa o desemprego oculto, dando um resultado total de desocupação de 15,5 %.

Uma das razões para a necessidade de se adotar métodos que esclareçam tais fatos são as novas formas de gestão da força de trabalho surgidas nos últimos trinta anos. Pois, o mundo do trabalho vem passando por profundas metamorfoses (Antunes, 2002). No caso do desemprego, tais transformações fazem com que atividades que são adotadas pelos trabalhadores como estratégias de sobrevivência apareçam como emprego. Uma vez que tais atividades mais representam formas de degradação do trabalho, não deveriam ser confundidas com emprego.

Assim como o fenômeno do desemprego "aberto" e a degradação do trabalho não é uma questão particular do Brasil, os métodos criados para medi-lo variam entre os diferentes países. Quando os trabalhadores brasileiros foram atingidos pelas elevadas taxas de desemprego, estas já se encontravam alastradas nos países de capitalismo desenvolvido, de onde partiram as idéias neoliberais, que foram impostas àqueles subordinados à dívida externa.

Portanto, dada a complexidade que a metamorfose da questão social assumiu e, em especial, a do desemprego disfarçado de "mercado flexível", "trabalho terceirizado", ou trabalho por conta própria, em todos os países do mundo capitalista - vale acentuar -, deve-se ter muito cuidado ao medir-se tal fenômeno social.

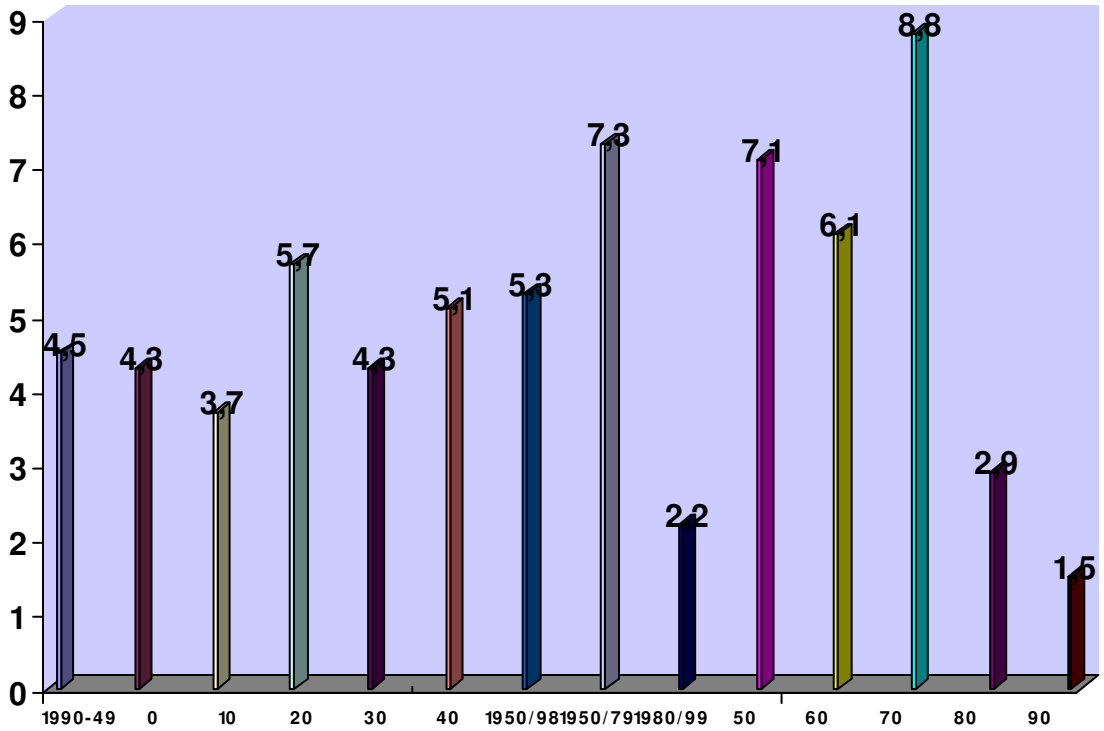
Assim, a metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo considerada ela oficial, por exemplo, ao tratar do desemprego, não dá conta de todas as formas como este se apresenta nos dias atuais no mundo do trabalho, tornando-se, assim, necessária a utilização de outras formas de aferição que consigam se aproximar o máximo possível dos objetivos propostos neste trabalho. Em outros termos: mostrar o desemprego no Brasil na década de 1990, período em que predomina a lógica do neoliberalismo e a do capital financeiro, diferentemente, portanto, dos dez anos anteriores, que ainda apresentavam os resquícios da economia que se apoiava no Estado desenvolvimentista.

Portanto, além dos dados apresentados pelo referido órgão, se utilizará também aqueles do Departamento Intersindical de Estudos Sócioeconômicos e Estatísticos (DIEESE), Instituto de Economia Aplicada (IPEA) e, na medida do possível, uma confrontação com aqueles que forem considerados insuficientes para dar conta da tarefa que se propôs exercer neste trabalho.

## 7.4 CRISE ECONÔMICA E ARROCHO SALARIAL NO BRASIL (1980-1990)

Vários fatos políticos e econômicos marcaram a crise porque passou a economia brasileira na década de 1980. Um deles é que nesse período a economia brasileira, com o fim do ciclo longo de desenvolvimento, teve um dos piores desempenhos econômicos de todo o século XX; outro fato igualmente importante, é que a sociedade passava pelo período de transição democrática. Conforme já demonstrado, esses dez anos foram marcados pela luta dos trabalhadores, e dos setores mais progressistas da sociedade e de suas representações institucionais contra as investidas das políticas neoliberais que já tinham se tornado hegemônicas nos países de capitalismo mais avançado. No caso específico da economia esta é a constatação que se faz ao observar o gráfico a seguir.

**GRÁFICO 17** - NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA BRASIL – SÉCULO XX.

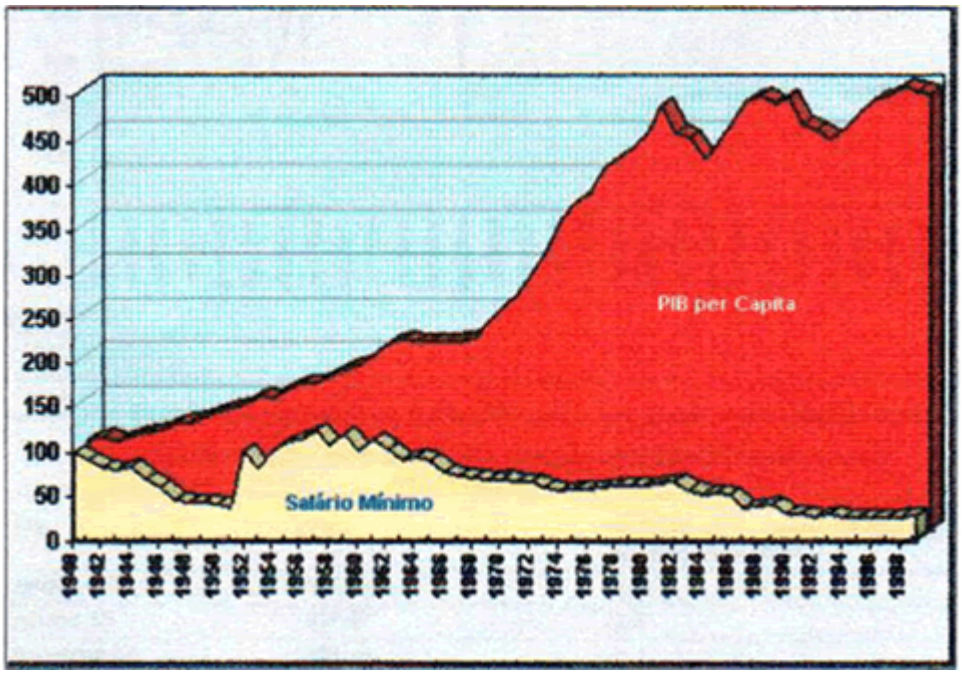



**Fonte:** Dados 1900-947. Série Haddad; 1949-999, dados IBGE; em 1999 considerou-se uma queda de 1%.

Ao observar-se o gráfico acima, pode-se perceber que o nível real de atividade econômica, a partir da década de 1980 no Brasil, foi o mais baixo de todos os demais períodos registrados nos últimos cem anos. Isso quer dizer que o retrocesso sofrido pelo desempenho das atividades econômicas do país superou até mesmo aqueles dos períodos correspondentes à década de 1930, outro momento em que o mundo capitalista atravessava outra de suas grandes crises de ciclo longo (Fase 3B de Kondratiev). Isso a caracteriza como a mais desastrosa fase da economia apresentada nas décadas de crise referida por Hobsbawm (2006). Além do desempenho econômico, no Brasil, os trabalhadores foram duramente prejudicados pelas políticas de trabalho do último governo do regime militar. Mesmo assim, não se pode afirmar que no fim do regime de excessão, que durou mais de vinte anos, deixou os capitalistas na mesma situação em que ficaram os trabalhadores. Uma de suas marcas da sua postura de classe foi o fato de ter-se acentuado ainda mais a concentração de rendas, que neste país, historicamente, sempre foi colocada entre as mais altas do mundo.

No gráfico a seguir, que trata da evolução do PIB *per capta* e do salário mínimo no Brasil, em toda a sua história (desde o início da década de 1940), pode-se ver que é na década de 1980 que se acentua mais a disparidade entre a elevação do rendimento (em termos de produtividade) dos trabalhadores e a parte que lhes cabe para a reprodução da força de trabalho.

**GRÁFICO 18** - EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E DO PIB PER CAPITA, BRASIL 1940-1999.




**Fonte:** DIEESE.

O gráfico 18, acima, por si só expressa várias contradições que ocorrem historicamente com o modelo de desenvolvimento econômico no Brasil, desde o início da década de 1940, momento histórico em que foi regulamentado o preço da força de trabalho até o ano de 1998.

Um primeiro aspecto a observar-se é o grande crescimento que se deu na economia brasileira, o qual tem como indicador a exponencial ascensão do PIB *per capta*, em especial na década de 1970, período que inclui o chamado "Milagre Brasileiro." Este, por sua vez, representa a forma de como o Estado desenvolvimentista se manifestou naquele período, pois, quando se observam os aspectos relacionados com a evolução do salário mínimo neste mesmo período de tempo, que corresponde a quase toda a sua história no Brasil, salta à vista a constrangedora situação em que vivem os trabalhadores neste país. Nota-se no gráfico 18 uma tendência descendente dos seus valores desde 1946, período em que Dutra governou, conhecido como liberal, até o ano de 1952, quando, no segundo período de governo de Getúlio Vargas os trabalhadores tiveram os valores de seus salários reajustados em 100% do seu valor nominal.

Porém, os trabalhadores começaram a perder esta conquista com a crise do início dos anos 60, principalmente após o Golpe Militar de 1964.

Nota-se ainda que, mesmo durante o período em que ainda predominava a ideologia desenvolvimentista, quando o crescimento médio aumentou, na década de 1970, os trabalhadores, reprimidos pela **ditadura do grande capital** (Ianni, 1981), não conseguiram participar dos poucos efeitos em termos positivos que o referido regime proporcionou à economia brasileira. O referido gráfico mostra uma relativa tendência descendente do salário mínimo nominal. Este não conseguiu nem sequer atingir o mesmo sucesso dos anos anteriores ao referido golpe por quase vinte anos.

De acordo com o gráfico acima, apresentado pelo DIEESE, isto se constitui um dos mais importantes fatores que contribuíram para a brutal concentração de renda no país. Apesar do avanço que a regulamentação do preço da força de trabalho, numa sociedade que até então era regida pelas relações hegemônicas do capital mercantil, a dificuldade de conseguir que os patrões assinassem a carteira profissional dos trabalhadores sempre foi um desafio para os sindicatos e outras representações do proletariado no Brasil. Além disso, a defasagem do valor real do salário mínimo sempre foi uma constante. Assim, mesmo no período que um maior número de trabalhadores conseguiu ter a sua carteira assinada, como ocorreu ao longo da década de 1980, eles continuaram recebendo um salário "corroído" pela inflação - o que demonstra não restar outro caminho para a sua recuperação senão a luta. Essa batalha, pela atualização do valor real do salário mínimo sempre uma das causas das grandes lutas travadas no Brasil (como em qualquer outro país capitalista) pelo movimento sindical. Assim, desde a década de 1940, um dos fatores que mais contribuíram para agravar ainda mais a concentração de renda no Brasil foi o salário mínimo, porquanto, no conjunto da sociedade, sempre foi um problema a sua implementação, diante do conservadorismo de uma sociedade pós-escravista, cujas relações de trabalho mantidas chegam a se aproximar daquelas do Modo de Produção Feudal. Apesar do interregno por que passaram os trabalhadores, o poder aquisitivo do seu salário mínimo tendeu para os mesmos patamares no final da década de 1970, e se agravou sensivelmente a partir da segunda "Década de Crise".

Entre outros fatores relacionados pelo estudioso Marcio Poschmann (2006), no que se refere aos desafios enfrentados pelos trabalhadores na década de 1980, e também do movimento sindical frente à ofensiva neoliberal que permitem o aumento da exploração. Daí porque as

personificações representativas do capital (os empresários) se apropriam de maior parcela do trabalho que cabe ao trabalhador nos marcos do Capitalismo no Brasil. Ao explicar as diferentes modalidades em que ocorrem tais apropriações do trabalho excedente por parte dos capitalistas, aumentando de forma cada vez mais diferenciada da parcela do trabalho não pago, o referido autor afirma:

> Com o salário mínimo registrado abaixo do valor, em termos de poder aquisitivo, os sindicatos tiveram maiores dificuldades para repor parcelas perdidas dos salários, assim como a crescente individualização dos salários e a flexibilização dos contratos de trabalho contribuíram para ampliação da desigualdade nos rendimentos. (Pochmann, 2005, p. 171).

## 7.5 1980-1990: UMA DÉCADA PERDIDA?

Conforme foi visto em capítulos anteriores, há um consenso entre os estudiosos de que a década de 1980 foi uma "década perdida"; no entanto, considerando sob o ponto de vista dos interesses do proletariado, especialmente se a confrontarmos com a década de 1990, tal "consenso" precisa ser relativizado. Considerando-se o ponto de vista econômico (economicismo), não resta dúvida de que a denominação tem seu fundo de verdade. Como já foi dito, a subordinação do governo brasileiro aos ditames das organizações multilaterais, representativas dos interesses dos personas do imperialismo levaram o país, em especial os trabalhadores, a uma situação desesperadora. Procurando-se compreender esta questão na sua totalidade, é fundamental, mais do que nunca, trabalhar o aspecto econômico e o seu desdobramento político, ou analisar os dois simultaneamente. Além disso, do ponto de vista dos interesses políticos e econômicos dos trabalhadores e dos capitalistas, o ganho de um pode significar necessariamente a perda do outro nas diversas partes em que se divide o excedente econômico enquanto produto da mais-valia. Pode-se e deve-se considerar que esta, por sua vez, vai depender do grau de organização da força de trabalho. Não se trata de uma grandeza estática (Marx, 2002), mas resultado histórico da correlação entre essas duas forças contrapostas entre o trabalho e o capital. Consequentemente, como nos anos 80 os trabalhadores estiveram mais organizados e mobilizados na defesa dos seus legítimos direitos, o resultado lógico é que estivessem mais fortes contra a exploração do capital.

Como será visto a seguir, a mobilização dos trabalhadores, na década de 1980, foi muito maior do que viria a ser na década de 1990. Com a abertura comercial e financeira, as privatizações e a desregulação, nos dez anos componentes da década em que aumentou a ofensiva neoliberal, aumentou o exército industrial de reserva, em função da quantidade de posto ' trabalho que desapareceram. Assim, muitas indústrias privadas foram à falência, assim com empresas estatais privatizadas demitiram trabalhadores a título de "saneamento," processo que teve um impacto bem menor sobre o desemprego nos anos 80 do que aquele ocorrido anos 90, por conta da ofensiva da ideologia neoliberal e das privatizações e fusões de empr tanto do estado como privadas.

No inicio destes últimos dez anos da transição do Estado desenvolvimentista, que coin com o fim do regime de acumulação sustentado politicamente pelos governos militares, pa

Estado democrático, em meio à crise que se desenrolava, o governo insistia em arrochar os salários dos trabalhadores. Tentava repetir o mesmo "milagre" do início da década de 1970, em um cenário internacional completamente diferente e, em certos casos, até oposto, como é o caso, por exemplo, da liquidez internacional que ocorrera no primeiro choque do petróleo, com capitais a juros relativamente mais baixos e com os trabalhadores sem as mínimas condições de liberdade para lutarem pelos seus legítimos direitos.

Após o segundo choque do petróleo e das greves de São Bernardo (1978) e no início da década de 1980, a situação política era outra. Mesmo assim, os governos militares debitava trabalhadores e às empresas estatais os efeitos da crise. Os pacotes econômicos que o ( poderoso) Ministro Antonio Delfin Neto lançava, além de arrochar os salários dos trabalhad contribuíam para sufocar as empresas estatais, por meio da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (SEST). Tal situação não deixou de repercutir também contra os seus servidores, os quais além de terem achatados os seus salários não contavam com nenhum estimulo, como reciclagem, por exemplo.

Quanto às políticas clientelistas que o governo adotou, transferindo valores das empresas públicas para as empresas privadas (processo já comentado no capítulo IV, deste trabalho), cabe aqui mostrar o arrocho salarial e as lutas dos trabalhadores diante dos planos heterodoxos do governo. Tentavam debelar os efeitos da crise com os desajustes macroeconômicos, alguns destes, verdadeiros saltos para o caos, como afirmou a economista Maria da Conceição Tavares (1985, p. 69-88). As medidas de política monetária que o governo adotara em meio à situação caótica em que o país entrou no início desta transição do regime autoritário para um cenário democrático só agravavam ainda mais a situação, pois o Estado perdia a capacidade de fazer política econômica de forma soberana, revelando uma sucessão de vãs tentativas (Goldstein, 1994, p. 120-132).

Além das políticas impostas às empresas estatais, que implicavam repassar serviços por preços muito abaixo daqueles praticados no mercado (conforme foi demonstrado no capítulo IV), as lucrativas Petrobrás e Vale do Rio Doce eram obrigadas pelo governo a tomar empréstimos no exterior, juntamente com as políticas de contenção de preços (Cano, 2000, p. 212) como já foi analisado.

Nesse processo, portanto, foi fácil às classes conservadoras atribuírem a "crise fiscal" do Estado desenvolvimentista às lutas reativas dos trabalhadores que tentavam manter o poder de

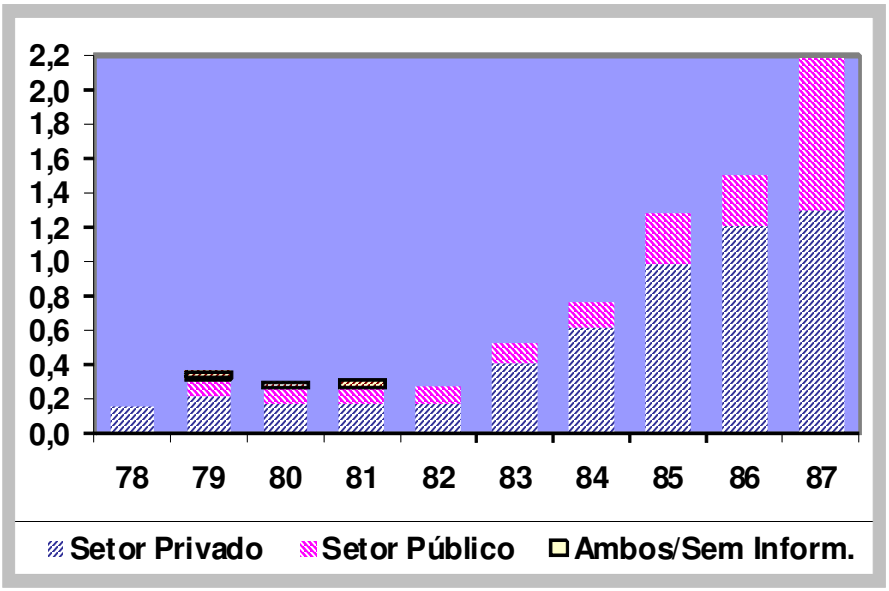
compra dos seus salários, que rapidamente eram corroídos pelo processo inflacionário, tornando-se insuficiente para manter a reprodução da força de trabalho. O aparecimento da crise fiscal e financeira do Estado nas lutas distributivas foi tomado como pretexto para as mudanças institucionais que se seguiram (Fiori, 1995, p. 111).

Enquanto estava ocorrendo a reestruturação produtiva, que caracteriza o modelo Toyota criado no Japão e difundido pela Europa ocidental na década de 1980, no Brasil os trabalhadores resistiam às imposições do FMI e do Banco Mundial, nas lutas em que, predominantemente, se defendiam contra a corrosão dos seus salários pela inflação.

Graças à inquestionável capacidade de mobilização da classe trabalhadora, apesar de a Economia crescer a taxas de apenas 1,8% em média, em toda a década de 1980, no Brasil, não foram registradas altas taxas de desemprego como as que se verificaram na década de 1990. Isto porque, graças às vitórias que setores mais progressistas da sociedade conseguiram contra as políticas adotadas pelos governos do regime militar, então defensores do grande capital, os trabalhadores arrebentavam as leis que contra eles eram impostas pelo Estado repressivo, além de impedir que no Brasil vigorassem outras políticas neoliberais já hegemônicas em países mais desenvolvidos. Ao contrário do que ocorrera na década de 1990, foram dez anos de grandes jornadas de luta dos trabalhadores. A principal expressão destas lutas é a impressionante explosão das greves registradas neste período.

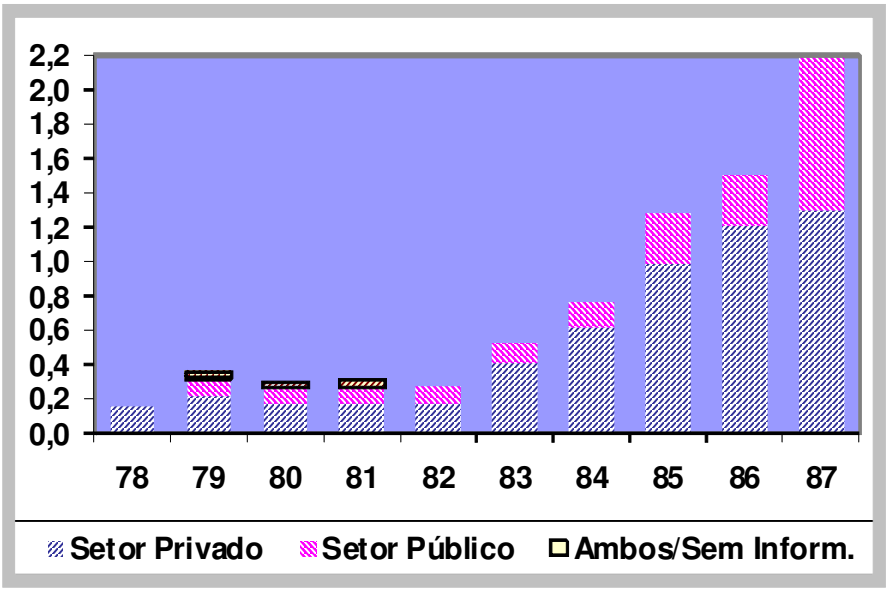
Os gráficos 19 e 20, a seguir, mostram o crescimento do número de greves tanto no setor público como no setor privado entre o ano de 1978 e o de 1987.

**GRÁFICO 19** - NÚMERO DE GREVES SEGUNDO GRANDES SETORES (BRASIL, REGIÃO, URBANA, 1978-87).




**Fonte:** Noronha, 1980, p. 126.

**GRÁFICO 20** - JORNADAS PERDIDAS POR GRANDES SETORES (BRASIL, REGIÃOO URBANA, 1978-87).




**Fonte:** Noronha, 1980, p. 126.

De acordo com Eduardo Noronha (1991), em 1978 foram deflagradas 118 greves e, dez anos depois, elas passaram a somar 2.188, o que representa um aumento de sessenta vezes. Esses dados mostram a capacidade de mobilização que os sindicatos tinham na luta pela conquista e manutenção dos direitos dos trabalhadores; entre eles o direito ao emprego. O referido autor mostra, ainda, com base em estudos, que tal movimento predominou nas empresas privadas entre 1978 e 1985; Nota-se ainda, no gráfico acima o crescente número de prolongadas greves no setor público, principalmente a partir de 1985 após o fim do regime militar, portanto, já no governo conhecido como Nova República. Veja-se que, o final da década de 1980 foi marcado por um número de greves que conferia aos trabalhadores do setor público não só um considerável saldo organizativo, mas também aumento do poder de barganha dos direitos dos trabalhadores, inclusive o de não serem demitidos, no final das greves e em função delas. Isso os encorajava, já que ainda estavam longe do horror do desemprego que se espalhou após a década de 1990, com a ofensiva neoliberal no Brasil.

Por essa razão, da mesma forma que se pode relacionar dialeticamente o desemprego com as dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical, a sua redução em face da ofensiva política neoliberal também teve efeitos relativamente negativos sobre as centrais sindicais, que passaram a sofrer com a desaceleração das lutas dos trabalhadores.

Além do seu crescimento numérico, outra forma de expressão do poder de mobilização dos trabalhadores que caracterizou a década de 1980 foi o seu orçamento.

Cardoso (2003: p. 34-35) ressalta:

> O orçamento global das instituições oficiais e não-oficiais chegava perto de um bilhão de dólares. Este dinheiro financiou mais de 10 mil sindicatos, representando 18 milhões de trabalhadores em mais de 30 mil negociações coletivas em todo o país.

Entre as centrais gerais criadas durante os anos 80, estão a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União Sindical Independente (USI), mas, a central sindical que representou as lutas mais radicais dos trabalhadores, por mais de quinze anos, foi a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Por isso mesmo, era a mais odiada pelo patronato conservador, em geral respeitada pelos sindicatos de lutas e trabalhadores mais combativos e temida pelas classes patronais, que tinham passado por longo período vendo este tipo de sindicalismo cujos dirigentes

podiam ser perseguidos, presos e, às vezes, assassinados nos confrontos entre a Policia, que quase sempre lá estava para defender os interesses da classe dominante no meio rural, ou pelo próprio exército, durante o regime militar a título de "manter a ordem". Bastava a exigência da carteira de trabalho assinada pelos patrões e o seu portador e/ou sindicato representativo já poderia ser considerado comunista.

O ponto de vista dos interesses dos trabalhadores não pode ser confundido com aquele dos personas mais interessados na acumulação de capital. Se comparados com a paralisia da década de 1970, período em que a economia brasileira chegou a crescer a 11% entre 1968 e 1974, os acontecimentos que ocorreram nos anos 80 e que mantinham um mínimo de direito de recuperação dos valores dos seus salários são graves; pois no período do conhecido "milagre brasileiro" o salário mínimo real dos trabalhadores chegou a ser reduzido a 30% do seu poder aquisitivo, apesar do expressivo aumento da produtividade da força de trabalho (veja-se o Gráfico 18, neste capitulo). Isso representa apenas uma parte da totalidade dos fatores que formavam o quadro político e econômico que impulsionava (e era impulsionado) pelos trabalhadores à luta na década de 1970. Esta situação tendeu a mudar na década de 1980 com as mobilizações dos trabalhadores na busca de seus direitos.

Pode parecer contraditório à primeira vista, mas é exatamente esse o clima político junto com outros fatores que proporcionam as condições objetivas favoráveis para o avanço da luta dos trabalhadores. Nesse sentido, é de relevante significado a síntese dos fatores enumerados por Cardoso (2003), os quais proporcionaram as condições para o avanço do movimento sindical, que, enquanto declinavam nos países de capitalismo avançado na década de 1980, estavam em plena efervescência no Brasil:

1. Os sindicatos polarizavam as forças que se colocavam contra o regime militar;
2. A estrutura sindical corporativa (tão criticada por parte da esquerda), cujo dinheiro servia para sustentar economicamente as centrais sindicais, desde o início da sua formação,
3. As condições econômicas e sociais geradas pela crise econômica que permaneceu com as mesmas características em relação à corrosão dos salários durante os anos 80;
4. As políticas macroeconômicas no que diz respeito aos trabalhadores, que tinham que ir à luta para repor as perdas salariais dos durante os anos 80;

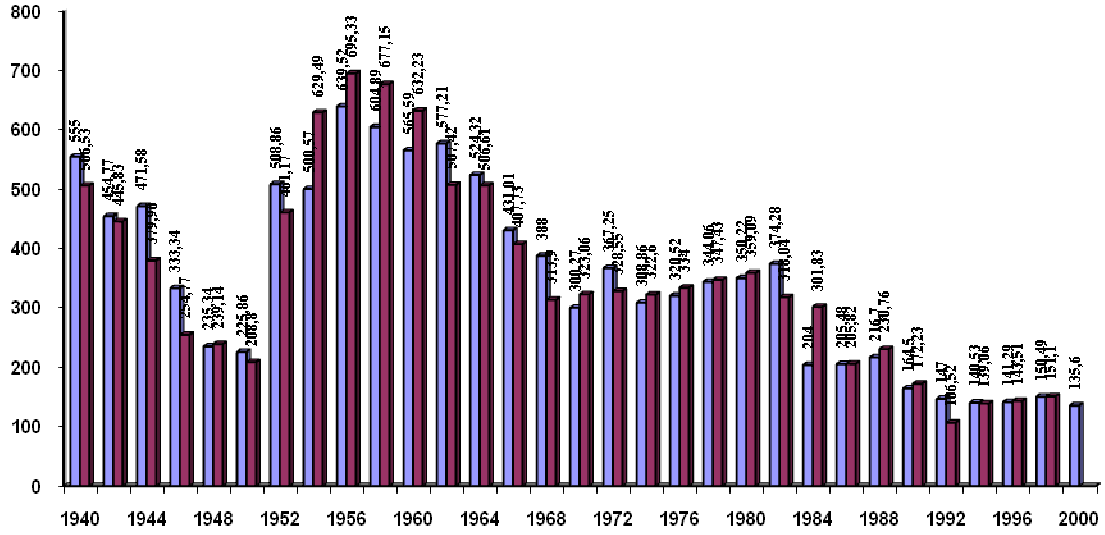
5. As taxas de desemprego mantiveram-se entre 2, 9 e 4%, portanto, próximas do pleno emprego;
6. A confiança que a população depositava nos sindicatos como instrumentos de pressão pela conquista de direitos já existentes e manutenção de outros.

Todos os fatores acima, enumerados por Cardoso (2003), podem se somar às lutas da sociedade em geral contra ofensivas dos defensores do Liberalismo que, historicamente, se opunha ao Estado desenvolvimentista. Essas lutas ocuparam o cenário político-econômico e social, convergindo para a Constituição de 1988 e as posteriores eleições para presidente ocorridas em 1989.

Embora não se possam negar as vitórias políticas dos trabalhadores ao longo da década de 1980, toda a longa jornada de lutas não impediu que os trabalhadores tivessem seu salário mínimo corroído pela inflação e sua força de trabalho fosse vendida por preços cada vez mais abaixo do valor de sua reprodução.

Observando-se o gráfico 21, a seguir, pode-se ver que o valor real do salário mínimo fica abaixo daquele atingido entre o governo de Dutra e o início do governo de Getulio Vargas em 1950.

**GRÁFICO 21** - EVOLUÇÃO DO VALOR REAL DO SALÁRIO MÍNIMO, BRASIL, 1940-2000 (em R$ DE FEVEREIRO DE 2000).




**Fonte:** DIEESE, MODIFICADO
**Nota:** Valores médios para os meses de janeiro e fevereiro.do ano 2000

Como já se mostrou na primeira parte deste trabalho, entre 1970 e 1980 os teóricos do neoliberalismo lançaram uma enorme ofensiva contra o sindicalismo nos Estados Unidos e na Europa. No Brasil, entretanto, isto não foi possível em função das lutas pelo fim do regime militar terem sido tão persistentes. A transição para um regime democrático durou cerca de dez anos, período esse que coincidiu com aquele em que foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Foi durante esse período, a partir de 1983, que, além de outras instituições democráticas, a referida central sindical consolidou-se como a legítima portadora dos anseios do proletariado no Brasil. Essa foi, igualmente, a razão porque a CUT, e não suas rivais, conseguiu galvanizar a marca de uma verdadeira central de esquerda. Isto porque, além da sua relação com os partidos que tinham as suas mesmas características no sentido da busca de uma sociedade mais justa, como era o caso de sua tendência majoritária, ela abrigava correntes de pensamento com a marca de classe que também se identificava com o partido da classe operária, o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Esta é uma das razões para se afirmar que existem diferenças entre os anos 80 e os anos 90, se consideradas do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores.

Deve-se considerar o fato de que no processo de reprodução ampliada do capital, da forma como se dava nas décadas de 1970 e de 1980, a economia brasileira constituía uma destruição criadora, onde conviveriam simultaneamente a desestruturação e a reestruturação produtiva (Mattoso e Pochmann, 1988, p. 213-243). Assim, de acordo com estudiosos das questões relativas ao mundo do trabalho (Mattoso e Pochmann, 1988, p. 213-243), em especial do emprego, ocorreriam simultaneamente a destruição e a criação de empresas, de atividades, de formas produtivas e organizativas, como resultado do progresso técnico. Assim, o grau de desenvolvimento das forças produtivas estaria entre os fatores determinantes deste processo, dependendo das condições macroeconômicas, sociais e institucionais em que ele se baseia. Mattoso e Pochmann (1988, p. 213-243) sintetizam o processo em que, por um lado, enquanto alguns países podem estar em franco desenvolvimento e dinâmico crescimento, outros podem estar em decadência. Nesse caso, na década de 1980, nos países de capitalismo mais desenvolvido onde já era hegemônica a ideologia neoliberal, o desemprego já se manifestava de forma assustadora, enquanto no Brasil ainda não se vislumbrava tal quadro nem mesmo à distância.

## 7.6 DESEMPREGO E CRISE SINDICAL NO BRASIL 1990-2000

A principal característica do mundo do trabalho na década de 1990 no Brasil foram as conseqüências das políticas neoliberais. Ao chegar neste período, conhecido como segunda década perdida do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores constatou-se a aplicação das políticas neoliberais. Daí porque o Brasil passou apresentar um quadro assustador de desemprego e exclusão social. É verdade que, seguindo-se a lógica d'*O Capital*, estudada por Marx na segunda metade do século XIX, em um ciclo de tão fantástica expansão do Capitalismo, o qual foi chamado de *A Era do Capital* (Hobsbawm, 1982), dir-se-á que ocorreu a verdadeira destruição criadora. Isto, porque o próprio emprego, que era destruído em um setor da produção poderia simultânea ou sequencialmente ser recriado em outro. Um ciclo de crescimento poderia ser seguido de outro de recessão e desemprego. Entretanto, as duas décadas (em estudo) do final do século XX, as quais demarcam um momento de crise do fordismo, estão circunscritas em um ciclo longo de estagnação sem precedentes no Capitalismo. Um ciclo de destruição não-criadora. Os personagens representativos do capital, por sua vez, tinham acumulado experiências tanto no que diz respeito à infra-estrutura, com um elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas, como no mundo da subjetividade dos trabalhadores. Uma das armas que a classe dominante desenvolveu e apontou contra os trabalhadores, que tinham suas representações sindicais e partidárias já fragilizadas, foi a mudança nas formas de gestão da força de trabalho. Esse processo, que ocorreu na totalidade do Capitalismo mundial ou globalizado, não se manifestou ao mesmo tempo nem da mesma forma em todos os países. Trata-se de um processo desigual e contraditório. Mesmo se colocando como subconjunto de uma mesma totalidade, o momento em que são hegemônicas as idéias neoliberais no Brasil, a década de 1990, não pode ser igualada aos dez anos anteriores. Naquele período, os trabalhadores, os sindicatos e outras formas de mediações tinham saldos positivos no decorrer do processo das diferentes formas de luta com perspectivas tanto nos marcos do capitalismo como também no sentido da sua necessária superação.

Para se compreender a ruptura que ocorreu no início da década de 1990, com o triunfo do neoliberalismo no Brasil, que se constitui o conseqüente retrocesso político em relação à década anterior, faz-se necessário levar em conta as seguintes questões:

a. A derrota que representou o projeto desenvolvimentista contido no programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva e a conseqüente eleição do seu opositor, Fernando Collor (1989), cujo programa de governo era declaradamente neoliberal;
b. A grande transformação que ocorreu nas formas de gestão da força de trabalho, que terminavam por favorecer as propostas dos teóricos das políticas neoliberais, (estas já vinham sendo praticadas desde a década de 1980), nos países de capitalismo mais desenvolvido;
c. A capitulação da CUT, especialmente a sua corrente majoritária, a Articulação Sindical, diante da ofensiva neoliberal, ao aprovar no IV Congresso da maior e mais combativa central o chamado sindicalismo propositivo, abandonando a teoria e as práticas que tinham identificado esta central sindical com a perspectiva da luta de classes;
d. A criação de uma central sindical à imagem e à semelhança do governo neoliberal, que "por encomenda deste", legitimou suas ações com a participação da mídia conservadora, a Força Sindical.

Essa última, além de defender claramente outras políticas do governo Collor, contrárias aos preceitos do Estado desenvolvimentista, defendia a privatização das empresas estatais, utilizando-se dos mesmos argumentos inconsistentes dos defensores das privatizações contra os servidores públicos. A Força Sindical, finalmente, funcionava em perfeita sintonia com o pensamento dos teóricos do Neoliberalismo, cujo conteúdo já foi analisado no primeiro capitulo deste trabalho.

Ao analisar as metamorfoses que ocorreram no mundo do trabalho na década de 1990, o professor Antunes (2002, p, 73) faz uma síntese da forma como elas surgiram nos países de capitalismo mais avançado, assumiram as referidas mudanças e se difundiram pelos países menos desenvolvidos. Ao construir o quadro que se apresenta na década de 1990, Antunes (2002) mostra nitidamente a problemática em que está envolvido o Movimento Sindical diante dos novos desafios que enfrenta. O autor comenta tal fenômeno nestes passos:

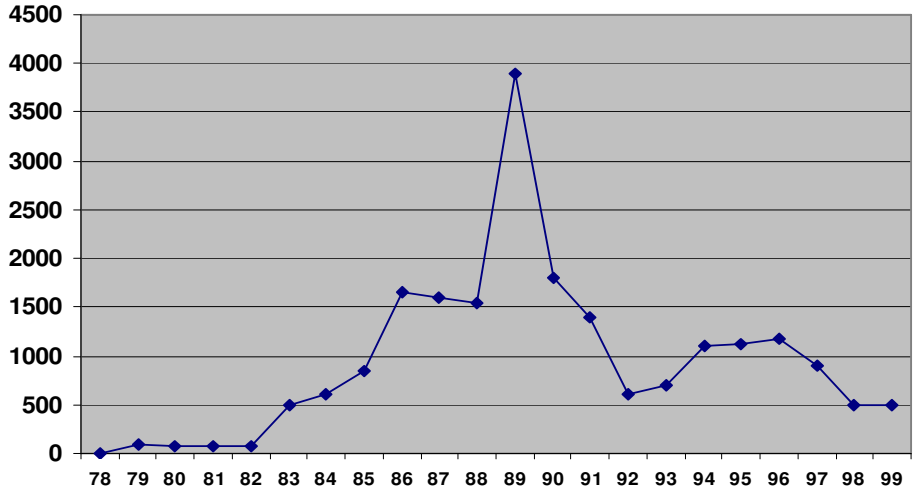
> Já tinham atingido os países de capitalismo avançado, na década de 1980, e posteriormente, dada à dimensão globalizada e mundializada dessas transformações em fins daquela década, e na virada da década de 1990, também os países do Terceiro Mundo, particularmente aqueles dotados de uma industrialização significativa, como é o caso do Brasil, México, entre tantos outros. (Antunes, 2002,73).

O mesmo autor enumera de forma sintetizada, em seu trabalho, uma série de desafios cada vez mais presentes às lutas dos trabalhadores e por eles enfrentados, tais como:

a. Crescente individualização das relações de trabalho, elemento que ele classificou muito apropriadamente de *nefasto,* que se originou na Toyota e que se expande mundialmente;
b. Uma fortíssima corrente formada para desregulamentar e desregularizar *ao limite* o mercado de trabalho;
c. A luta pela redução da jornada de trabalho, como forma de reduzir o desemprego estrutural;
d. Uma tendência crescente da burocratização e institucionalização das entidades sindicais que se distanciam dos movimentos sociais autônomos, que se constituíram e consolidaram-se como organismos defensivos e, por isso, têm-se mostrado incapacitados para desenvolver e desencadear uma ação para além do capital;
a. Um clima de adversidade e hostilidade contra a esquerda, contra o sindicalismo combativo e contra os movimentos sociais de inspiração socialista.

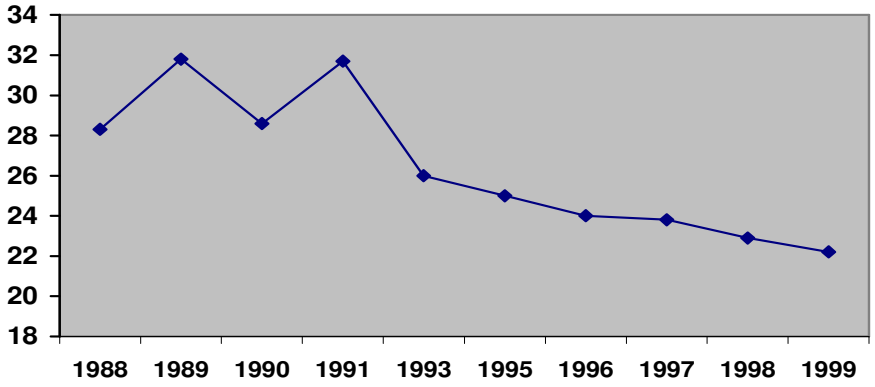
Ao contrário do que acontecera na década de 1980, conforme já foi discutido, aumentou o número de greves, que caracterizou a luta dos trabalhadores naquele período, enquanto nestes que se seguem nota-se, simultaneamente, a acentuada queda das taxas de sindicalização, assim como a brutal queda do número de greves nesta última década do século XX.

**GRÁFICO 22** - BRASIL: NÚMERO ESTIMADO DE GREVES (1978-1999).




**Fonte:** Noronha e DIEESE. MODIFICADO.

**GRÁFICO 23** - BRASIL: EVOLUÇÃO DA TAXA DE SINDICALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES URBANOS.




**Fonte:** FIBGE. MODIFICADO.

Os gráficos acima mostram duas questões interligadas:

1) O baixo número de greves, que tinha aumentado acentuadamente quando se aproximou o fim do regime militar, entre a década de 1970 e inicio da década de 1980, seguido da admirável e expressiva elevação desta forma de protesto nos anos 80. Este gráfico confirma, portanto análise conjuntural que já foi feita na seção anterior, onde se avaliou a dura resistência trabalhadores. Estes, ao mesmo tempo faziam o contraponto ao arrocho salarial do próprio Est em benefício do capital, o que terminou por retardar a consolidação de outra situação ainda p que foi a derrota do Estado desenvolvimentista. Este era duramente atacado na campanha qu era feita pelos defensores do "Estado mínimo", a qual já predominava nos países de capitalis mais desenvolvido e ao mesmo tempo fazia pressões sobre políticas governamentais no Bra Em contraste, na década de 1990, após a derrota política do Estado desenvolvimenti Conforme se observa no gráfico anterior, nota-se o flagrante contraste da vertiginosa linha descendente, que representa o descenso da luta dos trabalhadores, quando chega ao ano de 1999. A parte correspondente à década de 1980 é, conseqüentemente, aquela que representa o momento mais importante do período da transição democrática, quando os trabalhadores conquistaram a liberdade de ir à luta pelos seus direitos. Pode-se dizer que este momento histórico, que ocorreu no mundo do trabalho e que se constituiu em um espaço de tempo áureo da valiosíssima contribuição dos trabalhadores na construção da democracia no Brasil, perdurou até a década de 1990, quando entrou em cena a ofensiva neoliberal.

2) A vertiginosa queda da taxa de sindicalização dos trabalhadores, que os jogou na defensiva diante da brutal ofensiva da ideologia neoliberal. Neste período da segunda década de crise do Capitalismo, observa-se no referido gráfico que aquela dura resistência das classes, que vivem do seu próprio trabalho, à ofensiva neoliberal conseguiu chegar até o inicio do primeiro governo de FHC. Estes quatro anos da segunda década de crise foi quando este governo, contando com o apoio dos partidos mais conservadores do Brasil conseguiu dar o maior impulso no Programa Nacional de Desestatização (PND). As conseqüências serão mostradas a seguir, principalmente no que diz respeito ao agravamento da chaga do desemprego.

Além das causas econômicas da crise estrutural do Capitalismo as quais os trabalhadores tiveram de enfrentar (já comentadas na secção anterior), os gráficos expostos acima mostram, ainda, a fragilidade em que ficaram os trabalhadores diante da perda de força política, diante da

redução do poder econômico dos sindicatos, para enfrentar as adversidades que objetivamente lhes eram colocadas.

Deve ser lembrado que parte do gráfico anterior corresponde ao período em que ocorreu uma das batalhas mais duras travadas pelo movimento sindical contra as políticas neoliberais no Brasil: a greve ocorrida logo no início do governo de FHC, que ficou conhecida, ainda hoje, como greve dos petroleiros. Sabe-se que esta denominação se deve ao fato de que esta categoria permaneceu por mais tempo em greve. Foi contra ela que o governo e o imenso poder midiático, de que dispunham os defensores da ideologia neoliberal, juntaram-se em uma só força contra os trabalhadores.

Foi um fato histórico inesquecível porque a greve dos petroleiros foi a expressão lapidar da luta de classes no Brasil neste período. De que lado ficou a imprensa burguesa no Brasil nestes momentos de expressão fenomênica do conservadorismo? Esta ideologia avançou após a publicação da Constituição de 1988, consolidou-se nas eleições de 1989, fortalecendo-se após a aplicação das po0liticas políticas neoliberais na década de 1990. Tal política, no entanto, está longe de ser a única expressão do brutal poder de que dispunham os governos a partir da década de 1990. Pode-se observar que a tendência decrescente do número de greves e a queda da taxa de sindicalização atravessa 10 anos de agruras, que compreende toda esta década, o que mostra os efeitos da crise do Capitalismo sobre o Estado desenvolvimentista e os seus reflexos sobre o imaginário dos trabalhadores foi realmente espantoso.

Ao comparar a conjuntura econômica de 1990 com a da década de 1980 o estudioso Jorge Mattoso (1996, p.21-22) argumenta:

> Depois dos anos 80, a "Década Perdida", parecia que nada poderia ser pior. No entanto, o desempenho econômico da década de 1990 não somente foi metade do ocorrido nos anos 80 como foi o pior do século e, com ele, esvanece o sonho de uma melhor distribuição de renda e de uma sociedade mais justa.

O que Mattoso (1996) mostra nessas poucas palavras pode ter até leituras diferentes, uma vez que uma sociedade mais justa pode ser aquela concebida pela Socialdemocracia e pode ser a própria utopia socialista. Esta, também permeava entre grande parte das organizações sindicais dirigidas por partidos revolucionários. Entretanto, este trabalho pauta-se pelos interesses

imediatos do movimento sindical e de seus resultados econômicos, embora não haja nenhuma linha divisória entre as vitórias políticas e os resultados econômicos.

De fato, começando-se pelo resultado das eleições presidenciais de 1989, dir-se-ia que elas representaram uma fragorosa derrota política do programa de governo que correspondia à proposta do Estado varguista (desenvolvimentista) e à política para os trabalhadores. Isto porque, naquele momento histórico, foi eleito o Presidente Collor, cujo programa de governo continha muitas das propostas políticas neoliberais, em especial, aquelas que dizem respeito ao menosprezo pelos interesses dos trabalhadores. Quando ele foi eleito anunciou o seu já esperado programa de governo que se constituiu peça lapidar de outros desastrosos programas que já vinham sendo aplicados em outros países. Além dos seus resultados já comentados em outros capítulos anteriores deste trabalho, esses programas produziram resultados deprimentes para os trabalhadores, principalmente no que diz respeito às alarmantes taxas de desemprego que produziram.

Como já foi dito, o Programa Nacional de Desestatização (PND), que marcou o inicio do governo Collor, e cuja aceleração no início da década de 1990 se deu com a privatização da Siderúrgica USIMINAS, dentro do curto espaço de um ano, representou o dobro de todas as privatizações dos 10 anos anteriores. Nota-se que o próprio banco oficial - o BNDES -, que fora criado dentro do espírito desenvolvimentista dos anos 50, passou a ser o órgão gestor da "desindustrialização". Na década de 1990, o referido banco oficial passou a gerir e financiar a privatização das empresas estatais que ele mesmo tinha financiado quando predominava a ideologia desenvolvimentista.

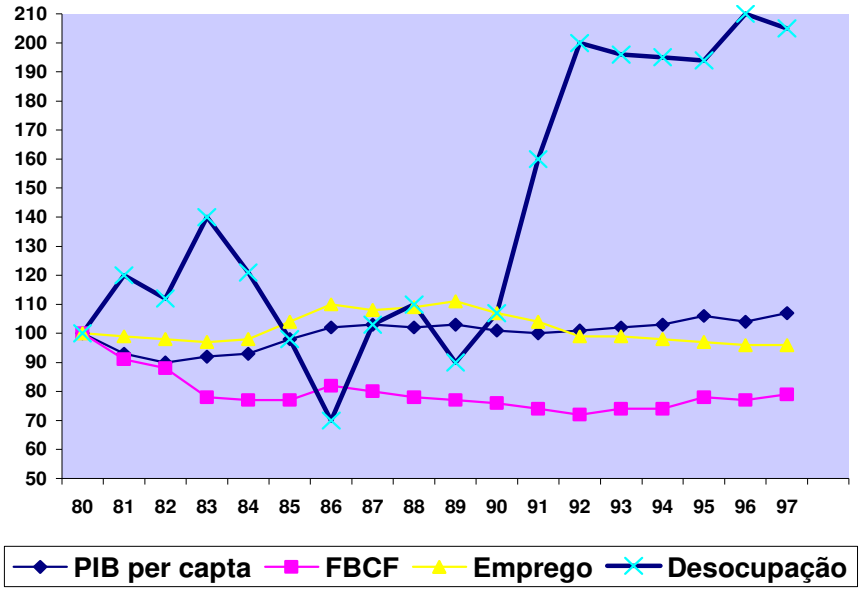
A segunda metade da década acima referida, já no primeiro governo de FHC, foi a fase em que ficaram mais explicitas as contradições do modelo econômico neoliberal, ocorrendo como o maior exemplo de corrupção a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), como já foi relatado no capítulo VI.

A partir deste ponto, se tratará da elevação sem precedentes das taxas de desemprego, que, além de terem sido incrementadas com outros aspectos das políticas neoliberais, foram ainda mais agravadas com a aceleração das privatizações das empresas estatais (conferir no capítulo IV, o gráfico 1, deste trabalho).

Como conseqüência das políticas de reforma do Estado, um dos mais caros princípios do neoliberalismo, como pode ser visto no gráfico a seguir, que mostra claramente as diferenças de

desempenho da economia brasileira entre a década de 1980 e a de 1990, o desemprego aumentou no referido período. Além do péssimo desempenho que a Economia já apresentava na década de 1980, os trabalhadores, na década subseqüente, sofreram seguidas e pesadas derrotas em face das políticas neoliberais que já vinham sendo aplicadas (primeiro, nos países de capitalismo avançado; depois, em outros países da própria América Latina; em seguida, no Brasil). Sob este aspecto, pode-se comparar o tratamento dispensado pela Primeira Ministra Margareth Thatcher, a "dama de ferro", aos mineiros de carvão da Inglaterra nos anos 80 com aqueles conferidos pelo governo neoliberal brasileiro aos petroleiros de Paulínia, logo no inicio da "Era FHC". Da mesma forma emblemática que a Primeira Ministra se esmerou em "quebrar a coluna vertebral do socialismo", do qual ela achava emblemático o referido sindicato dos mineiros, Fernando Henrique Cardoso, contando com o apoio instrumental de uma mídia conservadora, fez questão de enfrentar o sindicato dos petroleiros. Conseqüentemente, os atores são diferentes, atuando em tempos diferentes, mas a ideologia que os identifica é a mesma.

**GRÁFICO 24** - BRASIL: ÍNDICE DO PRODUTO INTERNO BRUTO *PER CAPITA*, FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO, EMPREGO ASSALARIADO REGULAR E DESEMPREGO (1980 = 100).




(*) Procura por emprego (PNAD).

**Fonte:** Banco Central; FIBGE e MTb (Elaboração Mattoso & Pochmann) MODIFICADO.

Além do longo período de estagnação observado na década de 1980, no gráfico acima podem-se observar os efeitos de vários aspectos das desastrosas políticas econômicas adotadas pelos diferentes governos neoliberais, que se revezaram no período compreendido entre o ano de 1990 e o de 1997, começando pelo PIB *per capta*, cujo desempenho foi o mais medíocre do século XX nas duas décadas perdidas. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que também caiu acentuadamente na década de 1980 e, depois de pequena oscilação para cima em 1986, caiu sensivelmente até o final da década seguinte.

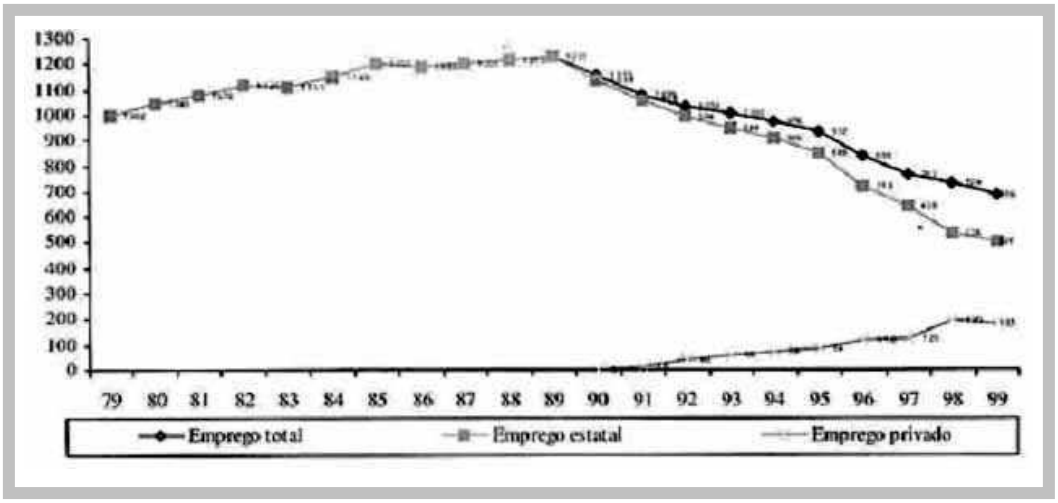
O emprego, também apesar das citações ocorridas na década de 1980, caiu mais ainda a partir de 1994, pois além da implantação do Plano Real, foi quando o governo de FHC concluiu as reformas neoliberais da Constituição de 1988 e acelerou as privatizações das empresas estatais mais significativas, inclusive o caso citado acima da CVRD, principal objeto de estudo deste trabalho.

As taxas de desocupação, que já passavam por oscilações na década de 1980, a partir de 1990 subiram de uma forma sem precedentes em todo o século.

Além de outros aspectos macroeconômicos das políticas neoliberais já comentados acima, podem-se mostrar, no gráfico a seguir, outros efeitos da reforma do Estado, que fazem parte da sua proposta de “Estado mínimo”.

Com efeito, é possível verificar no gráfico a seguir que a quantidade de empregos no país caiu vertiginosamente na década de 1990, justamente o período em que se tornou hegemônica a ideologia neoliberal e foram acelerados os processos de privatização no Brasil.

**GRÁFICO 25** - BRASIL: EVOLUÇÃO DO VOLUME DE EMPREGO DIRETO ASSALARIADO COM CONTRATO FORMAL NAS ATIVIDADES ESTATIZADAS, E APÓS A PRIVATIZAÇÃO, 1979-1999 (EM MIL).




**Fonte:** SEST; MTE (vários anos). Elaboração POCHMANN. MODIFICADO.

Assim, o gráfico nº 25 mostra que as taxas de emprego estatal, assim como o emprego privado que se mantiveram relativamente estáveis até o ano de 1986, sofreram ligeira oscilação no início do governo Collor. Em 1990, foi lançado o Plano Collor, desempregando milhares de pessoas, devido à abertura comercial, e a aceleração das importações. Também o emprego estatal foi sendo reduzido à medida que foram sendo esvaziadas as funções do Estado desenvolvimentista, de acordo com o que pregam os teóricos do neoliberalismo.

Pode-se ver ainda no referido gráfico que o emprego privado cresceu neste mesmo período, mas não na mesma proporção da queda do volume de empregos estatais.

A partir de 1994, já no governo FHC, o volume de emprego no setor estatal teve uma queda ainda mais drástica. Isso contribuiu para a redução que o desemprego total sofreu na "Era FHC", mantendo esta tendência até o final daqueles 10 anos. Isso porque, a partir da década de 1990, o modelo em que a **destruição não-criadora** contava com ideologia dominante na sociedade no Brasil, assim como já vinha ocorrendo nos demais países da América Latina, que então estavam sujeitos às condições impostas pelo *Consenso de Washington*, capitaneadas pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Além da contribuição das privatizações das empresas estatais na redução do volume de empregos, a abertura comercial e a financeira, que são partes simultâneas do mesmo modelo

econômico, permitiram a importação de mercadorias em detrimento das indústrias nacionais. Daí o fato da destruição dos empregos existentes com o desaparecimento de postos de trabalho, razão porque se observa no gráfico nº 25 que, além de cair o PIB *per capta,* reduziu-se o volume de empregos.

As observações feitas acerca do gráfico nº 25 se completam com os números que são mostrados na tabela 14, a seguir.

**TABELA 6** - BRASIL: EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS E DO AJUSTE DO EMPREGO NO SETOR ESTATAL ENTRE 1979 E 1999.

| Período | Empresas privatizadas | Receita em milhões de dólares | Transferências de dívida pública em milhões de dólares | Empregados formais envolvidos* |
|---|---|---|---|---|
| 1979/84 | 20 | 274 | 16 | 146.980 |
| 1985/89 | 18 | 549 | 620 | 82.125 |
| **Anos 80** | **38** | **823** | **636** | **-229.105** |
| 1990/92 | 44 | 15.128 | 2.664 | - 198.136 |
| 1993/94 | 35 | 17.320 | 3.752 | - 47.732 |
| 1995/99 | 84 | 42.008 | 11.660 | - 300.120 |
| **Anos 90** | **166** | **74.456** | **18.076** | **- 545.988** |

* Refere-se ao saldo líquido de empregos destruídos e criados no setor estatal, resultante do efeito do conjunto das empresas privatizadas, fechadas e incorporadas.

**Fonte:** SEST, BNDES e TEM. Elaboração POCHMANN.

A tabela acima, em dados numéricos, mostra que o desemprego, que já se caracteriza como uma das doenças crônicas do capitalismo moderno, foi agravado no Brasil quando, sob a orientação das teses neoliberais, os governos resolveram acabar com a "Era de Vargas", como tanto se orgulhava de dizer o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

# CONCLUSÃO

O resultado da presente pesquisa permite-nos concluir que as hipóteses levantadas no inicio deste trabalho são verdadeiras. Os temas analisados estão de tal forma correlacionados entre si,que ficaria difícil proceder, de forma isolada, a análise de qualquer uma das suas variáveis. A luta dos trabalhadores fortaleceu e foi fortalecida pelas ações políticas dos partidos de esquerda na chamada primeira década perdida – aquela dos anos 80, conforme se mostrou no último capítulo. A crise da dívida ocorrida nesse período, ao mesmo tempo que aumentou a resistência dos defensores do Estado desenvolvimentista, fez aflorar as contradições históricas dos sucessivos modelos de desenvolvimento econômico adotados no Brasil. As contradições de classe dos modelos econômicos adotados no país são visíveis quando se considera o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em contraste com o descenso dos ganhos salariais dos trabalhadores desde a crise estrutural ocorrida a partir da década de 1960, em especial, a partir do início do golpe militar ocorrido em 1964, o que foi demonstrado através dos dados dos diversos órgãos de pesquisas inclusive os oficiais. Nesse contraditório processo, apesar do clientelismo em relação ao grande capital do último governo do referido regime de excessão expressos nas suas políticas de arrocho salarial lesiva aos interesses dos trabalhadores não foi possível adotar no Brasil as mesmas políticas neoliberais adotadas em outros países desde a década de 1980. O resultado é que - mesmo tendo sido uma "década perdida" do ponto de vista das análises economicistas - não se pode dizer o mesmo do ponto de vista dos avanços políticos demonstrados nas organizações sindicais dos trabalhadores. Como saldo político das lutas ocorridas neste período da transição democrática deve ser considerado ainda a construção das grandes centrais sindicais, assim como a legalização dos partidos de esquerda, que tinham passado a maior parte de sua história sob o signo da ilegalidade. Naquele momento os partidos representativos da ideologia neoliberal conquistavam o poder nos países desenvolvidos, enquanto no Brasil ocorria o contrário. No processo de transição democrática, acentuava-se o sentimento nacionalista e aquecia-se a luta de classes.

Deve-se levar em conta que o afloramento das contradições de classe ocorridas na década de 1980 já são desdobramento de derrotas políticas anteriores que o referido modelo econômico já vinha sofrendo. Pois os últimos governos do regime militar já vinham perdendo força política

desde as eleições de 1974, quando foram fragorosamente derrotados no Congresso pelo partido de oposição (consentida) o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Na tentativa de enfrentar a crise econômica que se instalou no país durante toda a "Primeira década Perdida", os trabalhadores receberam como respostas destes a resistência por meio das greves que, por sua vez, tiveram como conseqüência a elevação do seu grau de organização política. Apesar de evitar o desemprego que, durante este período, se registrava nos países onde já se tinham tornado hegemônicas as políticas neoliberais, os trabalhadores não conseguiram evitar o arrocho salarial ocorrido naquele período devido ao caráter dos modelos econômicos historicamente adotados no país ao longo de sua história.

Ainda no plano político, pode-se concluir que os trabalhadores e outros setores progressistas (partidos políticos de esquerda, de centro-esquerda etc.) conseguiram contribuir para pôr fim ao regime militar e fazer avançar a democracia. Por outro lado, a classe dominante também conseguiu se organizar impondo-lhes a derrota ocorrida nas eleições de 1989, o que permitiu os dez anos da "Segunda Década Perdida", cuja conjuntura foi mais constrangedora para os trabalhadores, pois foram criadas as condições para que os partidos representativos das forças políticas e econômicas mais conservadoras se unissem em torno do projeto neoliberal.

Estes fatos, por sua vez, contribuíram para fortalecer as lutas na resistência aos pacotes econômicos impostos pelos governos serviçais do FMI. Tal processo de lutas contribuiu ontologicamente para fortalecer a consciência de classe dos trabalhadores.

Conforme os dados estatísticos pesquisados no DIEESE, no IBGE, e no IPEA, ficaram constatados os prejuízos econômicos decorrentes do arrocho salarial, uma vez que, mesmo tendo os trabalhadores empreendido grandes jornadas de lutas durante a "Primeira Década Perdida", o salário no seu final refletia a redução dos seus parcos rendimentos. As greves ocorridas durante este período são fatos que comprovam esta afirmação, pois, no final dos anos 80 perduravam as péssimas condições de reprodução da força de trabalho, demonstrando, mais uma vez, as contradições históricas de que no Brasil ainda se está longe de alcançar as utópicas justiças sociais prometidas pelos teóricos da economia nos marcos do capitalismo contemporâneo.

Numa análise de conjuntura, por mais limitada que seja, não se pode deixar de reconhecer a relação existente entre a crise econômica e o agravamento da crise política, em que entraram os governos do regime militar, contribuindo para que os trabalhadores conseguissem romper com as duras leis que os amordaçavam, cerceando a liberdade de organização e expressão, o que

constituía-se provas irrefutáveis de que eles não tinham outra alternativa de vida a não ser ir à luta pelos seus direitos. As batalhas travadas neste período tiveram como resultado dois fatos bem distintos dos quais se podem tirar várias conclusões, ao mesmo tempo interdependestes e correlacionadas entre si. 1) Que a aplicação das políticas neoliberais no Brasil nos anos 80 também encontrou como resistência os defensores do Estado desenvolvimentista, a qual se somou às lutas dos trabalhadores; 2) Que estas lutas terminaram retardando a crise do desemprego que viria a atingir os trabalhadores brasileiros na década de 1990.

Ao lado deste fato político, ocorreu outro econômico, de igual relevância, que foi a vulnerabilidade em que ficou o país, em especial à crise da dívida externa, cujo peso recaiu sobre os ombros dos trabalhadores que tinham os seus salários reduzidos pelos planos do governo serviçal do FMI e do Banco Mundial.

Nesta análise não se pode esquecer os números que confirmam as afirmações feitas acima, que são as medíocres taxas de crescimento cuja média para os anos 80 (que ficou conhecida como a "Primeira Década Perdida") não passou de 1,8%, um desastre, se comparado com os 7% da média dos 10 anos anteriores.

O principal fator serviu para a preservação das Empresas Estatais, que terminaram assumindo grande parte das dívidas dos governos de então. Esta passagem do regime de exceção, do qual o arrocho salarial era uma de suas excrescências representou um longo período de incansáveis lutas tanto dos trabalhadores como também de outros setores progressistas da sociedade. Mas, tais ações no seu início, eram muito limitadas uma vez que por muito tempo os servidores públicos federais eram proibidos de levar à frente qualquer ação organizativa, mesmo no sentido da defesa da melhoria de sua própria reprodução.

Pois, tais políticas, assim como a total abertura comercial e financeira, bem como a redução do papel do Estado na Economia agravaram a situação econômica dos países devedores, que nesta nova ordem do imperialismo estavam subordinados à dívida externa, a uma situação idêntica à que tinham passado nos velhos tempos coloniais (o que já se classificou, no primeiro capitulo, como um retrocesso histórico).

Inegavelmente, os formadores do pensamento liberal construíram uma ciência, aparentemente ingênua, quando propuseram a redução do papel do Estado na economia. Mas, o rebento das idéias liberais, o neoliberalismo, que é alma gêmea do capital financeiro, tivera espaço para defender as teses ainda mais incoerentes contra o progresso da humanidade porque

contavam com o incomensurável poder econômico internacional desta fração do **grande capital**. Este foi, afinal, o setor que se apropriou do patrimônio público formado por mais de meio século com o suor dos trabalhadores.

O neoliberalismo passou a ser o pensamento único nos anos 80 nos países de Capitalismo mais desenvolvido, e só nos anos 90 consolidou-se no Brasil. O fato de os governos brasileiros encontrarem resistência no início das tentativas de adotar as políticas neoliberais, invertendo as orientações Keynesianas seguidas anteriormente acerca da premente necessidade de manter o pleno emprego, mostra que somente em uma situação de crise profunda do capitalismo e conseqüente vulnerabilidade do Estado desenvolvimentista e dos trabalhadores poderiam tais políticas ser adotadas. Esta foi a situação em que ficaram os trabalhadores a partir dos anos 90 no Brasil. Isto quer dizer que, ao contrário do que defendem os teóricos do neoliberalismo, cabe ao Estado a adoção de políticas de emprego. Mas, da mesma forma, para exercer pressão política sobre o Estado, os trabalhadores precisam de sindicatos fortes. Por esta razão, e por ser contra qualquer manifestação política que legitime o direito ao trabalho, Hayek não perdoa, em suas teorias, a Keynes o fato de ele ter decretado o fim do "Laissez-Faire", que já estava posto desde a Primeira Guerra Mundial, mas que se tornou mais visível e inquestionável na crise de 1929 (Conforme foi discutido no Capítulo 1).

A retórica reacionária que dá respaldo às teses neoliberais acerca das privatizações das empresas estatais é ainda mais incoerente do que as seus antecedentes históricos. Hoje, a economia do mundo inteiro está muito mais monopolizada do que no século XVIII, época em que Adam Smith publicou a sua obra *A Riqueza das Nações,* que é uma das bases teóricas da teoria neoliberal. Tais fatos começaram a ficar claros a partir do momento em que surgiram as primeiras obras marxistas acerca do imperialismo clássico, que também já mostravam o fim do liberalismo econômico entre o final do século XIX e a segunda década do século XX.

O capitalismo nunca contou com nenhum "mercado livre", a não ser na artificialidade da economia neoclássica, núcleo duro da ideologia neoliberal.

Da mesma forma que a ideologia neoliberal só se tornou hegemônica nos países de capitalismo desenvolvidos a partir dos anos 80 e no Brasil a partir da década de 1990, conforme vimos no capitulo 1, a chamada "Lei de Say" só se sustentou como "lei" dada a força do dogma em que se transformou o seu "axioma". O Estado brasileiro (capitalista coletivo ideal) contou com os argumentos destas teorias, a partir das deliberações tomadas no *Consenso de Washington,*

por mais inconsistentes que pareçam, para administrar coletivamente os interesses do capital financeiro que, conforme já foi visto no papel econômico assumido pelos Fundos de Pensão, foi a fração do capital que mais se beneficiou dos leilões de privatização, conforme foi demonstrado nos capítulos III, V e VI.

Nesse sentido, o Estado moderno, que é um produto da nova ordem Capitalista, termina sendo também o seu suporte no período da hegemonia do capital financeiro. Tanto se pode afirmar que a sociedade de classe criou o Estado desde as suas origens, como igualmente se pode dizer que este criou os capitalistas durante os processos de *acumulação primitiva*. Para tanto, utilizou-se dos mesmos inconsistentes argumentos que hoje são usados pelos defensores do neoliberalismo para revitalizar este modo de produção por meio da privatização da massa de mais-valia acumulada nas riquezas públicas, representadas no Setor Produtivo Estatal, conforme ficou demonstrado no capítulo IV.

Da análise dos dados que se expôs e da bibliografia pesquisada e utilizada neste trabalho, o que se pode ainda concluir acerca das razões levantadas pelos defensores dos processos de privatização das empresas estatais no Brasil é que tal defesa não tem consistência lógica, nem mesmo nos estreitos limites da racionalidade econômica.

Além disso, conforme foi visto no Capitulo IV, pode-se concluir que as afirmações de que as empresas estatais brasileiras não são lucrativas porque o Estado é mau administrador, e que elas não são competitivas, não encontram respaldo na realidade, e carecem de sentido. Pois em nenhum país do mundo onde reina a ordem capitalista, tais empresas foram criadas tendo como objetivo a própria lucratividade. Ao contrário, tais empresas sempre foram criadas tendo em vista vários objetivos, em sua grande maioria, favoráveis à lucratividade das empresas situadas do setor privado. Nos países onde o Capitalismo já se encontra em estágio mais avançado, as empresas estatais serviram para restabelecer a lucratividade das empresas do setor privado, principalmente nos momentos de crise, quando os capitalistas não tinham outro meio para reverter a tendência ao descenso da taxa média de lucro; nos países de capitalismo tardio, além das referidas funções, as empresas estatais foram essenciais para alavancar o próprio capitalismo em bases modernas.

Da análise feita sobre as obras de conhecidos teóricos do assunto sobre o neoliberalismo e o capital financeiro, não se pode concordar com os argumentos de teóricos defensores das propostas neoliberais. A conclusão a que se pode tirar é que as afirmações dos teóricos do

neoliberalismo são de caráter puramente ideológico, comprometidos com os grupos econômicos que têm interesse de receber o patrimônio do Estado por preços irrisórios, respaldados pelos partidos representativos desta fração do **grande capital.**

Ao se verificar diferentes pesquisadores, acerca da questão do Estado, as suas afirmações levam a deduzir que, ao contrário do que defendem os teóricos do neoliberalismo, um Estado economicamente forte é cada vez mais importante para o desenvolvimento do Capitalismo contemporâneo; o papel do Estado na economia, que já se faz importante em tempos considerados normais, cresce na medida em que as crises do capitalismo, além de colocá-lo em perigo, agrava mais ainda a situação das empresas capitalista situados no setor privado. Este foi, com efeito, o papel cumprido pelo BNDES, principalmente no final da década de 1970 e inicio da década de 1980 conforme demonstramos no capítulo IV.

Além disso, a necessidade de controle da luta de classe põe o Estado em permanente alerta, não só contra os perigos de uma (sempre possível) desobediência civil, mas também contra a insubordinação da classe mais diretamente explorada, o proletariado. O Estado tem, neste caso, que controlar qualquer tentativa de insubordinação do proletariado. Nesse sentido, o próprio capital pressupõe a única forma de liberdade que de fato existe sob o capitalismo: a liberdade de exploração. E esta seria inconcebível sob o modo de produção capitalista sem um "Estado máximo", um Estado de forte repressão, que é o que verdadeiramente existe em todos os países que adotaram o neoliberalismo, a exemplo do Chile sob o regime do general Pinochet, em 1973, seguido da Inglaterra, de Thatcher, em 1980; depois, da Alemanha de Helmut Kohl ou dos EUA de Ronald Reagan. Quase todos numa mesma década de privatização e de exclusão social em quase todo o Ocidente.

À medida que o monopólio supera a concorrência, aumenta a necessidade de crescimento do Estado na economia. O próprio aumento da composição orgânica do capital e, conseqüentemente, o descenso da taxa média de lucro exige ações do Estado no sentido de contrarrestar esta tendência. A intervenção do Estado restitui às empresas capitalistas a sua lucratividade. As empresas que possuem melhores condições de se beneficiarem econômica e politicamente desta intervenção do Estado na economia nos citados países como exemplo de primeiras experiências neoliberais, como também no Brasil são aquelas que mantêm a hegemonia econômica no conjunto da sociedade civil. Isto porque, se estas afirmações são verdadeiras para os países industrializados do chamado primeiro mundo, os quais chegaram antes no mercado

mundial, serão mais ainda no que diz respeito aos países de Capitalismo Tardio. Os países que chegaram depois no âmbito da economia mundial (*Late Camers*) certamente tiveram grande necessidade de um "Estado protetor do mercado", para que suas empresas conseguissem se desenvolver em face da concorrência daquelas mais poderosas economicamente, que desembarcavam no mercado seus produtos.

As alegações daqueles que conduziram as históricas campanhas contra a "estatização" da economia, desde os anos 70 e 80, e que conseguiram levar às últimas conseqüências nos anos 90, tinham como pano de fundo os interesses da fração da classe dominante que sempre se beneficiou da imensa massa de mais valia repassada pelo próprio Estado, cujas dívidas têm origem nas próprias decisões políticas dos governos em favor dos interesses das empresas privadas. Nos anos 90, em meio à crise financeira que estas provocaram ao Estado, elas se apropriaram também da sua infra-estrutura, a julgar pela forma como tal campanha avançou no Brasil. Tais grupos de interesses são compostos pelo grande capital estrangeiro, os fundos de pensão, os grandes bancos, o capital interno e uma minoria insignificante de sindicalistas de resultados, que serviram como base de legitimação ideológica no processo.

Portanto, a privatização das empresas estatais no Brasil, foi mais uma destas variadas formas de os capitalistas, organizados politicamente, se beneficiarem das imensas fontes de riqueza acumuladas sob a competente administração do Estado.

O capital financeiro, em face de outras formas de capital, ganha hoje na fase da mundialização financeira, uma magnitude tal que consegue se colocar em condição privilegiada, tornando-se hegemônico no conjunto da sociedade e reproduzindo-se no âmbito mundial, na década de 1990 no Brasil. Isto é o que faz com que os governos tornem-se presas deste capital, principalmente das empresas multinacionais. São obrigados a elevar taxas de juro para atraí-las, além de servirem de intermediação para defender os seus interesses nas políticas recessivas adotadas por imposição das organizações multilaterais, que funcionam como instrumentos desta fração hegemônica do capital total.

O FMI e o Banco Mundial recomendavam nos anos 80, as privatizações, um "Estado mínimo" em face das exigências feitas pelas intermediações, as megaempresas multinacionais, os grandes bancos, que tinham interesse de se apropriar da grande riqueza pública acumulada à custa de muito sacrifício dos próprios trabalhadores. Estes, como já foi dito, tiveram que ir à luta em defesa dos seus salários nos anos 80, quando estes mesmos defensores do grande capital

impunham o arrocho salarial mais desumano desde toda a histórica criação, no inicio da década de 1940, conforme os dados do DIEESE, sobejamente demonstrados.

Os fundos de pensão, principalmente as EFPP, em última instância, foram também beneficiários do "espólio" representado pelas privatizações das empresas estatais no Brasil. Mas no conjunto das privatizações, este não é o seu mal maior. Criticar as privatizações tomando-se por base as moedas podres utilizadas na primeira metade da década de 1990, também é correto; mas quando os representantes do governo o fazem, tomam a questão do PND apenas parcialmente, pois qualquer forma de pagamento feito pelos compradores das empresas estatais, só poderia tornar os processos de privatização de tais empresas públicas mais ou menos legitimados. Se as melhores e mais estratégicas estatais não tivessem sido trocadas por títulos da dívida interna, mesmo com todos os questionáveis critérios, teriam servido para pagar os juros da dívida externa, cuja origem já foi por demais colocada em dúvida.

Da mesma forma, os fundos de pensão podem se constituir de intermediações do capital financeiro no mercado de capitais; mas, a maioria das críticas que aparecem na imprensa acerca do poder destas instituições, no caso concreto das privatizações no Brasil, parte de setores que queriam que elas fossem mais radicais. Queriam (e querem) ver as estatais brasileiras apropriadas pelos seus próprios concorrentes históricos. Como não existiam grupos econômicos capazes de se apropriar das riquezas do SPE, pela sua dimensão, se os referidos fundos de pensão não tivessem somado o seu poder ao do grupo da CSN nas privatizações as estatais teriam sido ainda mais desnacionalizadas. As conseqüências das privatizações não teriam sido menos lesivas à economia brasileira e para aqueles de onde é extraída a riqueza de que se constitui a imensa massa de mais-valia cristalizada no SPE, o proletariado que sofreram com o neoliberalismo, as privatizações e o desemprego no Brasil, principalmente na década de 1990.

Finalmente, em nossa avaliação, para se retomar a situação de desenvolvimento com garantia de emprego, os trabalhadores têm que se reorganizar em torno das bandeiras de luta que contribuam para reduzir a jornada de trabalho, sem a redução dos salários; de políticas compensatórias para aqueles trabalhadores excluídos do mercado de trabalho que por conta da sede de lucro perderam suas funções, não encontrando mais alternativa nos marcos do Capitalismo hoje existente no Brasil.

# BIBLIOGRAFIA


AFFONSO, Rui de Brito Álvares. Gestão Estatal no Brasil, limites do Liberalismo 1990 – 1992. São Paulo: FUNDAP, 1995.

AFONSO, Carlos Alberto. Teoria do estado: Uma contribuição crítica à discussão teórica do estado capitalista. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

ALENCAR, José Roberto. Parar as estatais é parar o Brasil Atenção. O Demônio Não é Feio Assim como o Pintam In: Senhor, Política, Economia e Negócios – Nº 118. Editora Três, São Paulo, 22 de Junho de 1983.

ALMEIDA, Fernando Galvão de. A Privatização na era do real. In: Conjuntura Econômica. Ano 51 Nº. 7. Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, Rio de Janeiro, Julho de 1997.

ALMEIDA, Manoel Donato de. Estado, Acumulação Capitalista e Luta de Classe no Brasil (1964-1974). Tese de Mestrado em Economia Política. Campina Grande, UFPB, Campus II, 1987. Mímeo.

ALVEAL, Carmen. Os desbravadores: A Petrobrás no Brasil Industrial. Relume Dumará-ANPOCS, Rio de Janeiro, 1994.

SOUZA, Nilson Araújo de, e Outros. A Causa Nacional o futuro da Nação Brasileira. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

AMARAL FILHO, Marcos Jordão Teixeira. Privatização no estado Contemporâneo. São Paulo: Ícone Editora, 1996.

ANAZIEL, Marcus. Desprivatizar o estado. In.: Revista Brasil Revolucionário. Nº 14, nov./dez./janeiro, 1993/94.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Contemporaneidade do Mundo do Trabalho. Campinas – SP: Editora Cortez/Editora da UNICAMP, 1995.

_____.O Novo sindicalismo no Brasil. Campinas –SP: Pontes, 1995.

_____. A Era da Informatização e a Época da Informalização: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. In: Antunes Ricardo (Org.). Riqueza e Mizéria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. As Formas Contemporâneas de Trabalho e a Descontrução dos Direitos Sociais. In: Ozanira da silva, Maria; Yazbek, Carmelita Maria (Orgs.). Políticas Públicas de Trabalho no Brasil Contemporâneo. Cortez Editora São Paulo, 2006.

_____. Os Sentidos do Trabalho. Ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. Trabalho Re-estruração Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro. In: Antunes, Ricardo (Org.). Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos. Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

ARAÚJO, ANGELA Maria Carneiro. estado e Trabalhadores. In: (Organizadora) Araújo, Ângela. Do Corporativismo ao Neoliberalismo estado e Trabalhadores no Brasil e na Inglaterra.

ARRUDA, Marcos. Dívida E(x)TERNA Para o Capital, tudo; para o social, migalhas. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ASSIS, J. Carlos de A. Nêmesis da Privatização A Receita de Transformar Empresas de serviços Regulamentadas em Monopólios Privatizados Desregulados, Rio de Janeiro: MEC Editora, 1997.

ASSMANN, Hugo e HINKEL AMMERT, Franz J. A Idolatria do Mercado. Ensaio sobre economia e Teologia. São Paulo: Vozes, 1989.

Associação Nacional das Empresas de Mercado Aberto (ANDIMA). Moedas de Privatização. São Paulo, 1995.

ASSUMPÇÃO, Silvana. O Fio da Meada. nº 60, outubro de 1997.

AYERBE, Luis Fernando. Neoliberalismo e Política Externa na América Latina, UNESP, São Paulo, 1998.

BAER, Mônica. O Rumo Perdido. A Crise Fiscal e Financeira do estado Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BAER, Werner; MALONEY, William. Neoliberalismo e distribuição de renda na América Latina. In.: Revista de Economia Política, nº 3,(67), jul./set. de 1997.

BALTHAZAR, Ricardo. Lucro em Outra Praça. In: Revista Dinheiro, nº 107, Editora 3, São Paulo, 15 de Setembro de 1999.

BANCO MUNDIAL. Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial. O estado Num Mundo em Transformação, Washington, 1997.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. Capitalismo Monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BARROS, Luiz Carlos Mendonça de. Privatização da Vale do Rio Doce. O estado no Lugar Certo. BNDES, 1997.

BASTOS, Pedro P. Z. A Revolta dos financistas: a Política dos Objetivos Econômicos Nacionais na Era da Transnacionalização Capitalista. Campinas: IFHC, 1996, (mímeo).

BATISTA JR., Paulo Nogueira, Economia e Ideologia. In: Novos Estudos CEBRAP nº 41, São Paulo, Março de 1995.

BEINSTEIN, Jorge. Capitalismo Senil a grande crise global. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BENJAMIN, César; ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil Reinventar o Futuro. Sindicatos dos Engenheiros do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995.

BENJAMIN, César. Foi Loucura, mas Houve Método Nela: Gênese, Dinâmica e Sentido da Crise Energética Brasileira. In: Caros Amigos. Ano V - N° 51. Editora Casa Amarela. São Paulo, Junho de 2001.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. As cabeças Falsas da Hidra In: Senhor, Política, Economia e Negócios. São Paulo, nº. 188,22 de 1983.

_____. A curva da estrada. In: Senhor, Política, economia e negócios. nº 173. Editora Três, São Paulo, 11 de Junho de 1984.

_____. O estado de Espírito da Globalização. In: Carta Capital, Ano I l I, N° 55. Carta Editorial LTDA. São Paulo, 20 de Agosto de 1997.

BIONDI, Aloysio. Quem comprou as estatais (principais operações). In: O Brasil Privatizado: Um Balanço do Desmonte do estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política: volume 1 e 2. Editora UnB, Brasília,1994.

BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. Brasiliense. Milano, Itália: Editora Brasiliense, 1988.

BOCCARA, Paul. O Capitalismo Monopolista de estado Tratado Marxista de Economia Política. Seara Nova, Lisboa, 1977.

BOITO Jr., Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.

BORGHI, Hugo. Convém ao Brasil Privatizar a Companhia do Vale do Rio Doce? Campinas: Mímeo, 1996.

BORON, Atilio. estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOSCHI, Renato Raul (Coordenador) Privatização e Desestatização, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

BRAGA, José Carlos Souza. A Financeirização da Riqueza: a macroeconomia financeira e a nova dinâmica do capitalismo. In: Economia e Sociedade, n.º 2, p. 25-57, agosto/ 1993.

_____. A Financeirização da riqueza: A macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. UNICAMP, nº. 3, agosto de 1991.

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do estado. Presidência da República/Câmara da Reforma do estado, Brasília, 1995.

BRASIL. Privatizações no Brasil. Secretaria de Apoio a Desestatização - 1991/1997, dez. de 1997.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Crise Econômica e Reforma do estado no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. A Crise do estado. Ensaio sobre a Economia Brasileira. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. Economia Brasileira: Uma Introdução Crítica. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Lucro, Acumulação e Crise. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. O Colapso de uma Aliança de Classes, São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. Os Tempos Heróicos de Collor e Zélia. Aventuras da Modernidade e Desventuras da Ortodoxia. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. Pactos Políticos do Populismo à redemocratização. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Uma Interpretação da América Latina: A Crise do estado. In: Novos estudos CEBRAP n º 37, São Paulo, Novembro de 1993.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Orgs). Reforma do estado e Administração Gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

BRUM, A. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 17ª ED. Ijuí: Unijuí/Vozes, 1997.

BRUNHOFF, Suzanne. A Hora do Mercado. Crítica do Liberalismo. Rio de Janeiro: Unesp, 1991.

BUCHANAN, James. M. & TULLOCK, Gordon. El Cálculo del Consenso. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1980.

BUCHANAN, James. M, McCORMICK, R TOLISSON, D. El Análisis Econômico de lo Político. Madrid: IEE.

CADERNO. ADUFF/SSIND. 03 de setembro de 1995.

CALDERON, Suzette. Críticas a exclusão do capital externo. In: Revista Minérios/Minerales, julho de 1991.

CANO, Wilson. Introdução a Economia: Uma abordagem Crítica, São Paulo: Unesp, 1990.

_____. Uma Alternativa Não Liberal, Campinas 1990.

_____. Soberania e Política Econômica na América Latina. São Paulo: Instituto de Economia - Unesp, 1999.

_____. Reflexões para uma Política de Resgate do Atraso Social e Produtivo do Brasil na Década de 1990. In: Revista Economia e Sociedade, p. 97, 1991.

CAPARELLI, Estela e MARCO, Damiani. Negociata da FUNCEF. Fitas mostram esquema de corrupção em um dos maiores fundos de pensão do País. In.: Revista Dinheiro, nº 189, abril de 2001.

CARCANHOLO, Reinaldo A. Neoliberalismo: A Tragédia do Nosso Tempo. Coleção Questões de Nossa Época, vol. 65, São Paulo: Cortez, 1998.

CARDOSO, Adalberto Moreira. A Década Neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CASTELLS, Manuel. La Teoria Marxista de las Crisis Econômicas y las Transformaciones Capitalistas. México: Siglo Veinteiuno Editores, 1978.

CAVALCANTI, Carlos Eduardo G. SILVA; Sérgio Luiz de Cerqueira e PRADO, Sérgio Roberto Rios do . Política Fiscal. In: Gestão Estatal no Brasil: o governo de Itamar Franco. São Paulo: FUNDAP, 1992-1994.

CHANTEBOUT, Bernard. Do estado uma tentativa de desmitificação. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.

CHESNAIS, François. (1997), A Emergência de um Regime de Acumulação Mundial predominantemente Financeiro. In: Revista Praga de Estudos Marxistas, nº 3, São Paulo, 1997.

_____. A Mundialização do Capital. In: COGGIOLA, Oswaldo (Org.). Capitalismo: "Globalização" e Crise. São Paulo: Humanitas, 1998.

_____. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Internacionalização da economia e desenvolvimento tecnológico. São Paulo: Xamã, 1980.

_____. Mundialização Financeira e Vulnerabilidade Sistêmica. In: Chesnais, François (Coord.). Mundialização Financeira Gênese, Custos e Riscos, São Paulo, Editora Xamã, 1999.

_____. Negócios: Nations Bank o Recém-nascido Mais Bem-nutrido Brasil. In.: Revista Carta Capital. ano III, nº 69, Março de 1998.

_____. Uma análise da seleção das inovações no quadro do sistema capitalista. São Paulo: Xamã.

_____. Um Programa de Ruptura com o Neoliberalismo. In: Heller, Agnes (Org.). A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto-CORECON, 1999.

CLARK, Simon. Crisis of Socialism or Crisis of the State. In.: Revista Capital & Class, nº 42, 1990.

_____. Privatization and the Development of Capitalism in Russia. In.: New Left Review, nº 196, Nov.dez. de 1992.

COMBLIN, José. O Neoliberalismo, Ideologia Dominante na Virada do Século, Série VI Desafios da Cultua. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

COSTA, Otávio. O Vale Tudo da Vale: Cascata de liminares adia a privatização da Vale do Rio Doce. Mas o leilão Será Rrealizado. É só uma questão de Tempo. In.: Revista Manchete. Rio de Janeiro, maio de 1997.

COUTINHO, Luciano (Orgs). Fundos de Pensão: Novo Fator de desenvolvimento na América Latina. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 24 e 25 de Abril de 1997.

DAGNINO, Evelina (Org). Anos 90 Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DALCIN, Rosa. Quem quer este abacaxi? O Governo Prometeu e Não Conseguiu Desestatizar Suas Empresas. Mas Criou uma Nova Idéia Sobre Privatização. In: Revista Senhor, Política, Economia e Negócios. Editora três, São Paulo, 26 de outubro de 1993.

DEAN, Warren. As Multinacionais. Do Mercantilismo ao Capital Internacional, São Paulo: Brasiliense, 1983.

DINIZ, Eli. Crise Reforma do estado e Governabilidade. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

_____. Governabilidade, Governance e Reforma do estado: considerações sobre o novo paradigma. In: Revista do Serviço Público, nº. 2, mai/ago. de 1996.

MINELLA, Ary César e outros. Brasil Anos 90. Editora DAUFSC, IDACON, Florianópolis - SC, 1993.

DONAHUE, John D. Privatização Fins Públicos, Meio Privados. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DREIFUSS, René Armand. 1964. A Conquista do estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis – RJ: Vozes, 1981.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. O Senhor During subverte as Ciências. In: Friedrich Engels: Política. São Paulo: Ática, 1981.

_____. The part played by labor in the transition from ape to man. In.: Monthly Review, November, 1995.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O Futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial. In: Lua Nova n.º 35 - Revista de Cultura e Política, São Paulo, 1995.

EVANS, Peter. O estado Como Problema e Solução. In: Lua Nova n.º 28/29, São Paulo, 1993.

FERNANDES, Luis. Muito Barulho Por Nada? O Realinhamento Político-Ideológico nas Eleições de 1994. In.: Dados – Revista de Ciências Sociais. Vol. 38, nº 01, 1995.

FERRAZ, Celso Pinto. Com Preços Estáveis a Demanda Cresce. In: Revista Brasil Mineral, nº 140, maio de 1996.

FIORI, J. L. (1997-A), Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M.C. & _____. Poder e Dinheiro – Uma economia política da globalização. Petrópolis - RJ: Vozes, 1997, p.87-150.

_____. Globalização, estados Nacionais e Políticas Públicas. Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro - Instituto de Economia. Textos para Discussão n.º 303, agosto e 1993.

_____. Em Busca de Dissenso Perdido. Ensaios Críticos sobre a Festeja da Crise do estado. Rio de Janeiro, Insight Editorial, 1995.

_____. Os moedeiros falsos. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.

_____. O Vôo da Coruja. Uma Leitura não Liberal da Crise do estado Desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.

_____ Um Governo Contra o Povo e a Nação. In: Praga Estudos Marxistas 6, São Paulo: Hucitec, 1998.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade. São Paulo: Abril cultural, 1982.

_____. Episódios da História Monetária. Rio de Janeiro: Record, 1994.

FRIEDMAN, Milton & Rose. Liberdade de Escolher: o novo liberalismo econômico. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

GIAMBIAGI, Fabio e ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GIAMBIAGI, Fabio e MOREIRA, Maurício Mesquita. A Economia Brasileira nos Anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GOLDENSTEIN, Lídia, Repensando a Dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GOMES. Luiz Marcos. Os homens de FHC – Banqueiros e Testas de Ferro do Imperialismo In: Princípios Revista Teórica, Política e de Informação, n° 51. Editora e livraria Anita LTDA, São Paulo, Novembro, Dezembro e Janeiro, 1998.

GOMES, Paulo. A Verdade e as Estatais. Na Contra - mão da Política Governamental, Com Muito Orgulho e Patriotismo. Brasília Jurídica, 1995.

GOMES, Severo. Companhia Vale do Rio Doce Uma Investigação Truncada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel - As concepções de estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Rio Grande do Sul: L&PM, 1980.

GUIMARÃES, R. P., (1990), O Leviatã Encurralado: Continuidade e Mudança no Papel do estado na América Latina. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 4, dezembro/1990.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1989.

HAYEK, Friedrich August Von. Desestatização do dinheiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1978.

_____. O Caminho da Servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

_____. Desemprego e Política Monetária. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1985.

_____. Direito, Legislação e Liberdade. Vol. I, A Miragem da Justiça Social. São Paulo: Visão, 1985.

_____. Direito, Legislação e Liberdade. Vol. II, Normas e Ordem. São Paulo: Visão, 1985.

_____. Direito, Legislação e Liberdade. Vol. III, A Ordem Política de Um Povo Livre. São Paulo: Visão, 1985.

_____. Os Fundamentos da Liberdade. São Paulo: Visão, 1972.

HILFERDING, R. O capital Financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

HIRSCHMAN, Albert O. As Paixões e os Interesses: Argumentos Políticos a Favor do Capitalismo Antes de Seu Triunfo. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. Retóricas de la Intransigência. Fundo de Cultura Econômica, México, 1991.

IANNI, Octávio. A Ditadura do Grande Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. A Formação do estado Populista na América Latina. 2 ed. Editora São Paulo: Ática, 1989.

_____. A Luta Pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. estado e Capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. Estado e Planejamento no Brasil (1930: 1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. Origens Agrárias do estado Brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JESSOP, Bob; BONNETT, Kevin; BROMLEY, Simon. Farewell to Thatcherism? Neo-Liberalism and 'New Times'. In: New Left Review, nº 196, Jan.fev. de 1990.

FRANÇA JUNIOR, Rogério da Silva. A Privatização da Siderurgia Brasileira. Monografia. Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro, 1995.

KEYNES, John Maynard. Economia. São Paulo: Ática, 1984.

_____. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda - Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KURTZ, Robert. As Luzes do Mercado se Apagam: As Falsas Promessas do Neoliberalismo ao Termino de um Século em Crise. In: Revistas da USP. estados Avançados - Universidade de São Paulo - SP, Vol. 7, nº 18, Agosto de 1993.

_____. Existe Vida Após a Economia de Mercado? Reflexões Sobre a Transformação do Sistema Produtor de Mercadorias In: Praga. Estudos Marxistas 4. São Paulo: Hucitec, 1997.

KUTTNER, Robert. Tudo à Venda: As virtudes e os limites do mercado. São Paulo: Cia. das Letras. 1998.

LANDAU, Elena. Política de Estabilização Mexicana. In.: Revista de Economia Política, nº 4 (44), São Paulo, out/dez de 1991.

LARMER, Brook. World Affairs: The Old Man in the Clinic In: Newsweek, vol. CXXXII, Nº 18**,** New York, Novembro de 1998.

LARRAÍN, Felipe y SELOWSKY, Marcelo (Comps). El Sector Público y la Crisis de la América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

LEÃO, Maria do Carmo. Privatização A dimensão humana. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999.

LENIN, Vladimir Ilith. Imperialism: The highest stage of Capitalism. London: Pluto Press, 1996.

_____. Imperialismo, Fase Superior do capitalismo. São Paulo: Global Editora, 1982.

_____. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Política e Interesse na Industrialização Brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LESBAUPIN, Ivo. (org.) O Desmonte da Nação. Petrópolis: Vozes, 1999.

LETAIF, Nelson. Os Ossos do Barão. In.: Revista Carta Capital. ano II, nº 49, Maio de 1997.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Privatização e Desempenho Econômico: Teoria e Evidência Empírica. IPEA, São Paulo, nov. de 1997.

LOSURDO, Domenico. O Significado Histórico da Revolução de Outubro (III). In: Critica Marxista número 6, São Paulo: Xaman, 1998.

LUNA, Francisco Vidal e Klein, Herbert S. BRAZIL Since 1980. New York: Cambridge University Press, 2006.

LUX, Kenneth. O Erro de Adam Smith: de como um Filósofo Moral Inventou a Economia e Pôs Fim à Moralidade. São Paulo: Nobel, 1993.

LUXEMBURGO, Rosa e BUKHARINE, Nikolai. Imperialismo e Acumulação de Capital. Lisboa: Edições 70, 1976.

MACPHERSON, C. D. A Democracia Liberal: Origens e Revolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAGDOFF, Harry. Third World Debt. In.: Monthly Review Press. Fev. de 1986.

MALTHUS, Thomas Robert. In: Florestan Fernandes. Economia (Coord.). São Paulo: Ática, 1982.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. Segunda Edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. A Crise do Capital. Os fatos e sua interpretação marxista. Campinas, UNICAMP, 1990.

_____. Introdução ao Marxismo. São Paulo: Artes Gráficas, 1989.

MANTEGA, Guido. Programas de Estabilização, Mistificação Tecnocrática e Câmaras Setoriais. In: Revista de Economia Política, vol. 14, nº. 2 (54), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Abril-Junho, 1994.

MARTINS, Alexandre Lyra. Fundamentos de Economia Política Marxista. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999.

MARTINS, Carlos Estevam. estado e Capitalismo no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1977.

MARTINS, Luciano. estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Economia, Sociedade e Instituições Políticas: o desafio da rearticulação. Rio de Janeiro, fevereiro de 1998.

MARX, Karl. A Questão Judaica. Lisboa: Cadernos Ulmeiro. 1978.

_____. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. Miséria da Filosofia. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

_____. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. O Capital. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, sd.

_____. O Capital. Livro1. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____. O Capital. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Cartas Filosóficas e o Manifesto Comunista de 1848. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

_____. Sobre o estado. In: El Libro Rojo y Negro, Biblioteca Jucar Madrid, 1977.

_____. Temas de Ciências Humanas 3. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MATHIAS, Gilberto; SALAMA, Pierre. O estado Superdesenvolvido. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MATHIAS, Gilberto. État et capital face à la crise: notes sur la transformation actuelle, In: Des régimes politiques en Amérique Latine: Perspectives Latino Americanes. (CIAL), Publiée avec le concours du Centre de Recherches de I'Université de Paris VIII, Paris, 1980.

MATIJASCIC, Milko. Fundos de Pensão e Rearticulação da Economia Brasileira, Texto Para Discussão nº. 40. Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas (SP), Junho de 1994.

MATTOSO, Jorge. Brasil Desempregado Como Foram Destruídos Mais de 3 milhões de Empregos nos anos 90. São Paulo: Perseu abramo, 1999.

MATTOSO, Jorge e POCHMANN, Marcio. Mudanças Estruturais e Trabalho no Brasil. In: Economia e Sociedade. Campinas – SP: UNICAMP, 1998.

MEYER, Arno. Os Limites do Ingresso de Capitais Externos no Brasil no Início da Década dos Anos 90. TD/IESP, São Paulo, 1994.

MENDONÇA, Antonio. A Crise Econômica e a Sua Forma Contemporânea. Lisboa: Caminho, 1990.

MESZAROS, Istvan. Beyond Capital. London: Merlin Press, 1995.

_____. Para Além do Capital. São Paulo: UNICAMP/Boitempo, 2002.

_____. Economia Política e Tempo Disponível: Para Além do Capital. In: Margem Esquerda e ensaios marxistas. São Paulo: Boitempo, 2003.

MILL, Stuart. Princípios da Economia Política. Vol. 1 e 2, São Paulo, 1983.

MOREIRA, David. O estado não desmancha no ar. In.: Revista Senhor. Nº 343, Outubro de 1987

MANTEGA, Guido. Programas de Estabilização, Mistificação Tecnocrática e Câmaras Setoriais. In.: Revista de Economia Política. nº 2, São Paulo, abril/junho de 1994.

MARTINS, Humberto. Divida Externa: O Pano de Fundo da Crise Global. In.: Revista Debate Sindical: ano 12, nº 27,São Paulo Fevereiro/março de 1998.

MISES, Ludwig Von. As seis lições. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 1995.

MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

_____. Burguesia e Liberalismo. Política e Economia nos Anos Recentes. In: Crítica Marxista, São Paulo: Xaman, 1998.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora SENAC, 2001.

_____. Economia, Política e Ideologias. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1999.

_____. Exterminadores do Futuro a lógica dos neoliberais. In: Revista Universidade e Sociedade. nº. 06, fevereiro de 1994.

_____. Neoliberalismo: O que é e Para Onde Leva. Cadernos em tempo, Textos de apoio da edição, nº. 300/301, Mimeo.

_____. Textos Didáticos: Hayerk e a Teoria Política do Neoliberalismo Econômico (I). IFCH/UNICAMP nº. 36 – Abril de 1999.

_____. O Estranho Mundo de Keynes e Cassandra. Campinas: Idéias, 1995, pp. 89-126.

MOREIRA, David Casimiro. O estado não se Desmancha no ar In: Revista Senhor Política, Economia, Negócios e Investimentos nº. 343. Editora Três, São Paulo, 13 de Outubro de 1987.

MOREIRA, José Manuel. Hayek e a História da Escola Austríaca de Economia. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1994

NAISBITT, John & ABURDENE, Patrícia. Megatrends 2000 Ten New Directions for the 1990's. New York: Avon Books, 1990.

NAKANE, Márcio Issao; FILHO, Passanezi Reinaldo; PAULA, Tomás Bruginsk. Empresas Estatais. TD/IESP, dez. De 1992.

NISBET, Robert. Conservadorismo. Madrid: Alianza Editoral. 1986.

O'CONNOR, James. U.S.A: A Crise do estado Capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

O'DONNELL, Guillermo. Reflexões sobre os estados Burocrático-Autoritários. Vértice Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1987.

OSZLAK, Oscar; O'DONNELL, Guillermo. estado y Politicas Estatales en America Latina: Hacia una estrategia de investigacion. Buenos Aires, Argentina, Março de 1976.

PAULA, Germano Mendes de. A Privatização da Siderúrgica Brasileira. Instituto de Economia / UNICAMP, Campinas, 1995.

PETRAS, James. Brasil de Cardoso A Desapropriação do Pais. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. A Armadilha Neoliberal e Alternativas para a América Latina. São Paulo: Xaman, 1999.

PIMENTA, Dermeval José. A vale do Rio Doce & Sua História. Belo Horizonte – MG: Vega, 1981.

PIMENTEL, Fernando Damata e LEMOS, Maurício Borges. Privatização: Uma Visão Alternativa. In: Revista Brasil Revolucionário, Ano IV - n° 14. Editora Eletrônica, Goiânia-GO, Novembro/Dezembro/Janeiro, 1993/1994.

PINHEIRO, Armando Castelar e FUKASAKU, Kiichiro. A Privatização no Brasil: O Caso dos Servidores de Utilidade Pública. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

PINHEIRO, João César de Freitas. Companhia do Vale do Rio Doce: O Engasgo dos Neoliberais. Belo Horizonte – MG: CDI, 1996.

_____. Economia Brasileira. Uma Introdução Critica. 2 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. Lucro, Acumulação e Crise. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1993.

PIRIE, Madsen. Privatização, modelos e efeitos In: Privatização, Mercados de Capitais e Democracia: A recente Experiência Internacional. Rio de Janeiro, Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, 1988.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. IV Prêmio CORECON-DF de Economia 1997. CORECON 11ª REGIÃO-DF, Brasília, 1997.

POLANIY, Karl A Grande Transformação As origens da Nossa Época. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTER, Eduardo. Nations Bang: saindo do nada, o atrevido Nations Bank passa a perna nos grandes bancos e ganha o maior negócio da história do Brasil. In.: Revista América Economia, nº 120, junho de 1997.

POCHMANN, Márcio. A Globalização, o Neoliberalismo, o Desemprego e a Crise Social. In.: Revista Economia e Sociedade, nº 18, Brasilia, março de 1998.

_____. A Década dos Mitos. O Novo Modelo Econômico e a Crise do Trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Desempregados do Brasil.In: Antunes, Ricardo (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. Rumos da Politica do Trabalho no Brasil. In: Ozanira da Silva, Maria; Yasbek Maria Carmelita (Orgs). Politicas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Os Desafios Atuais do Sindicalismo Brasileiro. In: Enrique de La Gaza Toledo (Comp.). Sindicatos Y Nuevos Movimientos Sociales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005.

_____. O Emprego na Globalização. A Nova Divisão Internal do Trabalho e os Caminhos que o Brasil Escolheu, São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. A Batalha Pelo Primeirop Emprego. Publisher Brasil, 2000.

_____. Ajuste Fiscal, Desajunte Social. In Pochmann, Marcio; Fagnani, Eduardo, (Orgs). Mercado de Trabalho, Relações Sindicais, Pobreza e Ajuste Fiscal. CESITE/UNICAMP, Campinas, 2007.

_____. As Politicas de Geração de Emprego e Renda: Experiencias Internacionais Recentes. In: Reforma do estado Politicas de Emprego no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. A Mundialização das Economias e o Destinos dos Sindicatos. In: Carrion Raul K. M.; Vizentini, Paulo G. Fagundes, (Orgs). Globalização, Neoliberalismo, Privatizações. Quem decide este jogo? Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

POCHMANN, Marcio; BORGES, Altamiro. "ERA FHC" Regressão do Trabalho. CES-Instituto de Estudos Sindicais, Revista Anita Garibald, São Paulo: 2002.

POULANTZAS, Nicos. Poder Políticos e Classes Sociais, São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRZEWORKI, Adam. Democracy and the Market, Political and Economic Reforms. in Eastern Europe and Latin America. Cambridge, 1995.

_____. estado e Economia no Capitalismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

QUEIROZ, Álvaro. O Fracasso das Privatizações. In: Cadernos do Terceiro Mundo, n° 227, Terceiro Milênio, Rio de Janeiro, Dez 2000 / Janeiro 2001.

RAMOS, José Maria Rodrigues. Lionel Robbins: Contribuição para a Metodologia da Economia. Biblioteca Edusp de Economia 4. São Paulo: Instituto Liberal de São Paulo, 1993.

REBELO, Aldo; SOBRINHO, Barbosa Lima e SAES, Décio. Reeleição: Escalada Contra a democracia. In: Revista Anita Garibaldi Ltda. São Paulo, 1998.

REVISTA CARTA CAPITAL. A Revolução Silenciosa de FHC. O capitalismo brasileiro se transforma. Transferência de patrimônios, novos conglomerados, e o de sempre: tudo muda para nada mudar. ano III, nº 55, agosto de 1997.

_____. A Forja do Poder., nº 60, outubro de 1997.

REVISTA EXAME. Investimentos. A lista dos maiores fundos do país dobrou de tamanho. Agora, em vez de 500, reúne 1000 fundos. Nº 32, nº 671, p. 75, 1988.

REVISTA BRASIL MINERAL. CVRD Rumo ao Futuro. nº. 67, junho de 1989.

REVISTA BRASIL MINERAL. As maiores empresas do setor mineral. nº. 140, maio de 1996.

RICARDO, David. Princípios da Economia Política e Tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Princípios de Economia Política e Tributação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

RIBEIRO, Renato Janine.O Real e o Imaginário. In: Revista de Economia Política. Ed. Nobel, Volume 16, n.º (62) Abril / junho, 1996.

RODRIGUES, Leôncio Martins. CUT: Os militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

RODRIGUES, Miguel Urbano. A resistência a globalização neoliberal. In.: Revista Princípios, nº 60, fevereiro/março/abril, São Paulo, 2001.

SÁ, Luis Fernando. Quanto Vale Este Homem? Lucros recordes na CSN e na Vale do Rio Doce consagram o estilo arrojado e polêmico de Benjamin Steinbruch. In: Revista Isto É Dinheiro, nº. 032, abril de 1998.

SAES, Décio. O governo do FHC e o Campo Conservador. Uma analise das Políticas Estatais Inspiradas no Neoliberalismo Pode esclarecer Melhor Qual Estratégia Esta sendo Implementa não Brasil In: Princípios Revistas Teórica, Política e de Informação, Fev./Mar. n.º 40, São Paulo, 1996.

SADER, Emir. The Workers' Party in Brazil. In.: New Left Review, nº 165, set./out. De 1987.

SALAMA, Pierre; MATHIAS, Gilberto. O estado Superdesenvolvido da Metrópoles ao terceiro Mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SALAMA, Pierre. Etat et Capital L'Etat Capitaliste Comme Abstration Reelle. In: Critiques de l' économie politique, Paris, 1979.

SANTOS, Fernanda. Privatização: A Grande Inversão do Século, Uma Discussão dos Determinantes do Processo de Privatização Brasileiro. Campina Grande/PB: Mimeo, 1999.

SAUTCHUK, Jaime. Carajás – Exploração e Entreguismo In: Princípios Revista Teórica, Política e de Informação. Editora Anita Garibaldi. Março, São Paulo, 1983.

SAY, Jean – Baptiste. Tratado de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983

SHAIR, Osama J. A. R. Abu. Privatization and Development. London: Macmillan Press, 1997.

SILVA, Viviane Aparecida. O Impacto das Moedas Sobre a Dívida Pública, In: IV – Prêmio CORECON- DF de Economia, 1997.

SINGER, Paul. Curso de Introdução À Economia Política. Rio de Janeiro: Editora Parma, 1991.

_____. Para entender O Mundo Financeiro. São Paulo: Contexto, 2000.

SIQUEIRA, Ethevaldo. Telecomunicações. Privatização ou Caos. São Paulo: TelePress, 1993.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. Vol. 1 e 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980,

SOLA, Lourdes. Liberalismo e Neoliberalismo. In: Revista USP, mar/abr/mai. de 1993.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Anna Nery/UFRJ, 1999.

SORMAN, Guy. O estado mínimo. Rio de Janeiro: Instituto Literal, 1988.

SOUZA, Nilson Araujo de. (1981), Efeitos da crise nas economias periféricas. In: Revista Economia e Desenvolvimento, \no I, n. 1, p. 79-98, maio/1981.

_____. O Colapso do Neoliberalismo. São Paulo: Global, 1995.

_____. Crisis Lucha de Classes en Brasil 1974 -1979. Universidade Autônomo do México, Faculdade de economia, Divisão de estados do Pós - Graduação, 1980.

_____. Efeitos da Crise nas Economias Periféricas. In: Economia e Desenvolvimento, São Paulo: Cortez, 1981.

_____. Na era do Cruzado CZ$. Rio de Janeiro: Gravira Editora, 1986.

_____. Teoria Marxistas das Crises. Rio de Janeiro: Global Editora, UFMS, 1992.

STEINBERG, Bruce. Le Reaganisme et l'économie Américaine dans les Années Quatre-vingt. In: Revista Critiques de L'economie Politique, abri/jun. de 1985.

STEINBRUCH, Benjamin. Vale do Rio Doce Os ossos do barão In: Carta Capital, Ano ll, n° 49. Carta Editorial LTDA, São Paulo, 28 de maio de1987.

WEEZY, Paul M. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

TANZER, Michael. Os Trustes Petrolíferos e os Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição. Destruição Não Criadora Memórias de um Mandato Popular Contra a Recessão, o Desemprego e a Globalização Subordinada. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais: A Modernização Conservadora. In: Revista Economia e Sociedade, nº. 1, agosto de 1992.

_____. O Movimento Geral do Capitalismo: (Um contraponto à visão da auto-regulação da produção capitalista) In: Valor, força de trabalho e acumulação monopolista. São Paulo: Vozes, Estudos CEBRAP 25, s/d.

_____. A retomada da hegemonia Norte-americana. In: Revista de Economia Política, vol. 5, n. 2, São Paulo, abril/junho de 1985.

_____. Movimento Geral do Capital. Um Contraponto a visão da Auto Regulação da Produção Capitalista. Estudos CEBRAP, n.º 5 Editora Vozes, Petrópolis, 1997.

_____. Receita para o Caos: Arrogância, Incompetência e Cinismo In: Praga, Estudos Marxistas 7, São Paulo, 1997.

TAVARES, M.C. & FIORI, J.L., (Orgs.) Poder e Dinheiro – Uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

TEIXEIRA, Alexandre e outros. Invasão Espanhola. In: Revista Isto É: Dinheiro, Nº 49, agosto de 1998.

TEIXEIRA, I. B. Vale é a Vale: Uma volta pelo Mundo da Companhia Vale do Rio Doce Desvenda um Universo de Riquezas Conduzido pôr uma Elite Empresarial Inovadora. In: Conjuntura Econômica, ano 50, Nº 10, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Outubro 1996.

TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: Fabrica de Ideologias. Editora Ática, São Paulo, 1982.

_____. 1964 Visões Críticas do Golpe Democracia Reformas no Populismo. Editora UNICAMP, São Paulo, 1997.

TOURINHO, Flávio A.; VIANNA, Ricardo L. L. Avaliação e Agenda do Programa Nacional de Desestatização. IPEA, São Paulo, out. de 1993.

_____. Motivação e Estruturação do Programa Nacional de Desestatização. IPEA, São Paulo, out. de 1993.

TRINDADE, Liana S. As Raízes Ideológicas das Teorias Sociais. Ática, São Paulo, 1978.

VELASCO E CRUZ, S. C. (1994), A Produção do Consenso: discurso econômico e conflitos políticos na transição brasileira. IFCH/UNICAMP/Primeira Versão, Campinas, set./1994.

_____. Empresariado e estado na Transição Democrática. Um Estudo sobre a Economia Política do Autoritarismo (1974-1977), Editora da UNICAMP, Campinas, 1995.

_____. O Presente como História: Economia e Política no Brasil Pós-64, Coleção Trajetória 3, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1997.

_____. estado e Economia em Tempo de Crise Política no Brasil nos anos 80. Editora da UNICAMP/ Relume Dumará, Campinas, 1997.VERNON, Raymond (compilador) La Promessa de la Privatizacion. Un Desfio para la Política Exterior de los estados Unidos. Fundo de Cultura Econômica / Economia Contemporânea, México, 1992.

VIDAL, J. W. Batista. O Esfacelamento da Nação. Editora Vozes, Petrópolis, 1995.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Dez Anos Que Abalaram o Século XX. Editora Novo Século, Porto Alegre, 1999.

WAINMRIGHT, Hilary. Uma Resposta ao Neoliberalismo Argumentos para uma nova esquerda. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1994.

WERNECK, Rogério L. F. Empresa Estatais e Política Macroeconômica. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1987.

WILSON, Elizanbet. Marxism and the 'Welfare Stat'. In.: New Left Reviw. Nº 122, jul. ago. de 1980.

WILLIAMSON, J. (1994), The Political Economy of Policy Reform. Institute for International, Washington, D. C., January, 1994. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

XAVIER, Jurandir Antonio. A Industrialização Subdesenvolvida. Capital, Classe & estado na Industrialização. Brasileira Editora da UFPB, João Pessoa, 1995.

_____. Capital Financeiro na Industrialização da Economia Brasileira. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1989.

_____. Desenvolvimento Versus Regressão, João Pessoa, Editora de A União, 1992.

**DOCUMENTOS DO BNDES**.

BRASIL. Amando Castelar Pinheiro, No que deu, Afinal, A Privatização? Texto Para Discussão n.º 40, Rio de Janeiro, meio de 1996.

BRASIL. Brasil, o novo ambiente de negócios. Secretaria Geral de Apoio a Desestatização – SD/BNDES.

BRASIL. BNDES, 40 anos: Um agente de mudanças. Gabinete da Presidência/Departamento de Relações Institucionais, junho de 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil e Glossário. FAE, Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL. FORTES, Márcio. Boletim Informativo sobre o processo de privatização da Vale do Rio Doce.

BRASIL. Legislação do Programa Nacional de desestatização. Secretaria de Desestatização - SD. Outubro/95.

BRASIL. Legislação do Programa Nacional de desestatização. Secretaria de Desestatização - SD. Maio/97.

BRASIL. Programas de Privatização. BNDES, junho de 1997.

BRASIL. Sistema de Informações. BNDES, maio de 1997.

BRASIL. Vale do Rio Doce. Processo transparente. In: Privatizar Vale Nº 3. BNDES, Rio de Janeiro, Abril / 97.

BRASIL. Meios de Pagamento Cap.4. In: Privatização da CSN: Manual de Instrução. BNDES, São Paulo, 1993.

BRASIL. Novos Proprietários da Vale do Rio Doce. In: O Novo Ambiente de Negócios 7, BNDS, Rio de Janeiro, s/d.

BRASIL. Programa Nacional de Desestatização. Desestatização da Companhia Vale do Rio Doce. Manual de Instrução. SENN, CLC. BNDES, Rio de Janeiro, s/d.

BRASIL. Privatizações Federais e Estaduais: Resultados Acumulados 1991/1997. In: Privatizações no Brasil 1991/1997, Secretaria Geral de Apoio a Desestatização. BNDS. Rio de Janeiro, s/d.

BRASIL. LANDAU, Elena; PINHEIRO, Armando Castelar. Privatização e Divida Pública, Textos para Discussão nº29.

BRASIL. Privatização do Vale do Rio Doce. Direitos Minerários - Brasil em O estado no Lugar Certo.

BRASIL. GESTÃO ESTATAL NO BRASIL, Limites do Liberalismo 1990 - 1992.

BRASIL. Governo João Figueiredo. O Brasil Rumo A Auto-Suficiência Energética e Mineral, Ministério das Minas de Energia, Europa. Empresa Gráfica Editora SID.

BRASIL. PASTORIZA, Florinda Autelo. Privatização na Indústria de Telecomunicações: Antecedentes e Lições para Caso Brasileiro, Texto para Discussão n.º 43, julho de 1991.

BRASIL. Plano de Ação Econômico do Governo. EPEA, Documento n.º 1, Brasília, 1964.

BRASIL. Planejamento e Políticas Públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 1999.

BRASIL. Presidência da República, governo Fernando Henrique Cardoso. a Nova Fase da Privatização, Brasília, 1995.

BRASIL. Privatizações no Brasil. Secretaria de Apoio à Desestatização – SD/BNDES, 1999.

BRASIL. Programas de Privatização. BNDES, Rio de Janeiro, Junho de 1997.

BRASIL. Relações de Toas as Filiais da Holding - CRVD - 1995.

BRASIL. Relatórios de Atividades 1995. Programa Nacional de Desestatização. BNDES/FINAME/DENDESPAR, Rio de Janeiro, 1995.

BRASIL. Relatórios de Atividades 1996. Programa Nacional de Desestatização. BNDES/FINAME/DENDESPAR, Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. Relatório de Atividades 1998. Programa Nacional de Desestatização. Rio de Janeiro, BNDES/FINAME/DENDESPAR, 1998.

BRASIL. Steel Industry. Brazilian Steel Recasting the Industry for Growth, December, 1994.

**DOCUMENTOS DA CSN**

BRASIL. Privatização da CSN. Manual de Instrução. SENN/CLC.

DOCUMENTOS DA VALE DO RIO DOCE

Companhia Vale do Rio Doce. Relatório: 50 Anos de História. C.V.R.D, Rio de Janeiro, 1993.

Companhia Vale do Rio Doce, 1995. Rio de Janeiro, Junho de 1995.

Relatório Anual 1995. Companhia Vale do Rio Doce, 1995.

Relatório de Pesquisa 11 Março de 1993. Processo de Privatização no Brasil: A Experiência dos Anos 1990-92. Instituto de Economia do Setor Público. Fundap. São Paulo, Junho de 1995.

Companhia Vale do Rio Doce. Código de Ética e Conduta.

Companhia Vale do Rio Doce. Environment and Economic Development the Experience of CVRD. Rio de Janeiro, September de 1986.

Companhia Vale do Rio Doce. 1994 Annual Report. Rio de Janeiro, 1994.

Histórico da Vale do Rio Doce. Junho de 1995.

**DOCUMENTOS DA USIMINAS**

BRASIL. Privatização da Usiminas. Programa Nacional de Desestatização (PND), CLC, Rio de Janeiro, Junho, 1991.

BRASIL. Privatização da Usiminas. Programa Nacional de Desestatização (PND), CLC, Julho, Rio de Janeiro, 1991.